

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público - PEEUEL

Resumo Executivo





PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
CONSÓRCIO IDOM-ACXT

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO – RS (PRODIN)
Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

RESUMO EXECUTIVO

Novembro de 2013

APRESENTAÇÃO

O Brasil é um país urbano, pois mais de 80% de sua população vive nas cidades. O Rio Grande do Sul está entre as regiões brasileiras com maiores taxas de urbanização. Passo Fundo é uma cidade dinâmica de médio porte e não foge à regra, sendo reflexo desta tendência, pois 97,5% de sua população é urbana. É considerado um centro regional que polariza a região norte de seu estado, e tem atraído significativos contingentes populacionais, porém a distribuição de sua população não ocorre de forma uniforme no território.

A concentração de habitantes e o crescimento desordenado apresenta grandes desafios aos responsáveis pelo planejamento urbano da cidade. Para acompanhar esse processo de ocupação do território, é necessário impulsar estratégias dirigidas a garantir o desenvolvimento econômico integrado e sustentável, realizando a previsão das necessidades para melhorar o entorno urbano, para estruturar os bairros existentes e para preservar o patrimônio natural e paisagístico, de forma a elevar a qualidade de vida dos habitantes de Passo Fundo.

A estruturação dos bairros da cidade passa por efetivar os direitos fundamentais sociais, tais como a saúde, a educação, a habitação, o saneamento, a mobilidade urbana, a cultura, e o lazer, evitando a segregação sócio espacial.

A preservação de áreas de interesse ambiental e paisagístico busca dotar a cidade de uma estrutura de lazer e contemplação, além de garantir que a cidade disponha de recursos naturais no futuro e prevenir desastres naturais em áreas de ocupação irregular.

Diante deste contexto, o presente Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público (PEEUEL) constitui um instrumento norteador para auxiliar no processo de tomada de decisões das políticas públicas relacionadas à estruturação dos bairros da cidade de Passo Fundo.

Trata-se de uma ferramenta de planejamento integrado que apresenta as necessidades e as disponibilidades dentro de um âmbito territorial (município) que propõe um plano de ação a curto, médio e longo prazo para adequar e otimizar a infraestrutura existente, além de criar novas, de acordo com a demanda prevista.

Adotando os padrões de um documento estratégico, os resultados e as prioridades de intervenção se apresentam dentro de um enfoque multissetorial e interescalar, que permitem estabelecer uma rede de equipamentos urbanos de uso comunitário bem como uma rede de espaços públicos e áreas livres no município, visando a proximidade da população e a necessidade de preservação de áreas prioritárias para o meio ambiente e para a conservação da biodiversidade da região.

O Governo Municipal dispõe de um documento de referência sobre a situação atual, e inicia um processo contínuo de planejamento que começa no momento em que se delinea a visão de futuro da cidade e quais investimentos devem ser feitos, e termina no momento em que os equipamentos e espaços urbanos se constroem com um objetivo concreto e se colocam em funcionamento prestando um serviço de qualidade, para os quais foram pensados.

Para viabilizar a implementação do plano, foram realizadas estimativas de custos de investimento, operação e manutenção das intervenções por grupo temático, para orientar a previsão orçamentária das diferentes secretarias municipais e facilitar a obtenção de recursos.

A continuidade do processo requer que as propostas apresentadas no PEEUEL sejam monitoradas, avaliadas e periodicamente revistas, contando com a participação da comunidade local, para adequar a demanda projetada à realidade do município e ajustar de acordo com o gradual cumprimento dos objetivos. Finalmente, o presente documento incorpora recomendações sobre a organização institucional e o modelo de planejamento e gestão, que assegure a correta implementação do PEEUEL no curto prazo, definindo responsabilidades e critérios de revisão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO

Luciano Palma de Azevedo	Prefeito		
Juliano Roso	Vice-prefeito		
Ana Paula Wickert	Secretária	SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
José Ernani de Almeida	Secretario	SEDEC	Secretaria Municipal de Desporto e Cultura
Nelí Formighieri	Secretario	SEMCAS	Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
Enilson Silva Gonçalves	Secretario	SMAM	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Edemilson Brandão	Secretario	SME	Secretaria Municipal da Educação
Luiz Artur Rosa Filho	Secretario	SMS	Secretaria Municipal da Saúde
João Antônio Bordin	Secretario	SO	Secretaria Municipal de Obras
Cristian Thans	Secretario	STSG	Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Gerais

UGP **Unidade de Gestão do Programa**

Ana Paula Wickert	Coordenadora Geral da UGP
Regina Guimarães	Coordenadora Técnica da UGP
Sibele Fiori	Coordenadora Desenvolvimento Urbano UGP
Paulo Severo	Equipe Técnica UGP
Gustavo Henrich	Equipe Técnica UGP

BID **Banco Interamericano de Desenvolvimento**

Marcia Casseb	Chefe da Equipe
Maria do Carmo Bicudo	Consultora em Urbanismo

COMPOSIÇÃO DA EQUIPE

EQUIPE CHAVE

Manuela Casado de Prada	Coordenadora Geral
Juliana Ting	Especialista em Planejamento Urbano
Maria Vivas Bellver	Especialista na Área de Ciências Biológicas
Pedro Paes Lira	Especialista em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo
Antonio Fernandez Rodriguez	Especialista em Economia Urbana

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Juliana Ting	A29459-4 RRT PRINCIPAL Nº 731306
Pedro Paes Lira	A38924-2 RRT CO-AUTOR Nº 851955

EQUIPE DE APOIO

David Moncholi Badillo	Especialista em Mobilidade Urbana
Montserrat Garcia Hernandez	Especialista na Área de Engenharia Ambiental
Jaime Benarroyo Gómez	Arquiteto e Urbanista especialista em Planejamento Urbano
Dália Katz Hepner	Arquiteta e Urbanista especialista em Planejamento Urbano
Marco Suarez Pizarro	Arquiteto e Urbanista especialista em Projetos Urbanos
Andréia Faley	Arquiteta e Urbanista especialista em Projetos Urbanos
Rebeca de Mello Amaral	Arquiteta e Urbanista especialista em Planejamento Urbano
Ana Camila Sanchez	Arquiteta e Urbanista especialista em Projetos Urbanos
Núria Escriva	Arquiteta e Urbanista especialista em Projetos Urbanos
Júlia Borges Alves	Estagiária de Arquitetura e Urbanismo
Italo Galeazzi	Coordenador de Levantamento de campo
Leticia Zanesco	Pesquisadora de campo
Thaís de Carvalho	Secretária

Consórcio IDOM-ACXT

Gran Vía Carles III, 97 – Bajos – 08028 – Barcelona – Espanha
Tel: (+34) 93 409-2222 Fax: (+34) 93 411-1203
Av. Angélica, 2163 – cj.112 – 01227-200 – São Paulo – SP – Brasil
Tel/Fax: (011) 3818-8996 / (011) 2589-4023
www.idom.com

ÍNDICE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO	3	5.1.5 Equipamentos Esportivos	62
COMPOSIÇÃO DA EQUIPE	4	5.1.6 Espaços Livres de Uso Público	65
ÍNDICE.....	5	5.2 ÁREAS DE INTERVENÇÃO URBANA	68
MAPAS.....	6	Justificativa das propostas de alteração de zoneamento para a implementação das AIUs	70
FIGURAS	7	5.2.1 Área de Intervenção Urbana: Quartel do Exército (A.01).....	72
TABELAS	8	5.2.2 Área de Intervenção Urbana: Bosque Lucas de Araújo (A.02).....	75
SIGLAS	9	5.2.3 Área de Intervenção Urbana: Parque da Gare e Antiga Estação Ferroviária (A.03)	78
GLOSSÁRIO	10	5.2.4 Área de Intervenção Urbana: Banhado da Vergueiro (A.04).....	81
INTRODUÇÃO	14	5.2.5 Área de Intervenção Urbana: Parque Pinheiro Torto (A.05)	84
O QUE É O PLANO	16	5.2.6 Área de Intervenção Urbana: Parque Arlindo Haas (A.06).....	87
ÁREA DE ABRANGÊNCIA	17	5.2.7 Área de Intervenção Urbana: Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto (A.07)	90
1 ASPECTOS METODOLÓGICOS E ETAPAS DE TRABALHO	20	5.2.8 Área de Intervenção Urbana: Pedreira da Ergo (A.08).....	94
1.1 ETAPA 01: DIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS	20	5.2.9 Área de Intervenção Urbana: Roselândia (A.09)	97
1.2 ETAPA 02: ESTUDOS DE CONCEPÇÃO	20	5.2.10 Área de Intervenção Urbana: Fábrica de Tubos (A.10)	100
1.3 ETAPA 03: PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS E ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO.....	20	5.2.11 Área de Intervenção Urbana: Eixo Av. Brasil (A.11)	103
2 VISÃO DE FUTURO.....	23	5.2.12 Área de Intervenção Urbana: Eixo Av. 7 de Setembro (A.12).....	106
2.1 OBJETIVOS DO PEEUEL.....	23	5.2.13 Área de Intervenção Urbana: Eixo Av. Rui Barbosa (A.13).....	109
2.2 METAS DO PEEUEL.....	24	5.2.14 Área de Intervenção Urbana: Parque Menino Deus (A.14)	112
3 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	26	5.2.15 Área de Intervenção Urbana: Rio Passo Fundo (A.15).....	115
3.1 PERFIL MUNICIPAL.....	26	5.2.16 Área de Intervenção Urbana: Arroio Chafariz (A.16)	119
3.2 PRINCIPAIS ASPECTOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	27	5.2.17 Área de Intervenção Urbana: Lajeado Alexandre (A.17).....	122
3.3 PRINCIPAIS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	30	5.2.18 Área de Intervenção Urbana: Antigo Patronato (A.18).....	125
3.3.1 Evolução da população do município	30	5.2.19 Área de Intervenção Urbana: Eixo de Conexão à Roselândia (A.19)	128
3.3.2 Projeção Populacional e Cenários Futuros.....	33	5.2.20 Cronograma previsto para as áreas de intervenção urbana.....	131
3.4 PRINCIPAIS CARÊNCIAS DETECTADAS	36	5.3 VIABILIZAÇÃO DAS ÁREAS NECESSÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	131
4 PRINCÍPIOS ORDENADORES	39	6 CRONOGRAMA DAS INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS E ESTIMATIVA DE CUSTOS.....	142
5 SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES.....	45	6.1 CRONOGRAMA DAS INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS	142
5.1 EQUIPAMENTOS URBANOS E ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO.....	45	6.2 RESULTADO INTEGRADO DAS PROPOSTAS	149
5.1.1 Equipamentos de Educação.....	45	6.3 ESTIMATIVA DE CUSTOS.....	154
5.1.2 Equipamentos de Saúde	52	7 AÇÕES IMEDIATAS.....	158
5.1.3 Equipamentos de Atenção Social.....	56	7.1 GESTÃO MUNICIPAL	158
5.1.4 Equipamentos Culturais.....	59	7.1.1 Institucional.....	158
		7.1.2 Participação Social	158
		7.2 PLANEJAMENTO.....	159
		7.2.1 Compatibilização entre planos.....	159
		7.2.2 Vigência e revisão do PEEUEL.....	160
		7.2.3 Construção da Base Cartográfica e Atualização do Cadastro Técnico Multifinalitário.....	160
		REFERÊNCIAS	161

MAPAS

Mapa 1. Estrutura Urbana	28
Mapa 2. Zoneamento Urbano e os 22 Setores Demográficos.....	29
Mapa 3. Densidades Existentes.....	32
Mapa 4. Densidades Previstas.....	35
Mapa 5. Principais Carências e Potencialidades	37
Mapa 6. Mapa de cobertura territorial proposto para a rede de EMEI.....	48
Mapa 7. Mapa de cobertura territorial proposto para a rede de EMEF	51
Mapa 8. Mapa de cobertura territorial proposto para a rede de UBS	55
Mapa 9. Mapa de cobertura territorial proposto para a rede de CRAS	58
Mapa 10. Mapa de cobertura territorial proposto para a rede de equipamentos culturais	61
Mapa 11. Mapa de cobertura territorial proposto para a rede de equipamentos esportivos	64
Mapa 12. Mapa de cobertura territorial proposto para a rede de espaços livres de uso público	67
Mapa 13. Zoneamento urbano vigente e Áreas de Intervenção Urbana (AIU)	135
Mapa 14. Proposta de Alteração de Zoneamento urbano	136
Mapa 15. Áreas Sujeitas a Intervenção	137
Mapa 16. Plano de Implantação das Intervenções – Curto Prazo/Alta Prioridade.....	148
Mapa 17. Estruturação dos Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público	150

FIGURAS

Figura 1. Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público (PEEUEL)	16
Figura 2. Área escopo do estudo: Macrozona Urbana.	17
Figura 3. Município de Passo Fundo localizado na Região Funcional de Planejamento do Rio Grande do Sul. .	18
Figura 4. Desenvolvimento dos Trabalhos.....	20
Figura 5. Metodologia do Trabalho	21
Figura 6. a. Situação do município de Passo Fundo, com relação ao Brasil e ao estado. b. delimitação do perímetro do conselho regional de desenvolvimento (COREDE); c Estado do Rio Grande do Sul e a hierarquia urbana.	26
Figura 7. À esquerda: foto aérea da Universidade de Passo Fundo. À direita: acesso ao Hospital São Vicente de Paulo.	27
Figura 8. Mapa do Macrozoneamento do PDDI de 2006	27
Figura 9. Evolução da taxa média geométrica de crescimento anual (%) em Passo Fundo, Rio Grande do Sul (RS) , Brasil. Período 1950-2010.	30
Figura 10. Projeção Populacional de Passo Fundo. Período 1993-2041	33
Figura 11. Categoria de intervenção por grupo temático.....	40
Figura 12. Abordagem metodológica do PEEUEL.....	42
Figura 13. 19 Áreas de Intervenção Urbana propostas no PEEUEL.....	68
Figura 14. Porcentagem de intervenções propostas de acordo a categoria de intervenção	149
Figura 15. N° de intervenções propostas de acordo a categoria de intervenção	149
Figura 16. Distribuição das intervenções por setor.....	149
Figura 17. Custo de investimento inicial total das propostas por grupo temático.....	155
Figura 18. Custo de investimento total das propostas por setor.....	156
Figura 19. Modelo de Gestão.....	158
Figura 20. Organização Institucional proposta para a implementação do PEEUEL	159

TABELAS

Tabela 1. Princípios e objetivos específicos do PEEUEL.....	24
Tabela 2. População, Área Territorial e Densidade Demográfica.....	30
Tabela 3. População por setor no município de Passo Fundo. Ano 2010.....	31
Tabela 4. Projeção populacional por faixa etária de Passo Fundo. Cenário conservador 2000-2042.....	33
Tabela 5. Projeção populacional por faixa etária de Passo Fundo. Cenário otimista 2000-2042.....	33
Tabela 6. Categoria de intervenção por grupo temático.....	41
Tabela 7. Parâmetros de Referência Adotados.....	45
Tabela 8. Intervenções propostas para EMEI.....	47
Tabela 9. Intervenções propostas para EMEF.....	50
Tabela 10. Intervenções propostas para a rede de UBS.....	53
Tabela 11. Intervenções propostas para os CAIS.....	54
Tabela 12. Intervenções propostas para equipamentos de atenção social.....	56
Tabela 13. Programa de necessidades sugerido para os Centros Culturais.....	59
Tabela 14. Intervenções propostas para equipamentos culturais.....	60
Tabela 15. Intervenções propostas para a rede de equipamentos esportivos.....	63
Tabela 16. Intervenções propostas para a rede de espaços livres de uso público.....	66
Tabela 17. Áreas de Intervenções Urbana (AIU) e elementos de intervenção.....	68
Tabela 18. Síntese das AIU propostas.....	69
Tabela 19. Índices urbanísticos máximos propostos para todas as Áreas de Intervenções Urbana (AIU).....	71
Tabela 20. Fases de implantação previstas para as áreas de intervenção de desenho urbano.....	131
Tabela 21. Possibilidade de aplicação de instrumentos de financiamento urbano para as áreas de intervenção.....	134
Tabela 22. Parâmetros de avaliação econômica.....	154
Tabela 23. Valor médio de referência para custo de desapropriação por setor.....	154
Tabela 24. Estimativa orçamentária prevista para intervenções em equipamentos urbanos e espaços livres de uso público.....	155
Tabela 25. Custo de investimento total das intervenções em equipamentos e espaços livres de uso público.....	155
Tabela 26. Estimativa orçamentária prevista para as AIU.....	156

SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP	Área de Preservação Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAIS	Centro de Atendimento Integrado a Saúde
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Ensino Infantil
ESF	Equipe de Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo
PEDEL	Plano Estratégico de Desenvolvimento Local
PEEUEL	Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público
PES	Plano Estratégico Setorial
PMPF	Prefeitura Municipal de Passo Fundo
PPP	Parceria Público-Privada
PRODIN	Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo
PUL	Plano Urbanístico Local - Região Sudoeste/Perimetral Sul
SEDEC	Secretaria de Desporto e Cultura
SEMCAS	Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SMAM	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SME	Secretaria Municipal da Educação
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SO	Secretaria de Obras
STSG	Secretaria de Transportes e Serviços Gerais
SUS	Sistema Único de Saúde
TDR	Termos de Referência
UBS	Unidade Básica de Saúde
UGP	Unidade de Gestão do Programa
UPF	Universidade de Passo Fundo

GLOSSÁRIO

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços edificados e urbanos – incluindo mobiliário e equipamento –, bem como dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos da legislação vigente¹.

Arquitetura paisagística: campo de atuação profissional da Arquitetura e Urbanismo que envolve atividades técnicas relacionadas à concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial².

Anteprojeto ou Projeto Pré-Executivo: constitui a configuração final da solução arquitetônica proposta, considerando todas as exigências contidas no programa de necessidades e o Estudo Preliminar aprovado pelo cliente. Os desenhos possibilitarão uma clara compreensão da obra a ser executada, com a definição do partido geral, assim como da concepção estrutural e das instalações em geral. O anteprojeto deverá ser compatibilizado com os demais projetos complementares, contemplando os conceitos e orientações do programa específico, de acordo com o escopo do projeto. Deve receber a aprovação final do cliente.

Área de desapropriação sugerida: são áreas vazias, cuja estrutura fundiária é privada, indicada por este plano para aquisição pelo poder público para viabilizar a implantação de diretrizes urbanísticas, melhorias sociais e valorização ambiental em uma determinada área urbana.

Área de encontro e convívio: São espaços livres de uso público que favorecem práticas de sociabilidade. São espaços dotados de mobiliário urbano (bancos para descanso, lixeiras e iluminação), espaços para eventos ou manifestações artísticas, entre outros.

Área de intervenção paisagística: São intervenções destinadas a potencializar a valorização da paisagem urbana e natural das áreas em que estão inseridas.

Área de lazer de uso ativo: São espaços livres de uso público com finalidades de lazer destinado prioritariamente a áreas de jogos e recreação (playground), e a realização de práticas esportivas. A instalação de equipamentos e mobiliário é permitida. O objetivo destes espaços é garantir a interação entre os moradores do bairro.

Área de lazer de uso contemplativo: São espaços livres de uso público, naturais ou construídos, dotados de um valor ambiental e paisagístico. Trata-se, principalmente, dos ecossistemas naturais existentes (matas, banhados e brejos). O objetivo destes espaços é garantir a preservação através do seu uso contemplativo

Áreas de preservação: são áreas de interesse ambiental com relevante potencial paisagístico e natural, identificadas especificamente neste plano como áreas não aptas à ocupação e que devem ser preservadas.

¹ Redação dada pela resolução CAU/BR nº 51, de 12 de julho de 2013.

² Redação dada pela resolução CAU/BR nº 51, de 12 de julho de 2013.

São áreas com declividade elevada, entorno de nascentes e olho d'água, faixas de proteção marginal dos cursos d'água e áreas de preservação de mata nativa. Estas áreas de preservação incluem as áreas já definidas como APP (Áreas de Preservação Permanente) conforme a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 do Código Florestal. Caso haja interesse público, estas áreas poderão ser objeto de desapropriação mediante instrumentos previstos na legislação municipal, estadual ou federal.

Área de regularização fundiária: são áreas de ocupação irregular em áreas de intervenção urbana previstas no Plano.

Áreas passíveis de ocupação: são áreas destinadas a usos e atividades sugeridas pelo zoneamento previsto e servem de base para futuras intervenções.

Áreas Verdes: constituídas pelo conjunto de espaços significativos ajardinados e arborizados, de propriedade pública ou privada, necessárias à manutenção da qualidade ambiental urbana³.

Bicicletário: Equipamento implantado em área pública destinada para estacionamento de bicicletas.

Caminhos verdes: são intervenções urbanísticas que visam interligar os parques existentes e os a serem implantados mediante requalificação paisagística de logradouros por maior arborização, acessibilidade e permeabilidade dos percursos⁴.

Conservação: atividade que consiste num conjunto de práticas, baseadas em medidas preventivas e de manutenção continuada, que visam à utilização de recursos naturais, construtivos e tecnológicos, de modo a permitir que estes se preservem ou se renovem⁵.

Corredores ecológicos: atuam com o objetivo específico de promover a conectividade entre fragmentos de áreas naturais. São porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais⁶.

Equipamentos Urbanos e Comunitários: são instalações e edificações públicas de interesse geral da comunidade destinadas à educação, cultura, saúde, esportes, lazer, segurança e similares⁷.

Espaços Livres para Uso Público: são áreas públicas de uso comum destinadas à recreação, ao lazer, ao esporte e às atividades contemplativas, em que predominam as áreas não edificadas e a vegetação⁸. Para efeito deste plano, considera-se também as áreas privadas de interesse público municipal.

³ Redação dada pelo Termo de Referência publicado em Banco Interamericano de Desenvolvimento (2011).

⁴ Redação dada pelo Termo de Referência publicado em Banco Interamericano de Desenvolvimento (2011).

⁵ Redação dada pela resolução CAU/BR nº 51, de 12 de julho de 2013.

⁶ Redação dada pela Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

⁷ Redação dada pela Lei Complementar de Passo Fundo/RS nº230/2009 e Termo de Referência publicado em Banco Interamericano de Desenvolvimento (2011).

⁸ Redação dada pela Lei Complementar de Passo Fundo/RS nº230/2009

Estudo Preliminar: constitui a configuração inicial da solução arquitetônica proposta considerando as principais exigências contidas no programa de necessidades. Trata-se de um projeto esquemático, indicando áreas de abrangência e soluções preliminares, além de diagramas e cortes esquemáticos. Trata-se de um estudo do problema para determinação da viabilidade de um programa e do partido a ser adotado. Deve receber a aprovação preliminar do cliente.

Grupo Temático: refere-se a cada um dos temas objeto deste plano, sendo eles, educação, saúde, cultura, atenção social, esportes, e espaços livres de uso público. Temas que foram agrupados para facilitar a gestão de cada uma das secretarias municipais.

Índice de Espaços Livres de Uso Público (m²/hab.): Relação entre superfície destinada a espaços livres de uso público e habitantes. Pode ser aplicado sobre todo o município ou setores urbanos.

Índice de Equipamentos Esportivos (m²/hab.): Relação entre área construída destinada a equipamentos esportivos e habitantes. Pode ser aplicado sobre todo o município ou setores urbanos.

Infraestrutura Urbana: São as instalações básicas ao desenvolvimento urbano, como equipamentos de abastecimento de água, serviço de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica, gás canalizado, pavimentação, transporte e outros afins.

Intervenções na Malha Urbana: definição de sistema viário estruturador, composto por um conjunto de vias públicas, existentes e projetadas, para circulação de veículos, pedestres e bicicletas, com objetivo de permitir integração dos distintos espaços livres urbanos e equipamentos comunitários.

Loteamento: subdivisão de gleba em lotes edificáveis urbanos, com abertura ou alargamento de vias públicas e destinação de áreas para equipamentos urbanos e áreas verdes, nos termos da legislação vigente⁹.

Parcelamento do solo: toda a divisão do solo urbano que resulta em loteamento, desmembramento ou condomínio¹⁰.

Patrimônio histórico cultural e artístico: conjunto de bens materiais ou imateriais que, considerados individualmente ou em conjunto, serve de referência à identidade, à ação ou à memória dos diferentes grupos formadores de uma sociedade, e cuja preservação e conservação seja de interesse público, o que inclui: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e outros espaços destinados às manifestações artísticas e culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico¹¹.

Percursos de ciclovias: via exclusiva ao tráfego de bicicletas, com traçado independente das demais vias ou delas isolada através de barreira física (mureta, canteiro, blocos, cerca, balizas ou similares) ou contígua às demais vias, porém destacadas através de pintura no pavimento e/ou tachões reflexivos, podendo também ocorrer sobre a calçada.

Percursos de pedestres: São intervenções que procuram conectar internamente as áreas de lazer (ativo ou contemplativo), espaços públicos, equipamentos e sistema viário.

Plano Municipal: Entende-se Planejamento, Ordenamento e Gestão do Território como o conjunto de políticas, ações e instrumentos que buscam estruturar de forma integrada a área urbana e rural do Município, compreendendo a proposição e o gerenciamento de políticas de parcelamento do solo, de uso e ocupação do solo, de desenvolvimento urbano, de complementação de infraestrutura, de equipamentos públicos e comunitários, de lazer e de recreação, entre outros¹². O plano é o instrumento que representa o processo de planejamento, um processo racional que visa definir ou orientar as ações futuras que devem ser realizadas ao longo de um período determinado (horizonte do plano), a partir de um determinado enfoque sistêmico, buscando o melhor uso dos recursos existentes para o desenvolvimento local e territorial. Este processo visa definir a estratégia de ocupação do espaço urbano, as diretrizes e os caminhos que o desenvolvimento urbano deve seguir. Trata-se de um processo cíclico e vinculado a outras escalas e tipos de plano, e depende de constante reavaliação através de monitoramento adequado. Exemplos de planos municipais: plano diretor de desenvolvimento integrado, plano integrado de equipamentos urbanos, plano de habitação, plano de transporte e mobilidade, etc. Um plano municipal é um documento dinâmico, em constante processo de melhoria a partir das ações realizadas por cada secretaria municipal envolvida. Sua revisão deve ser realizada de acordo com a previsão legal específica, em consonância com o indicado pelo Plano Diretor vigente e pelo Estatuto da Cidade. A vigência do plano também deve estar vinculada a existência de planos ou estudos que apontem a necessidade de revisão, já que o que se deseja é a compatibilidade entre os diferentes planos.

Preservação: conjunto de procedimentos e ações organizadas e integradas que objetivam manter a integridade e perenidade de patrimônio edificado, urbanístico ou paisagístico¹³.

Programa de necessidades: documento que exprime as exigências do cliente e as necessidades dos futuros usuários da obra. Em geral, descreve sua função, atividades que irá abrigar, dimensionamento e padrões de qualidade, e poderá especificar prazos e recursos disponíveis para a execução. A elaboração desse programa deve, necessariamente, proceder ao início do projeto, podendo entretanto, ser complementado ao longo de seu desenvolvimento.

Projeto arquitetônico: conjunto de desenhos e documentos técnicos necessários à construção, fabricação ou montagem de uma obra, sendo a primeira etapa de realização da mesma. O objetivo principal de um Projeto de Arquitetura de Edificação é a Execução da Obra idealizada pelo arquiteto. Essa obra deve se adequar aos contextos naturais e culturais em que se insere e responde às necessidades do cliente e futuros usuários do edifício. O projeto de arquitetura compreende as fases de Estudo Preliminar, Anteprojeto, Projeto de Aprovação, Projeto de Execução e Assistência à Execução da Obra.

Projeto urbanístico: atividade técnica de criação, pela qual é concebida uma intervenção no espaço urbano, podendo aplicar-se tanto ao todo como a parte do território – projeto de loteamento, projeto de regularização fundiária, projeto de sistema viário e de acessibilidade urbana¹⁴.

⁹ Redação dada pela resolução CAU/BR n° 51, de 12 de julho de 2013.

¹⁰ Redação dada pela Lei Complementar de Passo Fundo/RS n°230/2009

¹¹ Redação dada pela resolução CAU/BR n° 51, de 12 de julho de 2013.

¹² Redação dada pela Lei Complementar de Passo Fundo/RS n°299/2012

¹³ Redação dada pela resolução CAU/BR n° 51, de 12 de julho de 2013.

Projeto Básico: solução intermediária do Projeto Executivo Final, que contém representação e informações técnicas da edificação que possibilitem uma avaliação de custo, já compatibilizadas com os projetos das demais atividades projetuais complementares.

Projeto Executivo: corresponde ao conjunto de documentos técnicos (memoriais, desenhos e especificações) necessários e suficientes à licitação e/ou execução (construção, montagem, fabricação) da obra e para o desenvolvimento dos demais projetos executivos complementares. Constitui a configuração desenvolvida e detalhada do Anteprojeto aprovado pelo cliente.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): é uma categoria de unidade de conservação privada, prevista na Lei Federal nº 9.985/2000, com objetivo de conservar a diversidade biológica, na qual podem ser desenvolvidas atividades de ecoturismo, educação ambiental e pesquisa científica. O título de RPPN dado a uma área particular é de caráter perpétuo, e representa atualmente um importante instrumento de conservação da natureza aliado aos esforços de criação de unidades de conservação de domínio público.

Trilhas ecológicas: percursos de pedestres primordialmente interpretativos, enfocando o aspecto da conscientização e da educação ambiental ou ecológica. As trilhas são construídas preferencialmente de madeira e rocha, de origem local; instalação de cestos de coleta seletiva de lixo; passarelas, plataformas ou mirantes com o mínimo de impacto e constituído de cores escuras (verde primordialmente ou cor natural da madeira); podem conter sinalização para conscientização e informação ao visitante.

Vias de pedestre: são estruturas destinadas a circulação de pedestres, separadas do trânsito de veículos motorizados, sem complementação da caixa de rodagem¹⁵.

¹⁴ Redação dada pela resolução CAU/BR nº 51, de 12 de julho de 2013.

¹⁵ Redação dada pela Lei Complementar de Passo Fundo/RS nº299/2012

INTRODUÇÃO

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público - PEEUEL



INTRODUÇÃO

O Plano Diretor é o principal instrumento de planejamento e gestão das cidades, que orienta as políticas públicas a serem desenvolvidas em todas as áreas da administração pública municipal. Tal instrumento consiste em uma lei específica do município, sendo de observância obrigatória para todos os agentes públicos e privados que nele atuam. O Município de Passo Fundo possui seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) instituído na lei complementar nº170 de 09 de outubro de 2006, a qual indica que está entre seus objetivos o planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável local e regional. Para cumprir com este e outros objetivos, é necessário construir e implementar outros planos municipais que na sua somatória permitem colocar em prática este enfoque de planejamento.

Neste sentido, o PDDI prevê a obrigatoriedade da elaboração de planos setoriais, que permitam considerar a especificidade das ações e seu acompanhamento, com detalhamento de temas específicos, tais como o planejamento integrado de equipamentos urbanos municipais e o planejamento de seu patrimônio natural e paisagístico. Desta forma, a elaboração de qualquer plano setorial deve atender as diretrizes estabelecidas no atual PDDI e incorporar mecanismos que incentivem a comunidade a participar na toma de decisões do modelo de cidade que se deseja.

Em 2010 a Prefeitura Municipal de Passo Fundo assinou o contrato de empréstimo nº2320/OC-BR junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, dentro do programa PROCIDADES. Trata-se de um mecanismo de crédito destinado a promover a melhoria da qualidade de vida da população nos municípios brasileiros de pequeno e médio porte. O programa financia investimentos em desenvolvimento urbano integrado com uma abordagem multissetorial, concentrada e coordenada geograficamente, incluindo as seguintes modalidades: melhoria de bairros, recuperação urbana e renovação e consolidação urbana. Além disso, também são financiadas intervenções setoriais, tais como transporte e sistemas viários, saneamento, serviços urbanos, gestão ambiental e desenvolvimento social, no contexto de um plano de desenvolvimento municipal.

Neste marco foi instituído o Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo – PRODIN, sendo aprovado o investimento de cerca de 20 milhões de dólares para executar ações de desenvolvimento integrado, sendo metade recursos do BID e metade proveniente de recursos próprios do município. O PRODIN está dividido em quatro componentes, sendo que o Componente II, destinado ao Desenvolvimento Urbano e Estruturação de Áreas Verdes, é aquele que financia a elaboração do presente **Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público (PEEUEL)**.

De acordo aos objetivos deste componente, o PEEUEL identifica as principais áreas para melhorar o entorno urbano e ambiental da cidade e identificar projetos prioritários, tais como a construção e/ou a melhoria de praças, parques e equipamentos urbanos, bem como de áreas de esportes e recreação.

Os estudos e projetos previstos neste documento contribuem para a preparação de ações, intervenções e aplicação de investimentos prioritários, a partir da hierarquização do conjunto de obras e serviços, realizada em conjunto pela equipe da UGP, o BID e a Consultora IDOM-ACXT.

O PEEUEL consiste numa oportunidade que o poder público municipal possui para fortalecer Passo Fundo no contexto regional brasileiro, assumindo seu papel polarizador de um conjunto de atividades em uma ampla região, promovendo a requalificação social, ambiental e urbana, a partir das especificidades do município, mediante a estruturação de seus equipamentos e áreas livres e a definição de ações que sejam percebidas visualmente por todos os seus habitantes e visitantes.

O presente plano configura, portanto, um instrumento de planejamento complementar, de modo a garantir a sustentabilidade dos sistemas fundamentais para a proteção e a valorização dos espaços urbanos, bem como a ocupação racional do território municipal. O PEEUEL deverá ser um documento de referência e sua implementação é parte essencial do planejamento urbano estratégico do município.

O presente relatório refere-se ao **Resumo Executivo do Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público (PEEUEL)**

O objetivo deste documento é apresentar a síntese dos resultados e das propostas do PEEUEL. Trata-se apenas de um documento referencial e de caráter divulgativo, sendo que suas análises e propostas são apresentadas de forma detalhada no relatório referente à versão final do plano.

O Resumo Executivo está estruturado em sete partes:

- **Capítulo 1 – Aspectos Metodológicos e Etapas de Trabalho:** apresenta a descrição das principais atividades realizadas em cada etapa e a metodologia empregada no processo de elaboração do plano.
- **Capítulo 02 – Visão de Futuro:** identifica a necessidade de apostar por uma visão de futuro, situa a importância da implementação do PEEUEL e de outros estudos em elaboração, e aponta os principais objetivos e metas que as propostas do plano devem alcançar.
- **Capítulo 03 – Contextualização:** apresenta os pontos mais importantes levantados na fase de diagnóstico necessários para a compreensão do plano, como caracterização do município, dados de população, principais carências e tendências futuras.
- **Capítulo 04 – Princípios Ordenadores:** realiza uma breve descrição metodológica e um resumo das categorias de intervenção utilizadas na definição das propostas.

- **Capítulo 05 – Síntese das Intervenções:** apresenta o resumo das propostas para equipamentos urbanos e espaços livres de uso público por grupo temático, que inclui as características gerais do equipamento, a lista das intervenções propostas, as prioridades de intervenção e o prazo de implantação. No caso das áreas de intervenção urbana são apresentadas as fichas de intervenção.
- **Capítulo 06 – Cronograma das Intervenções Prioritárias e Estimativa de Custos:** consiste na síntese das propostas prioritárias de curto (10 anos), de médio (20 anos) e de longo prazo (30 anos), além de apresentar o resultado integrado das propostas e a previsão orçamentária.
- **Capítulo 07 – Ações imediatas:** sugere medidas necessárias para assegurar a correta implementação do plano e o acompanhamento da evolução de seus resultados.

O QUE É O PLANO

O Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público (PEEUEL) é um instrumento de planejamento integrado que apresenta as necessidades e as disponibilidades dentro do âmbito do plano de ação de curto, médio e longo prazo para adequar e otimizar a rede de equipamentos urbanos e espaços livres de uso público. Entende-se como rede de equipamentos urbanos as instalações e edificações públicas de interesse geral da comunidade destinadas à educação, cultura, saúde, esportes, lazer, segurança e similares. E entende-se por espaços livres de uso público as áreas públicas e privadas de interesse público municipal de uso comum destinadas à recreação, ao lazer, ao esporte e às atividades contemplativas, em que predominam as áreas não edificadas e a vegetação. O plano deverá orientar a localização e o dimensionamento de equipamentos urbanos e comunitários e espaços livres de uso público para futuras intervenções.

Além das propostas para a rede de equipamentos, o plano ainda apresenta propostas para as Áreas de Intervenção Urbana, territórios estratégicos de intervenção. Desta forma o plano contribui para a definição de espaços voltados à qualificação urbana para a população e à preservação ambiental, evitando o comprometimento de áreas essenciais existentes na estrutura da cidade.

O plano é um instrumento balizador, capaz de auxiliar o município na salvaguarda de áreas essenciais para a implantação de uma estrutura de lazer e preservação, em criar um sistema de espaços públicos e um sistema de equipamentos urbanos adequados às necessidades dos moradores de Passo Fundo.

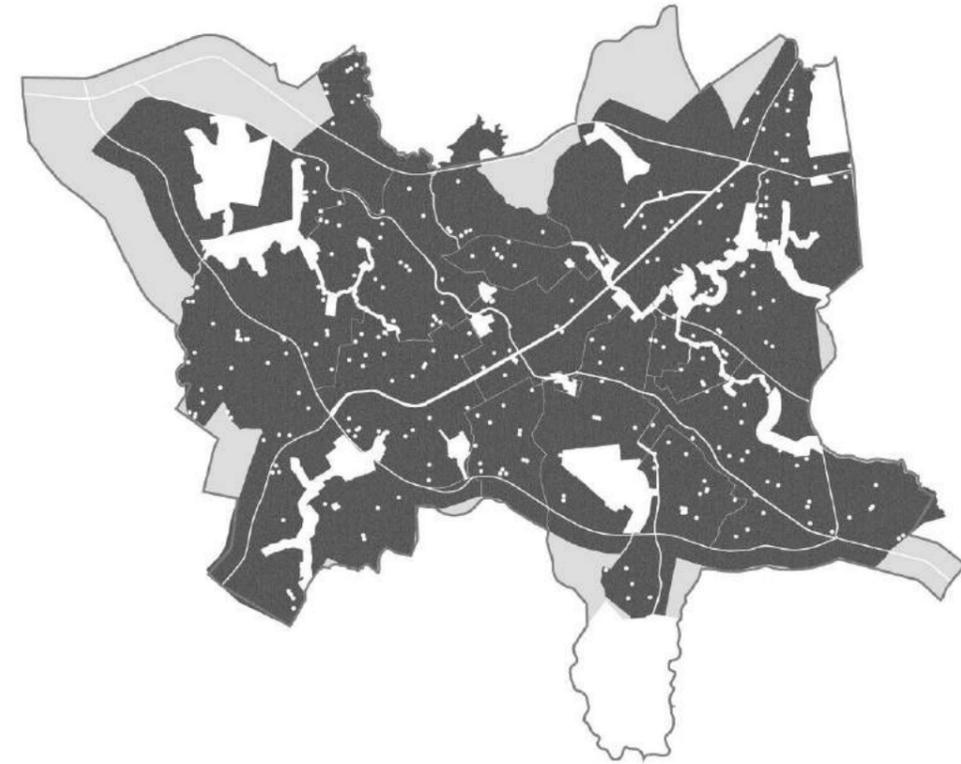


Figura 1. Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público (PEEUEL)

Fonte: Idom (2013)

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Passo Fundo é considerado capital regional do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, influenciando economicamente e absorvendo demandas sócias das cidades do seu entorno. O município é um Polo da região norte do Rio Grande do Sul, sendo a maior cidade do norte do estado. Entre outras cidades médias do Rio Grande do Sul dotadas de forte centralidade, tais como Pelotas e Santa Maria, Passo Fundo pode ser considerada uma cidade média e polo regional de uma região economicamente dinâmica.

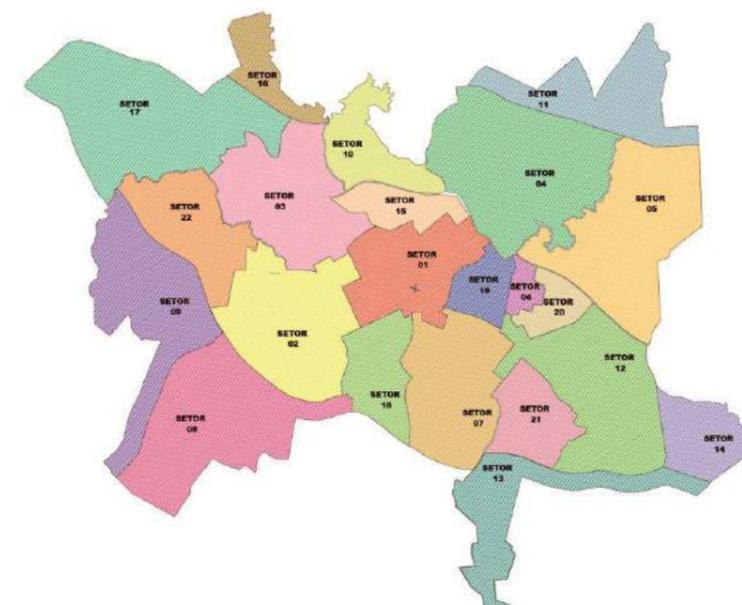
No que consiste os limites políticos-administrativos de Passo Fundo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (Lei Complementar nº 170/06) reparte o município em 5 macrozonas com características homogêneas ou similares. Sendo uma macrozona urbana, duas macrozonas de características rurais e uma macrozona de preservação ambiental.

A área escopo dos estudos e propostas do PEEUEL é o perímetro da **Macrozona Urbana estabelecida pelo PDDI**. Esta área caracteriza-se por ser a parcela do espaço municipal com predominância de funções urbanas, sendo definidas a partir de áreas já urbanizadas e das áreas passíveis de serem urbanizadas. Essa macrozona compreende uma área de aproximadamente 90 km² e uma população urbana de 179.548 habitantes.

O perímetro urbano foi utilizado como referência para os estudos de capacidade e demanda, considerando a delimitação dos 22 de setores demográficos de planejamento urbano que compõem a macrozona urbana. Os setores são a unidade utilizada como referência para o desenvolvimento do Plano.



Macrozona PDDI	Área (Km ²)	População
1 Macrozona de Produção Rural Agropastoril	295,23	4462
2 Macrozona de Produção Mista	111,32	
3 Macrozona de Produção Agrofamiliar	161,79	
4 Macrozona de Proteção aos Mananciais Hídricos	110,01	
5 Macrozona Urbana	77,59	180364
Total	755,94	184826



Macrozona Urbana e a divisão dos 22 setores

Figura 2. Área escopo do estudo: Macrozona Urbana.

Está dividida em 22 setores ou bairros que conformam o perímetro urbano do município de Passo Fundo

Fonte: PMPF - SEPLAN

Numa análise sintética da distribuição da ocupação urbana, o Município se concentra na área central do perímetro do distrital, entre a rodovia BR-265, rodovias estaduais e a ferrovia, principal fator do crescimento e desenvolvimento urbano de Passo Fundo. Percebe-se duas vertentes de crescimento nas área mais centrais, e no entorno da antiga estação de trem, onde atualmente se vivencia a verticalização. A outra vertente são os bairros periféricos, antigos assentamentos e loteamentos mais recentes que formam a expansão da malha urbana de forma menos densa que a região central.

No que consiste a escala regional, ainda que o plano tenha sido realizado para a área urbana e sua população, deve-se ter em conta a influência da área rural e dos municípios circundantes, uma vez que Passo Fundo se caracteriza como sendo um município polo regional, atraindo a população vizinha, suprindo as carências da rede pública das cidades próximas. Á área da aglomeração é constituída por 30 municípios que gravitam em torno de Passo Fundo.



Figura 3. Município de Passo Fundo localizado na Região Funcional de Planejamento do Rio Grande do Sul. A regionalização foi definida pelo Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS (Rumos 2015), com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e na adequação das variáveis correspondentes para identificação das polarizações, ou seja, do emprego, das viagens por tipo de transporte, da rede urbana, da saúde e da educação superior.

Fonte: SEPLAG/DEPLAN RS

ASPECTOS METODOLÓGICOS E ETAPAS DE TRABALHO

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público - PEEUEL



1 ASPECTOS METODOLÓGICOS E ETAPAS DE TRABALHO

O Plano foi realizado em 3 etapas, conforme estabelecido nos Termos de Referência, seção V do Edital de Concorrência Pública nº 02/2010 SBQC-BID, e conforme a figura abaixo. O presente documento é referente ao Resumo Executivo do Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público, que compõe a Etapa 03: Plano de Estruturação.

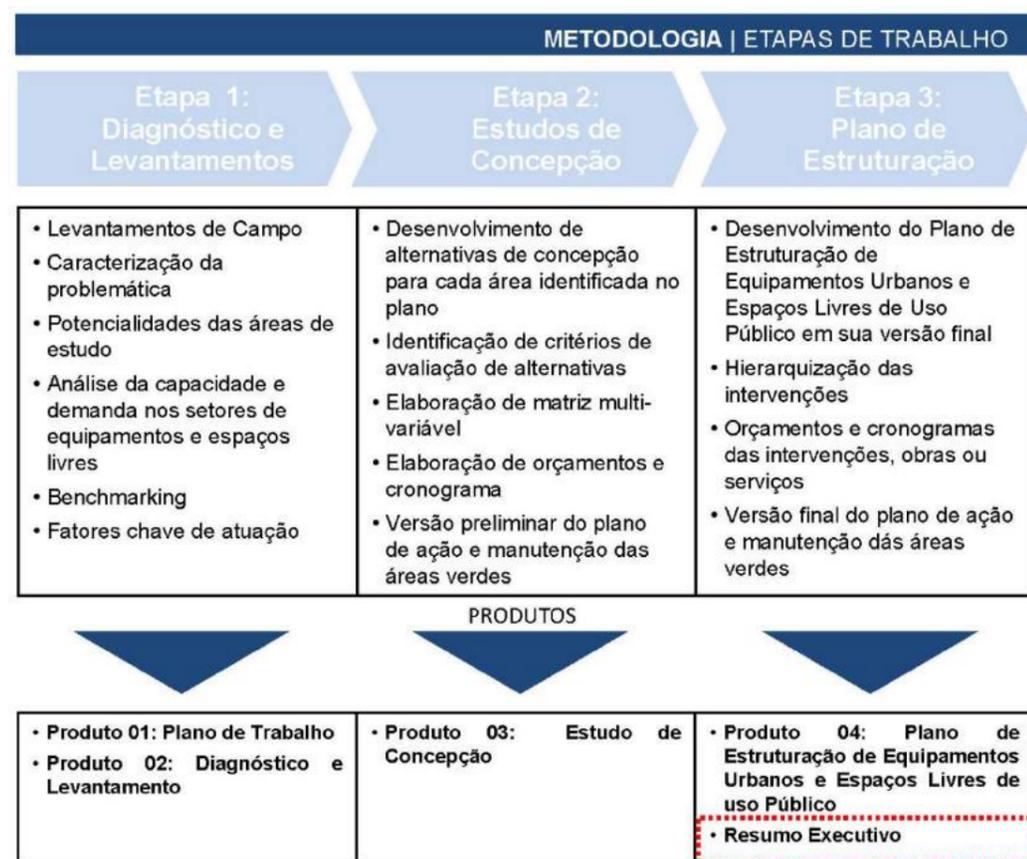


Figura 4. Desenvolvimento dos Trabalhos
Fonte: Idom (2012)

A metodologia utilizada em cada etapa é detalhada a seguir.

1.1 ETAPA 01: DIAGNÓSTICO E LEVANTAMENTOS

Nessa etapa foi realizada a caracterização e o levantamento acerca da problemática e potencialidades das áreas, desenvolvidos a partir da documentação base fornecida pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo (PMPF), informações obtidas nas pesquisas de campo, revisão bibliográfica sobre a temática de equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público, análises de estudos prévios de escala regional e estadual na área da educação, saúde, cultura, esportes, assistência social e áreas verdes, análise da legislação pertinente sobre a implantação e o dimensionamento de uma rede de espaços livres de uso público e de

equipamentos urbanos comunitários, e fontes de dados fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O produto final desta etapa 01: Diagnóstico e Levantamentos, apresenta a análise e o diagnóstico de todos os aspectos a serem considerados no plano: análise de evolução física do território, análise de uso e ocupação do solo, ocupações irregulares, zoneamento atual, cenário tendencial de população nos próximos 30 anos, análise da localização e dimensionamento dos equipamentos urbanos e espaços livres públicos, análise por setores, estudo das melhores práticas dos aspectos urbanísticos, ambiental e social, caracterização das principais formações vegetais e análise das áreas livres com potencial de intervenção.

1.2 ETAPA 02: ESTUDOS DE CONCEPÇÃO

Nessa etapa foi realizado um estudo de concepção por grupo temático identificado no plano. Para cada categoria foram feitas propostas de intervenção, elaborando uma ficha, estimando os valores e definindo os critérios de priorização das propostas, com objetivo de criar uma hierarquia das intervenções.

A elaboração dos referidos estudos foi definida para cada categoria de intervenção:

- Propostas de intervenções em equipamentos urbanos e espaços livres de uso público:** Compreendem as alternativas de intervenções, com objetivo de atender a demanda de atendimento populacional e cobertura territorial segundo as metas estipuladas de acordo com os prazos de implantação previstos em vista do horizonte de 30 anos do presente Plano.
- Propostas para áreas de intervenção urbana:** compreendem soluções de desenho urbano, uso e ocupação do solo e alteração de zoneamento em intervenções urbanísticas por meio de implantação de projetos e ações de planejamento.
- Mobiliário urbano:** foram desenvolvidos critérios de desenho e localização de elementos que conformam o espaço público. Sugere-se que estas diretrizes sejam consideradas para a solução dos diversos problemas detectados e para a implantação de mobiliário urbano nos novos espaços urbanos.
- Plano de Ação e Manutenção das Áreas Verdes:** Nesta etapa foram desenvolvidas em sua versão preliminar as propostas de ações permanentes de implantação e manutenção de praças e parques, envolvendo propostas de disciplinamento da arborização nos passeios públicos, de criação de incentivos à arborização e o ajardinamento em áreas privadas.

1.3 ETAPA 03: PLANO DE ESTRUTURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS E ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO

Nessa etapa foi finalizado o Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público, sendo efetuada uma hierarquização do conjunto de obras e serviços previstos, e identificadas aquelas consideradas prioritárias para compor o Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo. A hierarquização das intervenções foi realizada de maneira conjunta entre a UGP, BID e a consultora no

decorrer da realização dos trabalhos. A eleição das alternativas mais viáveis considera a perspectiva técnica, social, urbana e ambiental.

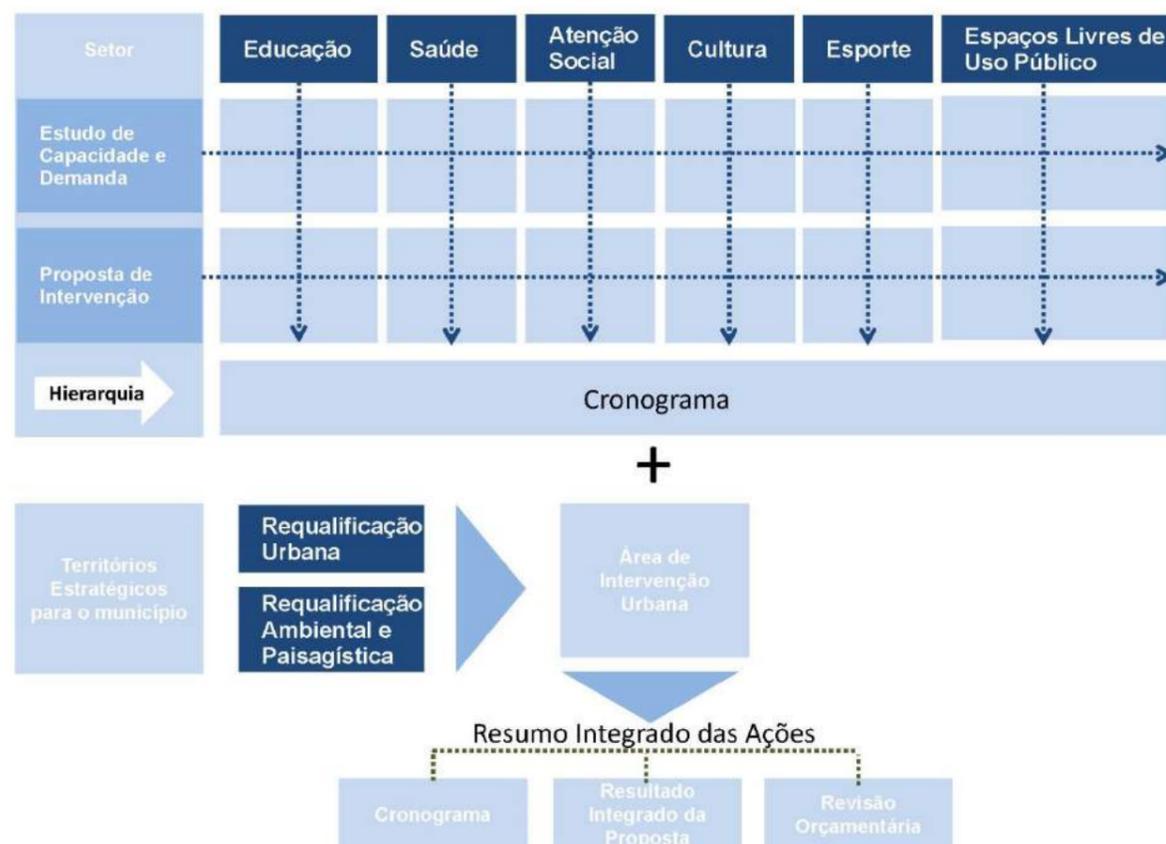
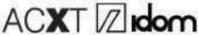
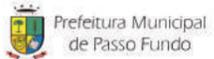


Figura 5. Metodologia do Trabalho
 Fonte: Idom (2012)



2 VISÃO DE FUTURO

No decorrer da elaboração do primeiro Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público do Município de Passo Fundo, foi detectada a necessidade de expandir a visão de futuro para a cidade, explorando todo o potencial estratégico que a cidade possui em vários âmbitos, tais como:

- polo de referência em saúde e educação,
- capital nacional e estadual da literatura,
- capital internacional de folclore,
- cidade de eventos regionais,
- polo de universidades, pesquisa e desenvolvimento,
- polo logístico e industrial,
- polo de ecoturismo.

Em paralelo ao presente plano, outros planos municipais estão sendo finalizados ou se encontram em fase de elaboração, tais como o Plano Urbanístico para a Região Sudoeste/Perimetral Sul (PUL), o Plano Estratégico de Desenvolvimento Local (PEDEL) e a definição de Projetos Estratégicos Setoriais (PES), o Plano Diretor de Mobilidade Urbana (PDMU), Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), o Programa de Recuperação de Passivos Ambientais (PRPA), o Programa de Monitoramento Ambiental (PMA), bem como o estudo para a Plataforma Logística de Passo Fundo. Todos estes planos auxiliarão o município em determinar as bases e ações concretas para seu desenvolvimento regional e local. A somatória destes trabalhos e a definição integral da visão de futuro para o horizonte de 30 anos posicionará Passo Fundo diante de uma abrangente região, na qual o município exerce influência.

A lógica de qualquer planejamento é pensar no longo prazo para agir no curto prazo, e pensar nos aspectos globais para poder atuar nos aspectos locais. É neste sentido em que se insere o PEEUEL, pois para se desenvolver de cara ao exterior, é primordial oferecer uma cidade bem estruturada ao seus cidadãos.

A seguir apresentam-se os objetivos e metas a serem seguidas pelas propostas e ações apontadas pelo presente plano.

2.1 OBJETIVOS DO PEEUEL

O principal objetivo do PEEUEL é auxiliar o município na estruturação de uma eficiente rede municipal de espaços livres de uso público e equipamentos urbanos comunitários de atenção básica, capaz de atender as demandas populacionais projetadas considerando um horizonte de planejamento para os próximos 30 anos. Desta forma o plano deverá indicar as áreas essenciais que deverão ser salvaguardadas para a implementação desta rede, constituindo assim uma base para as futuras intervenções.

O desenvolvimento do plano teve como norteador as seguintes diretrizes constantes no Termo de Referência:

- Identificar, áreas verdes ou áreas livres, públicas e privadas, com características potenciais voltadas à implantação de equipamentos urbanos e/ou espaços para lazer e preservação;
- Estabelecer e destinar áreas para equipamentos urbanos e comunitários que supram as necessidades locais e garantam a funcionalidade social e urbanística.
- Prever espaços urbanos dotados de elementos naturais, construídos e paisagísticos, com a função de: área de lazer ativo e contemplativo, esportes, encontro e convívio, circulação, promoção e oferta de áreas verdes, marco da área urbana, servindo de referencial urbano, entre outros;
- Realizar intervenções na malha urbana, articuladas com o entorno. Deve existir uma compreensão do município como um todo, de modo a avaliar seu potencial urbano, paisagístico e ambiental;
- Os ecossistemas naturais existentes, em diversos níveis de integridade, servirão de referência para projeto (como matas, parques existentes ou previstos, praças, áreas de conservação ambiental, banhados e brejos);
- Identificar e propor percursos de pedestres, caminhos verdes, ciclovias, ciclofaixas e bicicletários;
- Facilitar o acesso da população aos espaços previstos no Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público;
- Conservar os espaços naturais e florestais de forma integrada, preservando e recuperando espaços de interesse ambiental e paisagístico, protegendo e requalificando os recursos hídricos em áreas públicas e privadas;
- O presente Plano deverá integrar-se ao Plano Diretor em vigor, atentando às diretrizes específicas relacionadas ao Patrimônio Natural e Paisagístico, assim como as demais exigências do Plano pertinentes aos serviços contratados;

A partir destas diretrizes norteadoras descritas acima e dos levantamentos e diagnóstico realizado no desenvolvimento do plano, foram construídos os princípios do plano e determinados os objetivos específicos que embasam seu desenvolvimento, e se encontram descritos na tabela abaixo:

Princípios	Objetivos Específicos do PEEUEL
Melhoria das condições de vida da população, facilitando o acesso público de todas as camadas da população à atenção básica de educação, saúde, cultura, lazer, esportes e espaços livres;	 <p>Apresentar cenário referencial para as futuras ações municipais voltadas para a melhoria e implantação de equipamentos urbanos e espaços livres de uso público a partir da projeção da população e análise de suas carências;</p>
Harmonização entre o meio natural e o processo de urbanização, a partir de ações de equilíbrio ecológico e valor social	 <p>Identificação das áreas essenciais a salvaguardar para implantação de uma estrutura de lazer, preservação que constituam a base para futuras intervenções;</p>
Diminuir a desigualdade social entre os diversos bairros da cidade favorecendo a coesão social	 <p>Indicar do ponto de vista técnico as prioridades de intervenção em equipamentos e espaços livres de uso público de forma equilibrada para cada um dos 22 setores do município baseadas em propostas especializadas e critérios mensuráveis;</p>
Promover mudanças nos padrões de qualidade das políticas públicas possibilitando um novo patamar de inserção da população em condições sustentáveis	 <p>Proporcionar um instrumento capaz de nortear a tomada de decisões das secretarias responsáveis pela implantação dos equipamentos urbanos e espaços livres de uso público a partir de critérios preestabelecidos e equitativos, dotando o município de informações importantes sobre suas potencialidades e deficiências;</p>

Tabela 1. Princípios e objetivos específicos do PEEUEL.

Fonte: Idom (2013).

2.2 METAS DO PEEUEL

Para a quantificação e dimensionamento das propostas de ampliação e melhoria da rede de equipamentos e espaços livres de uso público, o PEEUEL estabeleceu que o cenário ideal para o município de Passo Fundo é atender a 100% da demanda projetada para 2042. A meta aplicada a proposta é a universalização até 2042, da oferta dos equipamentos de atenção básica de educação, saúde, e atenção social sendo garantida pela oferta de equipamentos municipais. No que concerne os espaços livres de uso público e os equipamentos esportivos a meta foi aumentar o índice m² por habitante, atingindo o índice de 3m²/hab. e 12m²/hab. respectivamente. No

que tange os equipamentos de cultura a meta é implantar uma rede de equipamentos de escala de bairro públicos em locais onde exista a demanda, e requalificar os equipamentos de escala municipal existentes.

Em paralelo às metas de atendimento baseadas na projeção da população, foram estabelecidas metas territoriais fundamentadas nos raios de abrangência dos equipamentos, desta forma foi estabelecido que para os equipamentos de educação, saúde, cultura, esporte e espaços livres de uso público, pelo menos 80% do território deverá estar coberto. Os raios de abrangência dos equipamentos foram determinados segundo as especificidades de cada tipo de equipamentos. Esta meta não foi estabelecida para os equipamentos de atenção social básica, pois nem todos os setores apresentam demanda suficiente para receberem estas instalações.



3 CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise da situação atual do município foi uma das etapas de desenvolvimento do plano que serviu de embasamento de apoio e suporte. O diagnóstico apresentado no relatório Produto 02 estudou diferentes aspectos do município de Passo Fundo, tais como o marco territorial da cidade, os aspectos ambientais e da paisagem, os aspectos de infraestrutura e serviço, os aspectos da ocupação e normativas urbanas, os aspectos demográficos e o cenário tendencial. O relatório teve como conclusão a apresentação de uma Matriz SWOT e a identificação das principais carências e potencialidades do município. Este capítulo apresenta uma síntese deste diagnóstico, no que concerne aos aspectos mais relevantes para o entendimento do PEEUEL.

3.1 PERFIL MUNICIPAL

Criado em 1857, com uma área territorial de 780,36 km², dos quais aproximadamente 90 km² são perímetro urbano, Passo Fundo localiza-se no norte do estado do Rio Grande do Sul, situado no Planalto Médio na Mesorregião do Noroeste Rio-grandense e na Microrregião de Passo Fundo a uma distância de 287 km de Porto Alegre, capital do estado. No que se refere ao planejamento regional do estado, Passo Fundo se encontra na Regional Funcional R09 e no Conselho Regional de Desenvolvimento denominado (COREDE) denominado Produção, essas últimas escalas de regionalização citadas são utilizadas como unidades de planejamento para elaboração do plano plurianual e no orçamento do estado.

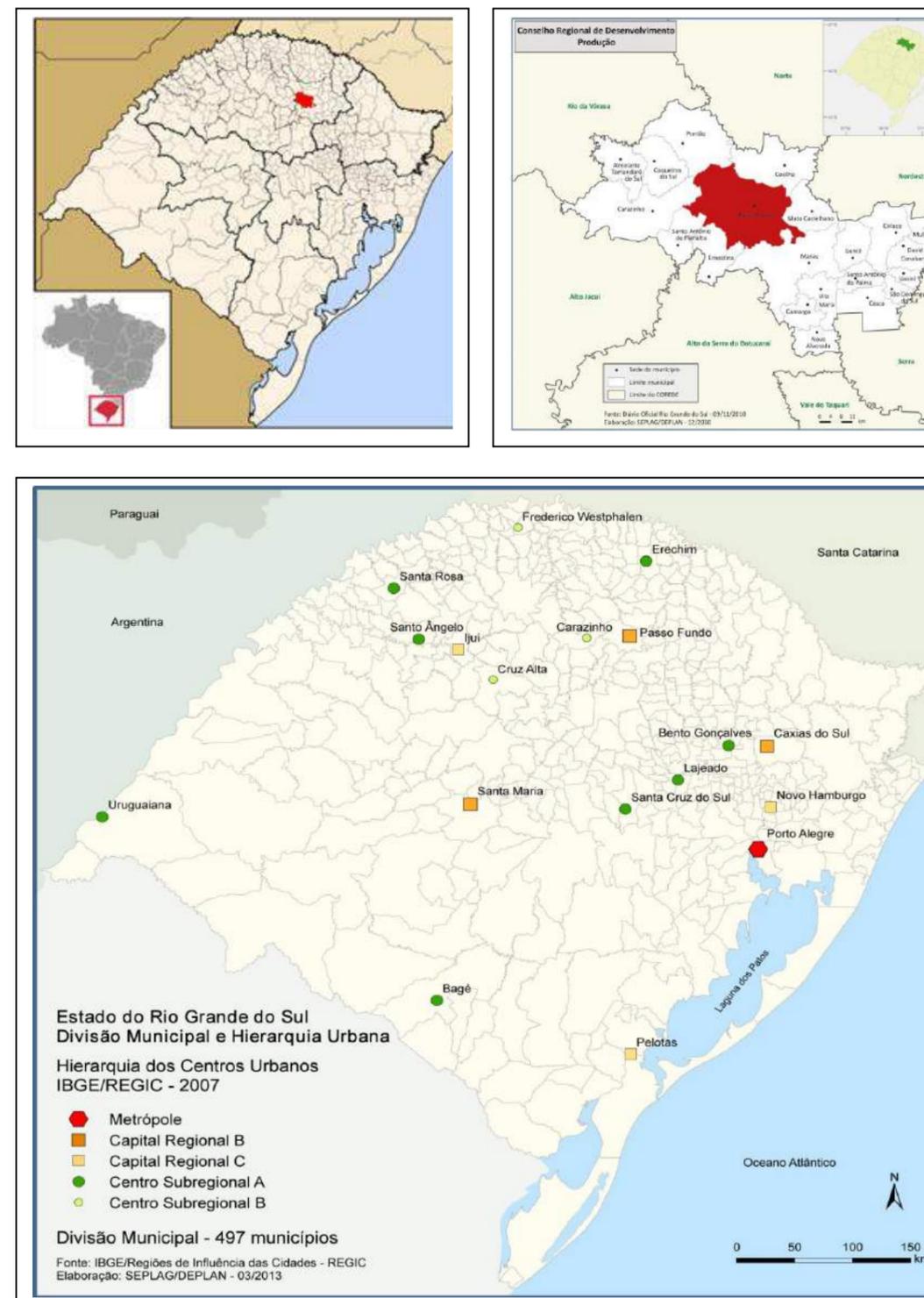


Figura 6. a. Situa7o do munic6pio de Passo Fundo, com rela7o ao Brasil e ao estado. b. delimita7o do per6metro do conselho regional de desenvolvimento (COREDE); c Estado do Rio Grande do Sul e a hierarquia urbana.

Fontes: http://pt.wikipedia.org/wiki/Passo_Fundo; <http://www.pampasonline.com.br>; http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=793&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1340

A base econômica do município se concentra hoje, fundamentalmente, no setor terciário, onde reside a maior parte do seu PIB, cerca de 70%. A produção e a renda gerada no município estão centradas nos setores do comércio, sobretudo o varejista, e de serviços, responsáveis pela maior parte dos empregos gerados localmente. Observa-se uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais, dos mais diversos segmentos, presentes em toda extensão da Avenida Brasil, a principal via estruturadora da cidade.

Em conjunto com os 25 municípios que fazem parte da subdivisão regional do Conselho de Desenvolvimento da Produção (COREDE) essa região tem como a principal atividade econômica a produção agropecuária, em especial, a produção de grãos. Passo Fundo possui uma grande quantidade de estabelecimentos voltados ao consumo produtivo da região. O agronegócio é a principal atividade produtiva do norte do estado, representada por muitas agropecuárias, lojas de implementos agrícolas, de fertilizantes, de sementes. Por sua localização privilegiada, podemos destacar o papel da cidade como centro logístico, principalmente no que se refere ao escoamento da produção regional. No entanto, o setor primário corresponde atualmente a 1% do PIB de Passo Fundo.

No setor educacional, a cidade conta com algumas instituições particulares de ensino superior e com a Universidade de Passo Fundo (UPF), que possui mais de 16 mil acadêmicos e colabora com o desenvolvimento que vai além do município, atraindo estudantes do Norte do Rio Grande do Sul e do Oeste Catarinense. Outro importante fator de polarização está relacionado aos serviços especializados de saúde. O Hospital São Vicente de Paulo (HSVP) é um hospital de referência regional. É considerado o maior do interior do Estado e o terceiro maior centro médico do sul do Brasil. Há também um grande número de clínicas e consultórios médicos na cidade, das mais variadas especialidades.



Figura 7. À esquerda: foto aérea da Universidade de Passo Fundo. À direita: acesso ao Hospital São Vicente de Paulo.
Fonte: Site UPF e Idom (2012)

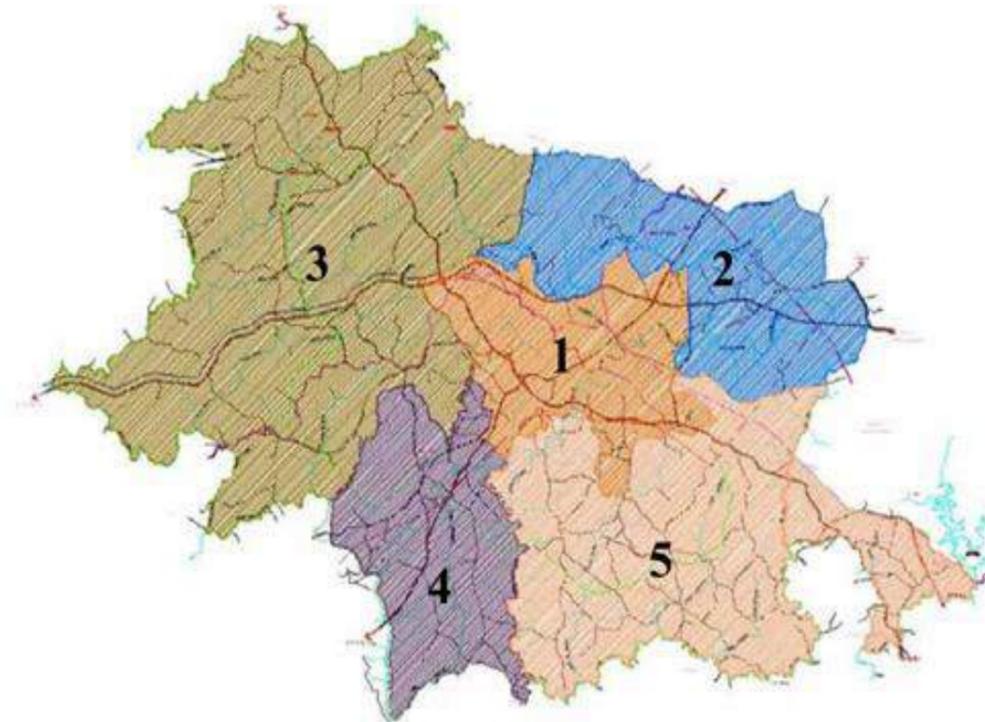
Diversos eventos artísticos, culturais e científicos são realizados no município: Jornada Nacional de Literatura, Feira do Livro, Festival Internacional de Folclore, Mostra da Cultura Gaúcha, Rodeio Internacional, EFRICA. A cidade também é conhecida como “Capital do Planalto Médio Gaúcho” e como a “Capital Nacional da Literatura”. Por causa de todas estas atividades Passo Fundo exerce um papel polarizador em uma ampla região. A cidade é portanto reconhecida na região como polo comercial, de serviços, de saúde e educacional.

Ainda que Passo Fundo seja um importante centro regional e represente uma cidade média dinâmica, alguns problemas podem ser detectados como consequência do crescimento populacional, do caráter seletivo de seu desenvolvimento urbano, da reestruturação da produção e do espaço agrícola. É necessário cultivar um processo de planejamento contínuo e dinâmico, capaz de acompanhar os novos fatos, sistematizar a

informação e definir ações concretas e prioritárias que respondam às exigências da população e dos agentes econômicos e sociais. O crescimento urbano deve ser reconduzido em base a uma estratégia, para evitar que o acesso aos benefícios da urbanização, tais como saúde, educação, habitação, saneamento, mobilidade urbana, entre outros, seja distribuído de forma desigual. Os espaços livres da cidade devem deixar de ser um lugar residual na estruturação territorial em relação à urbanização, passando a ser protagonistas de um território ambientalmente sustentável.

3.2 PRINCIPAIS ASPECTOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), principal marco regulatório de organização territorial do município, divide o perímetro municipal em 5 macrozonas, definidas como porções do território municipal com características homogêneas ou similares, de ocupação humana e de situação ambiental. O PEEUEL, objeto do presente documento, foi realizado considerando como área de intervenção a macrozona delimitada pelo perímetro urbano do Distrito Sede de Passo Fundo.



Os números da figura acima correspondem as macrozonas: 1-Macrozona Urbana, 2-de Proteção aos Mananciais Hídricos, 3-de Produção Agropastoril, 4-Mista, 5-de Produção Agrofamiliar.

Figura 8. Mapa do Macrozoneamento do PDDI de 2006
Fonte: PMPF – SEPLAN

Para fins de ordenação e planejamento urbano, o perímetro urbano foi dividido em 22 setores demográficos através da lei municipal Nº 143/2005. Estes setores foram a unidades de planejamento utilizados neste plano para a caracterização e definição de estratégias. Essa área compreende diversos loteamentos, áreas livres sem ocupação e áreas de expansão urbana.

355000

360000

365000



6875000

6870000

LEGENDA

PERIMETRO URBANO

SISTEMA VIÁRIO

LINHAS FERROVIÁRIAS

RIOS E ARROIOS

LOCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS PARA USO COMUM

ÁREAS PÚBLICAS VAZIAS (SEM OCUPAÇÃO)

ÁREAS PÚBLICAS COM OCUPAÇÃO IRREGULAR

ÁREAS PÚBLICAS - EQUIPAMENTOS E ZONAS VERDES

SISTEMA VIÁRIO

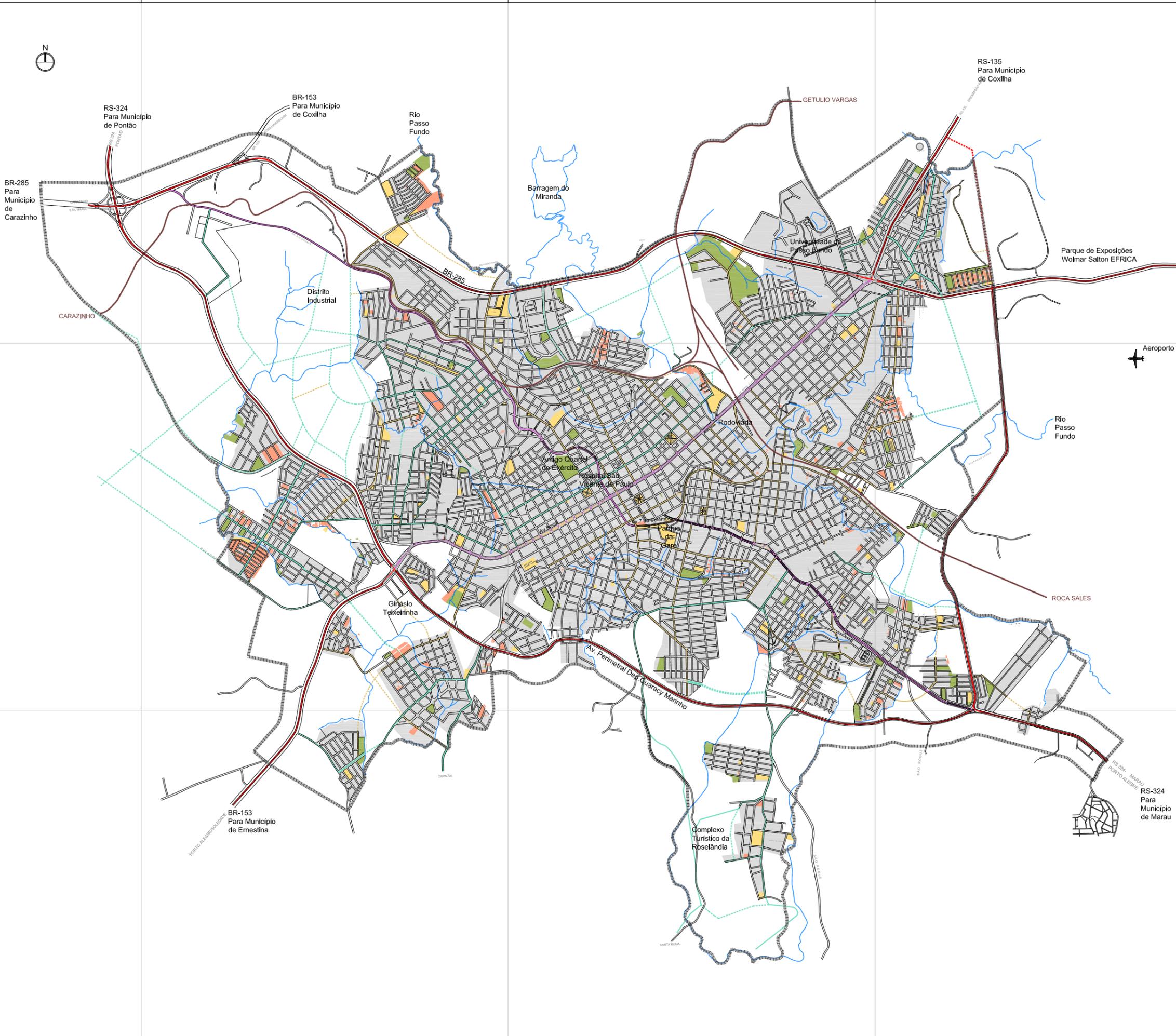
RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS

EIXOS VIÁRIOS

VIAS PRINCIPAIS

VIAS DE LIGAÇÃO

PROJEÇÕES (PDDI)



ESTRUTURA URBANA

01

versão final

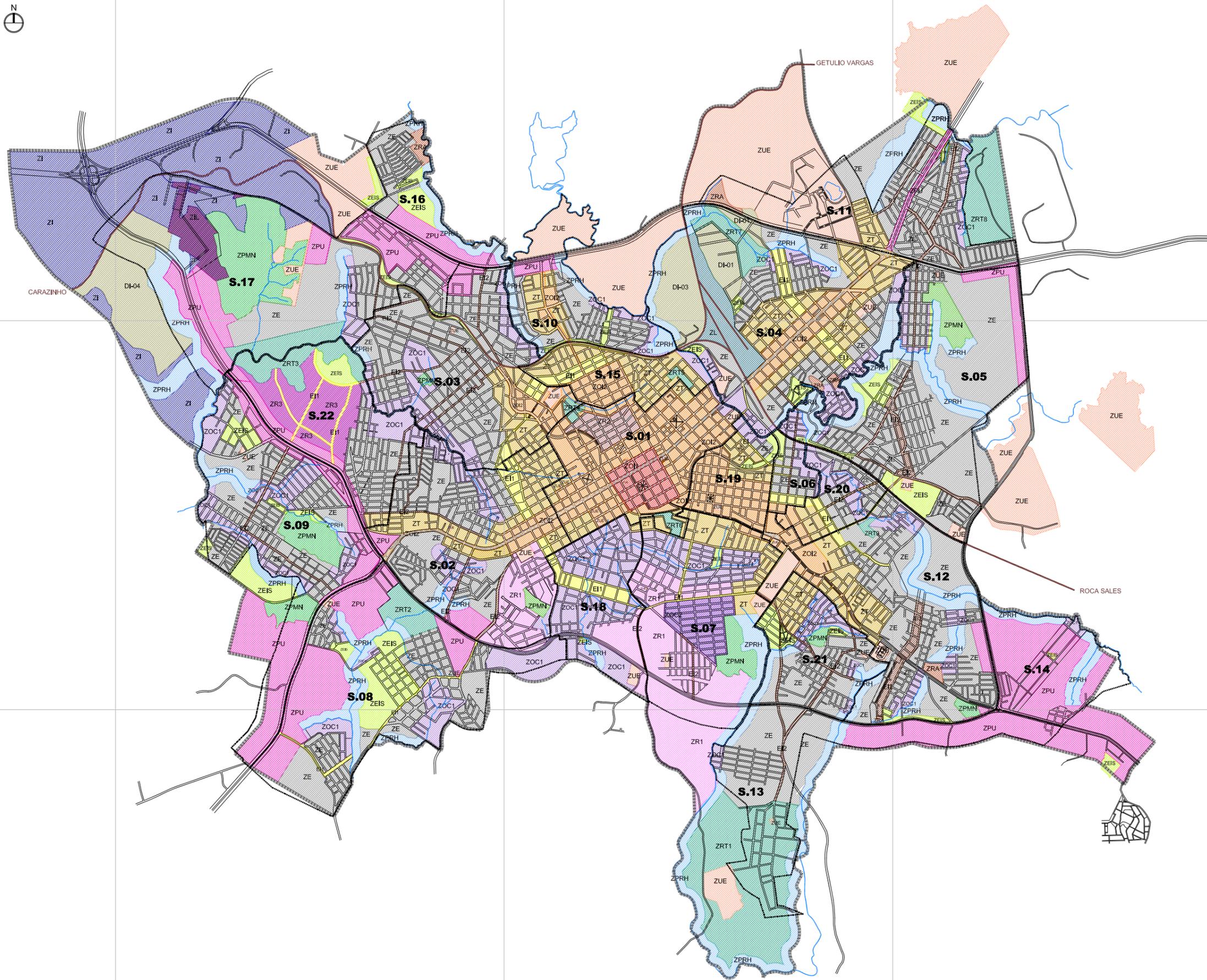
0 125 250 500 750 1000 1250 m

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013

contratante: Prefeitura Municipal de Passo Fundo execução: idom

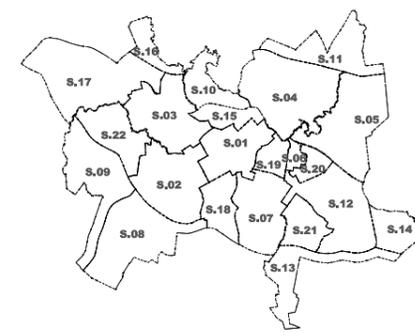




LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- SISTEMA VIÁRIO
- LINHAS FERROVIÁRIAS
- RIOS E ARROIOS

ZONA	TO	CA	CID	LM
(Z01) ZONA INTENIVA 1	80% - 60%	4	10 m²	300 m²
(Z02) ZONA INTENIVA 2	80% - 60%	3,6	10 m²	300 m²
(ZT) ZONA DE TRANSIÇÃO	60%	2,8	15 m²	300 m²
(ZE) ZONA DE OCUPAÇÃO EXTENSIVA	60%	1,2	25 m²	300 m²
(EI1) EXOS INDUTORES 1	60%	3,2	20 m²	300 m²
(EI2) EXOS INDUTORES 2	60%	2,0	20 m²	300 m²
(ZPRH) ZONA DE PROTEÇÃO REC. HD	30%	0,2	-	2.000 m²
(ZPMN) ZONA DE PROTEÇÃO MATA NATIVA	3%	0,03	-	20.000 m²
(ZRA) ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	-	-	-	-
(ZOC 1) ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA 1	40%	1,2	25 m²	300 m²
(ZOC 2) ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA 2	20%	0,4	-	396 m²
(ZIEB) ZONA ESP. DE INTERESSE SOCIAL	60%	1,5	15 m²	200 m²
(ZUE) ZONA DE USO ESPECIAL	-	-	-	-
(DI-1,2,3,4) DISTRITO INDUSTRIAL	40%	0,8	-	1.250 m²
(ZI) ZONA INDUSTRIAL	40%	0,8	-	1.250 m²
(ZLI) ZONA INDUSTRIAL E LOGÍSTICA	40%	0,8	-	-
(ZPU) ZONA DE PRODUÇÃO URBANA	60%	0,8	60 m²	300 m²
(ZL) ZONA LOGÍSTICA	40%	0,8	-	-
(ZRT1) ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO 1	20%	0,2	-	3.000 m²
(ZR1) ZONA RESIDENCIAL 1	60%	0,8	40 m²	300 m²
(ZR2) ZONA RESIDENCIAL 2	40%	0,8	-	300 m²
(ZR3) ZONA RESIDENCIAL 3	60%	2,8	15 m²	300 m²



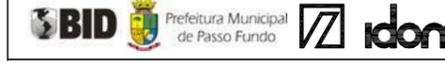
ZONEAMENTO URBANO (PDDI LC Nº170/2006) E OS 22 SETORES DEMOGRÁFICOS (LC Nº143/2005)

02

versão final 0 125 250 500 750 1000 1250 m

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013



3.3 PRINCIPAIS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

3.3.1 Evolução da população do município

Passo Fundo possui população total de 184.826 habitantes, segundo o Censo do IBGE 2010 (agência IBGE Passo Fundo). Verifica-se que esta população está distribuída em 68.410 domicílios (IBGE Censo 2010) particulares permanentes, uma média de 2,7 habitantes por unidade. O equivalente a aproximadamente 97,5% da população (179.548 habitantes) residem em área urbana, ou seja 11,53% do território, o que confere ao perímetro urbano uma densidade demográfica de aproximadamente 2002 habitantes por hectare. Tal concentração é perceptível no padrão de ocupação da área urbana, onde se visualiza a tendência a verticalização nas áreas mais centrais da cidade. Tal densidade demográfica pode ser considerada sustentável, já que densidades menores que 100 hab./ha inviabilizam a presença de serviços e maiores que 1.500 hab./ha geram "deseconomias" (Fred Rodrigues, 1986), ou seja, geram aumento do preço da propriedade urbana, prejuízos ao patrimônio cultural, artístico, ambiental, aumentando a temperatura e acentuando a impermeabilização no solo. O desafio para evolução da urbana de Passo Fundo será manter esse padrão de ocupação.

População 2010	Área da unidade territorial (km ²)	Densidade demográfica (mil hab/km ²)	Nº de domicílios particulares permanentes
184.826	780,36	236	68.410

Tabela 2. População, Área Territorial e Densidade Demográfica.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Observando os dados registrados entre 1950 e 2010, durante a década de 1960-1970, o município vivenciou um rápido crescimento de sua população urbana, igualando à taxa média de crescimento anual a média brasileira (2,5%), e superior à média do Estado do Rio Grande do Sul (1,6%). Comparando os dados registrados nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, o município enquadra-se na tendência nacional de redução relativa do crescimento populacional, redefinindo os parâmetros anteriores de um modelo demográfico com características de alta fecundidade e baixa longevidade populacional.

Entre os anos de 1991 e 2000, o município de Passo Fundo registrou uma taxa de crescimento demográfico de 1,5% a.a., caindo para 0,93% entre os anos 2000 e 2010, uma redução de 0,57 pontos percentuais. Com uma taxa de crescimento demográfico abaixo da nacional, o ritmo de crescimento anual do município pode ser considerado baixo ou moderado, acompanhando uma tendência nacional ainda que esteja acima da média estadual.

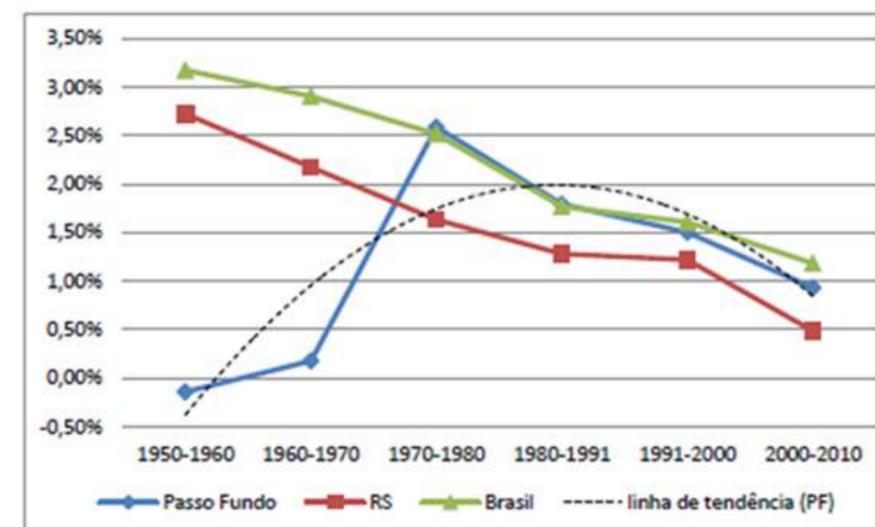


Figura 9. Evolução da taxa média geométrica de crescimento anual (%) em Passo Fundo, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

Período 1950-2010.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

No que tange a população residente na área urbana, objeto do presente estudo, observamos que a distribuição populacional, se observa um modelo clássico de grandes cidades que cresceram rapidamente, apresentando a maior densidade de população nos bairros centrais (setores 1, 2, 3, 6, 15, 18, 19 e 20), enquanto que os bairros mais periféricos (setores 8,13,14 e 17) apresentam densidade muito mais baixas, inferiores a 10 hab./Ha. Como exceção, destacamos os setores 11, 16 e 21 (São José, José Alexandre Zachia e Planaltina), que mesmo sendo setores periféricos apresentam densidade de população superior à média.

Setores		População		Densidade (hab/Ha.)
Passo Fundo		179.548	100,0%	24,95
S1	Centro	25.314	14,1%	78,85
S2	bairro Boqueirão	19.500	10,9%	40,97
S3	bairro Vera Cruz	19.797	11,0%	45,96
S4	bairro Petrópolis	12.084	6,7%	18,90
S5	bairro São Luiz Gonzaga	10.757	6,0%	19,05
S6	bairro Vila Cruzeiro	2.478	1,4%	55,54
S7	bairro Lucas Araújo	8.532	4,8%	21,42
S8	bairro Santa Marta	5.355	3,0%	9,55
S9	bairro Integração	7.829	4,4%	17,18
S10	bairro Vila Vitor Issler	3.806	2,1%	19,29
S11	bairro São José	8.240	4,6%	25,53
S12	bairro São Cristóvão	11.154	6,2%	22,13
S13	bairro Roselândia	1.469	0,8%	5,02
S14	bairro Vila Mattos	1.484	0,8%	7,91
S15	bairro Annes	5.875	3,3%	47,71
S16	bairro José Alexandre Zachia	3.342	1,9%	26,23
S17	bairro Valinhos	4.122	2,3%	6,05
S18	bairro Vila Luiza	7.980	4,4%	40,11
S19	bairro Vila Rodrigues	5.195	2,9%	48,10
S20	bairro Vila Santa Maria	4.516	2,5%	51,58

Setores		População		Densidade (hab/Ha.)
S21	bairro Planaltina	6.384	3,6%	33,51
S22	bairro Nenê Graeff	4.335	2,4%	15,19

Tabela 3. População por setor no município de Passo Fundo. Ano 2010.

Fonte: Idom (2012) a partir de dados do IBGE. (Agência Passo Fundo)

A seguir apresenta-se o mapa da densidade atual.

355000

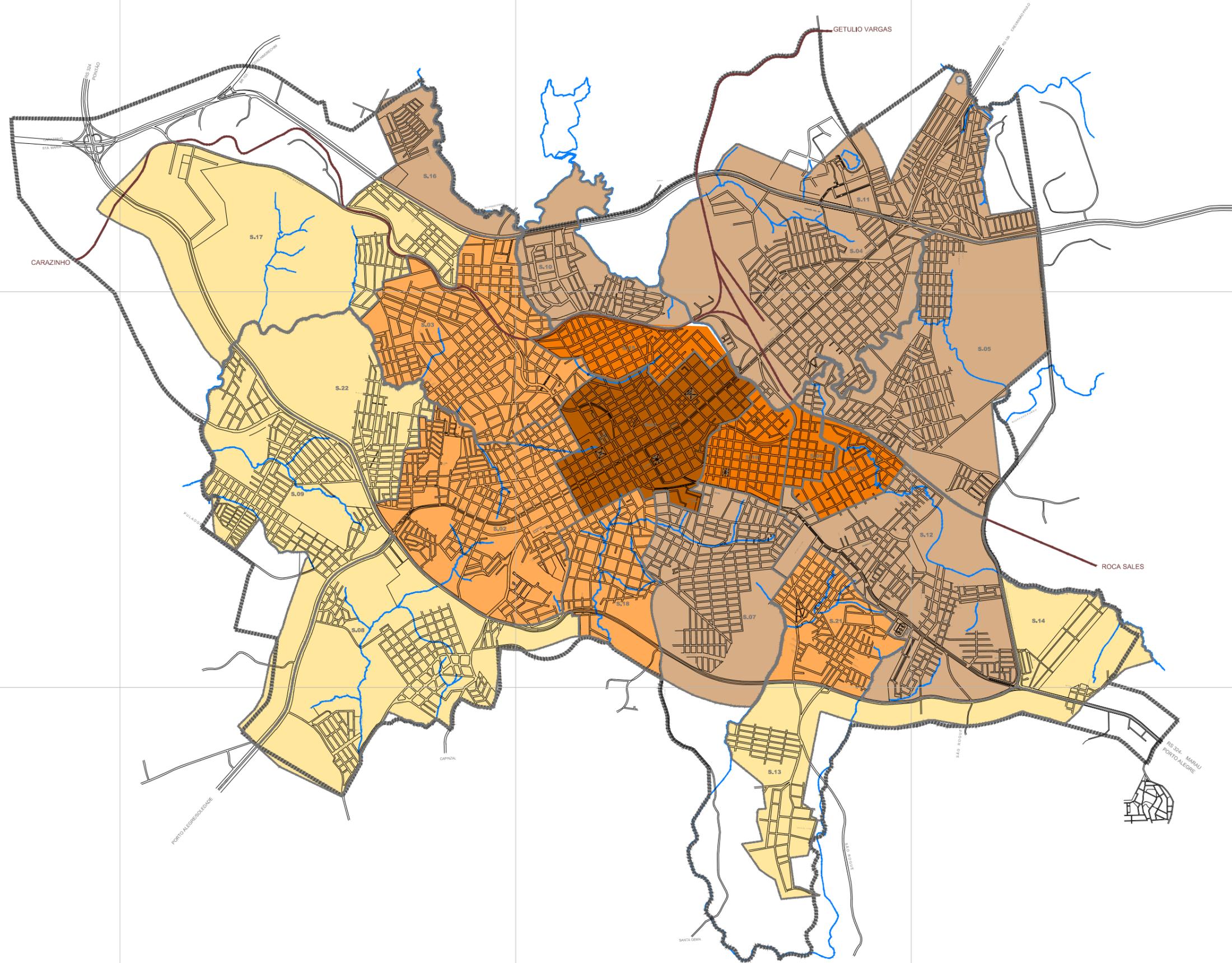
360000

365000



6875000

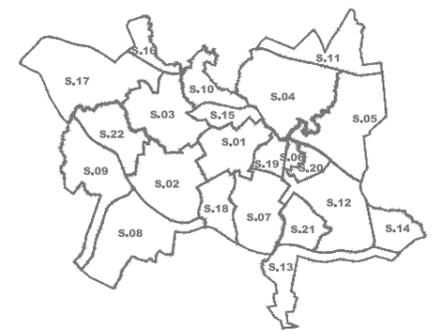
6870000



LEGENDA

- PERÍMETRO URBANO
- DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- SISTEMA VIÁRIO
- LINHAS FERROVIÁRIAS
- RIOS E ARROIOS

- < 05 dom/ha
- 05 - 10 dom/ha
- 10 - 15 dom/ha
- 15 - 20 dom/ha
- 20 - 30 dom/ha
- > 30 dom/ha



mapa: DENSIDADES EXISTENTES

03

versão final

0 125 250 500 750 1000 1250 m

projeto: **Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público**

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/CC-BR) data: novembro 2013

contratante: Prefeitura Municipal de Passo Fundo execução: idom

3.3.2 Projeção Populacional e Cenários Futuros

Na etapa de Diagnóstico e Levantamento, foi elaborada uma estimativa da projeção populacional para o período compreendido entre 2010-2042, dado fundamental a ser considerado no Plano para determinar a capacidade e a demanda dos equipamentos comunitários e espaços livres de uso público. Foi utilizada uma metodologia baseando-se nas projeções e cenários de população previstos para o estado do Rio Grande do Sul e para a região sul do país, utilizando as tendências recentes da dinâmica de população, como hipótese de crescimento no futuro.

Foram apresentados dois cenários futuros, um denominado conservador e outro otimista.

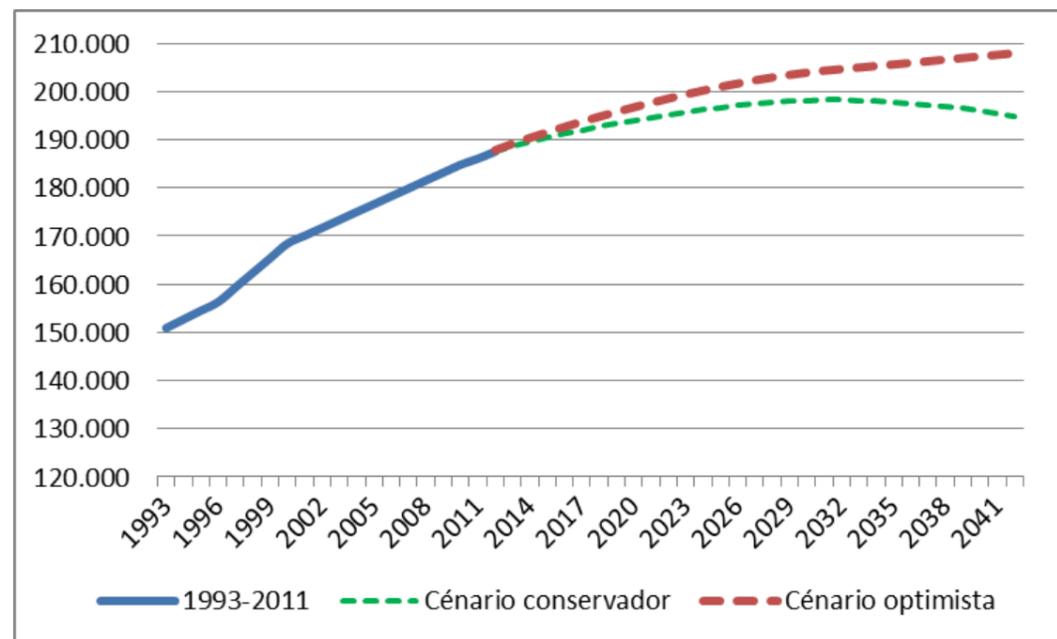


Figura 10. Projeção Populacional de Passo Fundo. Período 1993-2041
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE

De acordo com o cenário conservador, a população de Passo Fundo poderá alcançar 198.215 habitantes em 2048. Ao manter as tendências demográficas relativas ao período 2000-2010, a evolução populacional tenderá a decrescer, principalmente pelo seu envelhecimento, o aumento da expectativa de vida, e pela baixa dinâmica de migrações externas.

No cenário otimista, o município poderá alcançar os 208.048 habitantes no ano de 2041, esta tendência foi corrigida prevendo fatores favoráveis que permitam manter um crescimento estável da população. Dependerá da combinação de diversos fatores a curto, médio e longo prazo, tais como o aumento da taxa de natalidade, dinâmica dos fluxos migratórios aos novos polos de crescimento da região, dinâmica econômica inter-regional, além da capacidade de reverter esta tendência, e manter um crescimento sustentável.

Considerando o estudo de capacidade de demanda e capacidade futura dos equipamentos urbanos e espaços livres do plano, optou-se pela utilização do cenário otimista para a projeção das demandas. A justificativa para

essa escolha se dá pelo fato de que o plano buscou suprir nos próximos dez anos de forma mais abrangente a carência atual do município. Progressivamente possíveis dissonâncias possam vir a ser ajustadas uma vez que o plano prevê revisões sistemáticas a cada 10 anos.

As projeções populacionais por idade foram calculadas considerando a taxa de envelhecimento, a taxa de dependência e a taxa bruta de natalidade, além da continuação das tendências observadas. Nos setores com maior população jovem, foram realizadas correções para reverter às tendências negativas de crescimento.

Em ambos cenários espera-se que a população em idade infantil (menor que 14 anos) possa ser menor que a população atual, devido à tendência de diminuição da taxa de natalidade. No cenário otimista espera-se que as taxas de natalidade se mantenham similares às atuais, e que se produza um fluxo migratório positivo, aumentando a população infantil até alcançar 40.952 crianças em 2042, o que representaria um aumento de 1.566 novas vagas escolares.

Valor Absoluto				
Ano	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
2000	45.656	32.675	74.656	15.471
2010	39.386	32.973	90.528	21.920
2022	34.142	33.435	99.736	26.750
2032	30.215	33.622	105.710	28.565
2042	27.204	32.761	107.924	28.079
Valor Relativo				
Ano	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
2000	27,10%	19,40%	44,32%	9,18%
2010	21,31%	17,84%	48,98%	11,86%
2022	17,59%	17,23%	51,39%	13,78%
2032	15,25%	16,97%	53,36%	14,42%
2042	13,88%	16,72%	55,07%	14,33%

Tabela 4. Projeção populacional por faixa etária de Passo Fundo. Cenário conservador 2000-2042
Fonte: Idom (2012) a partir de dados do IBGE, CEDEPLAR, FEE, SNH.

Valor absoluto				
Ano	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
2000	45.656	32.675	74.656	15.471
2010	39.386	32.973	90.528	21.920
2022	39.559	33.897	99.183	24.107
2032	40.624	34.611	102.887	25.815
2042	40.952	35.002	105.050	26.297
Valor relativo				
Ano	0-14	15-24	25-59	60 ou mais
2000	27,10%	19,40%	44,32%	9,18%
2010	21,31%	17,84%	48,98%	11,86%
2022	20,11%	17,23%	50,41%	12,25%
2032	19,92%	16,97%	50,45%	12,66%
2042	19,75%	16,88%	50,68%	12,69%

Tabela 5. Projeção populacional por faixa etária de Passo Fundo. Cenário otimista 2000-2042.
Fonte: Idom (2012) a partir de dados do IBGE, CEDEPLAR, FEE, SNH.

De forma geral, mesmo constatando uma queda no número absoluto de crianças de 0 a 14 anos, o município será obrigado a desenvolver uma política intensiva de atendimento para esta faixa etária. Em 2010 no cenário otimista são 39.386 crianças de 0 a 14 anos para serem atendidas; em 2042 serão 40.952. No entanto, o atendimento atual a este público está em torno de 73% das necessidades da clientela atual. No estudo de capacidade e demanda apresentado na sequência deste relatório, ter-se-á as dimensões necessárias para o atendimento desta faixa, com base nos padrões exigidos por uma cidade sustentável e de acordo com a legislação vigente.

Chama atenção o crescimento previsto para a população acima de 25 anos, o que indica a necessidade de políticas, tanto de qualificação profissional para adultos quanto de programas específicos de cidadania e inclusão para a população idosa. Nessas políticas incluem-se a requalificação dos espaços urbanos, desde a recuperação de calçadas até a construção de parques, bibliotecas e centros de convivência voltados para essa faixa etária.

A faixa populacional de 60 anos ou mais a tendência no cenário otimista é passar dos 9,18% atuais, na relação com a população total, para 12,69%, o que significa um contingente de 26 mil pessoas que necessitarão de novos serviços e por uma urbanização inclusiva do idoso.

A análise da distribuição da população por segmento etário é fundamental para o sucesso de um projeto integrado que vise à diminuição das disparidades sociais e territoriais.

A seguir apresenta-se o mapa da densidade prevista.

355000

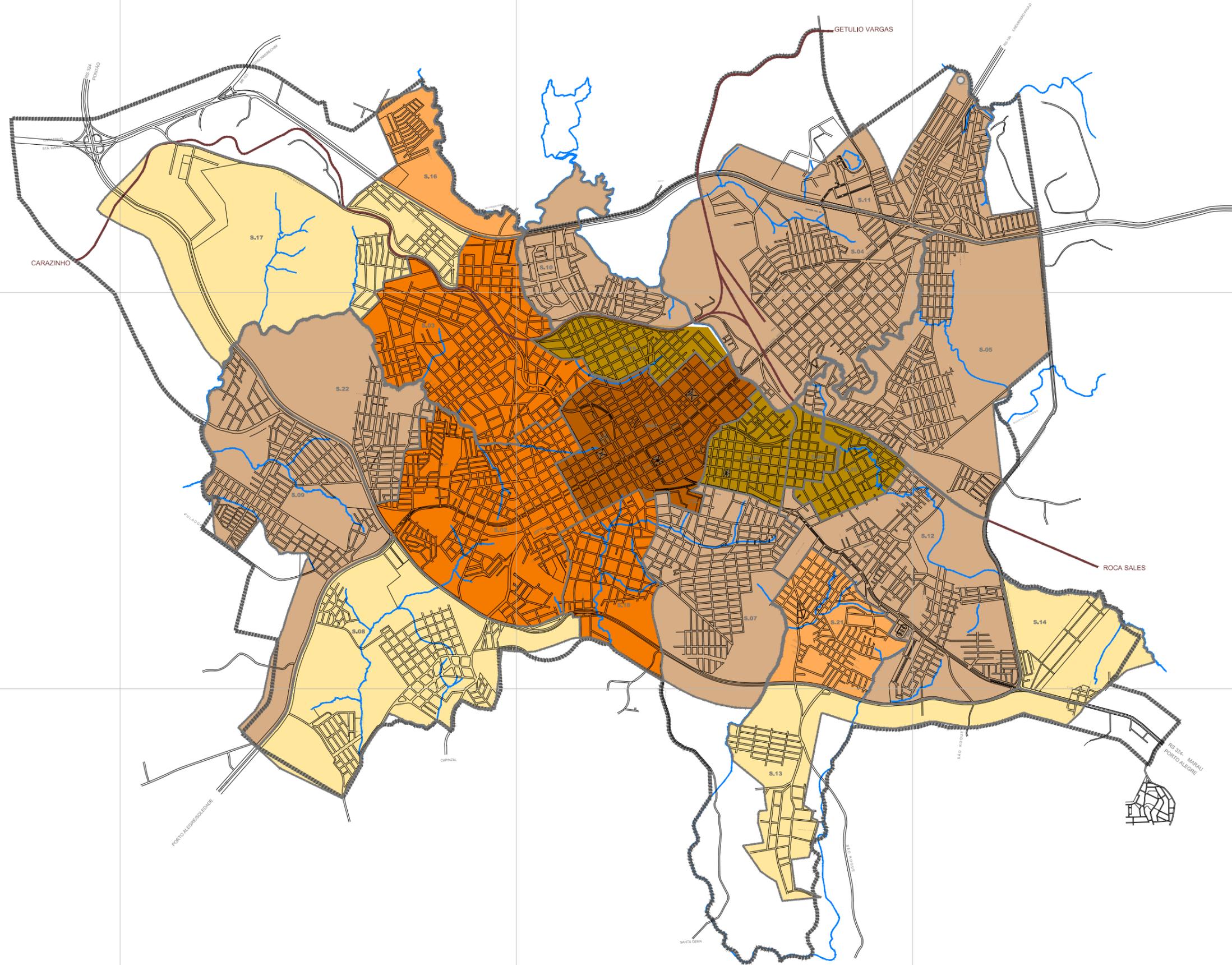
360000

365000



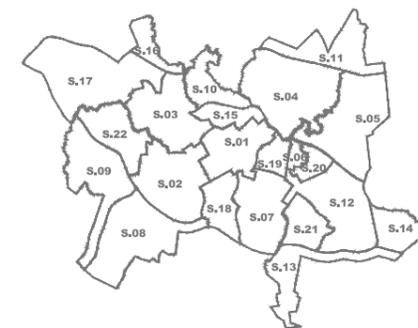
6875000

6870000



LEGENDA

- PERÍMETRO URBANO
- DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- SISTEMA VIÁRIO
- LINHAS FERROVIÁRIAS
- RIOS E ARROIOS
- < 05 dom/ha
- 05 - 10 dom/ha
- 10 - 15 dom/ha
- 15 - 20 dom/ha
- 20 - 30 dom/ha
- > 30 dom/ha



DENSIDADES PREVISTAS

04

versão final



Projeto: Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/CC-BR) data: novembro 2013

contratante: Prefeitura Municipal de Passo Fundo execução: idom



3.4 PRINCIPAIS CARÊNCIAS DETECTADAS

A síntese do diagnóstico onde são apontados os principais problemas é o resultado de um lado de uma leitura qualitativa da realidade do município, em seus aspectos demográficos, perfil social da população, estrutura urbana e estado atual da rede de equipamentos urbanos.

Além destes aspectos realizou-se uma análise baseada nos indicadores de cobertura territorial, déficit de atendimento e estado de conservação dos equipamentos e espaços livres de uso público. Para esta conclusão, estes indicadores foram confrontados com a vulnerabilidade social. Optou-se por utilizar o dado da renda média mensal das famílias para definir a vulnerabilidade social dos setores.

A seguir apresentam-se as principais conclusões que podemos tirar da união destas análises.

De forma geral, na escala municipal, as categorias que demandam maior atenção foram identificadas nos espaços livres de uso público, nos equipamentos de saúde e nos equipamentos de educação, devido ao estado de conservação e a manutenção das instalações atuais, além da necessidade de aumentar a capacidade de atendimento em cada setor do município. Como foi possível identificar nas tabelas que foram apresentadas nas análises por indicadores.

Os setores que apresentam maior vulnerabilidade social, são os setores 8, 9 e 16 todos estes três setores se encontram nas margens da mancha urbana e distantes do centro urbano, seguindo uma tendência das cidades brasileiras. Os setores centrais são aqueles que apresentam a menor vulnerabilidade social são os, setores 1, 7 e 19. No entanto o setor 19 possui em seu perímetro um aglomerado subnormal identificado no censo 2010 essa área deverá ter atenção especial no que concerne ações voltadas para a seguridade social. Os setores que apresentam maior vulnerabilidade social também são os setores que apresentam as piores taxas de alfabetização, devendo assim esses setores serem priorizados no que concerne os investimentos em educação.

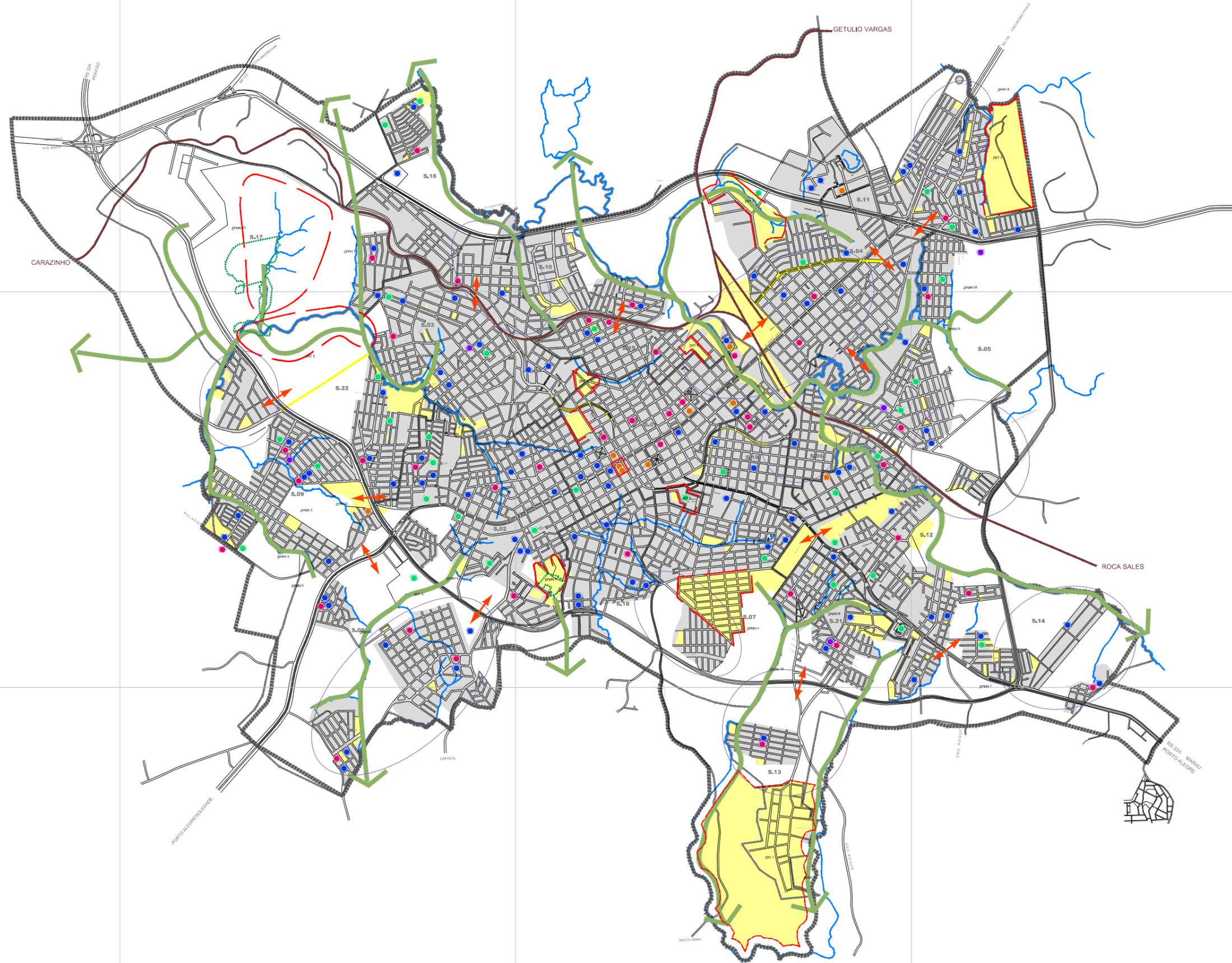
Os equipamentos de assistência social localizados nos setores 3, 5, 9, e 21 requerem atenção especial, principalmente pelas deficiências em relação à acessibilidade da população em situação mais vulnerável. Ainda deve-se ter em conta que os equipamentos sociais CRAS não estão atendendo em sua maior capacidade.

No que concerne os equipamentos de educação o setor que apresenta a maior debilidade é o setor 7, no entanto é preciso considerar que este setor possui bons índices no que concerne a vulnerabilidade social e provavelmente parte da população em idade escolar deve estar sendo atendida pela rede privada de ensino, o mesmo deve ainda acontecer com o setor 1 por exemplo. A partir das análises da tabela dos indicadores usados para aferir os equipamentos educacionais e cruzando com os indicadores de vulnerabilidade social, concluímos que os setores que apresentam maiores carências são os setores, 8, 9, 13 e 17. Os equipamentos culturais existentes no setor 1 (centro) apresentam deficiências em relação à capacidade e ao estado de conservação. Os setores mais centrais da cidade são os que concentram maior densidade populacional e apresentam maior prioridade de implantação de novos equipamentos culturais dotados de espaços multifuncionais para a realização de eventos de escala municipal.

Os equipamentos esportivos em todo o município, no geral, apresentam necessidade de aumento das instalações, com exceção dos equipamentos nos setores 2 e 16. A maior demanda de incremento de áreas destinadas a equipamentos esportivos concentra-se nos setores 3, 4, 6, 10, 13, 14, 17, 18, 21 e 22.

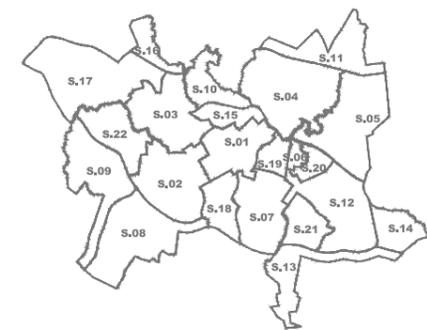
De forma geral o que concerne os espaços livres de uso público, o município apresenta déficit de atendimento, ou seja uma carência de espaços livres públicos, praças, parques e áreas de convivência. Os setores 1 e 16, e apesar de apresentarem um déficit de atendimento regular é necessário que algumas áreas precisem de reestruturação e melhorias de seus estados de conservação.

O mapa a seguir ilustra as principais carências detectadas na rede de equipamentos urbanos e espaços livres de uso público e indica as áreas com potencial de intervenção.



LEGENDA

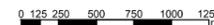
- PERÍMETRO URBANO
 - DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
 - SISTEMA VIÁRIO
 - LINHAS FERROVIÁRIAS
 - RIOS E ARROIOS
 - RESERVAS NATURAIS
 - PARQUES E PRAÇAS CONSOLIDADOS
- SISTEMA VIÁRIO
- RODOVIA PERIMETRAL
 - VIA DE LIGAÇÃO
 - VIA ESTRUTURANTE
 - VIA DE LIGAÇÃO PROPOSTA
- NOVAS INTERVENÇÕES
- ÁREAS DE INTERVENÇÃO
 - ESPAÇOS POTENCIAIS
 - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
 - CONEXÕES ENTRE BAIRROS
 - CORREDOR DE LIGAÇÃO ECOLÓGICO
- EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS
- EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO
 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE
 - EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS
 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS E RELIGIOSOS
 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS
- BAIRROS COM CARÊNCIA DE EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS



PRINCIPAIS CARENCIAS E POTENCIALIDADES

05

versão final



Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/CC-BR) data: novembro 2013

contratante: Prefeitura Municipal de Passo Fundo execução: idom



PRINCÍPIOS ORDENADORES

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público - PEEUEL



4 PRINCÍPIOS ORDENADORES

Este capítulo é destinado a apresentar as referências conceituais e metodológicas utilizadas no desenvolvimento das propostas de intervenção que, em seu conjunto, permitem alcançar os objetivos estabelecidos para o Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público.

O PEEUEL teve dois embasamentos metodológicos gerais: i) a leitura dos dados quantitativos e qualitativos específicos para o entendimento de cada grupo temático, com o objetivo de identificar as intervenções necessárias para os equipamentos urbanos e espaços livres de uso público existentes, e dimensionar a implantação de novos; ii) a abordagem territorial, detalhada a seguir. Uma vez confrontadas, estas duas abordagens resultaram na construção metodológica para a realização das propostas.

As alternativas formuladas atendem a solução dos problemas detectados durante a fase de diagnóstico, buscando a melhor relação técnica, social, econômica e ambiental, considerando os impactos resultantes e a integração urbanística com a malha urbana, tanto para o conjunto do município, como para setores específicos.

Escalas de Intervenção: Abordagem Territorial

A abordagem territorial tem sido bastante utilizada em trabalhos de planejamento urbano por se mostrar capaz de atingir um conjunto de objetivos importantes. Segundo Llorrens (2001) o território é considerado como um recurso específico e um ator principal do desenvolvimento local¹⁶. Tal processo tem a capacidade de mostrar com clareza como a melhoria da qualidade dos espaços urbanos se articula, com os esforços pela inclusão social e pelo aumento da competitividade da economia no espaço local e também global.

Utilizar os aspectos territoriais no processo de planejamento possibilita identificar com nitidez onde as ações e intervenções setoriais irão se manifestar no espaço. Esta metodologia permite a adequação de condições específicas do lugar, tanto do ponto de vista urbano-ambiental como do sócio-cultural. Em outras palavras, o território ancora as estratégias e ações setoriais, de forma que, conhecendo-se previamente esse território e suas características, ou seja, onde se pode melhor definir como, por quem e quando as ações devem ser implementadas, aumentado às chances de acerto.

Essa integração entre os diferentes projetos é fundamental para as intervenções em cidades, pois a melhoria dos espaços urbanos e a inclusão social da população implicam necessariamente em conjunto diversificado e extenso de ações, dada a complexidade dos problemas.

No que concerne à abordagem territorial, no PEEUEL foram utilizadas duas escalas de intervenção que se sobrepõem e se complementam. A primeira escala são as intervenções pontuais voltadas para a ampliação e melhoria da rede de equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público, para essa abordagem a escala territorial utilizada foram os setores demográficos, unidades de ordenação e planejamento urbano de

¹⁶ LLORENS, Francisco Albuquerque, *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política*. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. 232 p.

Passo Fundo. A segunda escala são perímetros específicos, territórios estratégicos para o município intitulados no escopo do plano como Áreas de Intervenção Urbana (AIU). As duas escalas de intervenção são conceituadas a seguir:

1. Equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público

Os setores municipais foram à unidade territorial utilizada para identificar as demandas e estabelecer as propostas de intervenção de melhoria e ampliação da rede de equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público. O objetivo destas propostas é atender as demandas projetadas de equipamentos de educação, saúde, atenção social, cultura, esporte, e espaços livres de uso público. De forma geral, inclui a detecção de necessidades de reabilitação e requalificação de espaços públicos existentes, e a possibilidade de ampliação, reforma e construção de edificações para aumentar a capacidade da rede, adequação aos parâmetros de referência, e atender às demandas projetadas por setor.

A metodologia desenvolvida para a elaboração das propostas desta escala contou com 4 estudos específicos realizados por grupo temático na respectiva ordem:

- **Estudo de capacidade e demanda:** tem o intuito de identificar o déficit de atendimento em cada um dos grupos temáticos objeto de intervenção deste plano. A referência territorial utilizada como escala para a quantificação da capacidade e demanda foi a unidade do setor demográfico de planejamento urbano. Para cada um dos temas estudados foram apontadas as necessidades de implantação de novos equipamentos, e assim nortear as propostas de intervenção e seu dimensionamento.

As informações referentes à situação atual dos equipamentos, tais como, capacidade de atendimento, área do terreno, superfície construída, estado de conservação e acessibilidade, entre outros, é proveniente do estudo de campo que embasou o Produto 2 (Diagnóstico e Levantamento) deste Plano. Ainda assim, foram considerados dados enviados pela Prefeitura Municipal como os projetos e obras em execução no município, informações referentes às Escolas Municipais proveniente do Ministério da Educação (MEC), e informações referente às Escolas Estaduais proveniente da 7ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE). Os dados de projeção populacional são originários de estudo realizado na fase de diagnóstico, Produto 2 deste Plano.

- **Propostas de Intervenção:** com base nos parâmetros de referência estabelecidos para cada tipo de equipamento e espaço livre de uso público, foi possível a definição das propostas de intervenção necessárias para o bom funcionamento das estruturas atuais e atendimento das demandas projetadas.

As propostas para a rede equipamentos e espaços livres de uso público contemplam as seguintes categorias de intervenção por grupo temático:



Figura 11. Categoria de intervenção por grupo temático

Fonte: Idom (2013)

- **Hierarquização das intervenções:** Para auxiliar na tomada de decisão por parte das diferentes secretarias municipais, estabeleceu-se uma hierarquização das intervenções propostas, apontando para o leque daquelas consideradas de alta, média e baixa prioridade. A partir desta diretriz, o município possuirá o embasamento técnico necessário para selecionar as propostas que serão realizadas.
- **Cronograma:** Tendo em vista o horizonte de 30 anos do plano, propõe-se que o alcance das metas estipuladas ocorra de forma gradual, em três períodos de execução definidos da seguinte forma:
 - Curto Prazo (até 2022)
 - Médio Prazo (até 2032)
 - Longo Prazo (até 2042)

O prazo de implantação das intervenções é estabelecido através da priorização das mesmas. Considera-se que as intervenções a serem realizadas no curto prazo são aquelas que efetivamente foram elencadas como de alta prioridade. As de médio prazo são aquelas elencadas como de média prioridade, e as de longo prazo são aquelas elencadas como de baixa prioridade.

2. Áreas Intervenção Urbana (AIU)

Tratam-se de territórios estratégicos de intervenção dotados de especial interesse para o desenvolvimento urbano. As AIU são instrumentos de intervenção no espaço urbano que conjugam as diretrizes existentes no Plano Diretor com um novo desenho urbano, visando à organização do espaço. As propostas afetam a estrutura urbana da cidade e buscam a integração funcional das áreas com o contexto urbano. Seu objetivo

principal é o resgate e a preservação de grandes áreas de interesse ambiental ou paisagístico, e a requalificação de espaços urbanos e áreas degradadas.

Nestas áreas poderão ser aplicados os diferentes instrumentos de intervenção previstos nas leis federais, estaduais ou municipais para a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental.

As AIU devem ser objeto de projetos urbanísticos específicos e de forma sistêmica e programada deverão receber ações integradas e complementares. As AIU são formadas por parte de um setor e às vezes de dois destes. A identificação e caracterização destes espaços pode evitar o comprometimento de áreas essenciais existentes na estrutura da cidade. Em alguns casos pode também evitar a ocupação irregular em áreas de preservação permanente e promover a ocupação sustentável dos vazios urbanos e áreas subutilizadas ao definir usos públicos e promover a regularização fundiária.

As AIU são áreas que poderão apresentar as seguintes características:

- áreas com potencial para receber projeto de revitalização ou de dinamização de áreas urbanas subutilizadas;
- áreas com potencial de ser objeto de operação urbana consorciada;
- áreas com potencial de serem objetos de intervenção urbana para implantar parques lineares, parques urbanos, ou parques ambientais;
- áreas definidas como polos de centralidade, em função de entorno consolidado ou concentração de equipamentos públicos;
- áreas para a implantação de rede viária estrutural ou melhoramentos dos eixos viários existentes;

As AIU foram divididas em duas grandes categorias que convencionamos denominar **ações territoriais integradas**, que consistem em territórios estratégicos de intervenção. As ações territoriais integradas são as seguintes:

- **Requalificação Urbana:** são intervenções localizadas predominantemente no tecido urbano existente, que podem receber operações de renovação, reestruturação ou reabilitação do espaço urbano. A melhoria do desempenho funcional do tecido urbano, o aumento da qualidade do espaço público e a valorização do patrimônio ambiental e urbano constituem os objetivos primordiais da intervenção. Estas áreas também podem contribuir para a preservação e recuperação de espaços de interesse ambiental e paisagístico, a requalificação dos recursos hídricos, a regularização fundiária em áreas de ocupação irregular, a requalificação da arborização urbana, a requalificação dos principais eixos viários, a requalificação de praças e parques, o aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante, a preservação e a requalificação dos patrimônios histórico e cultural, o estímulo das atividades de lazer

ativo e contemplativo e de usos mistos, bem como o desenvolvimento do potencial turístico do município.

- **Requalificação Ambiental e Paisagística:** são intervenções localizadas predominantemente em áreas de relevante interesse ambiental e paisagístico e em corredores ecológicos, que promovem a conectividade entre fragmentos de áreas naturais. Entre seus objetivos primordiais está a valorização do patrimônio ambiental, a garantia do equilíbrio entre ambiente natural e construído, a proteção dos recursos naturais e a conservação da diversidade biológica, incluindo a recuperação e a preservação da vegetação e dos recursos hídricos. Estas áreas também podem contribuir para a regularização fundiária em áreas de ocupação irregular, a requalificação da arborização urbana em alguns casos específicos, a requalificação de praças e parques, o aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante, o estímulo de atividades voltadas ao lazer e a contemplação da paisagem natural, bem como o desenvolvimento do potencial turístico do município.

Estas ações territoriais integradas podem ser aplicadas a 6 **elementos de intervenção** identificados no município de Passo Fundo, sendo que em alguns casos os elementos se combinam, a saber:

ELEMENTOS DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO
1. Parque Linear	Projetos específicos para as Áreas de Preservação Permanente (APP) e áreas adjacentes com o objetivo de contribuir na requalificação dos recursos hídricos e na proteção das áreas ao longo dos cursos d'água, e evitar a ocupação irregular ao serem definidos usos públicos específicos;
2. Parque Urbano	Equipamento de referência que atende a escala municipal, representa um marco da área urbana e, ao mesmo tempo, oferece área de lazer ativo e contemplativo, esportes, espaços de encontro e convívio, aumentando a oferta de áreas verdes no município;
3. Parque de Preservação Ambiental e Paisagística	Ações voltadas para a conservação de espaços naturais e preservação da biodiversidade do município se concretiza por meio da criação destes parques, que garantem um ambiente ecologicamente equilibrado para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos;
4. Eixo Estruturador ou Via de Ligação	Os eixos considerados potenciais corredores verdes urbanos permitem melhorar a qualidade do espaço público, ampliar zonas ajardinadas e espaços verdes e incorporar mobiliário urbano diferenciado para criar uma identidade do município;
5. Área de Interesse Turístico	Ampliação da oferta turística do município por meio da exploração das atividades de ecoturismo, lazer, recreação, eventos culturais e tradicionalistas aumenta a capacidade de Passo Fundo ser mais atrativa diante de sua região de influência;
6. Patrimônio Histórico e Cultural	Projetos voltados para a qualificação do patrimônio histórico e cultural, desempenha um potencial de revitalização urbana do entorno além salvaguarda da memória coletiva do município.

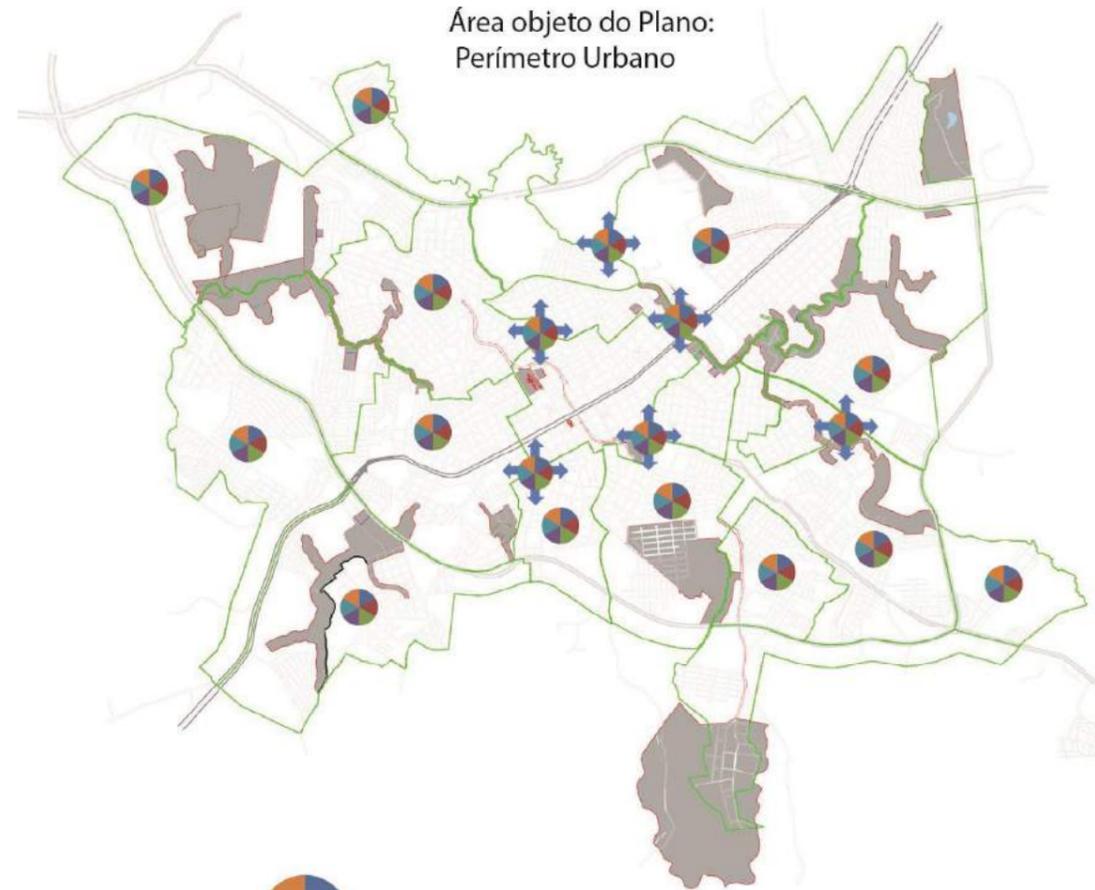
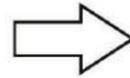
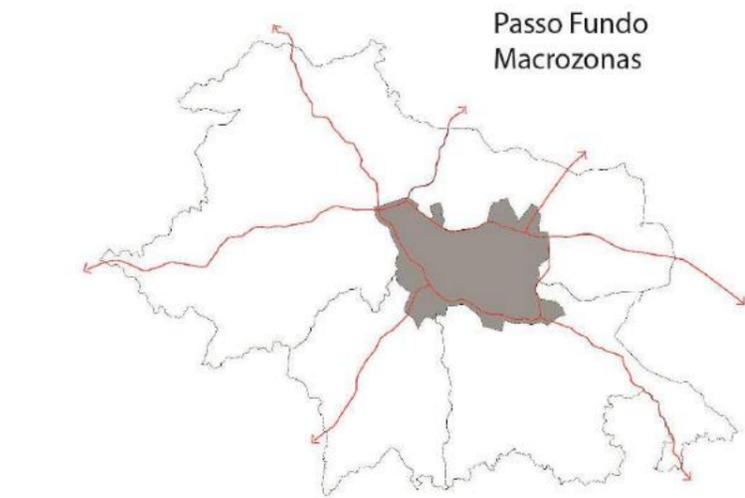
Tabela 6. Categoria de intervenção por grupo temático

Fonte: Idom (2013)

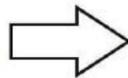
Como resultado, o PEEUEL identificou 19 áreas de intervenção urbana (AIU) que se explicam no capítulo 5.2 do presente documento e nos mapas 15 e 17. As intervenções se apresentam em forma de fichas, que denominamos “ficha de intervenção”. As fichas de intervenção apresentam informações a respeito da situação atual de cada uma destas 19 áreas identificadas e a descrição detalhada das propostas de intervenção. Esta descrição inclui as diretrizes da intervenção, a lista e a descrição dos equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público propostos, a proposta de alteração de zoneamento urbano e a proposição dos parâmetros urbanísticos, e finalmente uma estimativa orçamentária.

A seguir apresentamos a abordagem metodológica territorializada adotada para a definição das propostas apresentadas pelo PEEUEL, a partir das duas escalas de intervenção definidas.

Abordagem Metodologica Territorializada

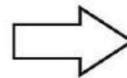


Unidade Territorial de Planejamento

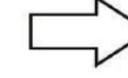
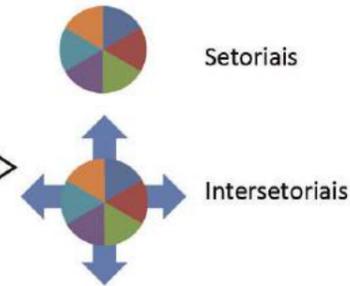
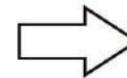


Rede de Equipamentos e Espaços Livres de Uso Públicos

- Educação
- Saúde
- Atenção Social
- Cultura
- Esporte
- Espaços Livres de Uso Público

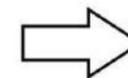
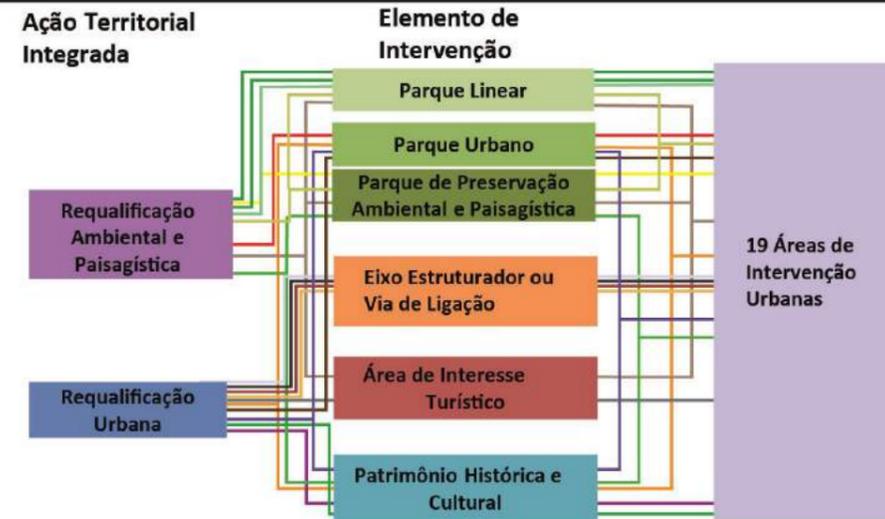
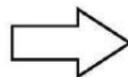


- Capacidade e Demanda
- Propostas de Intervenção



- Hierarquização
- Cronograma

Ação Territorial Integrada



Cronograma

Figura 12. Abordagem metodológica do PEEUEL
Fonte: Idom (2013)

Além destas duas escalas de intervenção de abordagem territorial, o plano conta ainda com diretrizes gerais para o que concerne a implantação do mobiliário urbano e um plano de ação e manutenção das áreas verdes. O conteúdo completo destes dois estudos encontram-se na versão final do Plano de Estruturação de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público.

3. Diretrizes de implantação de mobiliário urbano em espaços públicos

Foram desenvolvidos critérios para a definição, estruturação e localização do mobiliário urbano, e urbanização do espaço público dotando-o de elementos favorecedores do uso de transporte público e bicicletas.

O objetivo é oferecer diretrizes de desenho dos diferentes elementos que conformam o espaço público, e que sejam considerados para a solução dos diversos problemas detectados e para a implantação de mobiliário urbano nos novos espaços urbanos.

As propostas abarcam as situações mais comuns, especialmente na via pública, para programar a idoneidade dos possíveis efeitos positivos e negativos de acordo com o tipo de elemento, seu desenho funcional e sua localização no espaço urbano.

As propostas foram agrupadas em 3 subcategorias: elementos de urbanização (calçadas, grelhas, rampas de acesso a veículos, acessibilidade universal e espaços para pontos de ônibus), elementos de mobiliário urbano (bancos, lixeiras, iluminação pública) e elementos de transporte público e bicicletas (pontos de ônibus, bicicletários).

Cada um dos elementos considerados dispõe de uma ficha onde se desenvolvem os diversos aspectos mencionados, e que estão baseados em uma grande quantidade de normas, recomendações e diretrizes de bibliografia específica referente ao tema de desenho urbano e elementos do espaço urbano. A aplicação dos critérios mencionados permitirá:

- Otimizar a função própria de cada um dos elementos sobre o espaço público.
- Dispor de critérios unificados para os técnicos e projetistas.
- Aumentar a qualidade do espaço público, priorizando o pedestre, as bicicletas e favorecendo o uso do transporte público, em detrimento do transporte privado.

4. Plano de Ação e Manutenção das Áreas Verdes

Foram estabelecidos critérios e ações para a implantação e manutenção das áreas verdes municipais. O objetivo é auxiliar a municipalidade, entidades institucionais e proprietários privados na manutenção e salvaguarda dos espaços verdes e implantar uma cultura comum e ferramentas coerentes com o projeto de conjunto. As áreas verdes são entendidas como os espaços livres de uso público (praças, parques, e canteiros ajardinados de vias) e as áreas privadas com vegetação significativa. Face a diversidade destes espaços, de seus ambientes, paisagens, de suas disfunções e também de previsões de orçamento, o plano de ação e

manutenção de áreas verdes se apresenta como um guia metodológico para o alcance e tratamento destes espaços e seus usos.

O plano de ação está dividido em três partes, em um primeiro momento foram apresentados critérios para a implantação e manutenção das áreas verdes urbanas de Passo Fundo, onde são indicadas diretrizes para plantio de árvores e dimensionamentos mínimos. Em seguida são propostas estratégias para a manutenção e implantação das intervenções previstas e por fim são apresentadas referências internacionais como modelos nos quais as ações em Passo Fundo podem se inspirar.

SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público - PEEUEL



5 SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES

5.1 EQUIPAMENTOS URBANOS E ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO

Neste capítulo são expostas, de forma sintetizada, as propostas de intervenção para os equipamentos urbanos e espaços livres de uso público. Para cada grupo temático pretende-se apresentar os equipamentos de atenção básica (escopo principal das propostas), os objetivos específicos a serem alcançados, e a lista de intervenções propostas com sua atribuição de prioridade e fase de implantação.

A identificação das intervenções no plano está representada por um código numérico formado pelo número do setor e o número sequencial da intervenção de cada setor. Exemplo: intervenção 2.3 refere-se à proposta de número 3 do setor 2.

Os parâmetros de referência adotados em parceria com a Prefeitura Municipal de Passo Fundo e o BID, que nortearam as propostas de intervenção em equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público são os seguintes:

		Educação		Saúde	Social	Cultural		Esporte	Espaços Livres			
		EMEI	EMEF	UBS	CRAS	Centros Culturais	Doleski Pretto	Eq. Esportivo	Praça	Parque de Vizinhança	Parque de Bairro	Parque Urbano
Meta	2042	100%	100%	100%	100%	100%		3m ² /hab	12m ² /hab			
Cobertura Territorial	Raio de Abrangência	800m	1500m	1000m	2000m	1500m	Todo o Município	1000m	400m e 800m	400m	800m	1600m
	Bom	> 80%										
	Regular	79-50%										
	Deficiente	< 49%										
Porte	Pequeno	Até 70 alunos	Até 150 alunos	1 ESF	n/a (*)	Escala de Bairro	n/a (*)	Escala de Bairro	<1.000 m ²	<1.000 m ²		
	Médio	71 a 150 alunos	151 a 300 alunos	2 ESF		n/a (*)	n/a (*)	n/a (*)	1.001-10.000 m ²		1.001-10.000 m ²	
	Grande	151 a 240 Alunos	301 a 500 alunos	3 ESF		n/a (*)	Escala Municipal	Escala Municipal	>10.001 m ²			>10.001 m ²
Lote Mínimo (m ²)	Pequeno			450	220	1000	n/a (*)	Variável	<1.000	<1.000		
	Médio	12m ² /aluno	6m ² /aluno	600					1.001-10.000		1.001-10.000	
	Grande			600					>10.001			>10.001
Áreas Mínimas Construídas	Pequeno			250m ²	180m ²	500m ²	n/a (*)	Variável	n/a (*)			
	Médio	4m ² /aluno	3,2m ² /aluno	300m ²								
	Grande			350m ²								
Estado de Conservação	Bom	Sem intervenção - O município deve atentar para a manutenção do bem										
	Regular	Intervenção a prever - O município deve atentar para a manutenção do bem										
	Precário	Reforma prevista										

(*) n/a – parâmetro não aplicável

Tabela 7. Parâmetros de Referência Adotados

Fonte: Idom (2013)

5.1.1 Equipamentos de Educação

A rede de equipamentos municipais de educação básica compreende o ensino infantil e fundamental, já que não há escola de ensino médio municipal em Passo Fundo

De acordo com informações provenientes da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, o ensino fundamental, que é hoje de responsabilidade compartilhada entre Estado e Município, passará a ser de responsabilidade exclusiva municipal, embora não haja informações concretas a respeito desta transição. A princípio, sabe-se que as instalações estaduais não serão repassadas ao município.

Sendo o PEEUEL um plano municipal, as propostas de intervenção para equipamentos educacionais contemplam todas as EMEI e EMEF da macrozona urbana de Passo Fundo, porém as EEEF também foram levadas em conta para que fosse possível prever a absorção da sua oferta de atendimento pelo município.

As alternativas de intervenção propostas pelo PEEUEL para os equipamentos educacionais pretendem alcançar os seguinte objetivos:

- Atendimento de 100% da demanda projetada para o ano de 2042;
- Alcançar uma cobertura territorial mínima de 80% da área urbanizada de todos os setores para cada nível escolar;
- Melhora do estado de conservação e acessibilidade dos equipamentos existentes;

Além deste objetivos, pretende-se também adequar a infraestrutura existente para o atendimento em turno integral, frente à meta nº 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado pelo governo federal: “Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica”.

Tendo em vista que o PNE deve vigorar entre 2011 e 2020, a tendência é de que o atendimento do turno integral seja ampliado para 100% até 2042. Sendo assim, assume-se a premissa de que em 30 anos, o ensino infantil e o ensino fundamental deverão ser ministrados universalmente em tempo integral.

a) Ensino Infantil

De acordo com o estudo de capacidade e demanda realizado, concluiu-se que a capacidade de atendimento municipal atual corresponde a 22% da população existente na faixa etária entre 0 a 5 anos, apresentando 3.042 vagas. Tendo em vista que a projeção da população da faixa etária em questão para o ano de 2042 é de 11.875 habitantes, estima-se que o déficit de atendimento futuro será de 8.833 vagas. Ou seja, para que a meta de atendimento de 100% da demanda no longo prazo seja cumprida, deverão ser criadas 8.833 novas vagas no município.

Capacidade Atual (2012)	Déficit Futuro (2042)
3.042	8.833
22%	74%

A seguir, são apresentadas as propostas de intervenção para a rede de escolas municipais de educação infantil, que em seu conjunto permitiram alcançar os objetivos e metas estabelecidos:

Sector	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Categoria de Intervenção	Estado de Conservação	Acessibilidade	Área do Terreno	Área Construída Atual	Capacidade de Ampliação	Área Construída Proposta	Capacidade de Atendimento Atual	Capacidade Proposta	Prioridade	Fase de Implantação
2	2.1	Amizade	EMEI	Ampliação/ Reforma	bom	precário	2.610	254	Sim	351	66	66	ALTA	CURTO
2	2.2	Santa Luzia	EMEI	Ampliação/ Reforma	bom	regular	2.769	720	Sim	960	240	240	ALTA	CURTO
2	2.17	Nova EMEI - Loteamento Menino Deus	EMEI	Construção	n/a	n/a	3.178	0	n/a	560	0	60	ALTA	CURTO
3	3.1	Osório Cardoso Teixeira	EMEI	Ampliação/ Reforma	bom	inexistente	970	279	Sim	390	97	97	ALTA	CURTO
3	3.2	Sonho Encantado	EMEI	Ampliação/ Reforma	bom	regular	1.800	628	Sim	858	215	215	ALTA	CURTO
4	4.2	Jardim do Sol	EMEI	Reforma	precário	inexistente	738	194	Sim	194	40	40	ALTA	CURTO
4	4.3	Raio de Luz	EMEI	Ampliação/ Reforma	regular	precário	1.200	304	Sim	404	82	82	ALTA	CURTO
4	4.8	Nova EMEI - Loteamento Umbú	EMEI	Construção	n/a	n/a	720	0	n/a	560	0	60	ALTA	CURTO
5	5.1	José Antônio Falcão	EMEI	Ampliação/ Reforma	precário	regular	1.436	247	Sim	677	168	168	ALTA	CURTO
5	5.2	Padre Zezinho	EMEI	Reforma	precário	inexistente	2.550	331	Sim	331	56	56	ALTA	CURTO
5	5.4	Geni Araújo Rebechi	EMEI	Ampliação/ Reforma	n/a	n/a	1.500	579	Sim	700	175	175	ALTA	CURTO
8	8.1	Chapeuzinho Vermelho	EMEI	Relocação	precário	precário	468	96	Sim	0	72	0	ALTA	CURTO
8	8.2	Abelhinhas	EMEI	Relocação	precário	precário	264	103	Não	0	37	0	ALTA	CURTO
8	8.3	Fadinha	EMEI	Relocação	regular	precário	240	118	Não	0	27	0	ALTA	CURTO
8	8.12	Nova EMEI - Loteamento Donária	EMEI	Construção	n/a	n/a	1.755	0	n/a	560	0	60	ALTA	CURTO
8	8.14	Nova EMEI Vila Santa Marta	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.040	0	n/a	680	0	170	ALTA	CURTO
9	9.1	Francisco Bianchini	EMEI	Ampliação/ Reforma	regular	regular	400	279	Sim	588	98	98	ALTA	CURTO
9	9.12	Nova EMEI - Loteamento Prof. Schisler	EMEI	Construção	n/a	n/a	720	0	n/a	240	0	60	ALTA	CURTO
9	9.13	Nova EMEI - Loteamento Prof. Schisler B	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.400	0	n/a	800	0	200	ALTA	CURTO
9	9.14	Nova EMEI no Parque do Sol	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.400	0	n/a	800	0	200	ALTA	CURTO
10	10.2	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	840	0	n/a	280	0	70	ALTA	CURTO
11	11.1	Cantinho Feliz	EMEI	Ampliação/ Reforma	bom	bom	8.324	402	Sim	548	137	137	ALTA	CURTO
13	13.2	Nova EMEI - Loteamento Santa Rita	EMEI	Construção	n/a	n/a	1.820	0	n/a	560	0	60	ALTA	CURTO
13	13.3	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	840	0	n/a	280	0	70	ALTA	CURTO
15	15.1	Estrela da Manhã	EMEI	Ampliação/ Reforma	bom	bom	2.453	575	Sim	875	219	219	ALTA	CURTO
17	17.5	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	ALTA	CURTO
21	21.1	Fofão	EMEI	Ampliação/ Reforma	precário	precário	5.941	405	Sim	505	83	83	ALTA	CURTO
21	21.7	Nova EMEI - Loteamento Planaltina	EMEI	Construção	n/a	n/a	5.760	0	n/a	560	0	60	ALTA	CURTO
22	22.1	Nossa Senhora das Graças	EMEI	Ampliação/ Reforma	bom	bom	2.120	304	Sim	604	102	102	ALTA	CURTO
3	3.17	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	MÉDIA	MÉDIO
5	5.20	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.700	0	n/a	800	0	200	MÉDIA	MÉDIO
5	5.21	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.700	0	n/a	800	0	200	MÉDIA	MÉDIO
7	7.2	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.500	0	n/a	840	0	210	MÉDIA	MÉDIO
7	7.3	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.500	0	n/a	840	0	210	MÉDIA	MÉDIO
8	8.13	Nova EMEI Jardim América	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.040	0	n/a	680	0	170	MÉDIA	MÉDIO
9	9.15	Nova EMEI no Bairro Integração	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.400	0	n/a	800	0	200	MÉDIA	MÉDIO
10	10.1	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	MÉDIA	MÉDIO

Setor	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Categoria de Intervenção	Estado de Conservação	Acessibilidade	Área do Terreno	Área Construída Atual	Capacidade de Ampliação	Área Construída Proposta	Capacidade de Atendimento Atual	Capacidade Proposta	Prioridade	Fase de Implantação
11	11.5	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	1.600	0	n/a	520	0	130	MÉDIA	MÉDIO
11	11.6	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	MÉDIA	MÉDIO
12	12.10	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	1.800	0	n/a	600	0	150	MÉDIA	MÉDIO
14	14.5	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	1.200	0	n/a	400	0	100	MÉDIA	MÉDIO
16	16.4	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	1.300	0	n/a	440	0	110	MÉDIA	MÉDIO
16	16.5	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	MÉDIA	MÉDIO
17	17.4	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	1.400	0	n/a	460	0	115	MÉDIA	MÉDIO
19	19.1	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	MÉDIA	MÉDIO
19	19.2	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	1.800	0	n/a	600	0	150	MÉDIA	MÉDIO
20	20.1	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.100	2.800	n/a	920	0	230	MÉDIA	MÉDIO
20	20.2	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	1.600	0	n/a	540	0	135	MÉDIA	MÉDIO
1	1.10	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
1	1.11	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
2	2.18	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
2	2.19	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
2	2.20	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	1.500	0	n/a	480	0	120	BAIXA	LONGO
3	3.18	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
3	3.19	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
3	3.20	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
4	4.1	Criança Feliz	EMEI	Relocação	precário	inexistente	230	130	Não	0	50	0	BAIXA	LONGO
4	4.9	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
4	4.10	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
4	4.11	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
8	8.15	Nova EMEI no Bairro Santa Marta	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.040	0	n/a	680	0	170	BAIXA	LONGO
9	9.16	Nova EMEI no Bairro Integração	EMEI	Construção	n/a	n/a	1.800	0	n/a	600	0	150	BAIXA	LONGO
12	12.9	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
12	12.11	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
15	15.3	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
18	18.6	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
18	18.7	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
21	21.8	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
22	22.6	Nova EMEI	EMEI	Construção	n/a	n/a	2.900	0	n/a	960	0	240	BAIXA	LONGO
1	1.1	Siloé Rocha Bordignon	EMEI	Aquisição de imóvel/ Reforma/ Remanejamento de vagas	bom	precário	270	280	Não	280	164	70	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
5	5.3	Padre Pergentino Dalmagro	EMEI	Ampliação/ Reforma/ Remanejamento de vagas	regular	regular	600	279	Sim	480	131	120	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
12	12.1	Maria Elizabeth	EMEI	Reforma/ Remanejamento de vagas	bom	precário	842	364	Não	364	167	91	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
16	16.1	Margarida	EMEI	Reforma/ Remanejamento de vagas	precário	precário	579	232	Não	232	128	58	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
18	18.1	Pequeno Polegar	EMEI	Reforma/ Remanejamento de vagas	precário	precário	448	173	Não	173	80	43	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
18	18.2	Tio Patinhas	EMEI	Ampliação/ Reforma/ Remanejamento de vagas	regular	precário	907	247	Sim	497	222	125	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido

Tabela 8. Intervenções propostas para EMEI

Fonte: Idom (2013)

De acordo com a tabela anterior, pode-se observar que são propostas 75 intervenções para a rede de equipamentos municipais de ensino infantil, sendo 29 elencadas como alta prioridade a serem implantadas no curto prazo, 19 elencadas como média prioridade a serem desenvolvidas no médio prazo, 21 elencadas como baixa prioridade a ser realizada no longo prazo, e finalmente 6 intervenções sem prioridade ou prazo de implantação definido.

O mapa a seguir ilustra o resultado da cobertura territorial da rede de EMEI proposta pelo PEEUEL para o ano de 2042.

355000

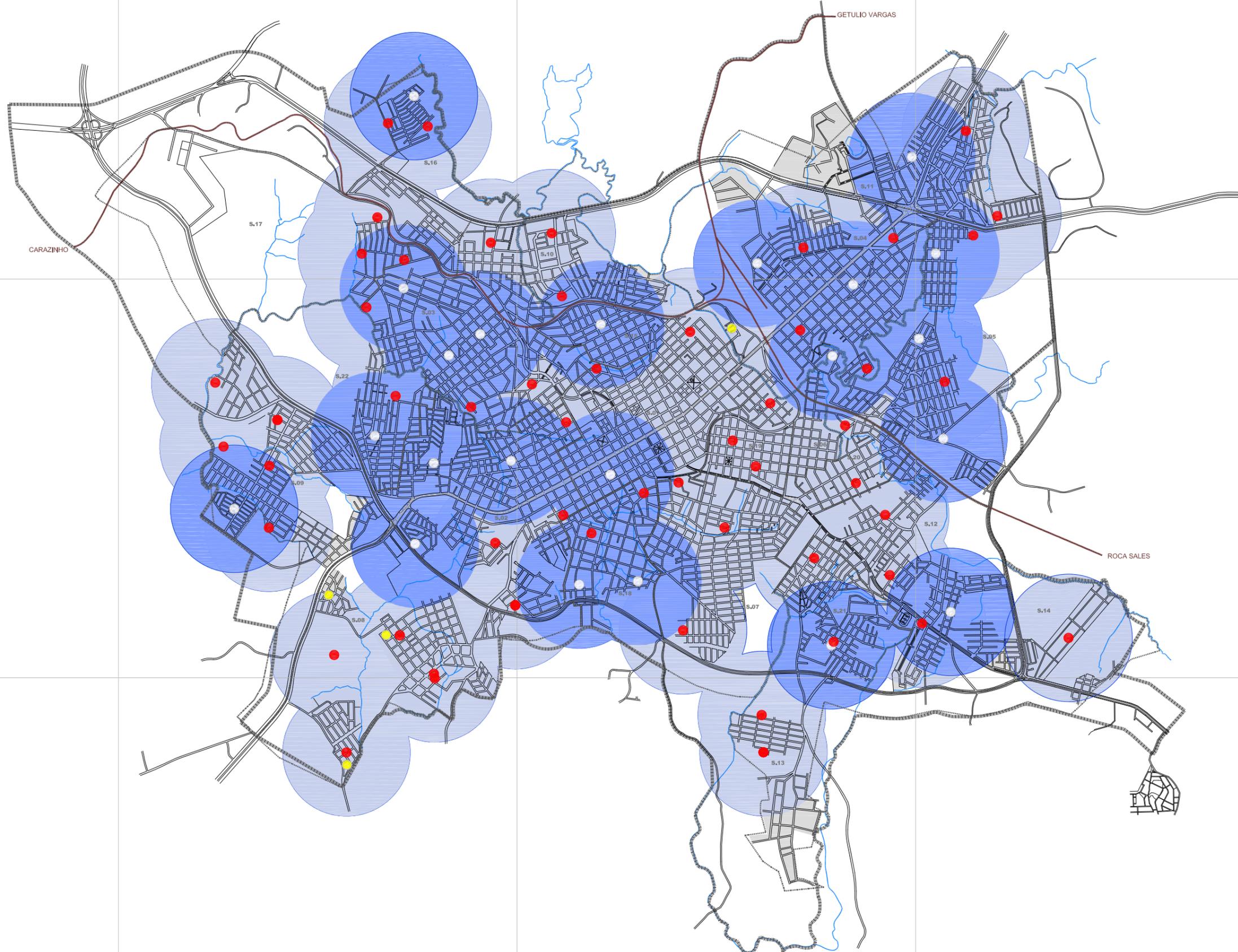
360000

365000



6875000

6870000

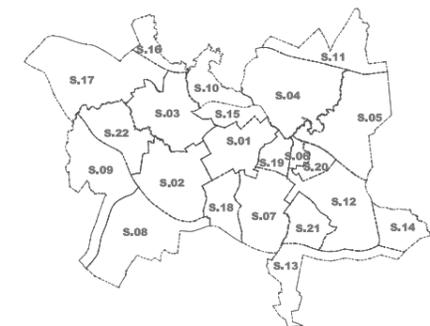


LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- SISTEMA VIÁRIO
- LINHAS FERROVIÁRIAS
- RIOS E ARROIOS

EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- EMEI EXISTENTE
- EMEI A RELOCAR
- EMEI A CONSTRUIR
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - EMEI EXISTENTE 800 M
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - EMEI PROPOSTA 800 M



COBERTURA TERRITORIAL PROPOSTA PARA REDE DE EMEI

06

versão final



Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013



b) Ensino Fundamental

De acordo com o estudo de capacidade e demanda realizado, concluiu-se que a capacidade de atendimento municipal atual é de 56% da população existente na faixa etária entre 6 a 14 anos, correspondendo a 13.587 vagas, já o atendimento estadual da educação fundamental é responsável por atender a 48% da demanda oferecendo 11.507 vagas. Há portanto um excedente de aproximadamente 908 vagas de ensino fundamental no município, o que pode ser explicado pelo fato de Passo Fundo ser um polo regional atraindo população de municípios vizinhos.

Uma vez que a tendência é o repasse de vagas do estado ao município, para que seja possível prever a absorção deste alunos pelo município, o estudo de capacidade e demanda considerou apenas as vagas ofertadas pelo município. É importante ressaltar que de acordo com informações provenientes da PMPF, a princípio, apenas as vagas serão transferidas ao município, e não as infraestruturas.

Tendo em vista que a projeção da população da faixa etária em questão para o ano de 2042 é de 20.398 habitantes, estima-se que o déficit de atendimento futuro será de 6.811 vagas. Ou seja, para que a meta de atendimento de 100% da demanda no longo prazo seja cumprida, deverão ser criadas 6.811 novas vagas no município.

Capacidade Atual (2012)	Déficit Futuro (2042)
13.587	6.811
56%	33%

A seguir, são apresentadas as propostas de intervenção para a rede de escolas municipais de educação fundamental, que em seu conjunto permitiram alcançar os objetivos e metas estabelecidos:

Setor	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Categoria de Intervenção	Estado de Conservação	Acessibilidade	Área do Terreno	Área Construída Atual	Capacidade de Ampliação	Área Construída Proposta	Capacidade de Atendimento Atual	Capacidade Proposta	Prioridade	Fase de Implantação
1	1.2	Zeferino Demétrio Costi	EMEF	Aquisição de imóvel/ Ampliação/ Reforma	bom	precário	12.170	648	Sim	970	302	302	ALTA	CURTO
2	2.3	Notre Dame	EMEF	Aquisição de imóvel/ Reforma	bom	regular	2.369	1.230	Não	1.230	387	387	ALTA	CURTO
5	5.7	Lions Clube	EMEF	Reforma	precário	precário	1.775	981	Não	981	85	85	ALTA	CURTO
5	5.8	Hoje	EMEF	Reforma	precário	regular	2.100	720	Sim	720	230	230	ALTA	CURTO
8	8.5	Nossa Senhora Aparecida	EMEF	Relocação	precário	precário	450	236	Não	0	105	0	ALTA	CURTO
8	8.16	Nova EMEF na Vila Donária	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.750	0	500	ALTA	CURTO
8	8.23	Nova EMEF na Vila Santa Marta	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.600	0	500	ALTA	CURTO
9	9.2	Irmã Maria Catarina	EMEF	Ampliação/ Reforma	regular	precário	1.980	1.100	Sim	1.300	402	402	ALTA	CURTO
9	9.3	Fredolino Chimango	EMEF	Ampliação/ Reforma	precário	precário	4.698	931	Sim	1.131	351	351	ALTA	CURTO
9	9.5	Padre José Anchieta	EMEF	Ampliação/ Reforma	regular	regular	5.000	1.178	Sim	1.778	297	297	ALTA	CURTO
11	11.2	Eloy Pinheiro Machado	EMEF	Ampliação/ Reforma	bom	bom	5.660	886	Sim	1.686	336	336	ALTA	CURTO
11	11.3	Benoni Rosado	EMEF	Ampliação/ Reforma	bom	bom	3.272	504	Sim	644	200	200	ALTA	CURTO
12	12.2	Prof. Wolmar Salton	EMEF	Ampliação/ Reforma	precário	precário	3.965	1.052	Sim	1.452	439	439	ALTA	CURTO
12	12.3	Romana Gobbi	EMEF	Ampliação/ Reforma	regular	precário	2.520	743	Sim	843	256	256	ALTA	CURTO
12	12.4	Santo Antônio	EMEF	Ampliação/ Reforma	precário	inexistente	3.815	999	Sim	2.099	471	471	ALTA	CURTO
13	13.1	Dom José Gomes	EMEF	Ampliação/ Reforma	bom	bom	1.620	594	Sim	755	221	221	ALTA	CURTO
17	17.1	Cel.Sebastião Rocha	EMEF	Ampliação/ Reforma	regular	regular	1.252	465	Sim	795	248	248	ALTA	CURTO
18	18.3	Antonino Xavier	EMEF	Ampliação/ Reforma	regular	precário	3.762	1.402	Sim	2.151	313	313	ALTA	CURTO
22	22.2	Arlindo Luiz Osório	EMEF	Ampliação/ Reforma	regular	regular	3.375	897	Sim	1.107	346	346	ALTA	CURTO
22	22.3	Santo Agostinho	EMEF	Ampliação/ Reforma	regular	precário	1.567	604	Sim	834	306	306	ALTA	CURTO
4	4.4	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	2.400	0	n/a	1.280	0	400	MÉDIA	MÉDIO
4	4.5	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	2.400	0	n/a	1.280	0	400	MÉDIA	MÉDIO
4	4.17	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	2.400	0	n/a	1.280	0	400	MÉDIA	MÉDIO
4	4.18	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	2.400	0	n/a	1.280	0	400	MÉDIA	MÉDIO
5	5.9	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	1.800	0	n/a	960	0	300	MÉDIA	MÉDIO
6	6.2	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	1.500	0	n/a	800	0	250	MÉDIA	MÉDIO
10	10.7	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.750	0	500	MÉDIA	MÉDIO
11	11.4	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	2.400	0	n/a	1.280	0	400	MÉDIA	MÉDIO
15	15.2	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.750	0	300	MÉDIA	MÉDIO
15	15.8	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	1.800	0	n/a	960	0	300	MÉDIA	MÉDIO
17	17.8	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	2.400	0	n/a	1.280	0	400	MÉDIA	MÉDIO
20	20.4	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	2.400	0	n/a	1.280	0	400	MÉDIA	MÉDIO
21	21.13	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.750	0	500	MÉDIA	MÉDIO
21	21.14	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	1.200	0	n/a	640	0	200	MÉDIA	MÉDIO
1	1.15	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.750	0	500	BAIXA	LONGO
1	1.3	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.750	0	500	BAIXA	LONGO

Setor	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Categoria de Intervenção	Estado de Conservação	Acessibilidade	Área do Terreno	Área Construída Atual	Capacidade de Ampliação	Área Construída Proposta	Capacidade de Atendimento Atual	Capacidade Proposta	Prioridade	Fase de Implantação
2	2.5	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.750	0	500	BAIXA	LONGO
2	2.26	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.750	0	500	BAIXA	LONGO
3	3.6	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.750	0	500	BAIXA	LONGO
3	3.7	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.750	0	500	BAIXA	LONGO
7	7.1	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	2.400	0	n/a	1.280	0	400	BAIXA	LONGO
14	14.2	Arlindo de Souza Mattos	EMEF	Relocação	0	0	2.244	741	Sim	0	141	0	BAIXA	LONGO
18	18.12	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	2.100	0	n/a	1.120	0	350	BAIXA	LONGO
19	19.7	Nova EMEF	EMEF	Construção	n/a	n/a	3.000	0	n/a	1.750	0	500	BAIXA	LONGO
2	2.4	Urbano Ribas	EMEF	Reforma/ Remanejamento de vagas	regular	precário	1.822	1.263	Não	1.263	437	281	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
3	3.3	Prof. Arno Otto Kiehl	EMEF	Reforma/ Remanejamento de vagas	regular	inexistente	2.451	1.400	Não	1.400	765	291	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
3	3.4	Senador Pasqualini	EMEF	Reforma/ Remanejamento de vagas	regular	precário	2.500	1.418	Não	1.418	525	273	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
3	3.5	Daniel Dipp	EMEF	Reforma/ Remanejamento de vagas	regular	precário	4.785	2.322	Sim	2.322	872	500	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
5	5.5	São Luiz Gonzaga	EMEF	Reforma/ Remanejamento de vagas	bom	regular	4.800	3.037	Não	3.037	2085	500	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
5	5.6	Etelvina Rocha Duro	EMEF	Reforma/ Remanejamento de vagas	bom	bom	2.460	1.444	Não	1.444	518	410	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
8	8.4	Jardim América	EMEF	Reforma/ Remanejamento de vagas	regular	regular	655	600	Não	600	174	109	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
9	9.4	Dyógenes Martins Pinto	EMEF	Ampliação/ Reforma/ Remanejamento de vagas	regular	precário	5.028	1.188	Sim	1.638	578	500	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
14	14.1	Frederico Ferri	EMEF	Reforma/ Remanejamento de vagas	regular	regular	913	589	Não	589	287	184	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
16	16.2	Guaracy Barroso Marinho	EMEF	Reforma/ Remanejamento de vagas	regular	precário	7.642	2.125	Sim	2.225	808	500	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido
18	18.4	Cel. Lolico	EMEF	Reforma/ Remanejamento de vagas	regular	regular	1.035	639	Não	639	208	172	Sem Prioridade Definida	Sem Prazo de Implantação Definido

Tabela 9. Intervensões propostas para EMEF

Fonte: Idom (2013)

De acordo com a tabela anterior, pode-se observar que são propostas um total de 55 intervenções para a rede de equipamentos municipais de ensino fundamental, sendo 20 elencadas como alta prioridade a serem implantadas no curto prazo, 14 elencadas como média prioridade a serem desenvolvidas no médio prazo, 10 elencadas como baixa prioridade a ser realizada no longo prazo, e finalmente 11 intervenções sem prioridade ou prazo de implantação definido.

O mapa a seguir ilustra o resultado da cobertura territorial da rede de EMEF proposta pelo PEEUEL para o ano de 2042.

355000

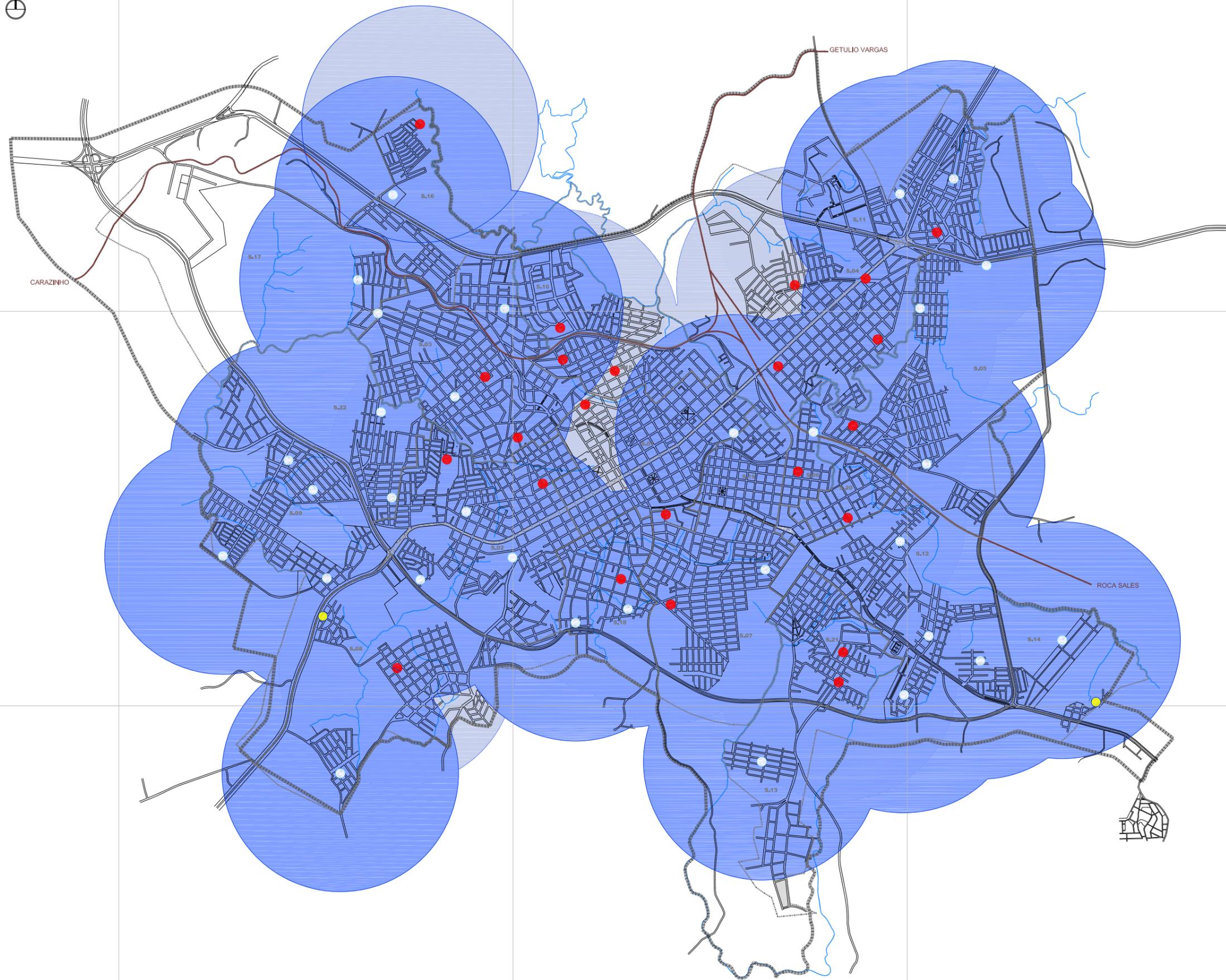
360000

365000



6875000

6870000

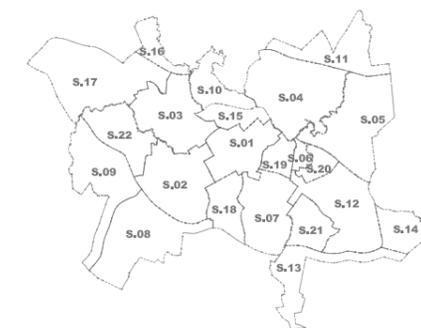


LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- SISTEMA VIÁRIO
- LINHAS FERROVIÁRIAS
- RIOS E ARROIOS

EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

- EMEF EXISTENTE
- EMEF A RELOCAR
- EMEF A CONSTRUIR



mapa: COBERTURA TERRITORIAL PROPOSTA PARA REDE DE EMEF

07

versão final

0 125 250 500 750 1000 1250 m

projeto: Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013



5.1.2 Equipamentos de Saúde

A rede de equipamentos de saúde atenção básica de Passo Fundo compreende os Ambulatórios, as UBS, e os CAIS. Tendo em vista que o atendimento nos ambulatórios está sendo substituído pelo modelo assistencial vigente aos moldes do Programa de Saúde da Família, o serviço prestado por estes equipamentos deverá ser suprido pelas UBS. Esta transição deve ser feita à medida que novas UBS sejam implantadas no município, uma vez que não se identificou possibilidade de adaptação das edificações existentes aos parâmetros vigentes.

Quanto aos equipamentos CAIS, de acordo a consultas realizadas junto a Secretaria Municipal de Saúde, concluiu-se que o funcionamento, a cobertura territorial, e a capacidade de atendimento destes equipamentos sejam de forma geral satisfatória. Não necessitando, portanto, de estudo de capacidade e demanda específico. Entretanto, estes equipamentos foram contemplados com propostas de reformas no sentido da melhora de seu estado de conservação e acessibilidade.

O estudo de capacidade e demanda realizado é referente unicamente ao atendimento nas UBS, sendo considerada, portanto a capacidade de atendimento atual destas instalações, calculada a partir do número de ESF atuantes em cada UBS da macrozona urbana de Passo Fundo.

As alternativas de intervenção propostas pelo PEEUEL para os equipamentos de saúde de atenção básica pretendem alcançar os seguinte objetivos:

- Atendimento de 100% da demanda projetada para a rede de UBS para o ano de 2042;
- Alcançar uma cobertura territorial mínima de 80% da área urbanizada de todos os setores para a rede de UBS;
- Melhora do estado de conservação e acessibilidade dos equipamentos existentes;

A rede atual de UBS cobre aproximadamente 92.000 habitantes, considerando-se que cada ESF tem capacidade para atender 4.000 habitantes, e encontram-se 23 ESF atuantes em 22 UBS, a população atendida atualmente corresponde a 51% do total do município.

Tendo em vista que a projeção da população total da área urbana para o ano de 2042 é de 208.048 habitantes, estima-se que o déficit de atendimento futuro será de 116.048 pessoas.

Parâmetro de Demanda	Capacidade Atual (2012)	Déficit Futuro (2042)
População Atendida	92.000	116.048
	51%	55%

Sendo assim, considerando a capacidade de atendimento de cada ESF (4.000 hab.) e a projeção do déficit de atendimento no longo prazo, deverão ser implantadas 29 novas ESF no município para que a meta de atendimento seja alcançada ($116.048 \div 4.000 = 29$).

As 29 equipes de saúde da família necessárias para cobrir o déficit de atendimento projetado poderão ser implantadas em novas UBS propostas de pequeno, médio e grande porte. Como diretriz geral de implantação, optou-se pela adoção de equipamentos de grande porte, visando à otimização das instalações municipais e a implantação de estruturas mais bem equipadas, resultando em equipamentos de atendimento intersetorial.

As propostas de intervenção para equipamentos de saúde de atenção básica propostas pelo PEEUEL são apresentadas na tabela a seguir.

Setor	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Categoria de Intervenção	Porte	Estado de Conservação	Acessibilidade	Área do Terreno	Área Construída Atual	Área Construída Proposta	Capacidade de Atendimento de (ESF)	Capacidade Proposta (ESF)	População Atendida Proposta	Prioridade	Fase de Implantação
2	2.21	UBS 01 - Loteamento Independente - Nova UBS	UBS	Construção	Grande	n/a	n/a	informação não disponível	0	365	0	3	12000	ALTA	CURTO
2	2.22	Loteamento Operária - Nova UBS	UBS	Construção	Pequeno	n/a	n/a	informação não disponível	0	288	0	1	4000	ALTA	CURTO
2	2.6	CAIC	UBS	Ampliação/ Reforma	Pequeno	precário	precário	15.121	159	250	1	1	4000	ALTA	CURTO
2	2.7	Menino Deus	UBS	Relocação	Pequeno	regular	precário	747	130	0	1	0	0	ALTA	CURTO
2	2.8	Lava Pés	UBS	Relocação	Pequeno	regular	precário	349	128	0	1	0	0	ALTA	CURTO
3	3.10	Hípica	UBS	Relocação	Pequeno	precário	inexistente	475	120	0	1	0	0	ALTA	CURTO
3	3.21	UBS 04 - Loteamento Nonoai - Nova UBS	UBS	Construção	Grande	n/a	n/a	informação não disponível	0	365	0	3	12000	ALTA	CURTO
3	3.9	1º Centenário	UBS	Relocação	Pequeno	regular	precário	642	115	0	1	0	0	ALTA	CURTO
5	5.11	Farroupilha	UBS	Relocação	Pequeno	n/a	n/a	360	200	0	1	0	0	ALTA	CURTO
5	5.22	UBS 05 - Parque Farroupilha - Nova UBS	UBS	Construção	Grande	n/a	n/a	informação não disponível	0	365	0	3	12000	ALTA	CURTO
8	8.6	Santa Marta	UBS	Aquisição de Imóvel/ Reforma	Pequeno	bom	regular	600	195	195	1	1	4000	ALTA	CURTO
8	8.7	Donária	UBS	Aquisição de Imóvel/ Reforma	Pequeno	precário	precário	442	122	122	1	1	4000	ALTA	CURTO
8	8.8	N. Senhora Aparecida	UBS	Relocação	Pequeno	regular	regular	337	191	0	1	0	0	ALTA	CURTO
9	9.17	Nova UBS no Loteamento Prof. Schisler A	UBS	Construção	Pequeno	n/a	n/a	450	0	250	0	1	4000	ALTA	CURTO
9	9.18	Nova UBS - Jeronimo Coelho	UBS	Construção	Grande	n/a	n/a	600	0	350	0	2	8000	ALTA	CURTO
9	9.6	Jaboticabal	UBS	Relocação	Pequeno	precário	precário	4.731	110	0	1	0	0	ALTA	CURTO
9	9.7	Adolfo Groth	UBS	Relocação	Pequeno	precário	precário	14.773	100	0	1	0	0	ALTA	CURTO
12	12.12	UBS 02 - Loteamento Santo Antônio da Pedreira - Nova UBS	UBS	Construção	Médio	n/a	n/a	informação não disponível	0	365	0	2	8000	ALTA	CURTO
14	14.3	Mattos	UBS	Relocação	Pequeno	regular	precário	2.521	80	0	1	0	0	ALTA	CURTO
17	17.2	Valinhos	UBS	Relocação	Pequeno	precário	inexistente	322	100	0	1	0	0	ALTA	CURTO
17	17.6	Loteamento Valinhos - Nova UBS	UBS	Construção	Pequeno	n/a	n/a	informação não disponível	0	327	0	1	4000	ALTA	CURTO
20	20.3	Loteamento Vila Nova - Nova UBS	UBS	Construção	Pequeno	n/a	n/a	informação não disponível	0	330	0	1	4000	ALTA	CURTO
21	21.2	Planaltina	UBS	Ampliação/ Reforma	Pequeno	precário	inexistente	5.594	150	297	1	1	4000	ALTA	CURTO
22	22.4	Dona Júlia Nenê Graeff	UBS	Relocação	Pequeno	bom	inexistente	575	150	0	1	0	0	ALTA	CURTO
22	22.5	UBS 03 - Loteamento Nenê Graeff - Nova UBS	UBS	Construção	Médio	n/a	n/a	informação não disponível	0	365	0	2	8000	ALTA	CURTO
3	3.22	Nova UBS	UBS	Construção	Médio	n/a	n/a	600	0	350	0	2	8000	MÉDIA	MÉDIO
4	4.12	Nova UBS	UBS	Construção	Pequeno	n/a	n/a	450	0	250	0	1	4000	MÉDIA	MÉDIO
4	4.13	Nova UBS	UBS	Construção	Grande	n/a	n/a	600	0	350	0	3	12000	MÉDIA	MÉDIO
10	10.3	Nova UBS	UBS	Construção	Pequeno	n/a	n/a	450	0	250	0	1	4000	MÉDIA	MÉDIO
11	11.7	Nova UBS	UBS	Construção	Pequeno	n/a	n/a	450	0	250	0	1	4000	MÉDIA	MÉDIO
16	16.3	Zacchia	UBS	Relocação de ESF	Médio	bom	bom	2.090	1.942	1.942	2	1	4000	MÉDIA	MÉDIO
18	18.8	Nova UBS	UBS	Construção	Grande	n/a	n/a	600	0	350	0	3	12000	MÉDIA	MÉDIO
1	1.12	Nova UBS	UBS	Construção	Grande	n/a	n/a	600	0	350	0	3	12000	BAIXA	LONGO
1	1.13	Nova UBS	UBS	Construção	Grande	n/a	n/a	600	0	350	0	3	12000	BAIXA	LONGO
7	7.4	Nova UBS	UBS	Construção	Médio	n/a	n/a	600	0	350	0	2	8000	BAIXA	LONGO
15	15.4	Nova UBS	UBS	Construção	Pequeno	n/a	n/a	450	0	250	0	1	4000	BAIXA	LONGO
19	19.3	Nova UBS	UBS	Construção	Médio	n/a	n/a	600	0	350	0	2	8000	BAIXA	LONGO
21	21.3	Ivo Ferreira	UBS	Relocação	Pequeno	bom	precário	260	120	0	1	0	0	BAIXA	LONGO
21	21.9	Nova UBS	UBS	Construção	Pequeno	n/a	n/a	450	0	250	0	1	4000	BAIXA	LONGO

Tabela 10. Intervenções propostas para a rede de UBS

Fonte: Idom (2013)

Setor	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Tipo de Intervenção	Estado de Conservação	Acessibilidade	Área do Terreno	Área Construída Atual	Prioridade	Fase de Implantação
2	2.9	Boqueirão	CAIS	Reforma	regular	regular	850	363	ALTA	CURTO
3	3.8	Hípica Dr. Erwin Crussius	CAIS	Reforma	regular	precário	7.480	590	ALTA	CURTO
4	4.6	Petropolis (CAIS LESTE) Dr. Cvrio Nácul	CAIS	Reforma	bom	regular	1.027	744	ALTA	CURTO
12	12.6	São Cristovão Dr. Luiz Frangomoni	CAIS	Reforma	regular	precário	3.000	577	ALTA	CURTO
18	18.5	Luiza-Dr Antonio Marinho Albuquerque	CAIS	Reforma	bom	regular	1.780	490	ALTA	CURTO

Tabela 11. Intervenções propostas para os CAIS

Fonte: Idom (2013)

De acordo com a tabela anterior, pode-se observar que são propostas 44 intervenções para a rede de equipamentos de saúde de atenção básica, sendo 30 elencadas como alta prioridade a serem implantadas no curto prazo, 7 elencadas como média prioridade a serem desenvolvidas no médio prazo, e 7 elencadas como baixa prioridade a ser realizada no longo prazo.

O mapa a seguir ilustra o resultado da cobertura territorial da rede de UBS proposta pelo PEEUEL para o ano de 2042.

355000

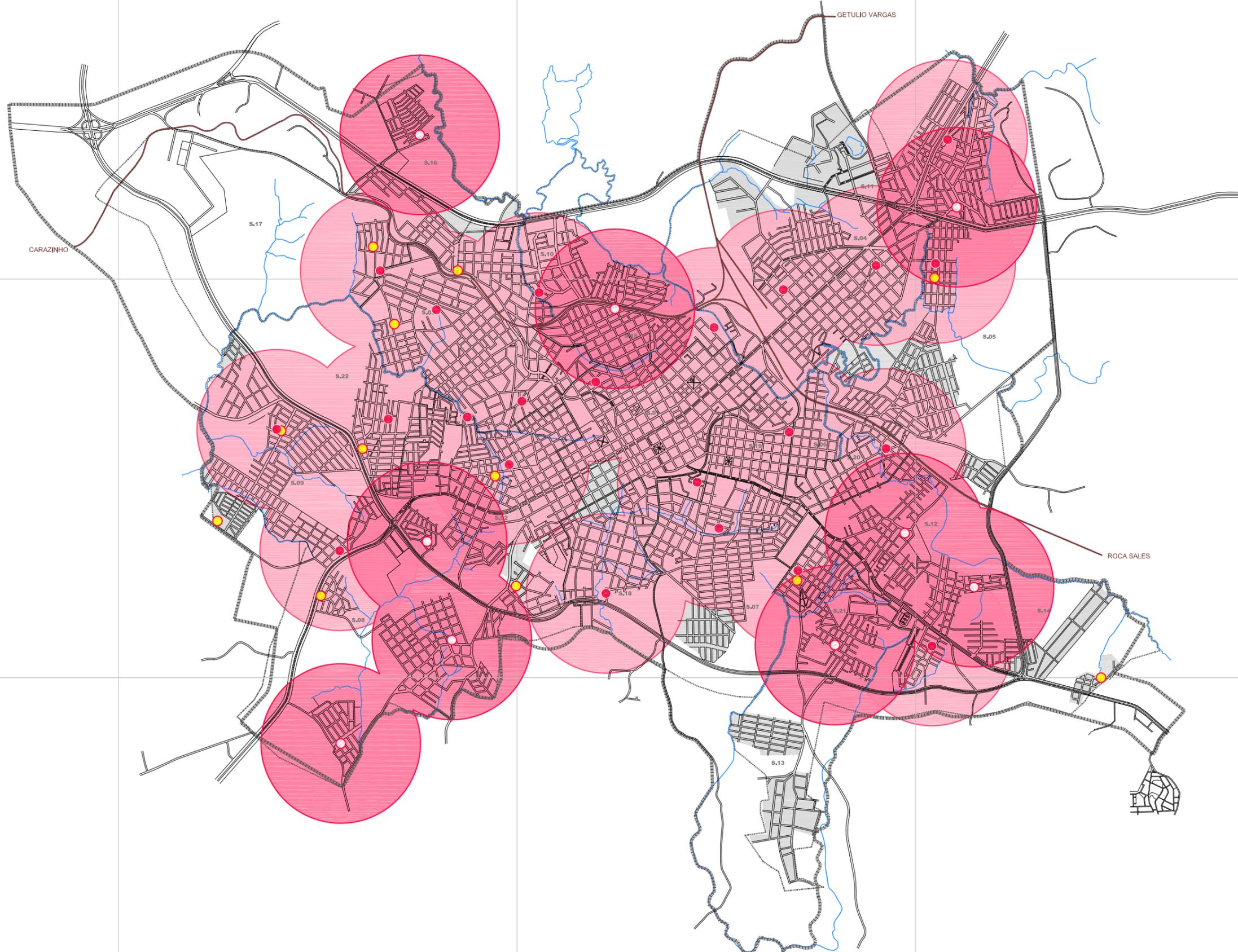
360000

365000



6875000

6870000

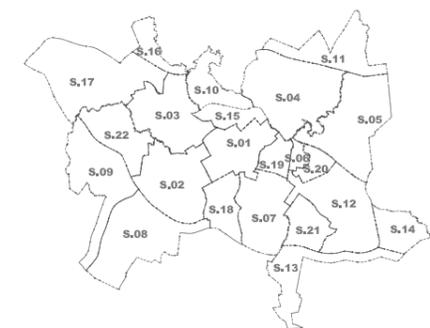


LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- SISTEMA VIÁRIO
- LINHAS FERROVIÁRIAS
- RIOS E ARROIOS

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE - UBS

- UBS EXISTENTE
- UBS A RELOCAR
- UBS A CONSTRUIR
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - UBS EXISTENTE 1000 M
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - UBS PROPOSTA 1000 M



COBERTURA TERRITORIAL PROPOSTO PARA A REDE DE UBS

08

versão final



Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013



5.1.3 Equipamentos de Atenção Social

As propostas de intervenção em equipamentos de Atenção Social referem-se a melhoria e ampliação da rede de atenção social básica, sendo neste caso oferecida nos 4 CRAS do município.

Para o estudo de capacidade e demanda foi adotado como parâmetro de referencia a projeção da população de menor renda e em situação de risco, principais usuários dos CRAS, sendo adotado o dado da população que possui renda nominal mensal inferior à meio salário mínimo.

Cada CRAS tem capacidade para atender até 5.000 famílias, totalizando uma capacidade de atendimento municipal de até 20.000 famílias. Ou seja, se há atualmente 13.980 famílias potenciais usuárias dos CRAS, a oferta atual é maior do que a demanda existente representando uma capacidade de atendimento de 143% ($20.000 \div 13.980 = 143\%$).

Porém, se analisarmos as previsões populacionais realizadas para o longo prazo, veremos que em 2042, o número de famílias em situação de risco poderia aumentar até um total de 20.607, superando a capacidade total de atendimento do sistema atual, gerando em potencial déficit de atendimento de 607 famílias.

Capacidade Atual (2012)	Déficit Futuro (2042)
20.000	607
143%	3%

Considerando este potencial déficit, a capacidade de atendimento no longo prazo estaria garantida pela implantação de 1 novo equipamento CRAS ao sistema de atenção social básico, totalizando 5 unidades CRAS no ano de 2042.

Além disso, tendo em vista que 3 equipamentos CRAS funcionam em imóveis de titularidade privada, de acordo com as diretrizes de relocação de equipamentos, e após consultas feitas a Secretaria de Cidadania e Assistência Social de Passo Fundo, sugere-se a relocação destes equipamentos para novas estruturas a serem construídas.

Sendo assim, propõe-se a construção de 4 novos CRAS, 1 para cobrir a demanda futura, e 3 para absorverem a oferta de atendimento dos equipamentos que deverão ser relocados.

Ainda, o único CRAS que funciona em imóvel de titularidade pública apresenta estado de conservação e acessibilidade considerado precário, de forma que se propõem reformas para reabilitação da edificação.

As propostas de reforma, relocação e construção de CRAS são as seguintes:

Setor	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Categoria de Intervenção	Estado de Conservação	Acessibilidade	Área do Terreno	Área Construída Atual	Área Construída Proposta	Prioridade	Fase de Implantação
5	5.12	CRAS 01	CRAS	Relocação	regular	inexistente	12.774	1.177	0	ALTA	CURTO
9	9.8	CRAS 04	CRAS	Relocação	regular	regular	2.563	300	0	ALTA	CURTO
5	5.23	Novo CRAS	CRAS	Construção	n/a	n/a	220	0	180	ALTA	CURTO
9	9.19	Novo CRAS	CRAS	Construção	n/a	n/a	220	0	180	ALTA	CURTO
21	21.4	CRAS 03	CRAS	Reforma	precário	inexistente	5.612	310	310	ALTA	CURTO
8	8.17	Novo CRAS	CRAS	Construção	n/a	n/a	220	0	180	MÉDIA	MÉDIO
3	3.11	CRAS 02	CRAS	Relocação	regular	precário	829	580	0	BAIXA	LONGO
3	3.23	Novo CRAS	CRAS	Construção	n/a	n/a	220	0	180	BAIXA	LONGO

Tabela 12. Intervenções propostas para equipamentos de atenção social

Fonte: Elaboração própria

O resultado das propostas de intervenção para a rede de equipamentos de proteção social básica no curto prazo é a relocação dos CRAS existentes nos setores 5 e 9 para novas estruturas a serem construídas no mesmo setor, no médio prazo propõe-se a construção de um novo CRAS no setor 8, e no longo prazo propõe-se a relocação do CRAS existente no setor 3 para nova estrutura a ser construída no mesmo setor.

O mapa a seguir ilustra o resultado da cobertura territorial da rede de CRAS proposta pelo PEEUEL para o ano de 2042.

355000

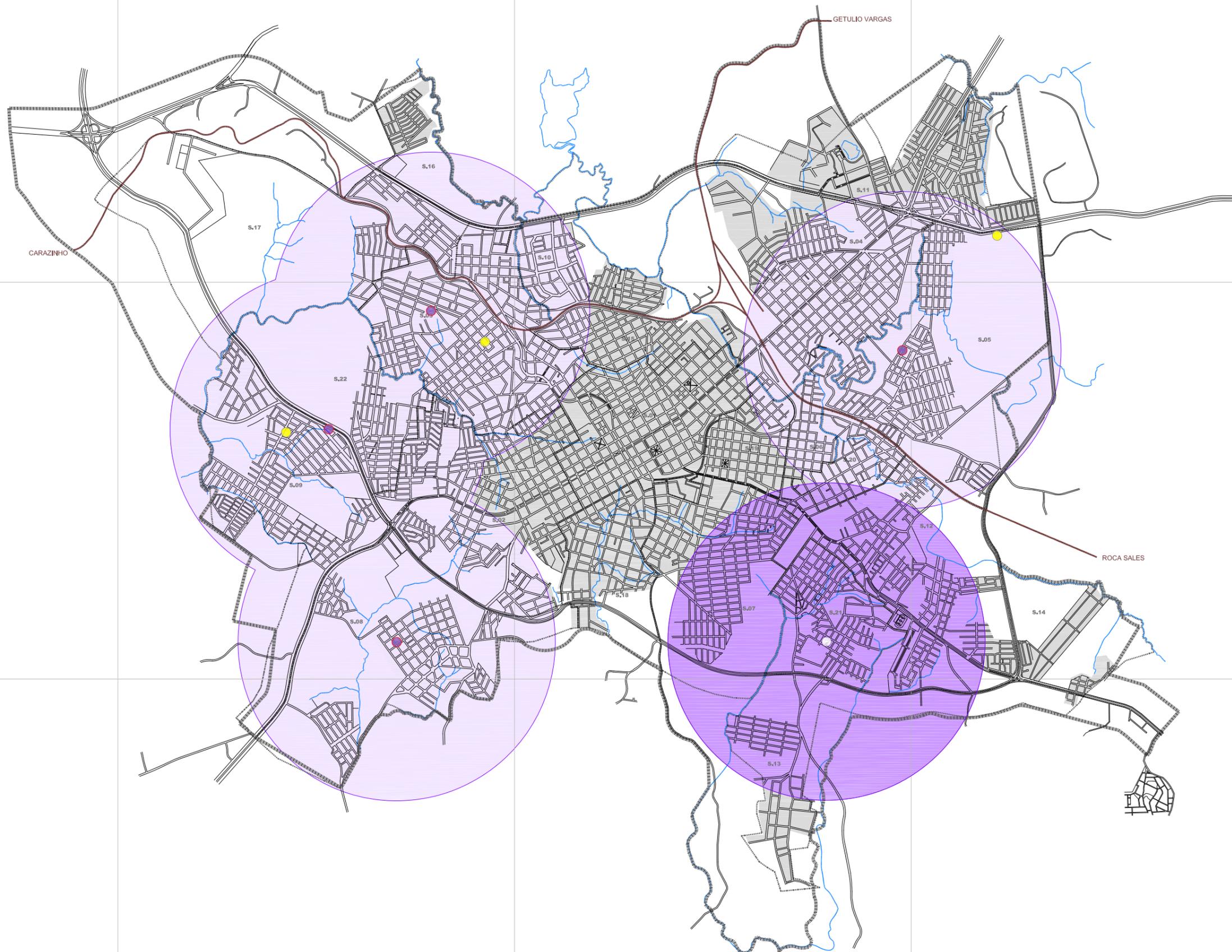
360000

365000



6875000

6870000

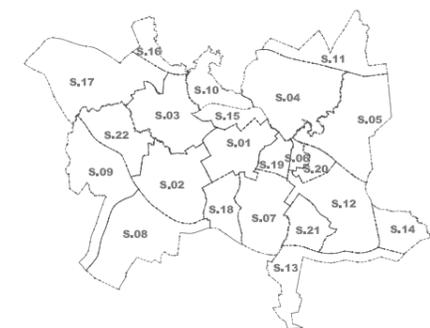


LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- SISTEMA VIÁRIO
- LINHAS FERROVIÁRIAS
- RIOS E ARROIOS

EQUIPAMENTOS DE ATENÇÃO SOCIAL

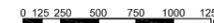
- CRAS EXISTENTE
- CRAS A RELOCAR
- CRAS A CONSTRUIR
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - CRAS EXISTENTE 2000 M
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - CRAS PROPOSTO 2000 M



COBERTURA TERRITORIAL PROPOSTO PARA A REDE DE CRAS

09

versão final



Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013



5.1.4 Equipamentos Culturais

A cidade de Passo Fundo apresenta uma grande carência de equipamentos culturais para atender a demanda de uma cidade com previsão de alcançar 200.000 habitantes até o ano de 2042. Os equipamentos culturais municipais estão localizados no setor 1, no denominado Espaço Cultural Doleski Pretto, um complexo cultural público que engloba o Teatro Municipal Múcio de Castro, a Biblioteca Pública Municipal Arno Viuniski, o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, o Museu Histórico Regional, e a Academia Passofundense de Letras. Trata-se dos únicos equipamentos culturais de escala municipal de Passo Fundo. As propostas de intervenção deste complexo fazem parte da área de intervenção A.7.

Quanto aos equipamentos de escala de bairro, Passo Fundo não apresenta nenhuma instalação municipal, de forma que a implantação desta tipologia de equipamento é o objetivo principal das propostas de intervenção para a rede de equipamentos culturais.

Com a finalidade de fomentar a cultura em Passo Fundo, propõe a implantação de equipamentos culturais de escala de bairro orientados ao desenvolvimento social e cultural, a participação cidadã e a comunidade em geral. Chamaremos estes equipamentos de **Centros Culturais**, conceitualmente idealizados como espaços multiuso, adequados para o desenvolvimento social da comunidade e das entidades culturais que o necessitem, exposições temporárias, ou jornadas e reuniões dirigidas ao suporte cultural do bairro.

Tais equipamentos tem o objetivo de desenvolver a participação da comunidade, promover cursos de formação, atividades de difusão e divulgação cultural, organização da agenda festiva-popular, fomento a criação artística, e potencializar espaços para uso das associações de moradores e entidades não governamentais.

Propõe-se que a organização do Centro Cultural seja coordenada por uma comissão eleita pela própria comunidade, ou por representantes das associações de moradores, que serão os responsáveis pela gestão e programação do espaço.

Consideramos como critério de implantação a localização dos Centros Culturais em setores atualmente com mais de 5.000 habitantes. Cada equipamento terá dimensão mínima de 500m² de área construída, e 1000m² de área de lote, com capacidade para aproximadamente 200 pessoas. O programa de necessidades mínimo sugerido é o seguinte:

QUANTIDADE MÍNIMA	SALA
3	Sala Polivalente
1	Oficina de artes
1	Espaço de exposição
2	Salão Comunitário
1	Sala Administrativa
	Sanitário Masculino e Feminino
1	Cafeteria
1	Deposito/ Almojarifado

Tabela 13. Programa de necessidades sugerido para os Centros Culturais

Fonte: Idom (2013)

Quando possível, para potencializar as infraestruturas propostas, sugere-se que a localização das edificações dos centros culturais seja próxima a outros equipamentos previstos como, por exemplo, CRAS e UBS pois é possível compartilhar as estruturas físicas e fortalecer atividades com a comunidade.

As propostas de intervenção do PEEUEL para os equipamentos culturais incluem reforma e ampliação do conjunto arquitetônico do Espaço Cultural Doleski Pretto, incluídas dentro da área de intervenção A.07, vinculadas a proposta de relocação do atual Arquivo Municipal para dentro do referido espaço cultural, e a implantação da nova biblioteca Pública na área do Quartel do Exército (A.01), e a construção de 14 novos Centros Culturais.

A tabela a seguir apresenta as alternativas de intervenção para a rede de equipamentos culturais.

Setor	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Categoria de Intervenção	Estado de Conservação	Acessibilidade	Área do Terreno	Área Construída Atual	Área Construída Proposta	População Atendida Proposta	Prioridade	Fase de Implantação
5	5.24	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	ALTA	CURTO
8	8.18	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	ALTA	CURTO
9	9.20	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	ALTA	CURTO
11	11.8	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	ALTA	CURTO
1	1.5	Museu de Artes Visuais Ruth Schneider/Museu Histórico Regional	Museus e salas de arte	Reforma	precário	inexistente	4.744,00 (total do conjunto)	736	Ver intervenção relacionada A.7	a ser definido por projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
1	1.6	Teatro Municipal Múcio de Castro	Teatros e artes cênicas	Reforma	precário	inexistente	4.744,00 (total do conjunto)	530	Ver intervenção relacionada A.7	a ser definido por projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
1	1.7	Arquivo Municipal	Bibliotecas e arquivos	Relocação	precário	inexistente	4.744,00 (total do conjunto)	235	Ver intervenção relacionada A.7	a ser definido por projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
1	1.8	Biblioteca Pública Municipal Arno Viuniski	Bibliotecas e arquivos	Relocação	precário	inexistente	345,00	284	1.000	a ser definido por projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
3	3.24	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	MÉDIA	MÉDIO
4	4.15	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	MÉDIA	MÉDIO
18	18.9	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	MÉDIA	MÉDIO
21	21.10	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	MÉDIA	MÉDIO
1	1.14	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	BAIXA	LONGO
2	2.23	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	BAIXA	LONGO
7	7.5	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	BAIXA	LONGO
12	12.13	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	BAIXA	LONGO
15	15.5	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	BAIXA	LONGO
19	19.4	Novo Centro Cultural	Centro Cultural	Construção	n/a	n/a	1.000,00	0	500	200	BAIXA	LONGO

Tabela 14. Intervenções propostas para equipamentos culturais

Fonte: Idom (2013)

De acordo com a tabela anterior, pode-se observar que são propostas 18 intervenções para a rede de equipamentos culturais, sendo 4 elencadas como alta prioridade a serem implantadas no curto prazo, 8 elencadas como média prioridade a serem desenvolvidas no médio prazo, e 6 elencadas como baixa prioridade a ser realizada no longo prazo.

O mapa a seguir ilustra o resultado da cobertura territorial da rede de equipamentos culturais municipais proposta pelo PEEUEL para o ano de 2042.

355000

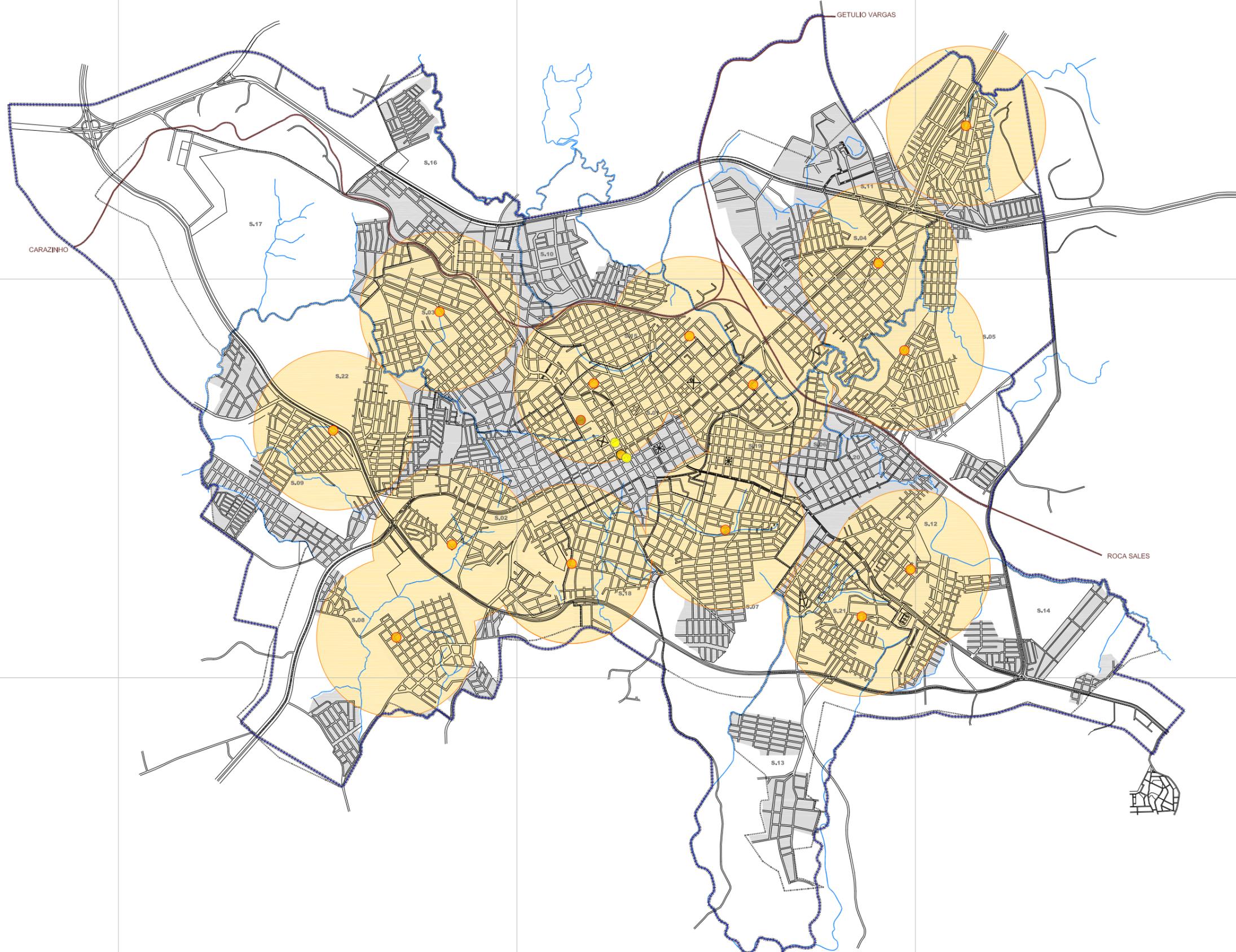
360000

365000



6875000

6870000

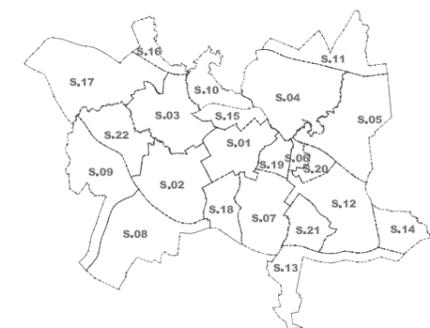


LEGENDA

- ▬ PERIMETRO URBANO
- ▬ DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- ▬ SISTEMA VIÁRIO
- ▬ LINHAS FERROVIÁRIAS
- ▬ RIOS E ARROIOS

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

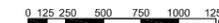
- EQUIPAMENTO CULTURAL EXISTENTE - ESCALA MUNICIPAL
- EQUIPAMENTO A RELOCAR
- EQUIPAMENTO CULTURAL DE ESCALA MUNICIPAL A CONSTRUIR
- CENTRO CULTURAL DE BAIRRO A CONSTRUIR



mapa: COBERTURA TERRITORIAL PROPOSTO PARA A REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

10

versão final



projeto: **Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público**

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013

contratante: Prefeitura Municipal de Passo Fundo execução: idom



5.1.5 Equipamentos Esportivos

O objetivo principal das propostas para os equipamentos esportivos é elevar o índice de m² construídos per capita, ampliando a rede de equipamentos e contribuindo para o bem estar coletivo da população.

De acordo com a análise populacional e com o inventário da rede de equipamentos esportivos públicos municipais, a cidade de Passo Fundo apresenta atualmente 120.331m² construídos destinados a equipamentos esportivos, o que representa um índice de **0,67m²/hab**, sendo considerado deficiente. Sendo assim, frente a grande carência por equipamentos esportivos no município sugere-se que até o ano de 2042 o índice de equipamentos esportivos municipais alcance a **meta de 3m²/hab.**, atingindo portanto um índice considerado razoável.

Segundo estudo de projeção da população para o ano de 2042, estima-se que a população urbana chegará a 208.048 habitantes, de forma que o **déficit projetados para o longo prazo será de 503.814m²**.

Tendo em vista que o PEEUEL está focado no atendimento das necessidades básicas relacionadas a equipamentos urbanos na escala de bairro, as alternativas propostas visam à prestação de serviços aos bairros e a comunidade local.

Na escala municipal, a única intervenção identificada é o Ginásio do Teixeirinha, para o qual se propõe a sua reabilitação, desde que estudos técnicos comprovem sua viabilidade estrutural.

Na escala de bairro, detectou-se a necessidade de reforma de equipamentos que se encontram em estado de conservação e acessibilidade precários. Ainda, devido ao grande déficit de atendimento identificado, foram propostas áreas a serem salvaguardadas para a implantação de equipamentos esportivos, sendo que a definição do seu programa de uso ser definido em uma fase posterior, mediante projeto específico para cada área com maior nível de detalhe.

Pode-se indicar, porém, que as áreas com superfícies maiores do que 6.000m² poderão receber mais do que uma modalidade esportiva, configurando-se em conjuntos esportivos. As áreas propostas variam entre 1.800m² e 39.000m².

Quanto a diretrizes de localização, sugere-se que os equipamentos esportivos estejam localizados, em sua maioria, dentro das áreas de intervenção urbana, aproveitando áreas consideradas de utilidade pública nos parques lineares localizados junto a APP.

As alternativas de intervenção para a rede de equipamentos esportivos são as seguintes:

Setor	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Categoria de Intervenção	Porte	Estado de Conservação	Acessibilidade	Área do Terreno	Área Construída Atual	Área Construída Proposta	Prioridade	Fase de Implantação
2	2.10	Campo de Futebol	Campo de futebol	Reforma	Escala de Bairro	precário	precário	1.605	459	459	ALTA	CURTO
3	3.12	Campo de Futebol	Campo de futebol	Reforma	Escala de Bairro	precário	precário	4.910	1.170	1.170	ALTA	CURTO
3	3.13	Praça Operária Nonoai	Campo de futebol	Reforma	Escala de Bairro	precário	inexistente	17.020	13.554	13.554	ALTA	CURTO
5	5.25	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	6.000	0	a ser definida em projeto específico	ALTA	CURTO
5	5.26	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	3.000	0	a ser definida em projeto específico	ALTA	CURTO
5	5.27	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	22.000	0	a ser definida em projeto específico	ALTA	CURTO
5	5.28	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	8.500	0	a ser definida em projeto específico	ALTA	CURTO
8	8.9	Ginásio Teixeirinha	Complexo esportivo	Reforma	Escala Municipal	precário	regular	27.292	10.482	10.482	ALTA	CURTO
10	10.4	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	30.000	0	a ser definida em projeto específico	ALTA	CURTO
10	10.5	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	11.900	0	a ser definida em projeto específico	ALTA	CURTO
12	12.7	Campo de Futebol	Campo de futebol	Reforma	Escala de Bairro	precário	precário	1.350	330	330	ALTA	CURTO
4	4.14	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	32.700	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
4	4.16	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	13.800	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
8	8.19	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	8.000	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
8	8.20	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	2.630	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
8	8.21	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	15.000	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
8	8.22	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	2.300	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
9	9.21	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	12.000	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
9	9.22	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	10.500	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
9	9.23	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	2.500	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
9	9.24	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	3.000	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
9	9.25	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	12.100	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
9	9.26	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	8.300	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
11	11.19	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	39.000	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
17	17.7	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	22.000	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
18	18.10	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	5.500	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
18	18.11	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	5.500	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
22	22.7	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	24.000	0	a ser definida em projeto específico	MÉDIA	MÉDIO
2	2.24	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	13.500	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
2	2.25	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	14.500	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO

Setor	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Categoria de Intervenção	Porte	Estado de Conservação	Acessibilidade	Área do Terreno	Área Construída Atual	Área Construída Proposta	Prioridade	Fase de Implantação
3	3.25	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	17.000	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
3	3.26	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	11.700	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
6	6.1	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	6.000	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
7	7.6	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	11.500	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
7	7.7	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	19.000	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
12	12.14	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	20.000	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
12	12.15	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	4.000	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
12	12.16	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	18.100	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
12	12.17	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	8.000	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
13	13.4	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	7.000	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
14	14.6	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	5.000	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
15	15.6	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	2.800	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
15	15.7	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	2.200	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
19	19.5	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	3.000	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
19	19.6	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	10.700	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
21	21.11	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	1.800	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO
21	21.12	Novo Equipamento Esportivo	a ser definido em projeto específico	Construção	Escala de Bairro	n/a	n/a	13.000	0	a ser definida em projeto específico	BAIXA	LONGO

Tabela 15. Intervenções propostas para a rede de equipamentos esportivos

Fonte: Idom (2013)

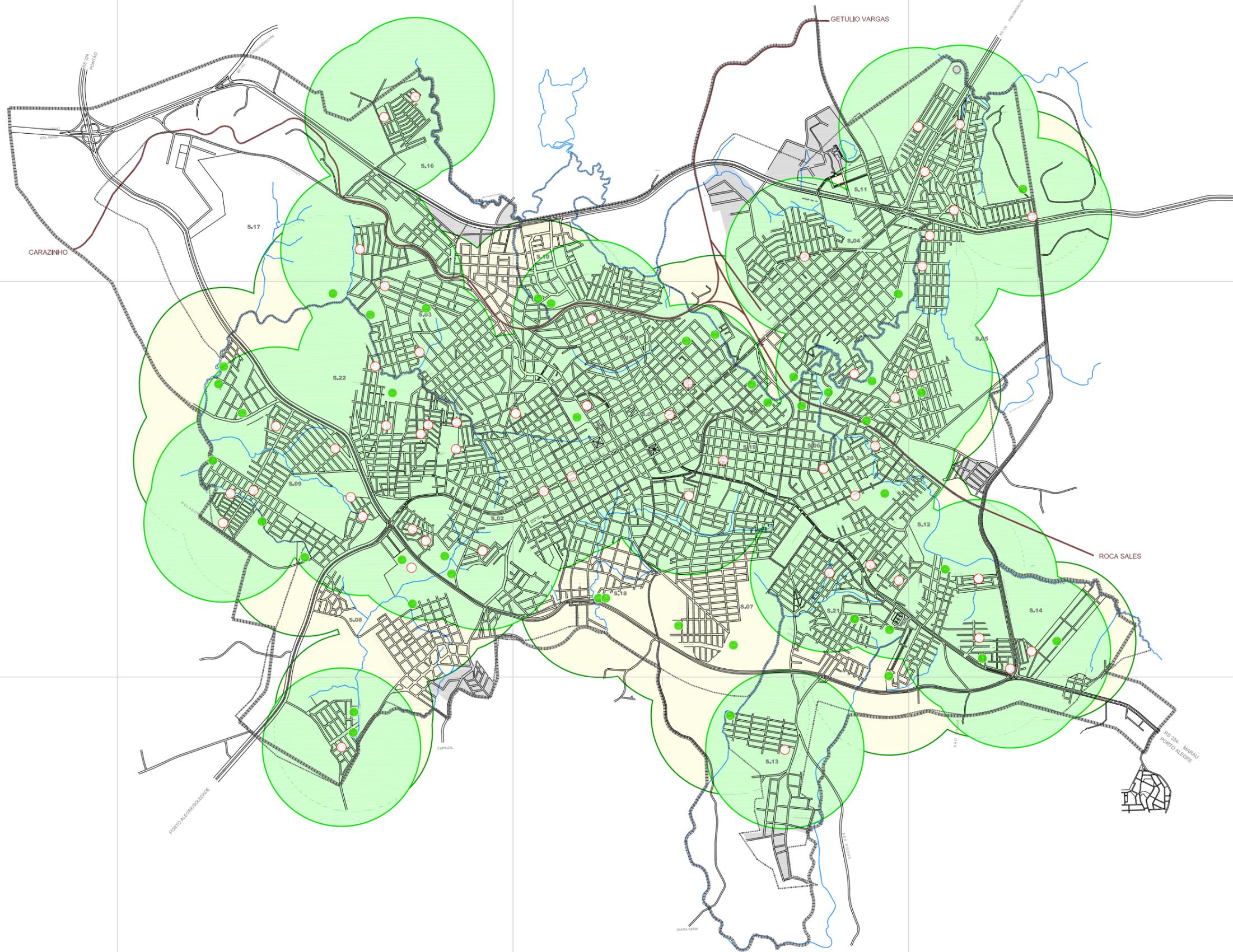
De acordo com a tabela anterior, pode-se observar que são propostas 47 intervenções para a rede de equipamentos esportivos, sendo 11 elencadas como alta prioridade a serem implantadas no curto prazo, 17 elencadas como média prioridade a serem desenvolvidas no médio prazo, e 19 elencadas como baixa prioridade a ser realizada no longo prazo.

O mapa a seguir ilustra o resultado da cobertura territorial da rede de equipamentos esportivos municipais proposta pelo PEEUEL para o ano de 2042.

355000

360000

365000



LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- SISTEMA VIÁRIO
- LINHAS FERROVIÁRIAS
- RIOS E ARROIOS

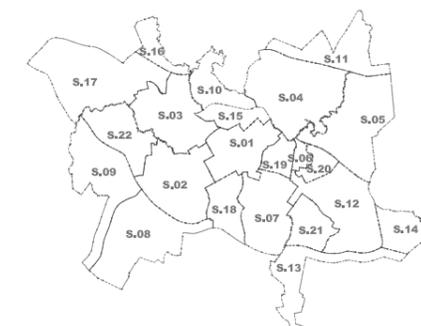
EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

- EQUIPAMENTO ESPORTIVO EXISTENTE
- EQUIPAMENTO ESPORTIVO A CONSTRUIR

- RAIO DE ABRANGÊNCIA - EQUIPAMENTO EXISTENTE
RAIO DE ABRANGÊNCIA 1000 M
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - EQUIPAMENTO PROPOSTO
RAIO DE ABRANGÊNCIA 1000 M

6875000

6870000



COBERTURA TERRITORIAL PROPOSTA PARA REDE DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

11

versão final

0 125 250 500 750 1000 1250 m

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013



5.1.6 Espaços Livres de Uso Público

De acordo com a análise populacional e com o inventário espaços livres de uso público existentes, a cidade de Passo Fundo apresenta atualmente 290.875m² destinados a este uso, o que representa um índice de **1,62m²/hab**, sendo considerado deficiente. Para o estudo de capacidade e demanda dos espaços livres de uso público adotamos **a meta de atingir o índice de 12m²/hab**, conforme o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo o estudo de projeção da população, estima-se que a população urbana chegará a 208.048 habitantes em 2042, de forma que o **déficit projetados para o longo prazo será de 2.205.699m²**.

As alternativas de intervenção em espaços livres de uso público visam **ampliação da rede** de espaços livres de uso público para o alcance da meta estabelecida, através da requalificação de áreas verdes municipais que

foram identificadas a partir da análise dos loteamentos urbanos. Estas áreas foram doadas ao município com o intuito de tornarem-se áreas verdes, porém nunca foram dotadas de um programa de usos específico, encontrando-se vazias e abandonadas. Desta forma propõe-se a requalificação de grande parte destas áreas em espaços livres de uso público, para que possam ser utilizados por toda a população. Além disso, no capítulo 5.2 apresentam-se propostas de requalificação urbana e ambiental de áreas estratégicas, que fazem parte da rede de espaços livres de uso público propostas pelo PEEUEL para o ano de 2042.

Ainda, propõe-se a **reabilitação das áreas existentes** que se encontram em estado de conservação e acessibilidade precário.

As propostas de intervenção para os espaços livres de uso público existentes e previstos são as seguintes:

Setor	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Categoria de Intervenção	Estado de Conservação	Acessibilidade	Área do Terreno	Prioridade	Fase de Implantação
1	1.9	Praça Marechal Floriano	Parque de Vizinhança	Reforma	regular	precário	8.450	ALTA	CURTO
2	2.11	Praça Pampa	Parque de Bairro	Reforma	regular	inexistente	4.420	ALTA	CURTO
2	2.13	Praça Bairro Santo Afonso	Parque de Bairro	Reforma	precário	inexistente	3.150	ALTA	CURTO
2	2.14	Praça Jerônimo Airton B. dos Santos	Parque de Bairro	Reforma	precário	inexistente	8.175	ALTA	CURTO
2	2.15	Praça Paulo Zafari	Parque de Vizinhança	Reforma	precário	precário	647	ALTA	CURTO
3	3.14	Praça Guaporé-Moacir Motta	Parque de Bairro	Reforma	precário	precário	1.215	ALTA	CURTO
3	3.15	Praça Antônio de Quadros Martins	Parque de Bairro	Reforma	regular	regular	1.861	ALTA	CURTO
4	4.7	Praça Petrópolis II	Parque de Bairro	Reforma	precário	inexistente	3.027	ALTA	CURTO
5	5.13	Praça Parque Farroupilha	Parque de Bairro	Reforma	precário	inexistente	739	ALTA	CURTO
5	5.14	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	762	ALTA	CURTO
5	5.15	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	1.938	ALTA	CURTO
5	5.16	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	2.146	ALTA	CURTO
5	5.17	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	3.939	ALTA	CURTO
5	5.18	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	4.224	ALTA	CURTO
5	5.19	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	2.613	ALTA	CURTO
8	8.10	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	2.670	ALTA	CURTO
8	8.11	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	6.670	ALTA	CURTO
9	9.9	Praça Alvorada	Parque de Bairro	Reforma	precário	precário	9.986	ALTA	CURTO
10	10.6	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	10.367	ALTA	CURTO
12	12.8	Praça Ipanema (Praça de Lazer Paulo Rossato)	Parque de Bairro	Reforma	precário	precário	1.116	ALTA	CURTO
14	14.4	Praça Via Sul	Parque de Bairro	Reforma	precário	inexistente	7.460	ALTA	CURTO
17	17.3	Praça Valinhos	Parque de Vizinhança	Reforma	precário	inexistente	635	ALTA	CURTO
21	21.5	Praça Ivo Ferreira	Parque de Bairro	Reforma	precário	inexistente	2.457	ALTA	CURTO
9	9.10	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	1.600	MÉDIA	MÉDIO
9	9.11	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	10.440	MÉDIA	MÉDIO
11	11.10	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	10.700	MÉDIA	MÉDIO
11	11.11	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	4.116	MÉDIA	MÉDIO
11	11.12	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	7.224	MÉDIA	MÉDIO
11	11.13	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	4.816	MÉDIA	MÉDIO
11	11.14	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	1.026	MÉDIA	MÉDIO
11	11.15	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	1.350	MÉDIA	MÉDIO
11	11.16	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	9.425	MÉDIA	MÉDIO

Setor	Código	Nome	Tipo de Equipamento	Categoria de	Estado de	Acessibilidade	Área do	Prioridade	Fase de
11	11.17	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	10.146	MÉDIA	MÉDIO
11	11.18	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	1.960	MÉDIA	MÉDIO
11	11.9	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	4.121	MÉDIA	MÉDIO
16	16.6	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	10.767	MÉDIA	MÉDIO
16	16.7	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	3.412	MÉDIA	MÉDIO
21	21.6	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	5.810	MÉDIA	MÉDIO
2	2.12	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	867	BAIXA	LONGO
2	2.16	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	6.900	BAIXA	LONGO
3	3.16	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	7.601	BAIXA	LONGO
12	12.18	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	830	BAIXA	LONGO
12	12.19	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	10.366	BAIXA	LONGO
12	12.20	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	1.739	BAIXA	LONGO
12	12.21	Novo Espaço Público	Praça ou Parque	Requalificação	n/a	n/a	1.236	BAIXA	LONGO

Tabela 16. Intervenções propostas para a rede de espaços livres de uso público

Fonte: Idom (2013)

De acordo com a tabela anterior, pode-se observar que são propostas 45 intervenções para a rede de espaços livres de uso público, sendo 23 elencadas como alta prioridade a serem implantadas no curto prazo, 15 elencadas como média prioridade a serem desenvolvidas no médio prazo, e 7 elencadas como baixa prioridade a ser realizada no longo prazo.

O mapa a seguir ilustra o resultado da cobertura territorial da rede de espaços livres de uso público proposta pelo PEEUEL para o ano de 2042.

355000

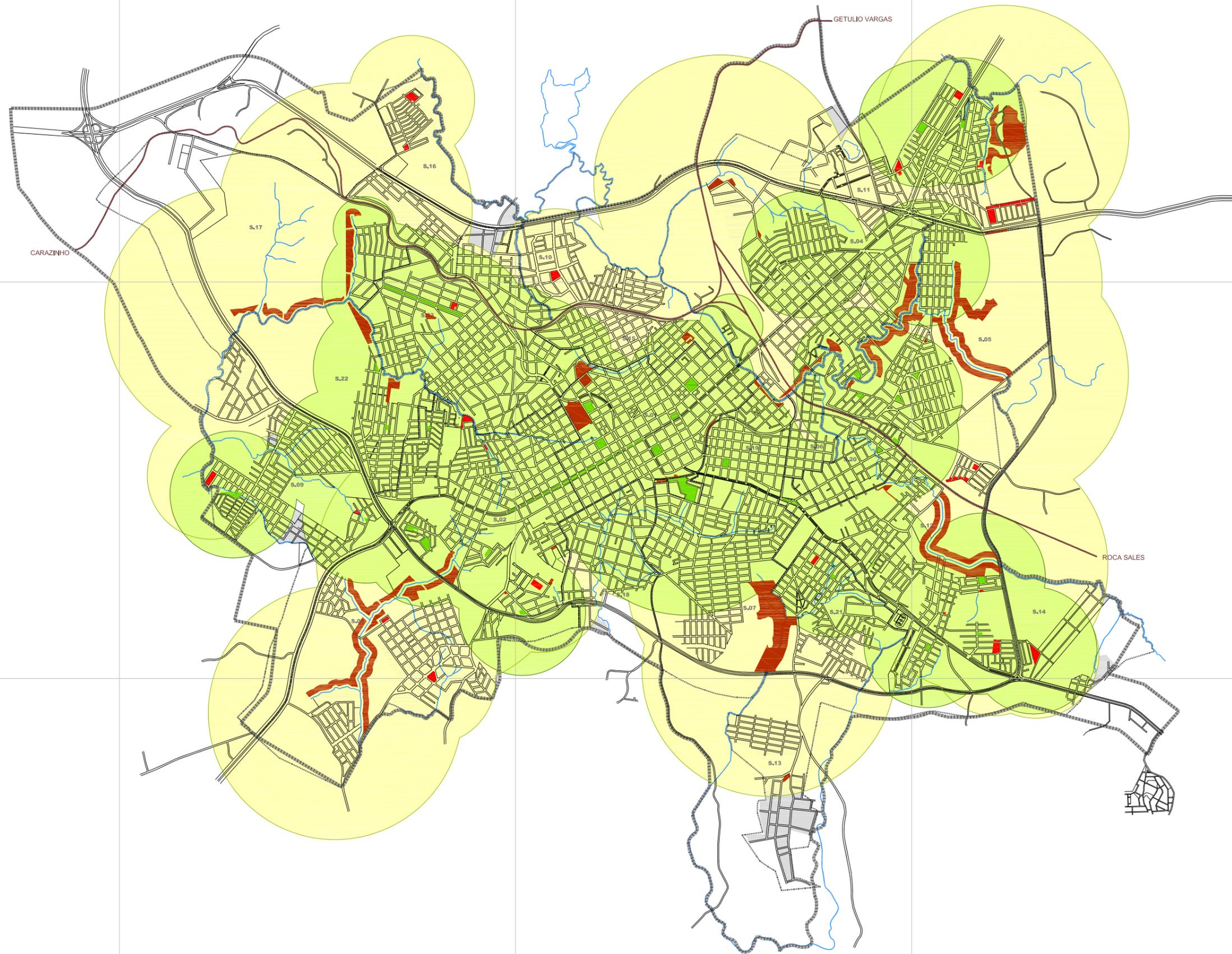
360000

365000



6875000

6870000



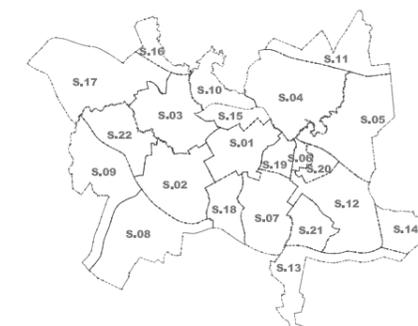
LEGENDA

- PERÍMETRO URBANO
- DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- SISTEMA VIÁRIO
- LINHAS FERROVIÁRIAS
- RIOS E ARROIOS

ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO

- ESPAÇO LIVRE DE USO PÚBLICO EXISTENTE
- ESPAÇO LIVRE DE USO PÚBLICO A REQUALIFICAR
- ESPAÇO LIVRE DE USO PÚBLICO A REQUALIFICAR - AUI

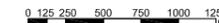
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - ESPAÇO LIVRE DE USO PÚBLICO EXISTENTE
400 M - 800 M - 1600M
- RAIO DE ABRANGÊNCIA - ESPAÇO LIVRE DE USO PÚBLICO PROPOSTO
400 M - 800 M - 1600M



COBERTURA TERRITORIAL PROPOSTA PARA A REDE DE ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO

12

versão final



Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013

contratante: Prefeitura Municipal de Passo Fundo execução: idom



5.2 ÁREAS DE INTERVENÇÃO URBANA

As 19 Áreas de Intervenção Urbana (AIU) identificadas na macrozona urbana representam áreas de oportunidade que o município dispõe, e sua implantação por meio de projetos urbanísticos específicos visam alcançar os objetivos estabelecidos tanto no PDDI como no PEEUEL, de forma a desenvolver o potencial ambiental, ecológico, paisagístico e social de Passo Fundo.

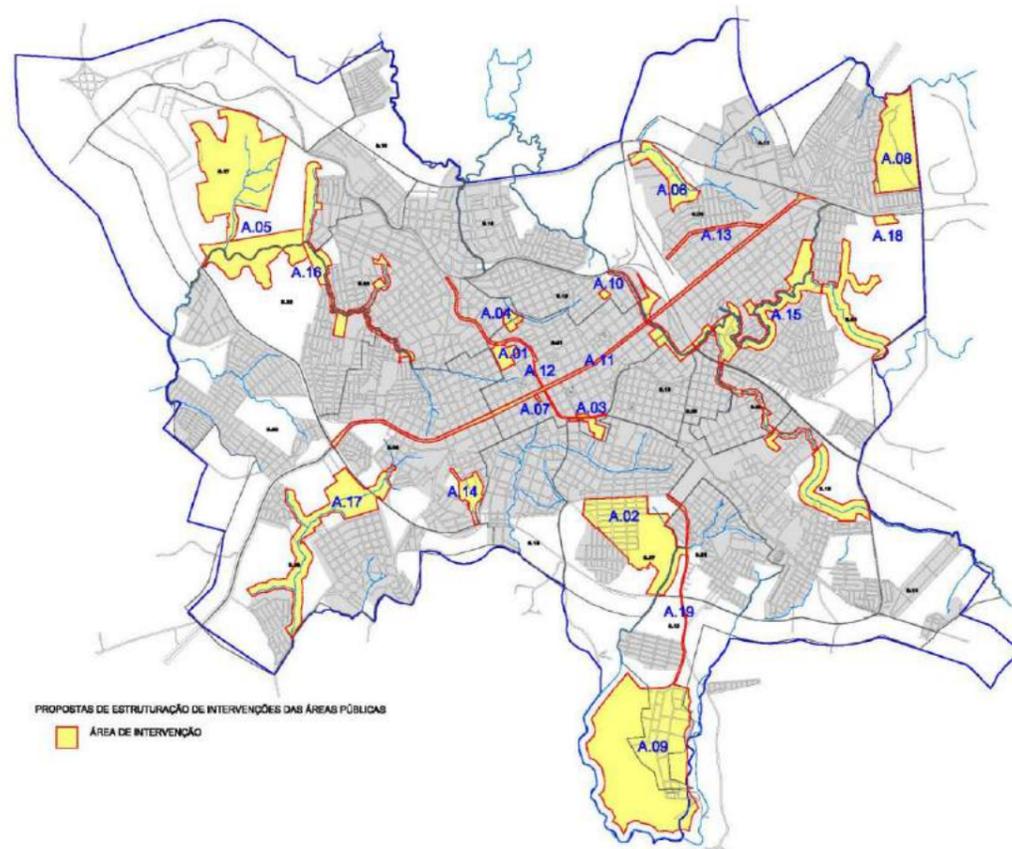


Figura 13. 19 Áreas de Intervenção Urbana propostas no PEEUEL.

Fonte: Idom (2013)

A descrição detalhada das propostas para as AIU são apresentadas neste capítulo no formato de **fichas de intervenção**. A identificação destas intervenções está representada por um código alfanumérico formado pela sigla A e o número sequencial da intervenção. De acordo com a escala de intervenção e a estrutura fundiária da área em questão, foram realizadas propostas de alteração de zoneamento, de uso e ocupação do solo e de soluções de desenho urbano.

A próxima tabela faz uma relação entre as AIU propostas e os principais elementos de intervenção em cada área.

CÓD.	NOME	ELEMENTOS DE INTERVENÇÃO
A.01	Quartel do Exército	- Parque Urbano - Patrimônio Histórico e Cultural
A.02	Bosque Lucas de Araújo	- Parque Linear - Parque de Preservação Ambiental e Paisagística
A.03	Parque da Gare - Antiga Estação Ferroviária	- Parque Urbano - Patrimônio Histórico e Cultural
A.04	Banhado da Vergueiro	- Parque Urbano
A.05	Parque Pinheiro Torto	- Parque Linear - Parque de Preservação Ambiental e Paisagística - Área de Interesse Turístico
A.06	Parque Arlindo Haas	- Parque de Preservação Ambiental e Paisagística
A.07	Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto	- Patrimônio Histórico e Cultural
A.08	Pedreira da Ergo	- Parque de Preservação Ambiental e Paisagística - Área de Interesse Turístico
A.09	Roselândia	- Área de Interesse Turístico
A.10	Fábrica de tubos	- Parque Urbano
A.11	Eixo Av. Brasil	- Eixo Estruturador
A.12	Eixo Av. 7 de Setembro	- Eixo Estruturador
A.13	Eixo Av. Rui Barbosa	- Eixo Estruturador
A.14	Parque Menino Deus	- Parque de Preservação Ambiental e Paisagística
A.15	Rio Passo Fundo	- Parque Linear
A.16	Arroio Chafariz	- Parque Linear
A.17	Lajeado Alexandre	- Parque Linear
A.18	Antigo Patronato	- Parque Urbano
A.19	Eixo de Conexão à Roselândia	- Eixo Estruturador

Classificação da Ação Territorial Integrada

- Requalificação Ambiental e Paisagística
- Requalificação Urbana

Tabela 17. Áreas de Intervenções Urbana (AIU) e elementos de intervenção.

Fonte: Elaboração própria

As AIUs identificadas no município devem desenvolver um conjunto de ações específicas, a seguir apresentamos uma síntese das intervenções:

SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES		A.01	A.02	A.03	A.04	A.05	A.06	A.07	A.08	A.09	A.10	A.11	A.12	A.13	A.14	A.15	A.16	A.17	A.18	A.19
1	ampliar os espaços livres de uso público de forma geral	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2	desenvolver estratégias de proteção e requalificação dos recursos hídricos e implantar espaços livres de uso público no seu entorno		x			x	x									x	x	x		
3	implantar atividades de uso misto, especialmente aquelas relacionadas à recreação, ao lazer, ao esporte e às atividades contemplativas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x	
4	implantar equipamentos urbanos de centralidade de alcance municipal	x		x	x			x	x	x	x					x	x	x		
5	implantar equipamentos urbanos comunitários na escala de bairro	x		x	x	x			x		x					x	x	x	x	
6	melhorar a acessibilidade e o sistema viário do setor			x	x				x	x		x	x	x		x	x	x		x
7	estabelecer eixo estruturador ou via de ligação como potenciais conectores verdes dentro da cidade, favorecendo o uso do transporte público, a bicicleta e a circulação de pedestres											x	x	x						x
8	implantar mobiliário urbano diferenciado a fim de criar uma identidade para o município	x		x								x	x	x						x
9	preservar as formações vegetais relevantes e recompor a vegetação significativa	x	x	x	x	x	x		x	x	x				x	x	x	x	x	x
10	implementar áreas ajardinadas e arborização e realizar tratamento para recuperação da arborização significativa existente		x	x						x		x	x	x	x					x
11	criar área de interesse turístico			x	x	x	x		x	x	x								x	
12	implantar um parque linear ou parque urbano ou parque de preservação ambiental e paisagística		x			x	x		x						x	x	x	x		
13	recuperar e requalificar os bens imóveis de valor histórico, ambiental e cultural, tombados ou inventariados pelo patrimônio do município	x		x				x					x							

Tabela 18. Síntese das AIU propostas.

Fonte: Idom (2013)

Justificativa das propostas de alteração de zoneamento para a implementação das AIUs

A revisão da modificação do zoneamento é fundamental para que a gestão municipal possa implantar as propostas previstas **Áreas de Intervenção Urbana**. Passo Fundo possui localização estratégica e registro moderado de crescimento, uma vez que se caracteriza como centro regional. O PDDI necessita de adequação do seu zoneamento principalmente, no tocante da salvaguarda das áreas de proteção ambiental, considerando os aspectos sociais e econômicos que determinam a pressão da ocupação inadequada destes espaços.

A revisão do zoneamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) é imprescindível para a aplicação da AIUs, pois proporciona a compatibilidade do zoneamento aos objetivos definidos para essas áreas. Estes ajustes no zoneamento são necessários à viabilidade dos novos empreendimentos, ampliação da rede de equipamentos municipais, a expansão de forma sustentável do município e a consolidação de uma rede eficiente de áreas livres de uso público.

Vale destacar os pontos que justificam a revisão do PDDI, principal instrumento de planejamento e ordenamento do solo:

- 1) Garantir a proteção das áreas Preservação Permanente – APP. Tendo em vista a fragilidade das infraestruturas de drenagem e significativo componente ambiental destas áreas sob pressão de ocupação irregulares. Cabe destacar que estas áreas não se encontram delimitadas no Plano Diretor e que suas delimitações oferece ao município a oportunidade de implantar uma rede de Parques Lineares. O objetivo é garantir proteção do ambiente natural e sua recuperação, para garantir as condições necessárias de implantação dos parques lineares propostos no PEEUEL. A delimitação de novas Zonas de Parque Linear (ZPL) seleciona Zonas de Proteção de Recursos Hídricos (ZPRH) de localização estratégica, ampliando seus perímetros para incluir áreas de preservação permanente e uma faixa variável com o objetivo de implantar usos relacionados ao lazer ativo e contemplativo;
- 2) Preservar as áreas de vegetação significativa e a proteger os limites das áreas identificadas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural instituídas por meio de decreto e lei municipal. O objetivo é ampliação das Zonas de Proteção de Mata Nativa (ZPMN) existentes no PDDI que se encontram ameaçadas;
- 3) Possibilitar a salvaguarda de imóveis especiais, áreas estratégicas para a ampliação dos espaços públicos e para a implantação de equipamentos, que podem ser objeto de projeto urbanístico específico. O objetivo é garantir uma distribuição urbanisticamente satisfatória, e sempre que possível preservando a vegetação significativa existente. A ideia é que seja feita a identificação de novas áreas de usos especiais classificadas como Zonas de Uso Especial (ZUE) existentes no PDDI, por seu interesse público identificado no PEEUEL, obedecendo a critérios de uso e ocupação e respeitando diretrizes definidas a partir de estudo específico.
- 4) Necessidade de definição de parâmetros urbanísticos para todas as Zonas de Recreação e Turismo (ZRT) que fizeram parte do escopo deste plano e estão delimitadas no PDDI, porém sem parâmetros

definidos. São áreas destinadas prioritariamente aos usos relativos à recreação, ao turismo e seus complementares. O objetivo é considerar a estruturação destas zonas em conjunto com o sistema de áreas verdes municipais, existente e proposto, aproveitando a possibilidade de combinar usos para a implantação de equipamentos urbanos comunitários e outros serviços vinculados à recreação e ao turismo. Desta forma, esta zona faz parte das áreas de intervenção urbana. O PEEUEL propõe a definição de parâmetros urbanísticos para as ZRT 2 a ZRT 8, sendo que os parâmetros da ZRT1 já se encontram definidos no PDDI. Em alguns casos, a proposta de alteração inclui o ajuste do perímetro da ZRT, ampliando ou reduzindo de acordo as condicionantes do entorno, ou ainda a inclusão de área com o objetivo de desenvolver a zona de forma integrada.

Finalmente, a revisão do zoneamento do PDDI e a redefinição de alguns parâmetros urbanísticos possibilitará a aplicação de alguns instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, como o direito de preempção, transferência do direito construir, direito de superfície e identificação das zonas com áreas possíveis para regulamentação de operação urbana.

Recomenda-se ainda a criação de lei complementar ao Plano Diretor que institua as AIU como um instrumento urbanístico para assegurar a correta implantação destas áreas. A definição de Áreas de Intervenção Urbana no âmbito do Plano Diretor facilita a identificação dos perímetros onde os instrumentos do Estatuto da Cidade poderão ser utilizados, e possibilita o desenvolvimento de Projetos Urbanísticos Específicos que deverão detalhar estas áreas, obedecendo às diretrizes vigentes.

A seguir apresentamos a definição detalhada da **Zona de Parque Linear**, ao se tratar de uma zona criada pelo PEEUEL.

Caracterização: A Zona de Parque Linear pode ser caracterizada fundamentalmente como uma área a receber uma intervenção urbanística associada à Rede Hídrica, em fundo de vale, mais especificamente na planície aluvial. Estas zonas são concebidas como corredores verdes naturais, integradores de espaços de lazer e recreação, eixos estruturadores do sistema de áreas verdes do município que melhoram a conectividade de pedestres e bicicletas. Trata-se de áreas de interesse ambiental, cuja proteção permite preservar a paisagem urbana e a qualidade do meio ambiente, e que merecerão estudos específicos que definirão o uso e ocupação adequados às suas características naturais, à preservação do meio ambiente e da paisagem urbana

Objetivos: proteger ou recuperar os ecossistemas lindeiros aos cursos e corpos d'água; conectar áreas verdes e espaços livres de um modo geral; controlar enchentes; prover áreas verdes para o lazer.

Delimitação: foram consideradas áreas públicas ou privadas não ocupadas, definidas a partir de mapas, fotos aéreas e dados recolhidos em levantamentos prévios, mantendo um perímetro flexível que poderá ser ajustado a partir de levantamento topográfico específico e outros estudos (ambientais, hidrológicos, paisagísticos) no momento de realização do projeto do parque linear. Este perímetro deverá ser determinado pelos órgãos municipais competentes.

A Zona de Parque Linear (ZPL) compreende o conjunto formado pelas seguintes áreas:

I – Área de Preservação Permanente: faixa mínima de 30 metros para matas ciliares em rios de até 10m de largura para preservar a vegetação nativa obrigatória nas margens dos cursos d’água, como área não edificável.

II – Faixa Variável: conforme sua viabilidade de execução, contendo áreas de vegetação significativa, ou não, ao longo dos fundos de vale do Município que, juntamente com a área não edificável, formarão os denominados parques lineares. As áreas são definidas de acordo com as especificidades locais. Estão representadas nos mapas de uso e ocupação do solo apresentados nas fichas de intervenção deste capítulo.

Uso e ocupação: sugere-se implantação somente de usos destinados à cultura, esporte, lazer e turismo, preservando uma taxa de permeabilidade de 60% da área do lote.

A tabela a seguir indica os índices urbanísticos máximos propostos para todas as AIU com propostas de alteração de zoneamento.

As propostas para as AIU se visualizam em detalhe nas fichas individualizadas que se apresentam na sequência, incluindo os mapas que espacializam as propostas de alteração de zoneamento.

Proposta de alteração de zoneamento	Localização	TO	CA	LM (m2)	TP
Criação de ZPL	A.02 Bosque Lucas de Araújo	20%	0,2	2.000	60%
	A.15 Rio Passo Fundo				
	A.16 Arroio Chafariz				
	A.17 Lajeado Alexandre				
Criação de ZUE	A.01 Quartel	-	-	-	-
	A.07 Espaço Cultural Doleski Pretto				
	A.18 Antigo Patronato				
Ampliação da ZPMN	A.02 Bosque Lucas de Araújo	3%	0,03	20.000	90%
	A.14 Parque Menino Deus				
	A.05 Parque Pinheiro Torto				
Ampliação ZRT1	A.09 Roselândia	índices urbanísticos definidos no PDDI			
Definição de parâmetros urbanísticos da ZRT 2 e ajuste do perímetro	A.17 Lajeado Alexandre	40%	0,8	300	30%
Definição de parâmetros urbanísticos da ZRT3	A.05 Parque Pinheiro Torto	20%	0,2	3.000	60%
Definição de parâmetros urbanísticos da ZRT4	A.04 Banhado da Vergueiro	60%	2	300	40%
Ajuste do perímetro e definição de parâmetros urbanísticos da ZRT5	A.10 Fábrica de Tubos	60%	2	300	50%
Ampliação da ZRT6 e definição de parâmetros urbanísticos	A.03 Parque da Gare	60%	1	-	20%
Definição de parâmetros urbanísticos da ZRT7	A.06 Parque Ambiental Arlindo Haas	20%	0,1	3.000	60%
Definição de parâmetros urbanísticos da ZRT8	A.08 Pedreira da Ergo	20%	0,2	3.000	40%

Tabela 19. Índices urbanísticos máximos propostos para todas as Áreas de Intervenções Urbana (AIU).

Fonte: Idom (2013)

5.2.1 Área de Intervenção Urbana: Quartel do Exército (A.01)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO		
Tipo de Intervenção	Código	
Reabilitação Urbana / Requalificação Urbana / Parque Urbano	A.01	
Nome da Área de Intervenção Urbana		
Quartel do Exército		
Localização		
Setor: 1		
Rua Teixeira Soares / Capitão Araújo		
Usos principais		
Lazer, recreação e turismo		
Propriedade		
Pública: União / Municipal		
Setores beneficiados		
Alcance municipal		
Intervenções relacionadas		
1.8		
Fase de Implantação	MÉDIO	
Situação e diagnóstico da situação atual		
<p>Localizado em região central do município de Passo Fundo, o Quartel do Exército é uma vasta área da União que abriga edifícios históricos e uma importante área livre com formação vegetal suntuosa. As edificações que abrigam a Secretaria da Habitação, o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), e parte da Secretaria de Segurança Pública encontram-se em precário estado de conservação. O muro da rua Teixeira Soares juntamente com as 3 edificações principais encontram-se tombadas. O acesso se dá exclusivamente através de portões da rua Teixeira Soares, faltando um acesso pela rua Capitão Araújo. Devido a sua dimensão, o quartel caracteriza-se também como barreira física para o fluxo viário. De acordo com projeto do anel viário do componente I do Prodin, está previsto o prolongamento da Rua Eduardo de Brito atravessando a área do quartel.</p>		
Objetivos da Intervenção		
<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento das áreas públicas atualmente ocupadas. - Preservação e melhoria das formações vegetais relevantes. - Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante. - Implantação de equipamentos de centralidade para todo o município, com gestão compartilhada para uso de espaços recreativos, atividades culturais, esportivas e administrativas. - Compatibilizar a manutenção e conservação das edificações tombadas através do desenvolvimento de atividades de interesse público. 		
Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	85.914	-
APP	0	-
Espaços livres de uso público	45.500	-
Equipamentos de uso público	25.611	29.333
-Educação	4.451	6.062
- Saúde	0	0
- Atenção Social	300	300
- Culturais	4.019	4.019
- Esportivos	14.730	14.730
- Outros	2.111	4.222
Proposta de implantação de vias	4.210	-
Proposta de melhorias de vias	10.593	-
Outras áreas passíveis de ocupação	0	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO			
Tipo de Intervenção	Código		
Requalificação Urbana/ Requalificação Histórica e Cultural / Parque Urbano	A.01		
Nome da Área de Intervenção			
Quartel do Exército			
Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento	
R\$ 24.676.050	R\$ 6.799.460	183.776 usuários	
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m²	
134 R\$/usuário	37 R\$/usuário	287 R\$/m2	
Ações Previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Negociação do terreno e relocação do uso administrativo			
- Obras de execução (Fase de implantação)			
Descrição das propostas:			
<p>Propõe-se a criação de um espaço cultural de escala municipal, esportivo e de lazer integrado a atividades de serviços de atenção ao cidadão. Propõe-se a demolição das edificações não tombadas do âmbito, para criar um novo complexo cultural e educativo mais adequado e funcional: implantação de nova Biblioteca Pública Municipal, Auditório Público, e outras atividades vinculadas ao foco do complexo. Além de propor espaços livres públicos que conformam um parque urbano, incorpora-se a possibilidade de uma nova infraestrutura de ligação de pedestre entre o campo de futebol e a área do Quartel.</p> <p>Propõe-se implantação do prolongamento da rua Eduardo de Brito, previsto no projeto do anel viário do componente I do Prodin, e melhorias viárias das ruas Teixeira Soares e Capitão Araújo para adequação às normas técnicas de acessibilidade, melhorias do mobiliário urbano e iluminação pública, e adequação de áreas de estacionamento para moradores e usuários.</p>			
Diretrizes de intervenção:			
<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do foco na cultura e lazer para a proposta - Implantação de nova Biblioteca Pública e espaços para usos e atividades educativas e culturais. Previsão de espaços para oficina, ateliês, cursos de profissionalização para diversos públicos. - Valorização e manutenção de características dos bens tombados. - Desenvolvimento de um processo de relocação dos usos administrativos atuais, e implantação de usos e atividades vinculadas ao foco do complexo. - Possibilidade de criação de um centro de atenção ao cidadão ("Tudo Fácil"). - Requalificação dos espaços livres para criação de um Parque Urbano, respeitando a vegetação existente. - Adequação das áreas de circulação de pedestre e de veículos ao fluxo e à capacidade das vias. - Garantia de acessos e conexões pela Rua Capitão Araújo. - Proposta compatível com o prolongamento de via da Rua Eduardo de Brito, previsto no projeto do anel viário do Componente I do PRODIN. - Reestruturação e organização do sistema de estacionamento para moradores e usuários. - Padronização e melhorias do mobiliário urbano, passeio público e iluminação pública. - Melhorias e manutenção do paisagismo. - Circuito de ligação para pedestre entre a área do Quartel e o campo de futebol de forma segura. - Criação de Lei municipal para definição dos parâmetros urbanísticos específicos de implantação. 			

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Reabilitação Urbana / Requalificação Urbana / Parque Urbano	A.01
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Quartel do Exército	

Descrição das propostas:																								
Equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público propostos:																								
<p>- Praça e Parque Urbano: Implantação de áreas verdes de uso contemplativo (áreas de preservação e intervenção paisagística), uso ativo com áreas infantis (playgrounds, mesas de jogos), áreas esportivas ao ar livre (academias, quadras poliesportivas), e áreas de encontro e convívio (anfiteatros ao ar livre, pista de cooper). Também deverá disponibilizar de áreas para estacionamento de veículos e bicicletas.</p> <p>- Equipamentos de uso educativo: Adequação e melhoria dos edifícios tombado (edifício 1). No curto prazo, poderá ser utilizado para salas de pintura, atelier de música, cursos profissionalizantes, entre outros, que sirvam para promover atividades complementares compatíveis com o turno inverso nas escolas municipais enquanto é implantada a rede de ensino integral.</p> <p>- Equipamentos de uso administrativo e atenção social: Adequação e melhoria de edifício tombado existente (edifício 02) para implantação de serviço integral de atenção cidadã (Tudo Fácil), relocação e ampliação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e espaços administrativos do próprio empreendimento.</p> <p>- Equipamentos culturais: Implantação de um equipamento cultural de escala municipal (edifício 4) com espaços adequados para o funcionamento de uma Biblioteca pública municipal (1000 m²), sala de exposições (300 m²) e auditório com capacidade para aproximadamente 125 pessoas (500 m²). Adequação e melhoria de edifício tombado (edifício 03) para a implantação de espaços de apoio à nova Biblioteca (salas de leitura, espaços polivalentes e usos administrativos).</p>																								
Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:																								
De acordo ao Plano Diretor, propõe-se a alteração de zoneamento urbano da área de intervenção, delimitando como Zona de Uso Especial (ZUE), com o objetivo de definir, de acordo a um estudo específico, as atividades de interesse público e essenciais ao funcionamento da cidade e região, além de garantir condições específicas dos parâmetros urbanísticos.																								
- Usos e atividades conformes: Serviços de Diversões e Lazer Tipo I, serviços esportivos, serviços de educação, serviços de cultura, centro de atendimento sócio educacional.																								
- Usos e atividades permissíveis: serviços profissionais, serviços bancários e institucionais, comércio varejista e serviços Tipo I.																								
- Usos e atividades proibidas: atividades de significativa repercussão ambiental, de acordo a art. 122 do Plano Diretor (Lei Complementar nº 299/2012)																								
Orçamentos:																								
- Orçamento de desenvolvimento urbano:																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Conceito</th> <th>Quantidade (m²)</th> <th>Custo (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Implantação de parques ou praças</td> <td>45.500</td> <td>2.730.000</td> </tr> <tr> <td>Implantação de equipamentos</td> <td>25.611</td> <td>4.305.600</td> </tr> <tr> <td>Reforma / ampliações de equipamentos</td> <td>22.082</td> <td>13.736.700</td> </tr> <tr> <td>Implantação de vias</td> <td>4.210</td> <td>1.178.800</td> </tr> <tr> <td>Melhorias de vias</td> <td>10.593</td> <td>1.588.950</td> </tr> <tr> <td>Demolição de edifícios</td> <td>2.840</td> <td>1.136.000</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>-</td> <td>24.676.050</td> </tr> </tbody> </table>	Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)	Implantação de parques ou praças	45.500	2.730.000	Implantação de equipamentos	25.611	4.305.600	Reforma / ampliações de equipamentos	22.082	13.736.700	Implantação de vias	4.210	1.178.800	Melhorias de vias	10.593	1.588.950	Demolição de edifícios	2.840	1.136.000	Total	-	24.676.050
Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)																						
Implantação de parques ou praças	45.500	2.730.000																						
Implantação de equipamentos	25.611	4.305.600																						
Reforma / ampliações de equipamentos	22.082	13.736.700																						
Implantação de vias	4.210	1.178.800																						
Melhorias de vias	10.593	1.588.950																						
Demolição de edifícios	2.840	1.136.000																						
Total	-	24.676.050																						

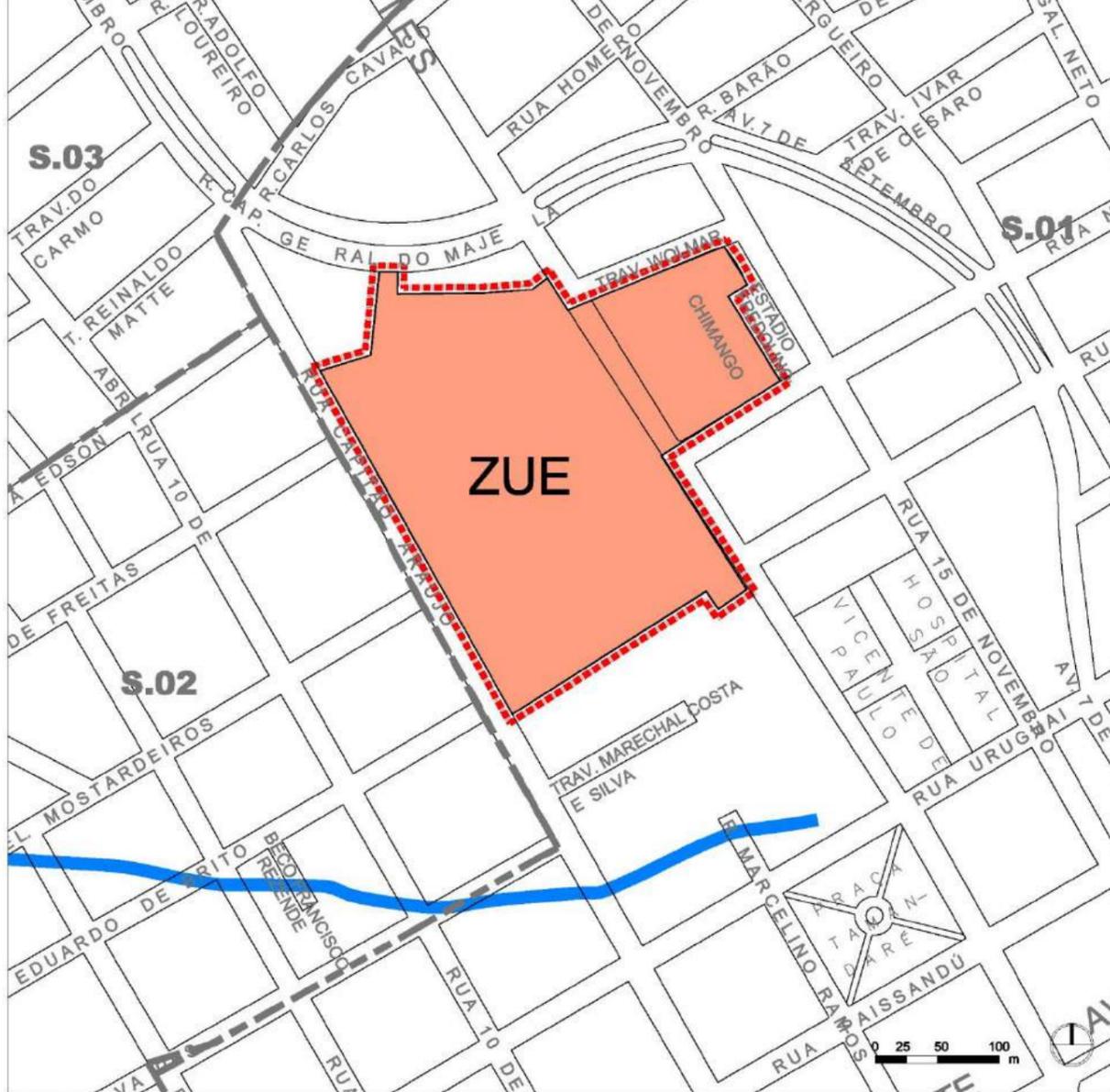
PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Reabilitação Urbana / Requalificação Urbana / Parque Urbano	A.01
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Quartel do Exército	

Descrição das propostas:																								
- Orçamento de manutenção / operacional anual:																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Conceito</th> <th>Quantidade (m²)</th> <th>Custo (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Manutenção anual de parques ou praças</td> <td>45.500</td> <td>1.820.000</td> </tr> <tr> <td>Custo operacional anual de parques ou praças</td> <td>-</td> <td>57.600</td> </tr> <tr> <td>Manutenção anual de equipamentos</td> <td>25.611</td> <td>3.541.740</td> </tr> <tr> <td>Custo operacional de equipamentos</td> <td>-</td> <td>770.000</td> </tr> <tr> <td>Manutenção anual de vias</td> <td>14.803</td> <td>592.120</td> </tr> <tr> <td>Custo operacional de vias</td> <td>-</td> <td>18.000</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>-</td> <td>6.799.460</td> </tr> </tbody> </table>	Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)	Manutenção anual de parques ou praças	45.500	1.820.000	Custo operacional anual de parques ou praças	-	57.600	Manutenção anual de equipamentos	25.611	3.541.740	Custo operacional de equipamentos	-	770.000	Manutenção anual de vias	14.803	592.120	Custo operacional de vias	-	18.000	Total	-	6.799.460
Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)																						
Manutenção anual de parques ou praças	45.500	1.820.000																						
Custo operacional anual de parques ou praças	-	57.600																						
Manutenção anual de equipamentos	25.611	3.541.740																						
Custo operacional de equipamentos	-	770.000																						
Manutenção anual de vias	14.803	592.120																						
Custo operacional de vias	-	18.000																						
Total	-	6.799.460																						
Observações:																								
<ul style="list-style-type: none"> Áreas Públicas na área de intervenção: 100% Índice de m² per capita de espaços livres de uso público do município: 0,2 m²/hab. Equipamentos comunitários: <ul style="list-style-type: none"> Área construída total a reformar ou restaurar (edif. Tombadas, muro tombado, e campo Fredolino Chimango): 22.082 m² Área Total a demolir: 2.840 m². 																								
Legenda numérica da descrição gráfica:																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th>ID</th> <th>Nome</th> <th>Área terreno (m²)</th> <th>Área construída (m²)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td>Edificação Existente : Atual Sec. Assistência Social</td> <td>1.611</td> <td>3.222</td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>Edificação Existente: Atual Sec. Interior</td> <td>2.111</td> <td>4.222</td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>Edificação Existente : Atual Sec. Habitação + Brigada Militar</td> <td>2.219</td> <td>4.438</td> </tr> <tr> <td>04</td> <td>Novo equipamento cultural: Biblioteca Municipal, Auditório e sala de exposições</td> <td>1.800</td> <td>1.800</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Total</td> <td>5.941</td> <td>11.882</td> </tr> </tbody> </table>	ID	Nome	Área terreno (m ²)	Área construída (m ²)	01	Edificação Existente : Atual Sec. Assistência Social	1.611	3.222	02	Edificação Existente: Atual Sec. Interior	2.111	4.222	03	Edificação Existente : Atual Sec. Habitação + Brigada Militar	2.219	4.438	04	Novo equipamento cultural: Biblioteca Municipal, Auditório e sala de exposições	1.800	1.800		Total	5.941	11.882
ID	Nome	Área terreno (m ²)	Área construída (m ²)																					
01	Edificação Existente : Atual Sec. Assistência Social	1.611	3.222																					
02	Edificação Existente: Atual Sec. Interior	2.111	4.222																					
03	Edificação Existente : Atual Sec. Habitação + Brigada Militar	2.219	4.438																					
04	Novo equipamento cultural: Biblioteca Municipal, Auditório e sala de exposições	1.800	1.800																					
	Total	5.941	11.882																					

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Urbano / Patrimônio Histórico e Cultural	A.01
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Quartel do Exército	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:5.000



Legenda	
ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
PERÍMETRO URBANO	ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA
LIMITE SETOR-BAIRRO	ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL
RIOS E ARROIOS	ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA
	ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO
	ZPL. PARQUE LINEAR
	ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Urbano / Patrimônio Histórico e Cultural	A.01
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Quartel do Exército	

Mapa de soluções de desenho urbano das propostas Escala: 1:2.500



01 + 02 + 03 Edificações existentes			04 Novo equipamento cultural: Biblioteca Municipal, Auditório e Sala de Exposições		
LEGENDA					
ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	INTERVENÇÕES EM ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO:	VEGETAÇÃO SIGNIFICATIVA EXISTENTE	ÁREA DE USO CONTEMPLATIVO (PRESERVAÇÃO)	ÁREA DE BANCOS / ANFITEATRO	BICICLETÁRIO
ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO PREVISTA	ÁREA DE USO ATIVO (ÁREA GRAMADA)	ÁREA DE PRESERVAÇÃO / INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA	ÁREA DE USO ATIVO (ÁREA PAVIMENTADA)	PLAYGROUND	ÁREA PIQUENIQUE
ELEMENTOS TOMBADOS	ÁREA DE ENCONTRO E CONVÍVIO	CENTRO DE INFORMAÇÃO	EQUIPAMENTO EXISTENTE	ESTACIONAMENTO	
ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO	EQUIPAMENTO PROPOSTO		PONTO DE ÔNIBUS		
RIOS E ARROIOS	B		P		
CICLOVIAS	P				
PERCURSOS PEDESTRES					
TRILHAS ECOLÓGICAS					

5.2.2 Área de Intervenção Urbana: Bosque Lucas de Araújo (A.02)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística/ Parque Linear	A.02
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Bosque Lucas Araújo	

Localização	
Setor: 7	
Rua Scarpellini Ghezzi	
Usos principais	
Recreação e turismo	
Propriedade	
Privada	
Setores beneficiados	
07,21	
Intervenções relacionadas	
7.7	
Fase de Implantação	
LONGO	

Situação e diagnóstico da situação atual

O Bosque Lucas Araújo é uma área com importante formação vegetal por se tratar de um fragmento de mata nativa, de forma a constituir-se em um elemento indispensável ao equilíbrio ecológico do município. A área apresenta uma densa e exuberante vegetação de mata nativa que, além de proporcionar refúgio e alimento para a fauna local, desempenha importante papel na harmonização entre o ambiente construído e o meio natural. Há um loteamento residencial unifamiliar de alta renda que ocupa grande parte da área do Bosque. Este loteamento está parcialmente ocupado e observam-se vias públicas inacabadas e pontos de ocupação irregular. A área também sofre com a pressão da retirada de madeira para uso da lenha e descarte de lixo.

- Objetivos da Intervenção Urbana**
- Recuperação e adequação de áreas degradadas e de preservação permanente.
 - Preservação e recuperação dos espaços de interesse ambiental e paisagístico.
 - Recuperação e requalificação dos recursos hídricos.
 - Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante.
 - Regularização fundiária das áreas de ocupação irregular.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	1.024.828	-
Áreas de preservação	417.291	-
Espaços livres de uso público	212.470	-
Equipamentos de uso público	0	0
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	19.000	Ver intervenção relacionada
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	44.460	-
Outras áreas passíveis de ocupação	331.607	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística/ Parque Linear	A.02
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Bosque Lucas Araújo	

Investimento inicial	Custo manutenção/operacional anual	Capacidade de atendimento
R\$ 19.572.500	R\$ 5.145.640	42.290 usuários
Custo de investimento	Custo operacional/usuário	Custo por m ²
463 R\$/usuário	122 R\$/usuário	19 R\$/m ²

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Declaração de utilidade pública			
- Criação de Lei municipal			
- Desapropriações			
- Obras de execução (Caminhos verdes)			
- Obras de execução (Parque linear)			

Descrição das propostas:

Propõe-se a criação de uma grande área de preservação ambiental, incorporando os lotes vazios do loteamento Bosque Lucas Araújo, e a criação de um Parque Linear para definir novas áreas verdes, respeitando as restrições de ocupação das faixas de córregos e encostas íngremes, para oferecer à população um espaço de contemplação e recreação, além de garantir a manutenção das áreas de preservação permanente. A área do loteamento Bosque Lucas Araújo deverá ser uma área de preservação e de proteção ambiental e paisagística.

Propõe-se a aplicação de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade tais como transferência do direito de construir para viabilizar a implantação do Parque Linear. Recomenda-se a realização de estudo de viabilidade específico para a criação de Parceria Público Privada (PPP) e a definição de um modelo de gestão dos parques.

- Diretrizes de intervenção:**
- Proposição de alteração de zoneamento atual, para manutenção e conservação de espaços livres privados e o remanescente florestal de forma integrada, nos terrenos sem quarteirão configurado, preservando e recuperando espaços de interesse ambiental e paisagístico. O projeto de desenvolvimento urbano deverá respeitar a vegetação existente e deverão ser executados projetos de recomposição da mata ciliar e de paisagismo, devolvendo-lhes qualidade ambiental.
 - Implantação de novo Parque linear para ampliação das áreas verdes ao longo dos cursos d'água e a possível aplicação de outorga onerosa de potencial construtivo adicional e da transferência do direito de construir oriundo das áreas contínuas na faixa de planície aluvial.
 - Criação de trilhas ecológicas e implantação de equipamentos de lazer e recreação nas áreas verdes.
 - Desenvolvimento de um processo de regularização urbana das moradias em situação irregular.
 - Possibilidade de oferta de benefícios fiscais aos empreendedores que cederem áreas para novas propostas e remoção de construções localizadas à margem de rios, em áreas inundáveis, e áreas de preservação de mata nativa.
 - Os possíveis instrumentos previstos no Plano Diretor para viabilização da área de intervenção urbana são: direito de preempção, transferência do direito de construir e direito de superfície.

- Equipamentos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos:**
- **Implantação de um Parque Linear.** O parque disponibilizará áreas para a implantação de academias ao ar livre, playgrounds, áreas de convivência, áreas destinadas ao estacionamento de veículos e bicicletas, de acordo com estudo preliminar específico e projeto executivo do Parque.
 - **Implantação de caminhos verdes.** Melhoria e adequação de vias públicas no loteamento Bosque Lucas Araújo a ser implantados mediante requalificação paisagística de logradouros com maior arborização, acessibilidade e permeabilidade nos percursos.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística/ Parque Linear	A.02
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Bosque Lucas Araújo	

Descrição das propostas:

Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:

Considerando o Plano Diretor vigente, propõe-se a alteração de zoneamento urbano da área não ocupada do loteamento Bosque Lucas Araújo, definindo esta como **Zona de Proteção de Mata Nativa (ZPMN)**, com o objetivo de garantir a preservação dos espaços de relevante potencial paisagístico e natural, tendo em vista sua importância para a qualidade de vida e para as atividades voltadas ao lazer ativo e contemplativo.

Propõe-se a alteração de zoneamento urbano da área de preservação de recurso hídricos no entorno do curso d'água, através da criação da **Zona de Parque Linear (ZPL)**, com o objetivo de preservar e recompor a mata ciliar ao longo dos cursos d'água e arroios e instalar equipamentos de lazer, esporte, cultura e convivência, em conjunto com o trabalho de educação ambiental e preservação do meio ambiente, propiciando sua utilização pelos moradores locais e visitantes de outros bairros.

Propõe-se os seguintes parâmetros urbanísticos para definição da Zona de Parque Linear (ZPL):

- Taxa de Ocupação (TO): 20%
- Coeficiente de Aproveitamento (CA): 0,2
- Taxa de permeabilidade (TP): 60%
- Lote mínimo: 2.000m²

Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)
Implantação de Parque Linear	212.470	10.623.500
Implantação de Equipamentos	19.000	2.280.000
Melhorias de vias (caminhos verdes)	44.460	6.669.000
Total		19.572.500

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)
Manutenção anual de Parque Linear	212.470	2.549.640
Custo operacional anual de Parque Linear	-	39.600
Operação e Manutenção de Equipamentos	19.000	778.000
Manutenção de vias	44.460	1.778.400
Total		5.145.640

Observações:

- Área de regularização fundiária: 6.800 m².
- Índice de m² per capita de espaços livres de uso público do município: 1,7 m²/hab.
- O orçamento de desenvolvimento urbano não inclui os custos de desapropriação, pois se sugere evitar o uso deste instrumento frente aos possíveis instrumentos de viabilização da área indicados no capítulo 4.

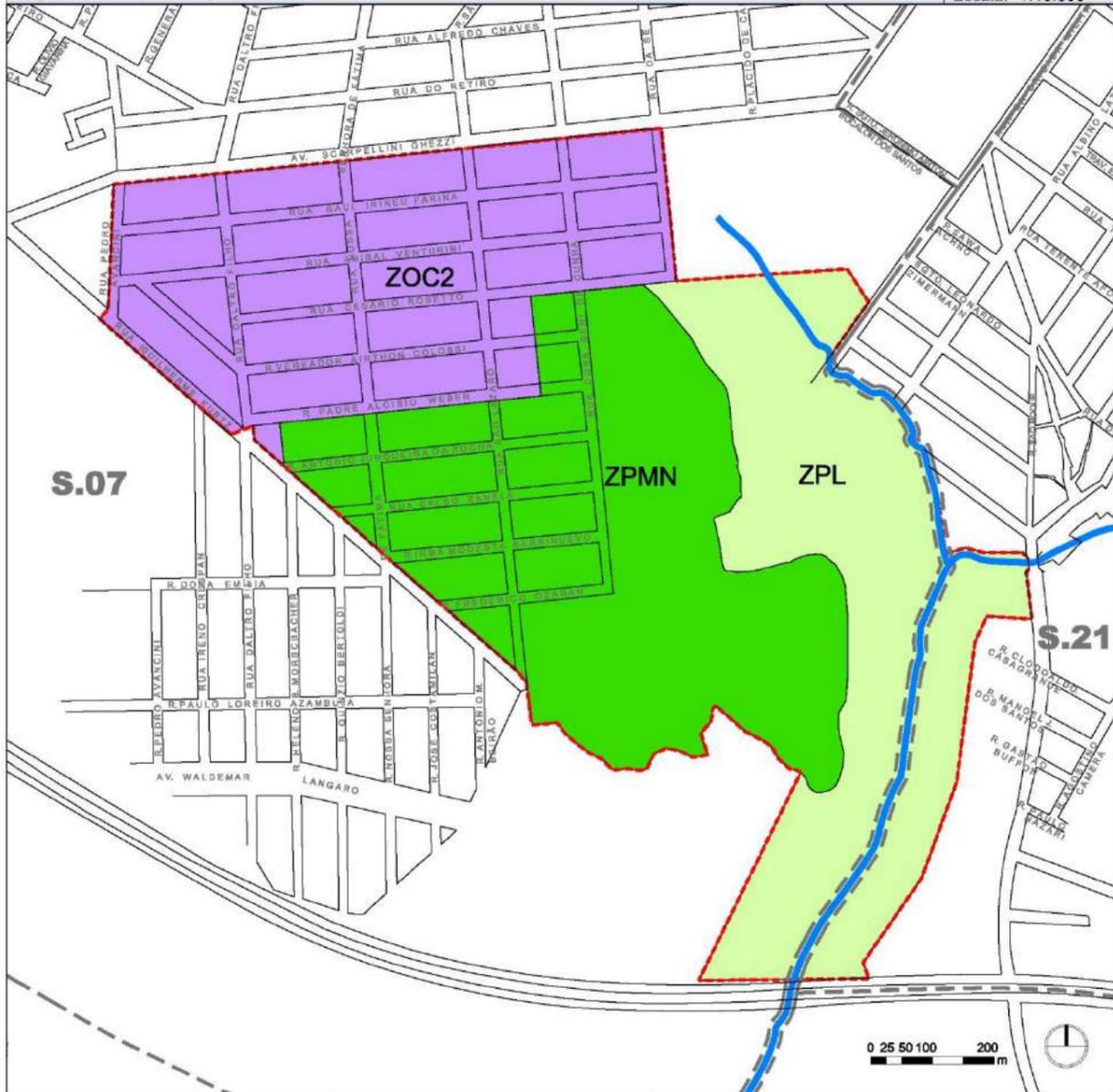
Legenda numérica da descrição gráfica:

ID	Código	Nome	Área de terreno (m ²)
01	7.7	Novo Equipamento Esportivo	19.000

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Linear / Parque de Preservação Ambiental e Paisagística	A.02.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Bosque Lucas Araújo	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:10.000



<p>Legenda</p> <ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO RIOS E ARROIOS 	<p>ZONEAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO ZPL. PARQUE LINEAR ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL
--	--

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Linear / Parque de Preservação Ambiental e Paisagística	A.02.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Bosque Lucas Araújo	

Mapa de uso e ocupação do solo das propostas Escala: 1:10.000



7.7 Novo equipamento esportivo

<p>Legenda</p> <ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RPPN 	<p>SISTEMA VIÁRIO E CONEXÕES PROPOSTAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EIXOS VIÁRIOS VIAS PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO PROJEÇÕES PERCORSOS DE CICLOVIAS TRILHAS ECOLÓGICAS CAMINHOS VERDES 	<p>ÁREAS VERDES:</p> <ul style="list-style-type: none"> ÁREA VERDE A PRESERVAR PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA <p>EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> EQUIPAMENTO EXISTENTE EQUIPAMENTO PROPOSTO INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 1) XX.XX CÓDIGO DA INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 1)
--	--	---

5.2.3 Área de Intervenção Urbana: Parque da Gare e Antiga Estação Ferroviária (A.03)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Urbana / Requalificação Histórica e Cultural / Parque Urbano	A.03
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Parque da Gare - Antiga Estação Ferroviária	

Localização	
Setor: 1	
Av. Sete de Setembro / R. Minas Gerais	
Usos principais	
Lazer, recreação e turismo	
Propriedade	
Pública	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
A.12	
Fase de Implantação	
CURTO	

Situação e diagnóstico da situação atual

Localizado em região central do município, o Parque da Gare é o único Parque Urbano de Passo Fundo. O programa de atividades é formado por quadras esportivas, pista de skate, e academia de exercícios. O estado de conservação dos equipamentos e da vegetação é precário, de forma que a utilização pelos usuários é limitada, tornando a área insegura em certas horas do dia. Apresenta importantes formações vegetais, entre elas, uma área de Bosque em baixo estado de conservação. Esta área sofre pressão por descarte de lixo. A topografia do parque apresenta desníveis acentuados setorizados por patamares. Em seu entorno, encontra-se posto da Brigada Militar e a edificação da Antiga Estação Ferroviária que abriga atualmente a feira do pequeno produtor.

Objetivos da Intervenção Urbana

- Recuperação ambiental e reconstituição da vegetação existente.
- Melhoria do estado atual das edificações de patrimônio histórico tombadas e das áreas verdes.
- Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante.
- Melhoria da acessibilidade e do sistema viário do setor.
- Implantação de equipamentos para garantir o funcionamento de caráter cultural, ambiental e social do parque.
- Restauração da Antiga Estação Ferroviária para implantação de usos mais atrativos.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	64.800	-
Áreas de preservação	0	-
Espaços livres de uso público	44.500	-
Equipamentos de uso público	4.800	4.800
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	2.800	2.800
- Outros	2.000	1.000
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	14.370	-
Outras áreas passíveis de ocupação	1.130	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO		
Tipo de Intervenção	Código	
Requalificação Urbana / Requalificação Histórica e Cultural / Parque Urbano	A.03	
Nome da Área de Intervenção Urbana		
Parque da Gare - Antiga Estação Ferroviária		

Investimento inicial	Custo manutenção/operacional anual	Capacidade de atendimento
6.275.500 R\$	3.032.400 R\$	62.729 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m²
100 R\$/usuário	48 R\$/usuário	97 R\$/m2

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Elaboração do Projeto de execução			
- Obras de execução (Fase de implantação)			
- Plano de operação e manutenção do parque			

Descrição das propostas:

O Parque da Gare está localizado no Setor 1 de Passo Fundo, região central da cidade, com acesso principal pela Avenida Sete de Setembro, de caráter peculiar por ser implantada na Antiga Via Férrea. Ao longo do trecho estudado, existem exemplares históricos da arquitetura ferroviária importantes de serem preservados, como o Prédio da Antiga Estação Férrea, um monumento em alvenaria de tijolos que fazia parte das edificações técnicas do complexo ferroviário e a Caixa d'água metálica.

Atualmente o Parque da Gare é utilizado como espaço de lazer, com grande área verde, porém carente de revitalização por falta de manutenção e conservação e uma melhor distribuição de usos compatíveis. A proposta amplia a área do projeto, adicionando o terreno da Antiga Estação Ferroviária e os terrenos livres de propriedade municipal ao longo da Avenida Sete de Setembro prolongando a área de intervenção do Parque, a fim de criar conexões mais fortes dentro do Parque, possibilitando maior permeabilidade e integração ao seu entorno.

O ambiente urbano é configurado por duas situações: de um lado do Parque da Gare as edificações são de uso residencial e de outro, junto a Avenida Sete de Setembro, o uso se torna misto. Esta situação torna possível criar zoneamentos diferentes no parque:

- Espaço de Comércio e Serviços: junto ao eixo da Avenida Sete de Setembro, propõe-se uma grande área de pedestres e zona de velocidade controlada para veículos, para potencializar a conexão do Parque com a Antiga Estação, onde sugere-se a concentração de cafés, bares e restaurantes. Nesta mesma via o Parque poderá ter estruturas que permitam a realização de feiras e eventos, tais como feira de artesanato, feira do produtor, feiras itinerantes, entre outros. Sem perder o caráter cívico do Parque, o Plano prevê o deslocamento do Palanque, que poderá receber shows de um lado junto à avenida e projeções de outro, junto à Praça Cívica. Esta praça tem a finalidade de integrar o Parque com o Equipamento a ser construído, proposto na esquina e poderá servir para a realização de encerramento de eventos cívicos que aconteçam ao longo da avenida.
- Espaço de Esportes: sugere-se utilizar as quadras existentes, que receberão tratamentos apropriados para as práticas esportivas. Este espaço tem a intenção de criar encontros sociais e atividades de lazer ativo.
- Espaço de relaxamento: o Plano propõe ampliar a área do lago e cria um grande espaço de bosque a fim de aproximar a população da paisagem natural e promover o lazer contemplativo. Neste espaço há também uma praça de atividades (academia ao ar livre e playground) com caráter de bairro, junto à Rua Minas Gerais.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Urbana / Requalificação Histórica e Cultural / Parque Urbano	A.03
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Parque da Gare - Antiga Estação Ferroviária	

Descrição das propostas:

Os caminhos e percursos foram criados a fim de conectar tanto os espaços pertencentes ao parque como o parque com o seu entorno. Estas conexões e alguns espaços selecionados (tais como quadras poliesportivas, praça cívica com bens tombados e a pista de cooper) deverão receber um tratamento adequado de acessibilidade universal e projeto de iluminação, a ser definido numa fase posterior a este estudo preliminar.

Recomenda-se que a proposta para esta área de intervenção urbanística seja desenvolvida e executada no curto prazo, com a utilização dos recursos disponíveis no Programa Prodin, por tratar-se de uma área pública municipal de importância estratégica e localização central na cidade, cuja referência visual e urbana uma vez qualificado pode tornar-se o marco inicial da estruturação dos equipamentos urbanos e espaços livres de uso público, objeto deste plano.

Para que a requalificação urbana e paisagística da região central da cidade tenha uma maior repercussão positiva, sugere-se o estudo específico de um caminho verde que vise interligar a área do Parque da Gare e a área do Antigo Quartel, através do eixo formado pela Avenida Sete de Setembro. Mediante um estudo adequado e vinculado ao Plano de Mobilidade Urbana, esta via de ligação poderá receber um tratamento de arborização, iluminação pública e implantação de mobiliário urbano diferenciado, a fim de criar uma identidade e favorecer a acessibilidade e a permeabilidade de percursos de pedestres e ciclistas.

Diretrizes de intervenção:

- Melhora e requalificação do Parque Urbano
- Manutenção do foco cultural, esportivo e lazer
- Criação de espaços para realização de feira popular (feira do produtor, comércio, literatura, artesanato, etc.)
- Realização de feiras itinerantes com fechamento da via pública aos finais de semana.
- Preservação e manutenção dos bens tombados.
- Integração entre a antiga estação, o bebedouro e a caixa d'água.
- Criação de pontos de travessia segura para pedestres no cruzamento de Av. Sete de Setembro.
- Potenciar implantação de atividades de comércio e serviços com horários diversos, que atraiam público, revitalizando a porção central e sul do parque.
- Localização de serviços de restauração (cafés e bares abertos, restaurantes) na Antiga Estação Ferroviária, dando um novo uso à edificação tombada, como forma de complementar funcionalmente esta região e garantir a presença das pessoas no horário noturno, trazendo vida e ânimo aos espaços.

Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos :

- **Parque Urbano e equipamentos esportivos:** Reforma de 50.800 m² de áreas verdes destinadas ao lazer contemplativo (áreas de preservação e intervenção paisagística), lazer ativo com áreas infantis (playgrounds, mesas de jogos), áreas esportivas ao ar livre (academia, quadras poliesportivas, pista de cooper e bicicletas), e áreas de encontro e convívio (anfiteatro ao ar livre, praça cívica). Além de áreas de estacionamento de veículos e de bicicletas. Proposta de espaço adequado para realização de feiras. Adequação do espaço atendendo a acessibilidade universal, iluminação pública de espaços que possam ter uso noturno e elementos de mobiliário urbano.
- **Atividades de apoio:** Reserva de 550 m² de área para implantação de serviços de atenção aos usuários do Parque (banheiros, vestiários, armários, bar, lanchonete, sala multiusos, etc.).
- **Antiga Estação Ferroviária:** Possibilidade de implantação de cafés, bares e restaurantes, serviços públicos e espaços polivalentes.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Urbana / Requalificação Histórica e Cultural / Parque Urbano	A.03
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Parque da Gare - Antiga Estação Ferroviária	

Descrição das propostas:

Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:

Considerando o Plano Diretor vigente, propõe-se a alteração do limite de zoneamento urbano para incluir novas áreas dentro da Zona de Recreação e Turismo (ZRT) existente, destinadas prioritariamente aos usos relativos à recreação, ao turismo e seus complementares. As novas construções ficam restritas a instalações e edificações públicas de interesse geral da comunidade e a implantação de usos e atividades complementares de comércio e serviços com horários diversos. Deverão ser mantidas as características dos bens tombados, sendo sugerido limitações para a construção de novas edificações, vinculadas aos seguintes parâmetros urbanísticos:

- Altura máxima: 9 m.
- Taxa de Ocupação (TO): 60%
- Coeficiente de aproveitamento (CA): 1,0
- Taxa de permeabilidade (TP): 20%
- Usos e atividades conformes: comércio varejista e serviços Tipo I, Serviços de Diversões e Lazer Tipo I, Serviços esportivos, Serviços Bancários e Institucionais, Serviços de Educação, Serviços de Cultura.
- Usos e atividades permissíveis: Serviços de Diversões e Lazer Tipo II e III, Serviços de Transmissão, Serviços Religiosos.
- Usos Proibidos: atividades de significativa repercussão ambiental, de acordo ao art. 122 do Plano Diretor (Lei Complementar nº 299/2012).

Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)
Melhoria e adequação de parques e equipamentos esportivos	44.500	1.335.000
Implantação de novos equipamentos	4.800	1.627.000
Reforma / ampliações de equipamentos	1.100	1.158.000
Melhorias de vias	14.370	2.155.500
Total	-	6.275.500

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)
Manutenção anual de parques ou praças	44.500 m ²	1.780.000
Custo operacional anual de parques ou praças	-	57.600
Manutenção anual de equipamentos	4.800 m ²	602.000
Custo operacional de equipamentos	-	18.000
Manutenção anual de vias	14.370 m ²	574.800
Total	-	3.032.400

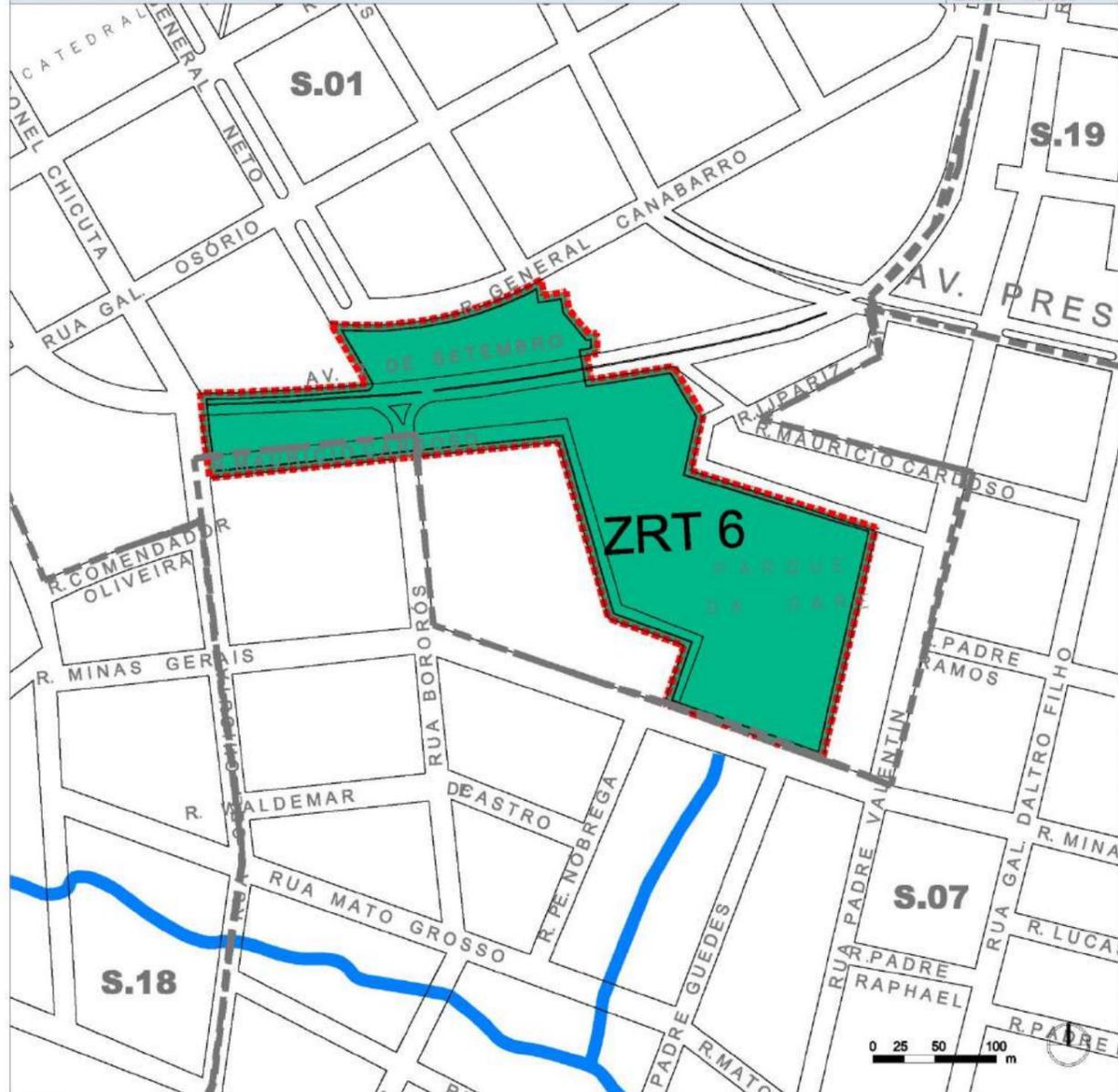
Observações:

- Esta área de intervenção urbana representa a proposta macro indicada como investimento prioritário deste Plano para a utilização dos recursos disponíveis no componente II do PRODIN.
- Áreas Públicas na área de intervenção: 100%
- Índice de m² per capita de espaços livres de uso público do município: 0,2 m²/hab.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Urbano / Patrimônio Histórico e Cultural	A.03.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Parque da Gare - Antiga Estação Ferroviária	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:5.000

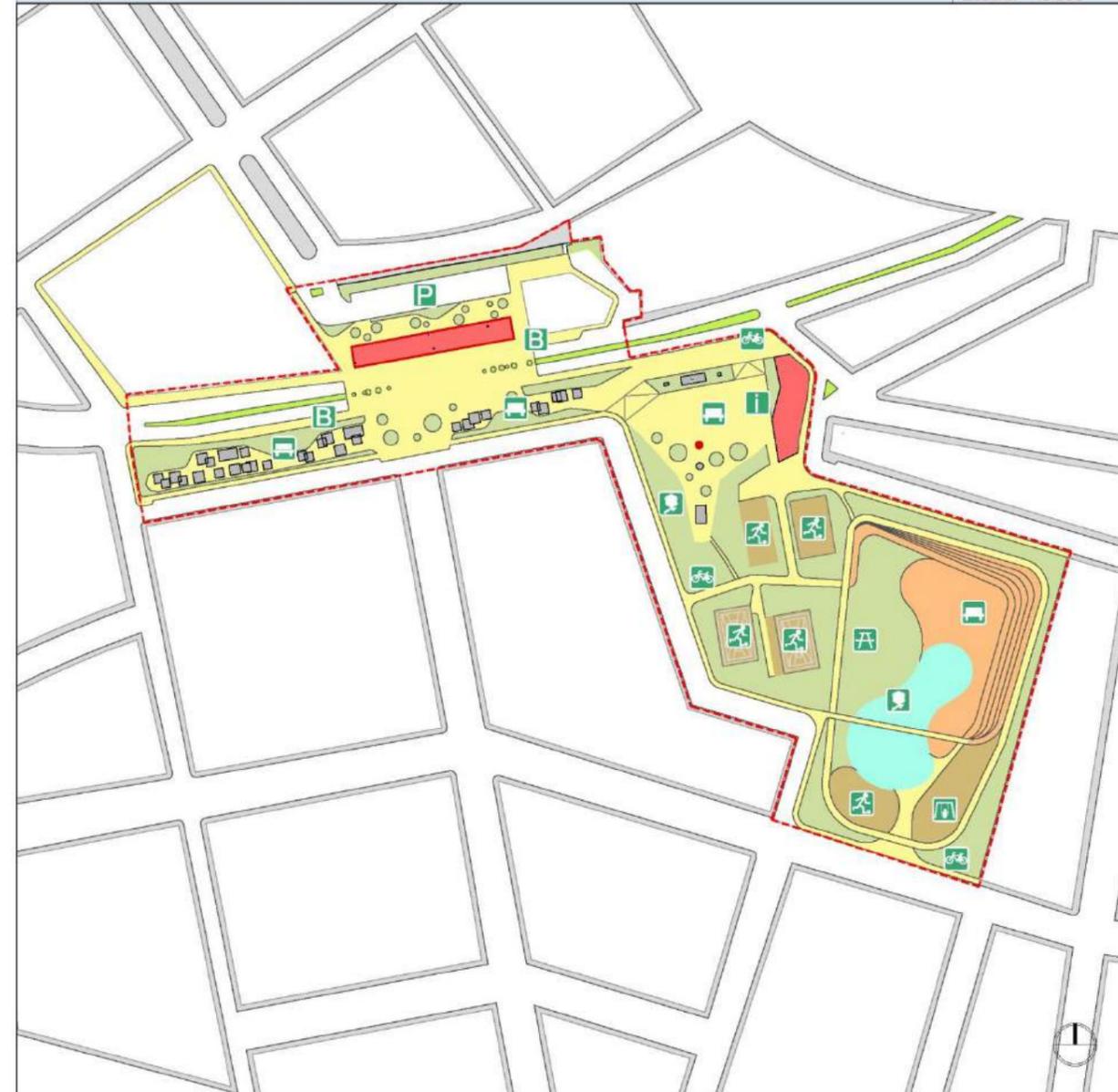


Legenda	ZONEAMENTO:
ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
PERÍMETRO URBANO	ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA
LIMITE SETOR-BAIRRO	ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL
RIOS E ARROIOS	ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA
	ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO
	ZPL. PARQUE LINEAR
	ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Urbano / Patrimônio Histórico e Cultural	A.03.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Parque da Gare - Antiga Estação Ferroviária	

Mapa de soluções de desenho urbano das propostas Escala: 1:3.500



LEGENDA	INTERVENÇÕES EM ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO:
ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	ÁREA DE USO CONTEMPLATIVO (PRESERVAÇÃO)
PERÍMETRO URBANO	ÁREA DE USO ATIVO (ÁREA GRAMADA)
LIMITE SETOR-BAIRRO	ÁREA DE USO ATIVO (ÁREA PAVIMENTADA)
EDIFÍCIO TOMBADO	ÁREA DE ENCONTRO E CONVÍVIO
ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO	EQUIPAMENTO EXISTENTE
RIOS E ARROIOS	EQUIPAMENTO PROPOSTO
CICLOVIAS	PONTO DE ÔNIBUS
PERCURSOS PEDESTRES	ESTACIONAMENTO
TRILHAS ECOLÓGICAS	VEGETAÇÃO SIGNIFICATIVA EXISTENTE
	ÁREA DE BANCOS / ANFITEATRO
	BICICLETÁRIO
	ÁREA DE PRESERVAÇÃO / INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA
	PLAYGROUND
	ÁREA PIQUENIQUE
	CENTRO DE INFORMAÇÃO

5.2.4 Área de Intervenção Urbana: Banhado da Vergueiro (A.04)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Urbana / Parque Urbano	A.04
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Banhado da Vergueiro	

Localização	
Setor: 1-3	
Rua: Carijos - Quinze de novembro	
Usos principais	
Lazer, recreação e turismo	
Propriedade	
Parcialmente pública	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
n/a	
Fase de Implantação	
CURTO	

Situação e diagnóstico da situação atual
Situado em área de baixa densidade residencial e próximo ao Quartel do Exército, sugere-se a requalificação como parque urbano considerando as condicionantes ambientais e principalmente hidrográficas. O município declarou utilidade pública da área e está em processo de desapropriação de terrenos. Observa-se a pressão por descarte de lixo, esgoto e vandalismo. É uma área que tem potencial recreativo, que necessita de revitalização estrutural e recomposição. O local possui restrições de ocupação e áreas não edificáveis por APP de cursos d'água e nascente, e identifica-se a existência de habitação dentro da zona.

- Objetivos da Intervenção**
- Implantação de equipamentos para garantir o funcionamento de caráter educacional, ambiental e social dos parques.
 - Recuperação ambiental e reconstituição da vegetação existente.
 - Limpeza e recuperação do banhado.
 - Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante
 - Melhoria da acessibilidade e sistema viário do setor.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	55.800	-
Áreas de preservação	0	-
Espaços livres de uso público	39.151	-
Equipamentos de uso público	6.100	2.910
-Educação	5.900	2.710
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	0	0
- Outros	200	200
Proposta de implantação de vias	10.961	-
Proposta de melhorias de vias	0	-
Outras áreas passíveis de ocupação	2.588	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Urbana / Parque Urbano	A.04
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Banhado da Vergueiro	

Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento
11.144.340 R\$	3.498.600 R\$	5.681 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m²
1.962 R\$/usuário	616 R\$/usuário	200 R\$/m2

Ações Previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Declaração de utilidade pública			
- Desapropriações			
- Obras de execução (Fase 1)			
- Obras de execução (Fase 2)			

Descrição das propostas:

Propõe-se a criação de um novo Parque Urbano, em área que consistirá um novo espaço referencial para a comunidade, sendo proposto à implantação de equipamentos públicos voltados ao lazer, educação ambiental, contemplação, esportes, áreas de estacionamento de veículos e bicicletas. Sugere-se a implantação de um equipamento âncora para potencializar a utilização e manutenção da área.

O projeto de intervenção da área deverá localizar e delimitar as Áreas de Preservação Permanente dos cursos d'água e nascente e respeitar a cobertura vegetal existente avaliando a viabilidade ambiental do empreendimento, atendendo a toda legislação ambiental e principalmente a Resolução do CONAMA nº 369.

O Plano propõe também a complementação do sistema viário, com a execução da abertura de via e a melhoria das ruas Tomé Mendes, Senador Vergueiro e Cel. Gabriel Bastos.

Diretrizes de intervenção:

- Implantação do Parque Urbano em duas fases de intervenção:
 - o Fase 1: Implantação da parte inicial do projeto do Parque, de acordo com projeto executivo definido pela Prefeitura.
 - o Fase 2: Implantação complementar do Parque e equipamentos complementares.
- Manutenção do foco social, de lazer e preservação .
- Criação de trilhas ecológicas e percursos para pedestres e ciclovias, conforme estudo preliminar específico a ser elaborado na fase de desenvolvimento do projeto do parque.
- Desenvolvimento de um estudo de agilização do processo de desapropriação dos lotes vazios no interior da área através de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos :

- **Parque Urbano:** Implantação de áreas verdes de uso contemplativo (áreas de preservação e intervenção paisagística), uso ativo com áreas infantis (playgrounds, mesas de jogos), áreas esportivas ao ar livre (academias, quadras poliesportivas), e áreas de encontro e convívio (anfiteatros ao ar livre, caminhadas). Também deverá disponibilizar de áreas de estacionamento de veículos e bicicletas.
- **Nova EMEI (01)** construção de 960m2 de acordo ao estudo de capacidade e demanda do setor nova EMEI (intervenção 1.10)
- **Nova EMEF (02):** construção de 1750m2 de acordo ao estudo de capacidade e demanda do setor nova EMEI (intervenção 1.3)
- **Equipamentos comerciais e serviços (03):** Possibilidade de implantação de cafés, bares e restaurantes, serviços públicos e espaços polivalentes.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Urbana / Parque Urbano	A.04
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Banhado da Vergueiro	

Descrição das propostas:
Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:

De acordo ao Plano Diretor, a área de intervenção urbana corresponde a uma Zona de Recreação e Turismo (ZRT), destinada prioritariamente aos usos relativos à recreação, ao lazer, esportes, turismo e seus complementares. Propõe-se os seguintes parâmetros urbanísticos para a definição da ZRT-4 "Banhado da Vergueiro":

- Taxa de Ocupação (TO): 60%
- Coeficiente de Aproveitamento (CA): 2,0
- Usos e atividades conformes: serviços de educação, serviços de cultura, serviços de diversões e lazer Tipo I.
- Usos e atividades permissíveis: serviços médicos, serviços esportivos, serviços profissionais, serviços bancários e institucionais, comércio varejista e serviços Tipo I, serviços de diversões e lazer Tipo II.
- Usos e atividades proibidas: atividades de significativa repercussão ambiental, de acordo ao art. 122 do Plano Diretor (Lei Complementar nº 299/2012).

Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Implantação de parques e praças	39.151	2.349.060
Implantação de equipamentos	2.910	2.035.700
Implantação de vias	10.961	3.068.080
Desapropriações (estimadas)	16.477	2.965.860
Total	-	11.144.340

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Manutenção anual de parques e praças	39.151	1.566.040
Custo operacional anual de parques ou praças	-	57.600
Custo de operação e manutenção de equipamentos	2.910	1.311.000
Manutenção anual de vias	14.218	541.960
Custo operacional de vias	-	18.000
Total	-	3.498.600

Observações:

- Área destinada à implantação de parque projetado pelo município entre as ruas 15 de novembro, Homero Leite, Senador Vergueiro e Thomé Mendes: 1,4 ha
- Área de desapropriação (estimação considerando o loteamento existente e os lotes não ocupados): 1,4 ha
- Índice de m2 per capita de espaços livres de uso público do município: 0,2 m2/hab.

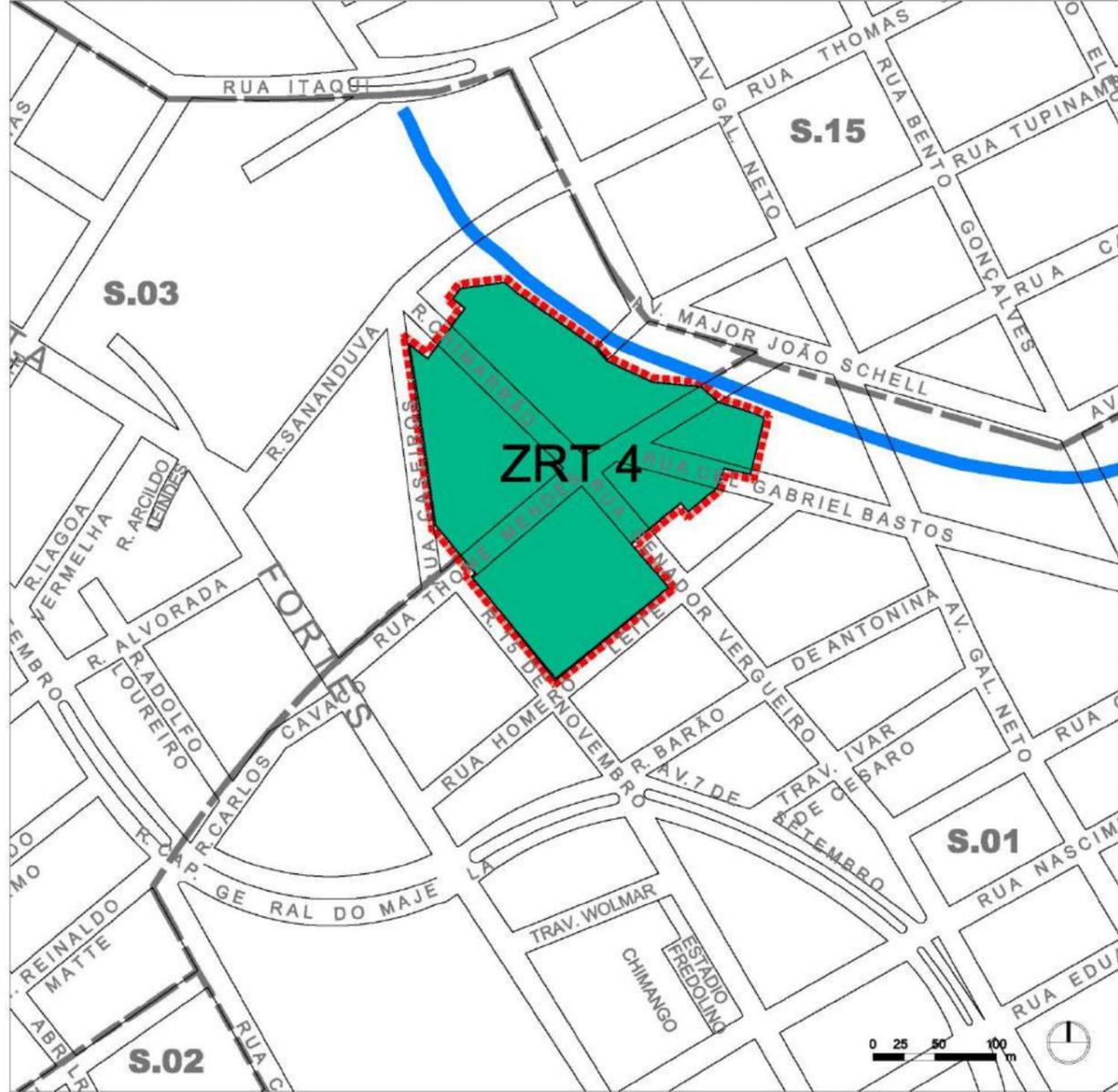
Legenda numérica da descrição gráfica:

ID	Código	Nome	Área de terreno (m2)
01	1.10	Nova EMEI	2.900
02	1.3	Nova EMEF	3000
03	-	Edificação proposta (café-restaurante-serviços)	200

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Urbano	A.04.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Banhado da Vergueiro	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:5.000



Legenda	ZONEAMENTO:
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO — RIOS E ARROIOS 	<ul style="list-style-type: none"> ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO ZPL. PARQUE LINEAR ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Urbano	A.04.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Banhado da Vergueiro	

Mapa de soluções de desenho urbano das propostas Escala: 1:2.000



01 Nova EMEI (1.10)	02 Nova EMEF (1.3)	03 Edificação proposta (café-restaurante-serviços)
LEGENDA		
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO PREVISTA EDIFÍCIO TOMBADO ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO — RIOS E ARROIOS — CICLOVIAS — PERCORSOS PEDESTRES — TRILHAS ECOLÓGICAS 	<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE USO CONTEMPLATIVO (PRESERVAÇÃO) ÁREA DE USO ATIVO (ÁREA GRAMADA) ÁREA DE USO ATIVO (ÁREA PAVIMENTADA) ÁREA DE ENCONTRO E CONVÍVIO EQUIPAMENTO EXISTENTE EQUIPAMENTO PROPOSTO PONTO DE ÔNIBUS ESTACIONAMENTO 	<ul style="list-style-type: none"> 🌳 VEGETAÇÃO SIGNIFICATIVA EXISTENTE 🪑 ÁREA DE BANCOS / ANFITEATRO 🚲 BICICLETÁRIO 🌳 ÁREA DE PRESERVAÇÃO / INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA 🎡 PLAYGROUND 🌳 ÁREA PIQUENIQUE 📄 CENTRO DE INFORMAÇÃO

5.2.5 Área de Intervenção Urbana: Parque Pinheiro Torto (A.05)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística / Parque Linear / Área de Interesse Turístico	A.05
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Parque Pinheiro Torto	

Localização	
Setor: 17-22 RS-324 / Av. Rio Grande	
Usos principais	
Interesse ambiental e paisagístico	
Propriedade	
Parcialmente pública	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
17.7	
Fase de Implantação	
MÉDIO	

Situação e diagnóstico da situação atual
A área de intervenção se justifica pela necessidade de salvaguarda de áreas de preservação permanente e áreas de mata nativa de interesse ambiental e paisagístico no âmbito de deste Plano, ampliando a poligonal da zona de proteção ambiental prevista no atual zoneamento do Plano Diretor. Está incluída a reserva natural RPPN Maragato, dentro de uma área de grande valor paisagístico e ambiental, sobre a qual existe uma pressão de futura urbanização no seu entorno.

- Objetivos da Intervenção**
- Preservação e recuperação dos espaços de interesse ambiental e paisagístico.
 - Recuperação e adequação de áreas degradadas e de preservação permanente.
 - Proteção e requalificação dos recursos hídricos.
 - Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante.
 - Implantação de usos e atividades para garantir o funcionamento de caráter educacional, ambiental e social dos parques.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	2.072.360	-
Áreas de preservação	1.682.973	-
Espaços livres de uso público	91.879	-
Equipamentos de uso público	22.000	22.000
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	22.000	22.000
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	64.993	-
Proposta de melhorias de vias	0	-
Outras áreas passíveis de ocupação	210.497	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Zona de Recreação e Turismo	A.05
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Parque Pinheiro Torto	

Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento
7.234.850 R\$	4.658.084 R\$	41.262 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m ²
175 R\$/usuário	113 R\$/usuário	3 R\$/m ²

Ações Previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Criação de Lei municipal			
- Obras de execução (Fase de implantação)			

Descrição das propostas

Propõe-se a criação de um área de preservação ambiental e paisagística que contribua com a continuidade dos corredores ecológicos, recuperação e preservação da vegetação ao longo da margem do curso d'água e a integração paisagística e ambiental das futuras atividades industriais do distrito e zonas adjacentes. Possui como objetivo o aproveitamento das áreas públicas e privadas ainda não ocupadas para garantir o uso adequado das margens do curso d'água e das áreas ocupadas por vegetação de interesse ambiental, além de dispor de uma área de lazer de uso comunitário.

Identifica-se a possibilidade de realizar estudo específico para definir a criação de Parceria Público-Privada (PPP) com o objetivo de vincular e acompanhar o processo, os proprietários e possíveis operadores de construções destinadas à recreação e ao turismo ecológico. Está previsto de maneira indicativa algumas vias de conexão entre os diversos setores.

Diretrizes de intervenção:

- Manutenção de foco de preservação e lazer
- Proposição de alteração de zoneamento atual, para manutenção e conservação de espaços livres privados e o remanescente florestal de forma integrada, preservando e recuperando espaços de interesse ambiental e paisagístico.
- Reserva de área destinada a equipamentos esportivos de acordo com o estudo de demanda do setor.
- Criação de trilhas ecológicas e percursos para pedestres e ciclovias, de acordo a estudo preliminar específico a ser desenvolvido durante o projeto do parque.
- Estudo para definição de instrumentos do Estatuto da Cidade passíveis da utilização para viabilização do parque tais como: direito de preempção, possível área de transferência do direito de construir, entre outros.
- Oferecer benefícios fiscais a empreendedores que cederem áreas para novas propostas em áreas de preservação de mata nativa ou para implantação do parque.

Equipamentos urbanos comunitários e Espaços livres de uso público propostos :

- **Novo Parque Linear.** A proposta do parque prevê a utilização de áreas ao longo do curso d'água do arroio Pinheiro Torto para a implantação de academias ao ar livre, playgrounds, áreas de convivência, áreas destinadas ao estacionamento de veículos e bicicletas.
- **Equipamentos esportivos (01).** Prevê-se a implantação de usos esportivos (quadras, campo de futebol ou complexo esportivo) para aumento de índice de superfície por população do setor (Intervenção 17.7).

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Zona de Recreação e Turismo	A.05

Nome da Área de Intervenção Urbana
Parque Pinheiro Torto

Descrição das propostas
Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:

Considerando o Plano Diretor vigente, propõe-se alteração de **Zona de Proteção de Mata Nativa (ZPMN)**, com objetivo de ampliar e garantir preservação dos espaços de relevante potencial paisagístico e natural, em vista da sua importância para a qualidade de vida e para as atividades voltadas ao lazer abrangendo as áreas de preservação permanente do Distrito Industrial e limite da Reserva Particular do Patrimônio Natural Maragato (RPPN).

Propõe-se a alteração do limite atual da **Zona de Recreação e Turismo (ZRT)**, definida pelo Plano Diretor, abrangendo a área com cobertura vegetal arbórea significativa e áreas verdes ao longo dos cursos de arroio Pinheiro Torto, para oferecer à população um espaço de contemplação e recreação, além de garantir a manutenção das áreas de preservação permanente. Propõe-se os seguintes parâmetros urbanísticos para definição da ZRT-3 "Parque Pinheiro Torto":

- Taxa de Ocupação (TO): 20%
- Coeficiente de Aproveitamento (CA): 0,2
- Lote mínimo (LM): 3.000 m²
- Taxa de Permeabilidade (TP): 60%
- Usos e atividades conformes: Residencial Tipo I, comércio varejista e serviços Tipo I e II, Postos de Serviço Tipo I, Serviços de Diversões e Lazer Tipo I, serviços esportivos, serviços bancários e institucionais, Serviços de Alojamento Tipo I, serviços de educação, serviços de cultura, serviços religiosos.
- Usos e atividades permissíveis: Comércio Varejista Especial Tipo II, Serviços de Diversões e Lazer Tipo II, III e IV, serviços de transmissão.
- Usos e atividades proibidas: atividades de significativa repercussão ambiental, de acordo a art. 122 do Plano Diretor (Lei Complementar nº 299/2012)

Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade	Custo R\$
Implantação de parques ou praças	91.879m ²	4.594.850
Implantação de equipamentos	22.000 m ²	2.640.000
Total	-	7.234.850

- Orçamento de manutenção / operação anual:

Conceito	Quantidade	Custo R\$
Manutenção anual de parques ou praças	91.879 m ²	1.102.764
Custo operacional anual de parques ou praças	-	39.600
Operação e Manutenção anual de equipamentos	22.000 m ²	898.000
Manutenção anual de vias	64.993 m ²	2.599.720
Custo operacional de vias	-	18.000
Total	-	4.658.084

Observações:

- O orçamento de desenvolvimento urbano não inclui os custos de desapropriação, pois sugere-se evitar o uso deste instrumento frente aos possíveis instrumentos de viabilização da área indicados no capítulo 4.
- Índice de m² per capita dos espaços livres de uso público do município: 0,75 m²/hab.

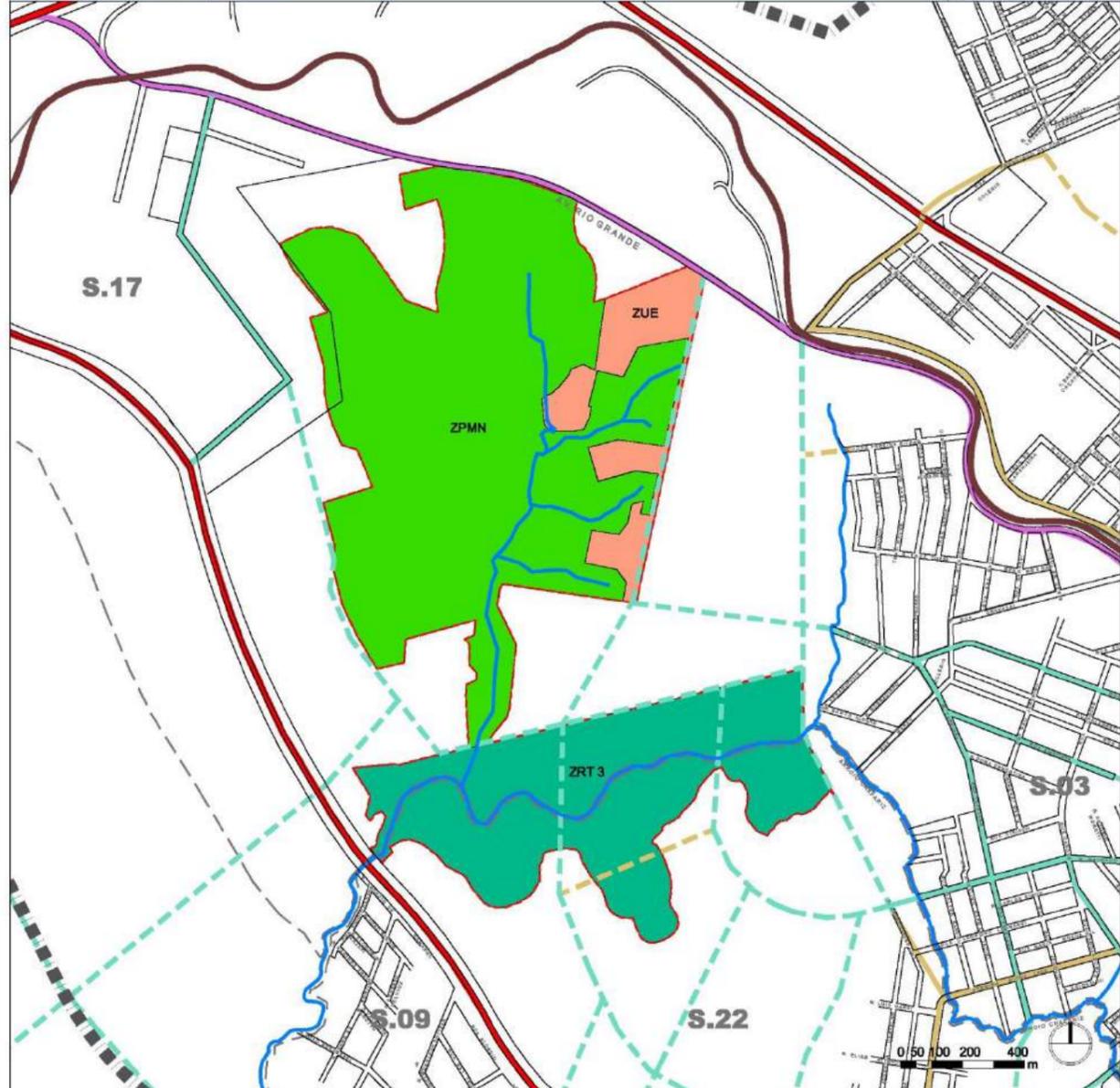
Legenda Numérica da descrição gráfica:

ID	Código	Nome	Área de terreno (m ²)
-	17.7	Novo Equipamentos Esportivo	22.000

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística / Parque Linear / Área de Interesse Turístico	A.05.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Parque Pinheiro Torto	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:20.000

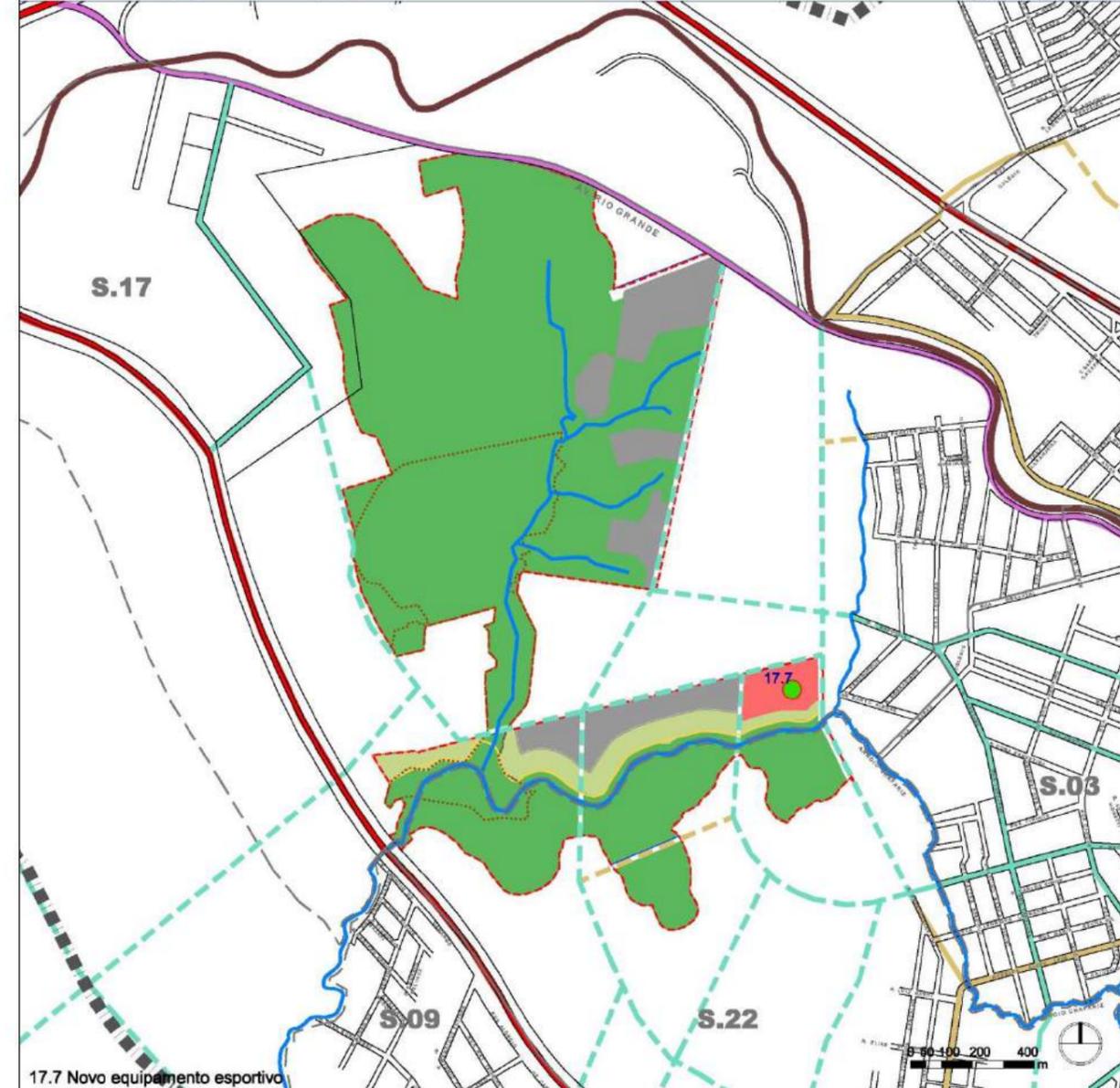


Legenda	SISTEMA VIÁRIO:	ZONEAMENTO:
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO RIOS E ARROIOS 	<ul style="list-style-type: none"> RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EIXOS VIÁRIOS VIAS PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO PROJEÇÕES 	<ul style="list-style-type: none"> ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO ZPL. PARQUE LINEAR ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística / Parque Linear / Área de Interesse Turístico	A.05.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Parque Pinheiro Torto	

Mapa de uso e ocupação do solo das propostas Escala: 1:20.000



Legenda	SISTEMA VIÁRIO E CONEXÕES PROPOSTAS:	ÁREAS VERDES:
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO RIOS E ARROIOS ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO SUGERIDA ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RPPN 	<ul style="list-style-type: none"> RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EIXOS VIÁRIOS VIAS PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO PROJEÇÕES PERCORSOS DE CICLOVIAS TRILHAS ECOLÓGICAS CAMINHOS VERDES 	<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE PRESERVAÇÃO PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS EQUIPAMENTO EXISTENTE EQUIPAMENTO PROPOSTO INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 2) CÓDIGO DA INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 2)

5.2.6 Área de Intervenção Urbana: Parque Arlindo Haas (A.06)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística	A.06
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Parque Ambiental Arlindo Haas	

Localização	
Setor: 4	
Rua Arno Pini	
Usos principais	
Interesse ambiental e paisagístico	
Propriedade	
Pública	
Setores beneficiados	
S4	
Intervenções relacionadas	
-	
Fase de Implantação	
CURTO	

Situação e diagnóstico da situação atual
 Área pública municipal definida como Zona de Recreação e Turismo de acordo com o Plano Diretor. Está localizada próxima a Universidade de Passo Fundo. A área apresenta uma densa vegetação que desempenha importante papel na harmonização entre o ambiente construído e o meio natural, pela pressão que mantêm os loteamentos do entorno de uso industrial e residencial.

- Objetivos da Intervenção**
- Recuperação ambiental e reconstituição da vegetação existente.
 - Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante.
 - Implantação de usos e atividades para garantir o funcionamento de caráter educacional, ambiental e social do parque.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	287.379	-
Áreas de preservação	0	-
Espaços livres de uso público	259.125	-
Equipamentos de uso públicos	0	0
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	0	0
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	28.254	-
Outras áreas passíveis de ocupação	0	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e paisagística	A.06
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Parque Ambiental Arlindo Haas	

Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento
17.194.350 R\$	4.279.260 R\$	12.956 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m ²
1.327 R\$/usuário	330 R\$/usuário	60 R\$/m ²

Ações Previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento			
- Obras de execução (Fase de implantação)			

Descrição das propostas:
 Propõe-se a criação de um Parque ambiental que contribua para a continuidade dos corredores naturais e, desta forma, proteger as nascentes através da recuperação e preservação da vegetação ao longo da margem do rio. O objetivo é o aproveitamento da área pública para garantir o uso adequado das margens do rio dotando-a de áreas de lazer de uso comunitário.
 Estão previstas de maneira indicativa as vias de conexão entre os diversos setores.

- Diretrizes de intervenção:**
- Criação do Parque de Preservação Ambiental e Paisagística. O projeto do Parque deverá respeitar a vegetação existente e deverão ser executados projetos de recomposição da mata ciliar e de paisagismo, devolvendo-lhes qualidade ambiental.
 - Criação de trilhas e implantação de equipamentos de lazer e recreação nas áreas verdes.

- Equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público propostos:**
- Parque de Preservação Ambiental e Paisagística: Implantação de 28,73 Ha de áreas verdes de uso contemplativo (áreas de preservação e intervenção paisagística), e uso ativo localizadas próximo a vias de ligação e usos residenciais.

- Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:**
 De acordo a Plano Diretor, a área de intervenção urbana corresponde às Zonas de Recreação e Turismo (ZRT), destinadas prioritariamente aos usos relativos à recreação, ao turismo e seus complementares.
 Propõe-se os seguintes parâmetros urbanísticos para a definição da ZRT-7 "Parque Arlindo Haas":
- Taxa de Ocupação (TO): 20%
 - Coeficiente de Aproveitamento (CA): 0,1
 - Lote mínimo (LM): 3.000 m².
 - Taxa de Permeabilidade: 60%
 - Usos e atividades permitidas sem restrição: lazer, infraestrutura e equipamentos comunitários públicos relacionadas a proteção e educação ambiental e paisagística.
 - Usos proibidos: habitação e atividades de significativa repercussão ambiental, de acordo a art. 122 do Plano Diretor (Lei Complementar nº 299/2012).

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e paisagística	A.06
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Parque Ambiental Arlindo Haas	

Descrição das propostas
Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Implantação de parque ambiental	259.125	12.954.250
Melhorias de vias	28.254	4.238.500
Total	-	17.194.350

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Manutenção anual do Parque	259.125	3.109.500
Custo operacional anual do Parque	-	39.600
Manutenção anual de vias	28.254	1.130.160
Total	-	4.279.260

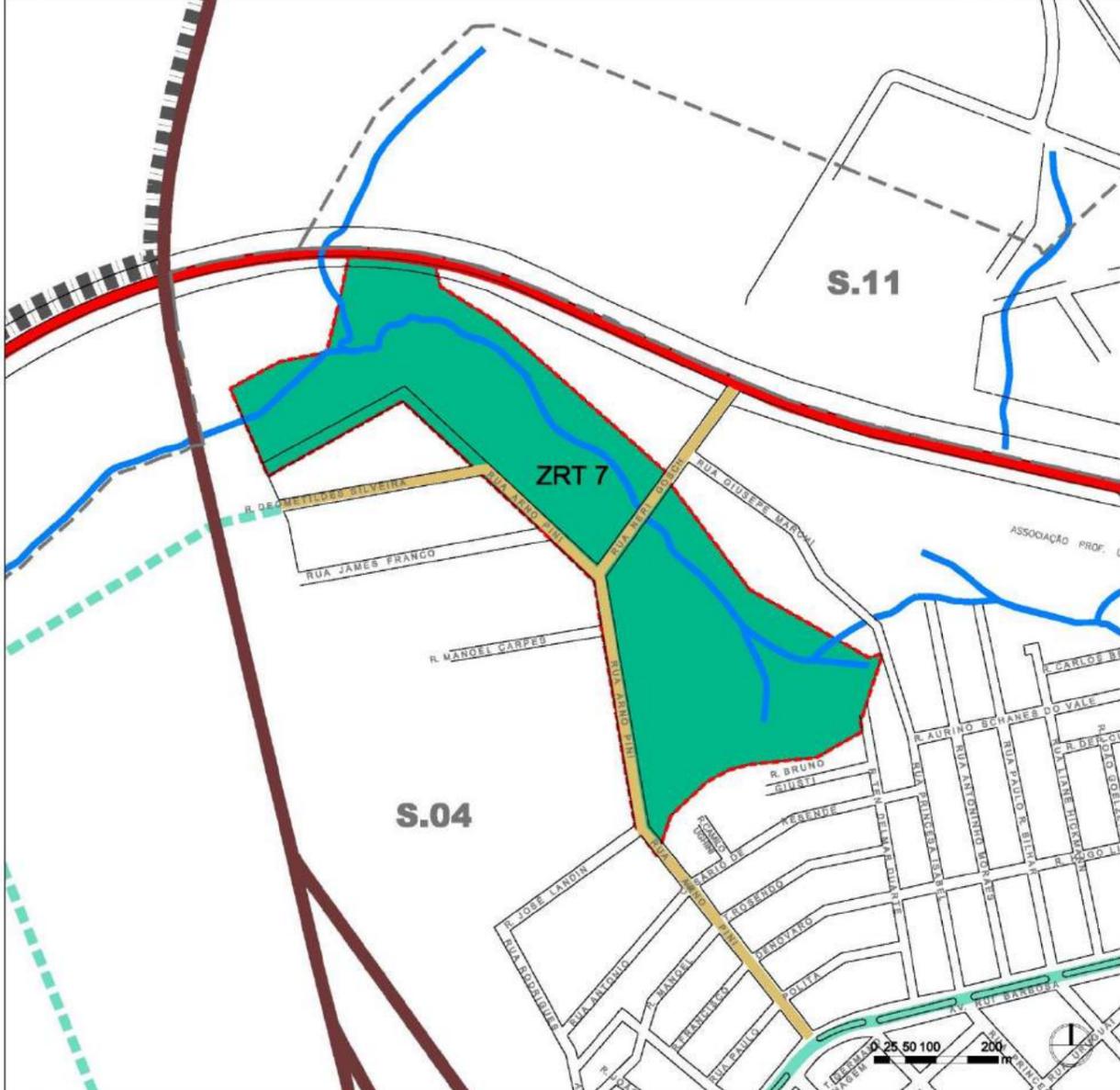
Observações:

- Áreas Públicas na área de intervenção: 100%
- Índice de m2 per capita dos espaços livres de uso público do município: 1,4 m2./hab.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque de preservação ambiental e paisagística	A.06.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Parque Arlindo Haas	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:10.000



ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	SISTEMA VIÁRIO:	ZONEAMENTO:
PERÍMETRO URBANO	RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS	ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
LIMITE SETOR-BAIRRO	EIXOS VIÁRIOS	ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA
RIOS E ARROIOS	VIAS PRINCIPAIS	ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL
	VIAS DE LIGAÇÃO	ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA
	PROJEÇÕES	ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO
	LINHAS FERROVIÁRIAS	ZPL. PARQUE LINEAR
		ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque de preservação ambiental e paisagística	A.06.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Parque Arlindo Haas	

Mapa de uso e ocupação do solo das propostas Escala: 1:10.000



ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	SISTEMA VIÁRIO:	ÁREAS VERDES:
PERÍMETRO URBANO	RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS	ÁREA DE PRESERVAÇÃO
LIMITE SETOR-BAIRRO	EIXOS VIÁRIOS	PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE
RIOS E ARROIOS	VIAS PRINCIPAIS	PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA
PROJEÇÕES	VIAS DE LIGAÇÃO	EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS
LINHAS FERROVIÁRIAS	PROJEÇÕES	EQUIPAMENTO EXISTENTE
	LINHAS FERROVIÁRIAS	EQUIPAMENTO PROPOSTO
		INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 2)
		CÓDIGO DA INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 2)

5.2.7 Área de Intervenção Urbana: Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto (A.07)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Histórica e Cultural	A.07
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto	

Localização	
Setor: 1 Av. Brasil	
Usos principais	
Patrimônio histórico e cultural	
Propriedade	
Pública	
Setores beneficiados	
Municipal	
Intervenções relacionadas	A.01 e A.11
Fase de Implantação	MÉDIO

Situação e diagnóstico da situação atual
Trata-se do conjunto que compreende o Teatro Múcio de Castro, Biblioteca Pública Municipal Arno Viuniski, Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, Museu Histórico Regional e Academia Passo Fundense de Letras. É um conjunto arquitetônico de referência para a história da cidade e é o único espaço público cultural de Passo Fundo. A área de intervenção engloba o espaço de relação entre as distintas edificações existentes, que constitui hoje um espaço residual, utilizado como acesso de veículos e estacionamento.

- Objetivos da Intervenção**
- Desenvolvimento de um equipamento de centralidade de uso cultural que valorize o espaço urbano do conjunto arquitetônico tombado.
 - Relocação de atual Biblioteca Municipal para a Área de Intervenção do Quartel (A.01), e implantação de novo espaço lúdico infantil e novo espaço para o Arquivo Municipal.
 - Implantar um espaço de convivência aberto ao público.
 - Executar intervenções de restauração e recuperação dos edifícios tombados.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	4.744	-
Áreas de preservação	0	-
Espaços livres de uso público	0	-
Equipamentos de uso público	4.744	2.700
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	4.744	2.700
- Esportivos	0	0
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	0	-
Outras áreas privadas	0	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO		
Tipo de Intervenção	Código	
Requalificação Histórica e Cultural	A.07	
Nome da Área de Intervenção Urbana		
Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto		

Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento
3.035.500 R\$	690.960 R\$	67.300 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m ²
45 R\$/usuário	10 R\$/usuário	640 R\$/m2

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Obras de reabilitação, reforma e ampliações			
- Obras de execução (Novos equipamentos)			

Descrição das propostas:
Propõe-se a revitalização deste espaço através da criação de um centro cultural, que valorize o entorno do conjunto patrimonial da cidade e disponha de funções de caráter social e atividades culturais. Considera-se especialmente a restauração, reforma e ampliação do Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, o qual dispõe de fachada para a Av. Brasil e apresenta fachada frontal de acesso ao conjunto. Também deve-se desenvolver um estudo para a restauração e reforma do Teatro Múcio de Castro e da Academia Passofundense de Letras, para a adequação dos usos atuais e restauração dos elementos arquitetônicos. Sugere-se a demolição dos prédios de edificações não tombadas, e implantação de novas edificações sobre as áreas não ocupadas na parte central do terreno.

- Diretrizes de intervenção:**
- Manutenção e preservação de atividades culturais. Propõe-se a relocação de atividades administrativas e as diversas associações e entidades já instaladas, e sugere-se demolição dos prédios de edificações não tombadas.
 - Execução de obras de restauração, reforma e ampliação dos equipamentos atuais em edificações tombadas.
 - Relocação da atual Biblioteca Municipal na Área do Quartel (A.01) e estudo de viabilidade de utilização do prédio como novo Arquivo Municipal.
 - Propõe-se a implantação de espaço lúdico infantil e espaços para café e bar abertos no interior do complexo, que funcione como espaço de encontro e convívio para os diversos usuários.
 - Reabilitação das áreas ao ar livre (estacionamento e pátio central), formando um espaço cultural aberto de acesso público. Propõe-se a construção de um espaço multiuso ao ar livre e criação de percursos para pedestres e bicicletas.

- Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos:**
- **Museu de Artes Visuais e Museu Regional (01).** Melhoria e adequação dos espaços, de acordo com estudo preliminar específico e projeto executivo. Superfície atual: 736 m2. Área a construir: 114 m2.
 - **Teatro Múcio de Castro (02).** Melhoria e adequação dos espaços, de acordo com estudo preliminar específico e projeto executivo. Superfície atual: 530 m2.
 - **Academia Passo Fundense de Letras (03).** Melhoria e adequação dos espaços, de acordo com estudo preliminar específico e projeto executivo. Superfície atual: 700 m2.
 - **Novo Arquivo Municipal (atual Biblioteca Municipal - 04).** Estudo de viabilidade de utilização do atual prédio para relocação de Arquivo Municipal. Superfície construída atual: 235 m2.
 - **Novo espaço lúdico infantil (05).** Implantação de 200 m2 construídos destinados a atividades culturais e eventos infantis e familiares. Previsão de espaços para oficinas, áreas de jogos e biblioteca de uso específico (infantil e adolescente).
 - **Serviços (06).** Estudo de viabilidade de utilização do atual prédio para local de café-bar aberto.
 - **Novo espaço multiuso (07).** Implantação de 100 m2 construídos destinados a uma sala polivalente ligado a espaços ao ar livre, para realização de eventos culturais (oficinas e exposições).

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Histórica e Cultural	A.07
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto	

Descrição das propostas:

- **Espaços ao ar livre e espaços de convivência.** Melhoria e adequação de espaços livres, visando maior acessibilidade e permeabilidade dos percursos, conectando a Rua Moron e a Avenida Brasil, e implantação de espaços adequados para realização de eventos culturais (possibilidade de anfiteatro ao ar livre).

Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:

Propõe-se a alteração de zoneamento urbano da área de espaço cultural, através da criação da Zona de Uso Especial (ZUE), com o objetivo de elaborar um Projeto Específico contendo os parâmetros urbanísticos adequados, de modo a se obter uma distribuição urbanisticamente satisfatória. Os seguintes índices podem ser considerados:

- Taxa de Ocupação (TO): 50%
- Coeficiente de Aproveitamento (CA): 0,6

Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Implantação de novos equipamentos / ampliações	508	645.500
Restauração / Reforma equipamentos	2.192	2.192.000
Demolição de edifícios	495	198.000
Total	-	3.035.500

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Manutenção anual de espaço cultural (estimado)	2.700	484.560
Custo operacional de espaço cultural (estimado)	-	206.400
Total	-	690.960

Observações:

- Áreas Públicas na área de intervenção: 100%
- Equipamentos urbanos comunitários existentes:
 - Área Total a reformar ou restaurar: 2.192 m2.
 - Área Total a demolir: 495 m2.
 - Área Total a construir: 2.700 m2.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Histórica e Cultural	A.07
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto	

Descrição das propostas:

Legenda numérica da descrição gráfica. Uso atual:

ID	Nome	Área de terreno (m2)	Área construída (m2)
01	Museu de Artes Visuais e Museu Regional	668	736
02	Teatro Múcio de Castro	265	521
03	Academia PassoFundense de Letras	350	700
04	Biblioteca Municipal	235	235
05	Biblioteca Municipal-Anexo	295	295
06	PROCON	95	95
07	CEMAE / APACE / Associação de surdos	200	200

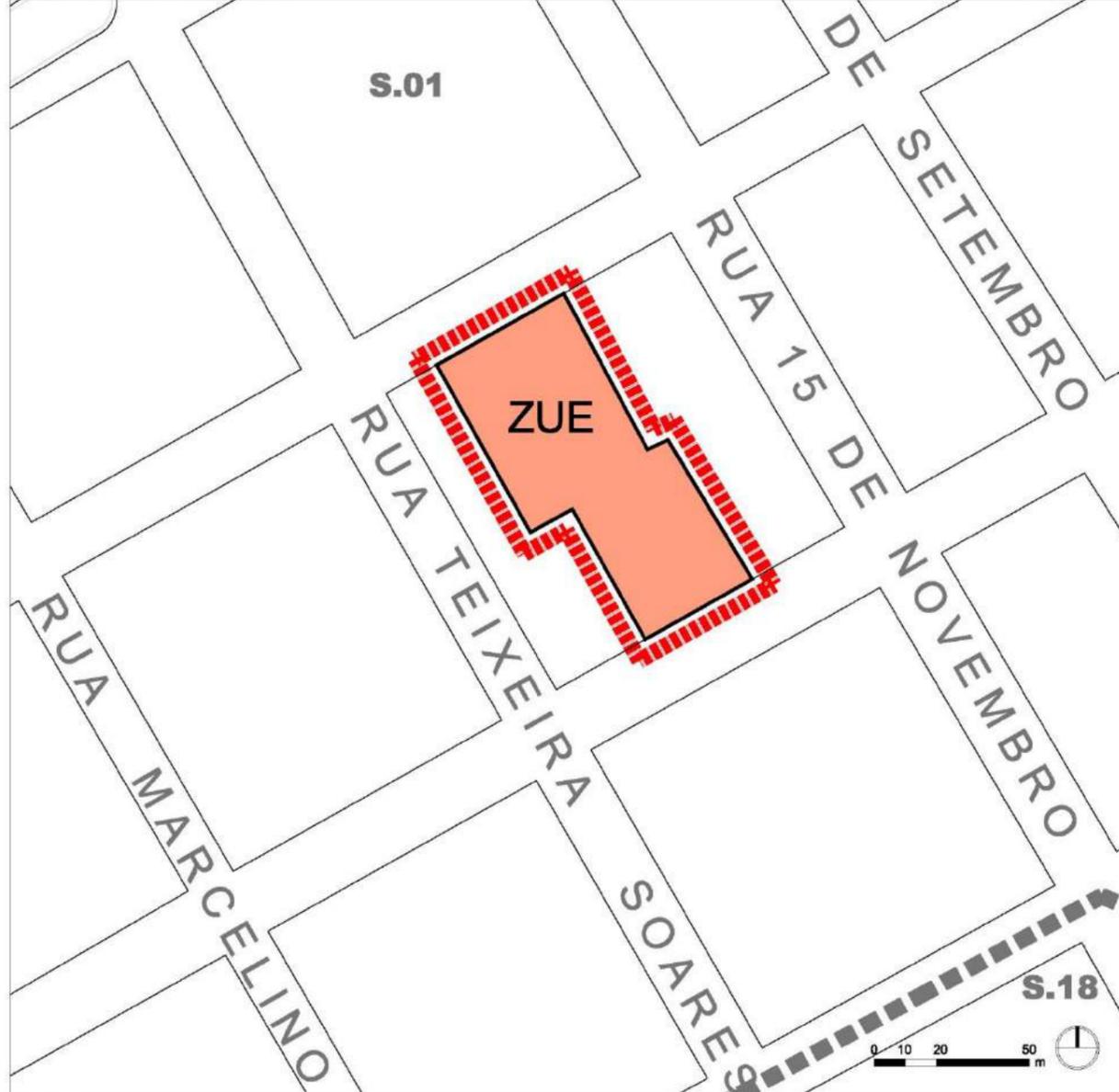
Legenda numérica da descrição gráfica. Uso proposto:

ID	Nome	Área de terreno (m2)	Área construída (m2)
01	Museu de Artes Visuais e Museu Regional	668	849
02	Teatro Múcio de Castro	265	521
03	Academia PassoFundense de Letras	350	700
04	Edificação existente – Novo Arquivo Municipal	235	235
05	Novo espaço lúdico infantil	200	200
06	Edificação existente - Serviços	95	95
07	Nova edificação - Espaço multiuso	100	100

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Patrimônio Histórico e Cultural	A.07.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Espaço Cultural Roseli Doleski Preto	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:2.000



Legenda	ZONEAMENTO:
ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
PERÍMETRO URBANO	ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA
LIMITE SETOR-BAIRRO	ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL
RIOS E ARROIOS	ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA
	ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO
	ZPL. PARQUE LINEAR
	ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Patrimônio Histórico e Cultural	A.07.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Espaço Cultural Roseli Doleski Preto	

Mapa da situação atual Escala: 1:1.000

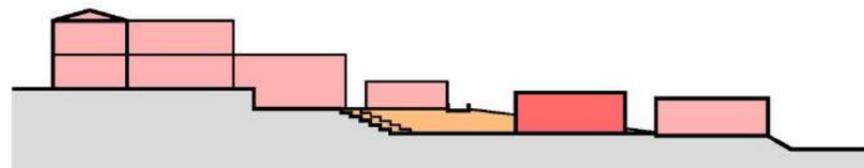


Legenda	USO ATUAL
ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	01 Museu de Artes Visuais e Museo Regional
EDIFÍCIO TOMBADO	02 Teatro Múcio de Castro
ÁREA GRAMADA	03 Academia PassoFundense de Letras
ÁREA PAVIMENTADA	04/05 Biblioteca Municipal
EQUIPAMENTO EXISTENTE	06 PROCON
	07 CEMAE / APACE / Associação de surdos

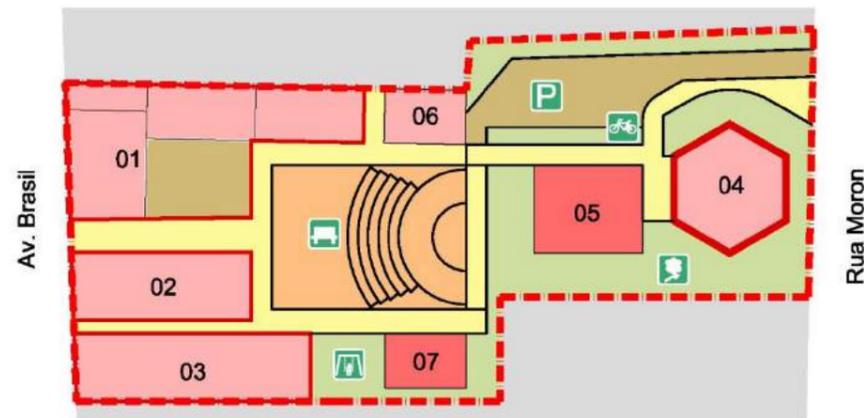
PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Patrimônio Histórico e Cultural	A.07.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto	

Mapa de soluções de desenho urbano das propostas Escala: 1:1.000



Corte Longitudinal



Planta

LEGENDA

ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	INTERVENÇÕES EM ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO:	VEGETAÇÃO SIGNIFICATIVA EXISTENTE
ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO PREVISTA	ÁREA DE USO CONTEMPLATIVO (PRESERVAÇÃO)	ÁREA DE BANCOS / ANFITEATRO
EDIFÍCIO TOMBADO	ÁREA DE USO ATIVO (ÁREA GRAMADA)	BICICLETÁRIO
ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO	ÁREA DE USO ATIVO (ÁREA PAVIMENTADA)	ÁREA DE PRESERVAÇÃO / INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA
RIOS E ARROIOS	ÁREA DE ENCONTRO E CONVÍVIO	PLAYGROUND
CICLOVIAS	EQUIPAMENTO EXISTENTE	ÁREA PIQUENIQUE
PERCURSOS PEDESTRES	EQUIPAMENTO PROPOSTO	CENTRO DE INFORMAÇÃO
TRILHAS ECOLÓGICAS	PONTO DE ÔNIBUS	
	ESTACIONAMENTO	

5.2.8 Área de Intervenção Urbana: Pedreira da Ergo (A.08)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Parque de de Preservação Ambiental e Paisagística/ Área de Interesse Turístico	A.08
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Pedreira da Ergo	

Localização	
Setor: 11	
Rua: José Vanzo	
Usos principais	
Lazer, recreação e turismo	
Propriedade	
Parcialmente pública - estadual	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
11.19	
Fase de Implantação	
MÉDIO	

Situação e diagnóstico da situação atual
 Corresponde a área de propriedade parte do Estado e parte de particulares, adjacente ao Setor 11, a nordeste do perímetro urbano, classificada pelo Plano Diretor como ZRT de acordo com o mapa de zoneamento urbano. Dentro do âmbito está incluída uma antiga pedreira com espelho d'água de grande atrativo paisagístico, turístico e natural.

- Objetivos da Intervenção Urbana**
- Recuperação e adequação de áreas degradadas e de preservação permanente.
 - Preservação e recuperação dos espaços de interesse ambiental e paisagístico.
 - Proteção e requalificação dos recursos hídricos.
 - Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante.
 - Implantação de equipamentos para garantir o funcionamento educacional, ambiental e social do parque.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	707.066	-
Áreas de preservação	177.590	-
Espaços livres de uso público	194.825	-
Equipamentos de uso público	39.000	-
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	39.000	de acordo com projeto
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	29.944	-
Proposta de melhorias de vias	0	-
Outras áreas privadas	265.707	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Zona de Recreação e Turismo / Parque Urbano	A.08
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Pedreira da Ergo	

Investimento inicial	Custo manutenção/operacional anual	Capacidade de atendimento
14.421.250 R\$	3.955.500 R\$	74.741 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m²
193 R\$/usuário	53 R\$/usuário	20 R\$/m2

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Criação da Lei municipal específica			
- Obras de execução (Fase de implantação)			

Descrição das propostas

Propõe-se a criação de espaço voltado ao uso turístico e recreativo, potencializando a implantação de atividades de ecoturismo e de lazer nesta área de grande valor ambiental e paisagístico. O objetivo da proposta é a recuperação e preservação da vegetação ao longo do arroio Miranda e seus afluentes para garantir o uso adequado das margens do curso d'água. Propõe-se uma área de parque urbano ao redor da pedreira e do espelho d'água existente, com a implantação de trilhas ecológicas, pontes e percursos pedestres entre as áreas verdes do setor potencializando a permeabilidade da área. Também está previsto a reserva de uma área para equipamentos esportivos mais próximo aos bairros adjacentes, com proposta de instalações de campo de futebol, quadras poliesportiva e quadras de tênis ao ar livre. De forma indicativa, se prevê vias de conexão entre os diversos setores e a disponibilização de áreas privadas destinadas a usos recreativos e de lazer.

Identifica-se a possibilidade de realizar estudo específico para definir a criação de Parceria Pública-Privada (PPP) com o objetivo de vincular e acompanhar o processo, incluindo proprietários e promotores privados que estejam interessados no desenvolvimento de um novo polo de atração turística, e garantir a viabilidade da proposta, nos termos de uma operação urbana consorciada ou consórcio imobiliário.

Diretrizes de intervenção futura:

- Manutenção do foco de preservação e lazer.
- Reserva de área destinada à implantação de novo Parque Urbano na área da pedreira e do espelho d'água.
- Preservação de área com cobertura vegetal arbórea significativa.
- Criação de trilhas ecológicas e percursos para pedestres e ciclovias, de acordo estudo preliminar específico no desenvolvimento do projeto do parque.
- Reserva de área destinada à implantação de novos equipamentos esportivos para atendimento do setor.
- Melhora do sistema viário principal e transporte público.
- Criação de Lei municipal para definição de consórcio imobiliário ou operação urbana consorciada com o objetivo de alcançar transformações da área de intervenção.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Zona de Recreação e Turismo / Parque Urbano	A.08
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Pedreira da Ergo	

Descrição das propostas:		
Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos:		
<ul style="list-style-type: none"> - Parque Urbano. Implantação de 19,4 ha de áreas verdes de uso contemplativo (áreas de preservação e intervenção paisagística), uso ativo com áreas infantis (playgrounds, mesas de jogos), áreas esportivas ao ar livre (academias, quadras poliesportivas), e áreas de encontro e convívio (balneário, pista de cooper e bicicleta). Também deverá disponibilizar de áreas de estacionamento de veículos e bicicletas. - Equipamentos esportivos. Se prevê implantação de 39.000 m² de superfície destinada à usos esportivos (quadras, campo de futebol ou complexo esportivo) para aumento de índice de m²/hab. do setor (Intervenção 11.19). 		
Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:		
De acordo ao Plano Diretor, a área de intervenção urbana corresponde a Zona de Recreação e Turismo (ZRT-8), destinada prioritariamente aos usos relativos à recreação, ao turismo e seus complementares.		
Propõe-se os seguintes parâmetros urbanísticos para a definição da ZRT-8 "Pedreira da Ergo":		
<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de Ocupação (TO): 20% - Coeficiente de Aproveitamento (CA): 0,2 - Lote mínimo (LM): 3.000 m² - Usos e atividades conformes: Residencial Tipo I, comércio varejista e serviços Tipo I e II, Postos de Serviço Tipo I, Serviços de Diversões e Lazer Tipo I, serviços esportivos, serviços bancários e institucionais, Serviços de Alojamento Tipo I, serviços de educação, serviços de cultura, serviços religiosos. - Usos e atividades permissíveis: Comércio Varejista Especial Tipo II, Serviços de Diversões e Lazer Tipo II, III e IV, serviços de transmissão. - Usos e atividades proibidas: atividades de significativa repercussão ambiental, de acordo a art. 122 do Plano Diretor (Lei Complementar nº 299/2012) 		
Orçamentos:		
- Orçamento de desenvolvimento urbano:		
Conceito	Quantidade (m²)	Custo (R\$)
Implantação de parques ou praças	194.825	9.741.250
Implantação de equipamentos	39.000	4.680.000
Total	-	14.421.250
- Orçamento de manutenção / operacional anual:		
Conceito	Quantidade (m²)	Custo (R\$)
Manutenção anual de parques ou praças	194.825	2.337.900
Custo operacional anual de parques ou praças	-	39.600
Manutenção anual de equipamentos	39.000	1.560.000
Custo operacional de equipamentos	-	18.000
Total	-	3.955.500

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Zona de Recreação e Turismo / Parque Urbano	A.08
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Pedreira da Ergo	

Descrição das propostas:			
Observações:			
- Índice de m ² per capita das espaços livres de uso público do município: 1,1 m ² /hab.			
Legenda numérica da descrição gráfica:			
ID	Código	Nome	Área de terreno (m²)
-	11.19	Novo Equipamento Esportivo	39.000

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística / Área de Interesse Turístico	A.8.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Pedreira da Ergo	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:10.000



Legenda	SISTEMA VIÁRIO:	ZONEAMENTO:
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO RIOS E ARROIOS 	<ul style="list-style-type: none"> RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EIXOS VIÁRIOS VIAS PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO PROJEÇÕES LINHAS FERROVIÁRIAS 	<ul style="list-style-type: none"> ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO ZPL. PARQUE LINEAR ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística / Área de Interesse Turístico	A.08.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Pedreira da Ergo	

Mapa de uso e ocupação do solo das propostas Escala: 1:10.000



Legenda	SISTEMA VIÁRIO E CONEXÕES PROPOSTAS:	ÁREAS VERDES:
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO SUGERIDA ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RPPN 	<ul style="list-style-type: none"> RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EIXOS VIÁRIOS VIAS PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO PROJEÇÕES PERCORSOS DE CICLOVIAS TRILHAS ECOLÓGICAS CAMINHOS VERDES 	<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE PRESERVAÇÃO PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS EQUIPAMENTO EXISTENTE EQUIPAMENTO PROPOSTO INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 2) CÓDIGO DA INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 2)

5.2.9 Área de Intervenção Urbana: Roselândia (A.09)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO		
Tipo de Intervenção	Código	
Área de Interesse Turístico	A.09	
Nome da Área de Intervenção Urbana		
Roselândia		
Localização		
Setor: 13		
Estrada Velha / Eduardo Laimer / Rodagem		
Usos principais		
Lazer, recreação e turismo		
Propriedade		
Parcialmente pública		
Setores beneficiados		
Alcance municipal		
Intervenções relacionadas		
A.19		
Fase de Implantação		
MÉDIO		
Situação e diagnóstico da situação atual		
<p>O Complexo Turístico da Roselândia é uma área de mais de 200 hectares, que abriga mais de 22 entidades entre sedes campestres de clubes, CTG (centro de tradição gaúcha), kartódromo, escolas de equitação e Parque de Rodeios (municipal). O setor é rodeado por importantes formações de mata nativa que delimitam a área entre as margens fluviais dos arroios, que nascem na área urbana de Passo Fundo. Em relação às formações vegetais, sofre pressões como descarte de lixo, caça de animais silvestres, retirada de madeira da floresta nativa, além da invasão por espécies exóticas. Por apresentar uma riqueza considerável de espécies nativas, inclusive araucária, que é ameaçada de extinção, esta mancha vegetacional tem potencial para ser integrante do corredor ecológico e cinturão verde na porção sul do município.</p>		
Objetivos da Intervenção		
<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação ambiental e reconstituição da vegetação existente. - Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante - Melhoria da acessibilidade e sistema viário do setor. - Valorização de área como destino turístico do município. 		
Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	3.004.063	-
Áreas de preservação	548.923	-
Espaços livres de uso público	8.532	-
Equipamentos de uso público	72.318	0
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	0	0
- Outros	72.318	0
Proposta de implantação de vias	202.368	-
Proposta de melhorias de vias	303.552	-
Outras áreas passíveis de ocupação	1.868.370	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO			
Tipo de Intervenção	Código		
Área de Interesse Turístico	A.09		
Nome da Área de Intervenção Urbana			
Roselândia			
Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento	
46.104.836 R\$	20.491.616 R\$	127.780 usuários	
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m²	
361 R\$/usuário	160 R\$/usuário	18 R\$/m2	
Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Criação de Lei municipal específica			
- Obras de execução (Fase de implantação)			
Descrição das propostas			
<p>Propõe-se consolidar um polo estratégico turístico municipal, de forma compatível com a delimitação de uma grande área verde de preservação ambiental e paisagístico do entorno.</p> <p>Sugere-se a elaboração de um Plano Setorial de Turismo para esta área de intervenção, como intervenção estratégica a incluir no Plano de Desenvolvimento Econômico Local previsto pelo PRODIN.</p> <p>O objetivo principal é a definição do modelo turístico e econômico de desenvolvimento, e posterior elaboração de um plano urbanístico específico.</p> <p>Foram previstas de maneira indicativa as vias de conexão entre os diversos setores e a disposição das áreas privadas, destinadas ao uso recreativo e de lazer.</p> <p>Identifica-se a possibilidade de realizar estudo específico para definir a criação de Parceria Público-Privada (PPP) com o objetivo de vincular e acompanhar o processo, incluindo proprietários e promotores privados que estejam interessados no desenvolvimento de um novo polo de atração turística.</p>			
Diretrizes de intervenção			
<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do foco de preservação e lazer. - Preservação de área com cobertura vegetal arbórea significativa. - Proposição de um plano urbanístico específico, aprovado por Lei Municipal, que contemple o limite das áreas de preservação, o sistema viário, os loteamentos nas áreas passíveis de ocupação, além de usos e atividades previstas no Plano Setorial de Turismo. - Criação de trilhas e implantação de equipamentos de lazer e recreação nas áreas verdes. - Criação de Lei municipal para definição de consórcio imobiliário ou operação urbana consorciada com o objetivo de alcançar transformações da área de intervenção. - Necessidade de realização de um estudo específico para viabilidade de implantação de um balneário público, aproveitando os poços de águas termais, caso seja comprovada a sua viabilidade. 			
Equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público propostos:			
<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de nova praça. Propõe-se nova praça de acesso à área, com uma superfície de 5.200 m2, e disponibilização de áreas para a implantação de academias ao ar livre, playgrounds, áreas de convivência, e áreas destinadas a estacionamento de veículos e bicicletas. - Implantação de caminhos verdes. Melhoria e adequação de vias públicas no loteamento Roselândia a serem implantados mediante requalificação paisagística de logradouros por maior arborização, acessibilidade, ciclovias e permeabilidade dos percursos. 			

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Área de Interesse Turístico	A.09
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Roselândia	

Descrição das propostas:
Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:

De acordo ao Plano Diretor, a área de intervenção urbana corresponde à Zona de Recreação e Turismo (ZRT-1), destinada prioritariamente aos usos relativos à recreação, ao turismo e seus complementares. Inclui também a Zona de Proteção de Recursos Hídricos existente (ZPRH). Sugere-se a retirada das zonas ZUE inseridas nesta área de intervenção, passando a ser classificadas como parte da ZRT-1 existente, criando uma unidade de forma integrada.

Propõe-se a elaboração de Plano Urbanístico Específico para o desenvolvimento desta zona e definição de áreas passíveis de ocupação. Os índices urbanísticos já definidos no PDDI são:

- Taxa de Ocupação (TO): 20%
- Coeficiente de Aproveitamento (CA): 0,2
- Lote mínimo (LM): 3.000 m²
- Taxa de Permeabilidade (TP): 40%
- Usos e atividades conformes: Residencial Tipo I, comércio varejista e serviços Tipo I e II, Postos de Serviço Tipo I, Garagens Coletivas, Serviços de Diversões e Lazer Tipo I; III e IV, serviços esportivos, serviços bancários e institucionais, Serviços de Alojamento Tipo I, serviços de cultura, serviços religiosos.
- Usos e atividades permissíveis: Comércio Varejista Especial Tipo II, Serviços de Diversões e Lazer Tipo III, Serviços de Alojamento Tipo II, serviços de educação, serviços de transmissão.
- Usos e atividades proibidas: atividades de significativa repercussão ambiental, de acordo a art. 122 do Plano Diretor (Lei Complementar nº 299/2012)

Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo
Implantação de parques ou praças	5.200	572.000
Melhorias de vias	303.552	45.532.836
Total	-	46.104.836

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo
Manutenção anual de nova praça	5.200	208.000
Custo operacional anual de nova praça	-	28.800
Manutenção anual de vias	505.920	20.236.816
Custo operacional de vias	-	18.000
Total	-	20.491.616

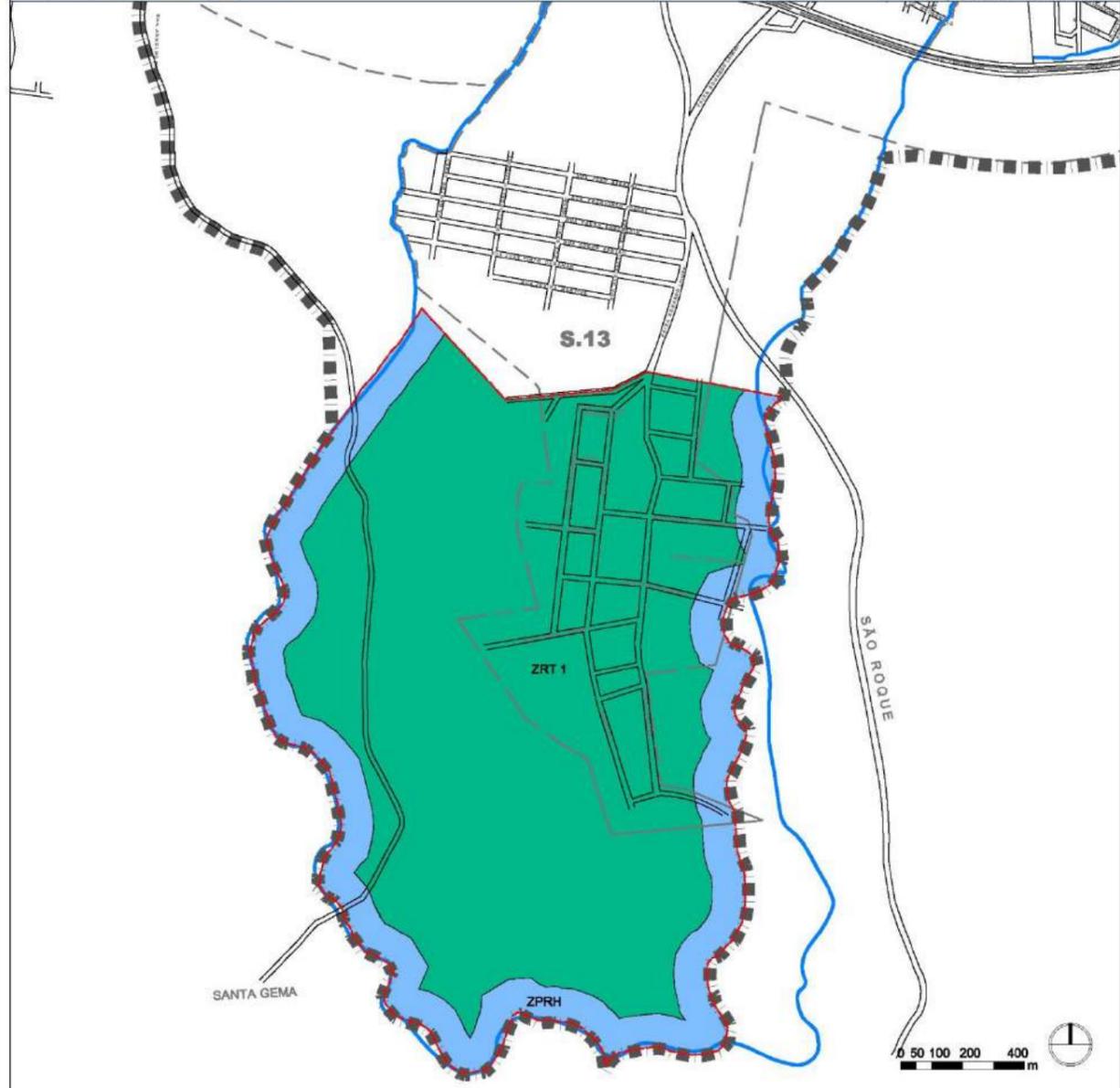
Observações:

- Áreas privadas passíveis de ocupação: 186,83 Ha
- Áreas públicas na área de intervenção: 7,2 Ha

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Área de Interesse Turístico	A.09.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Roselândia	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:20.000

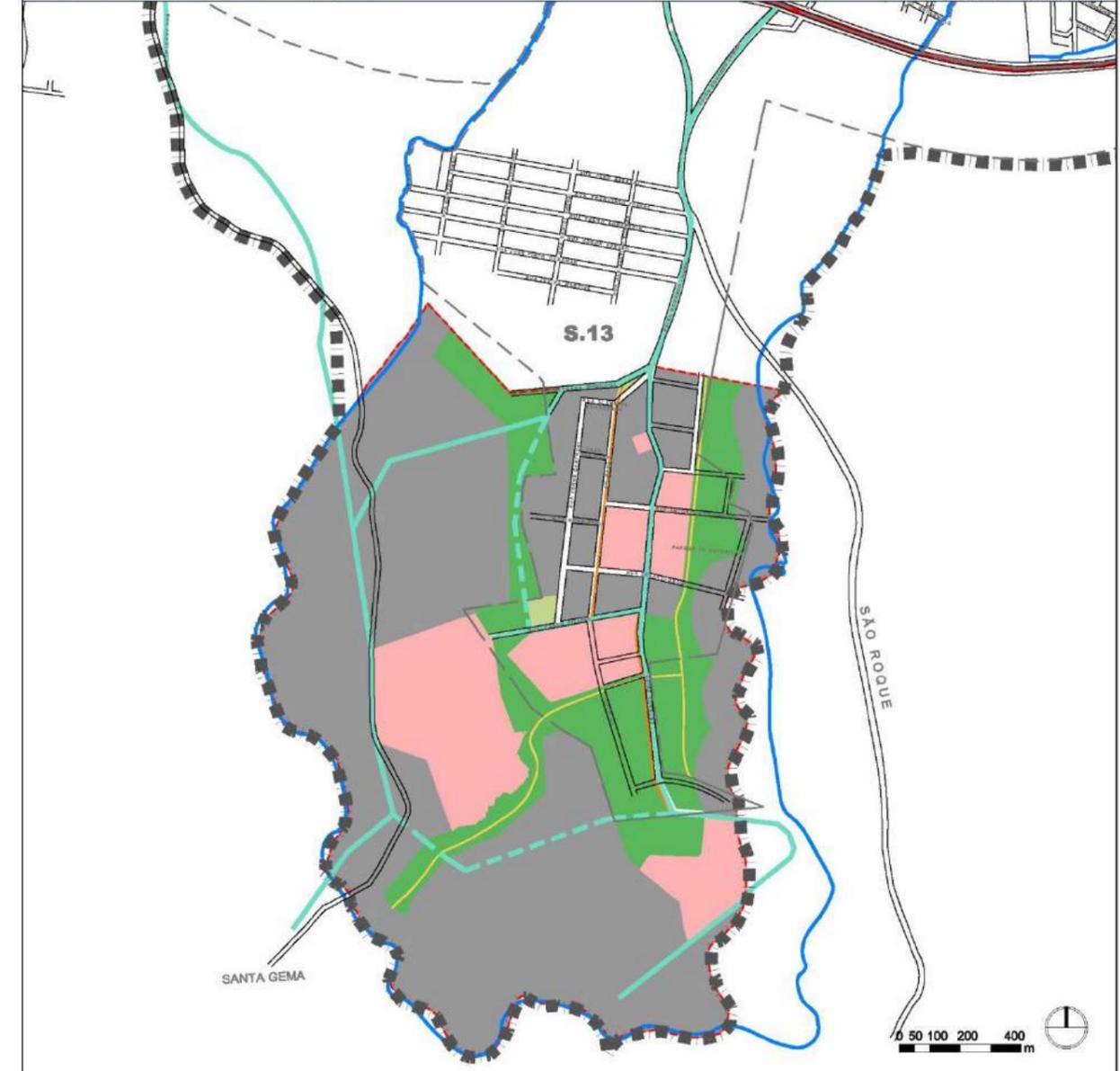


Legenda	ZONEAMENTO:
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO RIOS E ARROIOS 	<ul style="list-style-type: none"> ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO ZPL. PARQUE LINEAR ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Área de Interesse Turístico	A.09.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Roselândia	

Mapa de uso e ocupação do solo das propostas Escala: 1:20.000



Legenda	SISTEMA VIÁRIO E CONEXÕES PROPOSTAS:	ÁREAS VERDES:
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO RIOS E ARROIOS ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO SUGERIDA ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RPPN 	<ul style="list-style-type: none"> RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EIXOS VIÁRIOS VIAS PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO PROJEÇÕES PERCORSOS DE CICLOVIAS TRILHAS ECOLÓGICAS CAMINHOS VERDES 	<ul style="list-style-type: none"> ÁREA VERDE A PRESERVAR PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS EQUIPAMENTO EXISTENTE EQUIPAMENTO PROPOSTO INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 2) CÓDIGO DA INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 2)

5.2.10 Área de Intervenção Urbana: Fábrica de Tubos (A.10)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Urbana / Parque Urbano	A.10
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Fábrica de tubos	

Localização	
Setor: 15	
Rua: Jacinto Vilanova	
Usos principais	
Lazer, recreação e turismo	
Propriedade	
Pública	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
15.3,15.5,15.7	
Fase de Implantação	
MÉDIO	

Situação e diagnóstico da situação atual
Localizado em Zona de Recreação e Turismo, de acordo com o Plano Diretor, a área em questão está delimitada pela atual fábrica de tubos da Prefeitura Municipal. O relevo do terreno de propriedade pública é muito irregular, apresentando diversas cotas de acesso desde a via pública. Possui vegetação de grande porte com plantação de pinheiros e espécies nativas. Atualmente possui diversas edificações de uso industrial.

Objetivos da Intervenção

- Recuperação ambiental e reconstituição da vegetação existente.
- Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante
- Implantação de equipamentos para garantir o funcionamento de caráter educacional, ambiental e social da área.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	13.300	-
Áreas de preservação	0	-
Espaços livres de uso público	7.200	-
Equipamentos de uso público	6.100	-
-Educação	2.900	960
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	1.000	500
- Esportivos	2.200	de acordo com projeto
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	0	-
Outras áreas privadas	0	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Urbana / Parque Urbano	A.10
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Fábrica de tubos	

Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento
2.877.500 R\$	1.548.400 R\$	17.307 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m²
166 R\$/usuário	89 R\$/usuário	216 R\$/m2

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Criação de Lei municipal específica			
- Obras de execução (Fase de implantação)			

Descrição das propostas:

Propõe-se a implantação de um **Parque Urbano** na área municipal. Será disponibilizado um novo espaço para a implantação de equipamentos públicos de educação, cultura e esporte, além de áreas de estacionamento de veículos e bicicletas. A proposta de acesso dos equipamentos é pela rua Carolina Vergueiro e prolongamento da rua Gen. Pres. Vargas e Jacinto Vilanova. A ligação dos equipamentos propostos dentro do âmbito será feita por ligação de pedestre.

Diretrizes de intervenção:

- Manutenção do foco de preservação e lazer.
- Preservação de área com cobertura vegetal arbórea significativa.
- Criação de trilhas ecológicas e percursos para pedestres e ciclovias de conexão de rua Carolina Vergueiro, Eduardo de Brito e Jacinto Vilanova.
- Reserva de área destinada à implantação de uma nova escola EMEI para atendimento do setor.
- Reserva de área destinada à implantação de novo centro cultural de bairro.
- Reserva de área destinada a equipamentos esportivos ao ar livre.

Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos:

- **Parque Urbano:** Implantação de 12.460 m2 de áreas verdes de uso contemplativo (áreas de preservação e intervenção paisagística), uso ativo com áreas infantis (playgrounds, mesas de jogos), áreas esportivas ao ar livre (academias, quadras poliesportivas), e áreas de encontro e convívio (anfiteatros ao ar livre, caminhadas). Também deverá disponibilizar de áreas de estacionamento de veículos e bicicletas.
- **Novo Centro Cultural (01):** Construção de 500 m2 de acordo ao estudo de capacidade e demanda do setor (Intervenção 15.5).
- **Nova EMEI (02):** Construção de 960 m2 de acordo ao estudo de capacidade e demanda do setor (Intervenção 15.3).
- **Equipamentos esportivos.** Implantação de 2.200 m2 de superfície de usos esportivos ao ar livre para aumento de índice de m² per capita do setor (Intervenção 15.7).

Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:

Considerando o Plano Diretor atual, a Zona de Recreação e Turismo existente (ZRT5), destinada prioritariamente aos usos relativos à recreação, ao turismo e seus complementares, deverá ser ajustada ao perímetro que corresponde à propriedade da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, conforme planta de loteamento, onde se indica o local da Fábrica de Tubos e antiga pedreira. A área restante deverá ser classificada como Zona de Transição (ZT), e seguir os parâmetros urbanísticos conforme indicado no Plano Diretor. Os parâmetros urbanísticos para a ZRT5 são:

Taxa de ocupação (TO): 60%
Coeficiente de aproveitamento (CA): 2
Lote mínimo (LM): 300 m2
Taxa de permeabilidade: 50%

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Urbana / Parque Urbano	A.10
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Fábrica de tubos	

Descrição das propostas:
Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)
Implantação do parque	7.200	432.000
Implantação de equipamentos	3.360	2.445.500
Total	-	2.877.500

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)
Manutenção anual do parque	7.200	288.000
Custo operacional anual de parques ou praças	-	57.600
Manutenção e Operação de equipamentos	3.360	1.202.800
Total	-	1.548.400

Observações:

- Áreas Públicas na área de intervenção: 100%
- Índice de m² per capita de espaços livres de uso público do município: 0,08 m²/hab.

Legenda numérica da descrição gráfica:

ID	Código	Nome	Área de terreno (m ²)
01	15.5	Novo Centro Cultural	1.000
02	15.3	Nova EMEI	2.900
03	15.7	Novo Equipamento Esportivo	2.200

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Requalificação Urbana / Parque Urbano	A.10.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Fábrica de Tubos	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:5.000

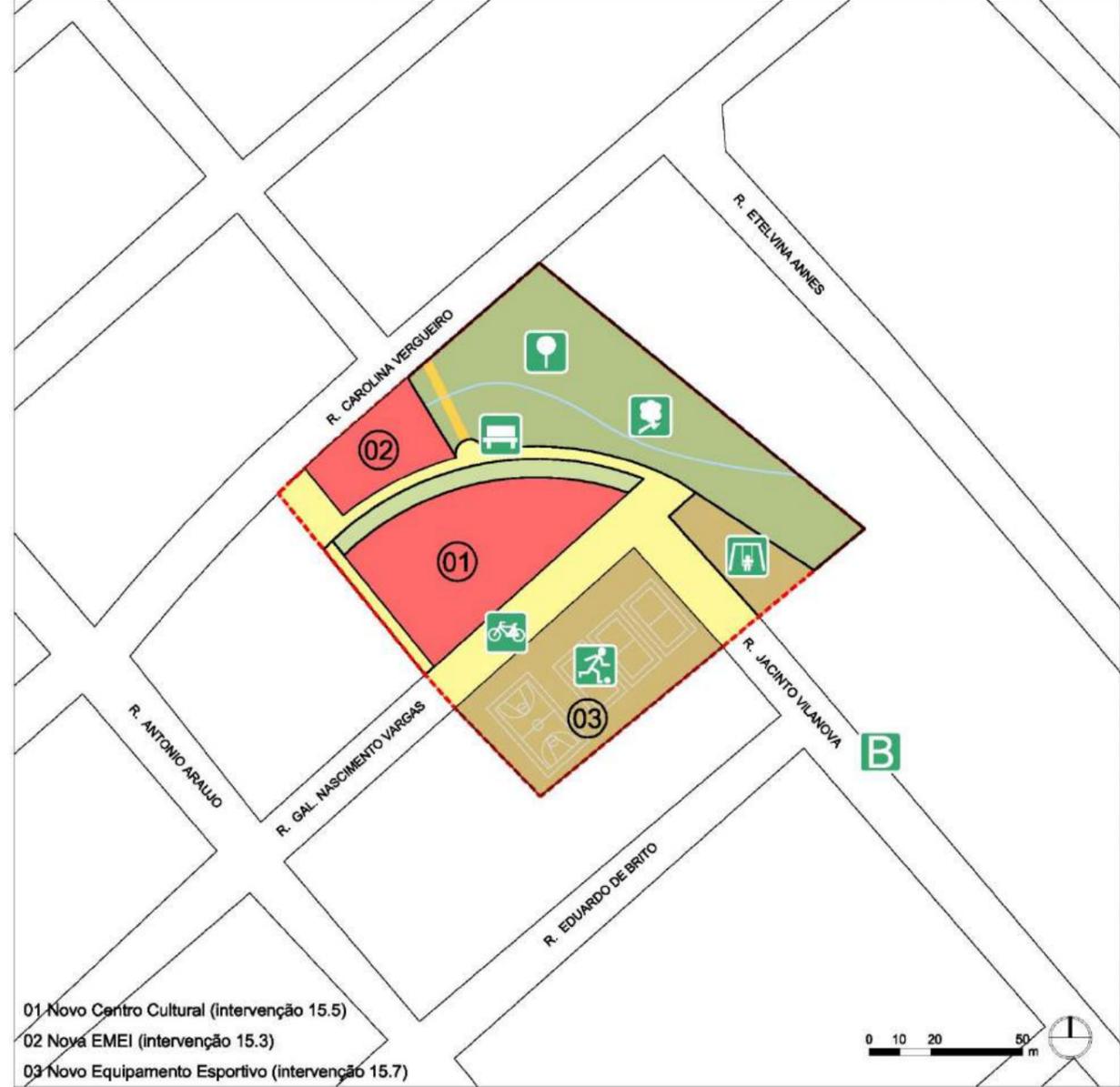


Legenda	SISTEMA VIÁRIO:	ZONEAMENTO:
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO RIOS E ARROIOS 	<ul style="list-style-type: none"> RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EIXOS VIÁRIOS VIAS PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO PROJEÇÕES LINHAS FERROVIÁRIAS 	<ul style="list-style-type: none"> ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO ZPL. PARQUE LINEAR ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Urbano	A.10.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Fábrica de Tubos	

Mapa de soluções de desenho urbano das propostas Escala: 1:2.000



LEGENDA	INTERVENÇÕES EM ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO:	
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO PREVISTA EDIFÍCIO TOMBADO ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO RIOS E ARROIOS CICLOVIAS PERCURSOS PEDESTRES TRILHAS ECOLÓGICAS 	<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE USO CONTEMPLATIVO (PRESERVAÇÃO) ÁREA DE USO ATIVO (ÁREA GRAMADA) ÁREA DE USO ATIVO (ÁREA PAVIMENTADA) ÁREA DE ENCONTRO E CONVÍVIO EQUIPAMENTO EXISTENTE EQUIPAMENTO PROPOSTO PONTO DE ÔNIBUS ESTACIONAMENTO 	<ul style="list-style-type: none"> VEGETAÇÃO SIGNIFICATIVA EXISTENTE ÁREA DE BANCOS / ANFITEATRO BICICLETÁRIO ÁREA DE PRESERVAÇÃO / INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA PLAYGROUND ÁREA PIQUENIQUE CENTRO DE INFORMAÇÃO

- 01 Novo Centro Cultural (intervenção 15.5)
- 02 Nova EMEI (intervenção 15.3)
- 03 Novo Equipamento Esportivo (intervenção 15.7)

5.2.11 Área de Intervenção Urbana: Eixo Av. Brasil (A.11)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Eixo Estruturador	A.11
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Eixo Av. Brasil	

Localização	
Setor: 1-2-13 Av. Brasil	
Usos principais	
Sistema viário	
Propriedade	
Pública	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
-	
Fase de Implantação	
MÉDIO	

Situação e diagnóstico da situação atual
Corresponde ao trecho que compõe o principal eixo de expansão urbana de Passo Fundo, com largura variável entre 30m a 70m. Os canteiros existentes dispõem de diversas funções urbanas: separação de vias, postos de informação, postos policiais, áreas verdes, praças, referencial urbano, áreas de prática esportiva, etc.

- Objetivos da Intervenção**
- Potencializar o eixo estruturador como corredor verde urbano.
 - Facilitar o acesso da população aos espaços previstos no Plano.
 - Priorização a mobilidade de pedestres, ciclofaixas e transporte coletivo e de massa.
 - Melhorar a acessibilidade e sistema viário do setor.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	366.771	-
Áreas de preservação	0	-
Espaços livres de uso público	0	-
Equipamentos de uso público	0	0
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	0	0
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	366.771	-
Outras áreas privadas	0	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO		
Tipo de Intervenção	Código	
Eixo Estruturador	A.11	
Nome da Área de Intervenção Urbana		
Eixo Av. Brasil		

Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento
55.015.650 R\$	14.670.840R\$	207.965 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m²
265 R\$/usuário	71 R\$/usuário	150 R\$/m2

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Elaboração de Plano Diretor de Mobilidade			
- Elaboração de Projeto paisagístico e de revitalização			
- Concessão de adoção de áreas verdes			
- Obras de execução (Fase de implantação)			

Descrição das propostas:

A área de intervenção corresponde aproximadamente a 7,5 km de longitude de eixo viário e tem como objetivo melhoria do passeio público e dos canteiros centrais para potencializar este espaço como um corredor verde urbano, melhorando a acessibilidade do pedestre e o uso do transporte público. Deverá ser estudada a capacidade do espaço livre para implantar uma nova ciclovia e pista de caminhada para os pedestres, melhorar a eficiência do transporte público, e definir a localização mais idônea para os pontos de ônibus, de acordo a proposições e diretrizes do Plano Diretor de Mobilidade Urbana no Município (atualmente em elaboração). Propõe-se elaborar projeto paisagístico e de revitalização dos espaços urbanos de modo a potencializar intervenções de conjunto que valorizem a paisagem urbana desta Avenida. Sugere-se também fomentar ações de adoção de áreas verdes e fortalecimento institucional com o objetivo principal de conservá-las e mantê-las em boas condições.

Diretrizes de intervenção:

- Manter a arborização existente e realizar estudo para a substituição de espécies inadequadas.
- Criação de pontos de travessia segura para pedestres no cruzamento de vias principais e secundárias.
- Reforço de valor de patrimônio paisagístico urbano.
- Possibilidade de implantação de ciclovia conforme plano integral específico com o objetivo de fomentar a mobilidade sustentável.
- Recomenda-se em longo prazo substituir a rede elétrica aérea por uma rede subterrânea, com o objetivo de melhorar a qualidade da paisagem urbana.
- Recomenda-se elaboração de Plano de paisagismo e mobiliário, para definição de critérios de ordenação e desenho do mobiliário urbano e equipamentos nos canteiros centrais e passeios públicos a utilizar em concessões para adoção por iniciativa privada, de forma a criar uma padronização.
- Implementação do Plano de Ação e Manutenção das Áreas Verdes no município.
- Oferecer benefícios fiscais a empresas privadas, comércio e serviços que participem em concessões para adoção de espaços públicos.

Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos:

- Reordenação do eixo viário para melhorar a qualidade ambiental, da paisagem e dos espaços urbanos. Propõe-se ampliação das áreas verdes e arborizadas, aumento das áreas permeáveis, e melhoria de acessibilidade dos percursos pedestres.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Eixo Estruturador	A.11
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Eixo Av. Brasil	

Descrição das propostas:

Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade	Custo
Melhorias de vias (o que está incluído neste valor?)	366.771 m ²	55.015.650 R\$
Total	-	55.015.650 R\$

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade	Custo
Manutenção anual de vias	366.771 m ²	14.670.840 R\$
Total	-	14.670.840 R\$

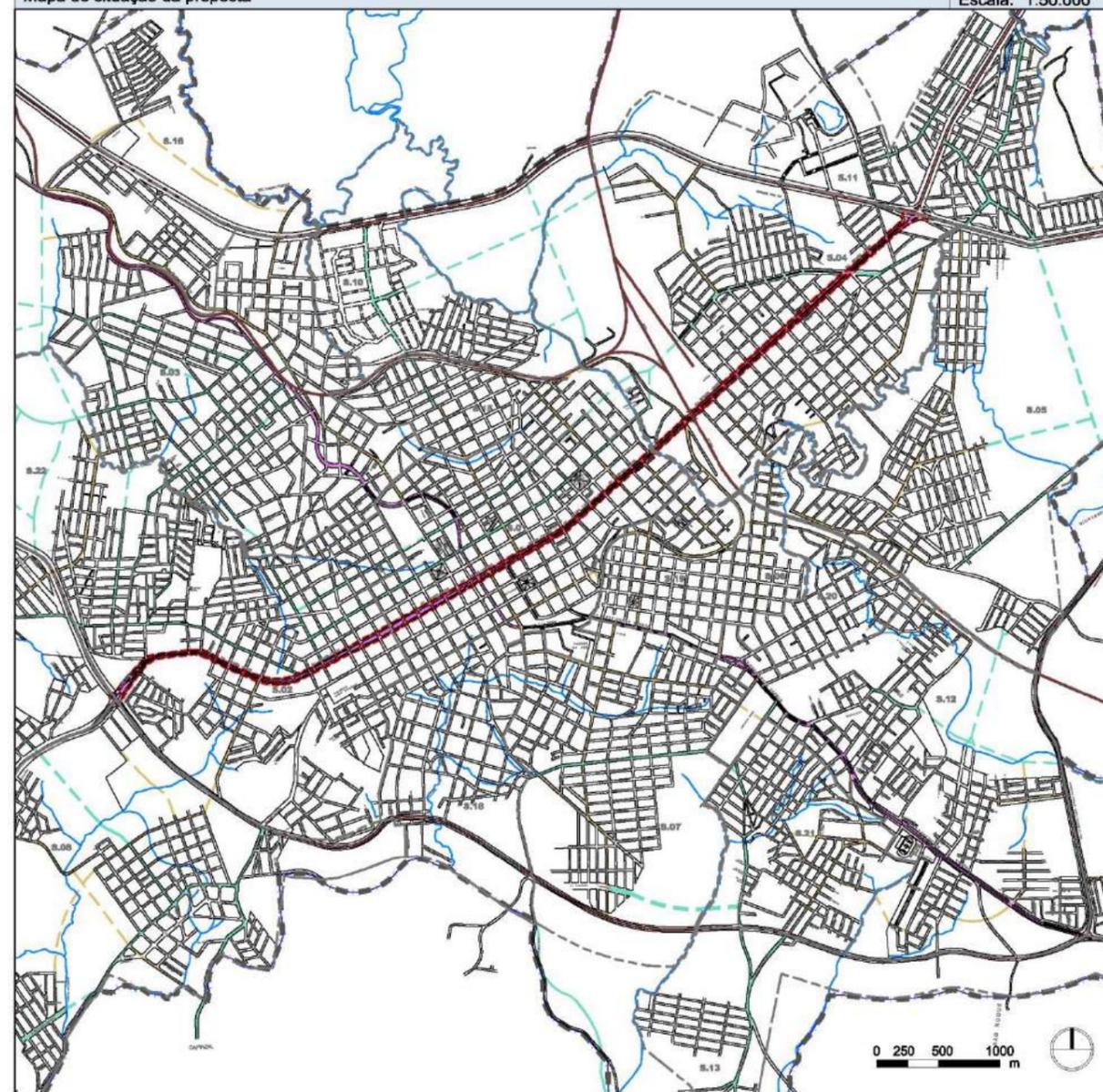
Observações:

- O Plano Diretor de Mobilidade Urbana, previsto pelo PRODIN, deverá realizar um estudo mais aprofundado e poderá alterar as proposições e diretrizes desta ficha.
- 7,5 Km de longitude de vias para melhoria e adequação.
- O orçamento referente à melhoria de vias contempla apenas a requalificação paisagística das vias existentes, sendo uma estimativa realizada com base em R\$ 23/m².

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Eixo estruturador	A.11.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Eixo Av. Brasil	

Mapa de situação da proposta Escala: 1:50.000



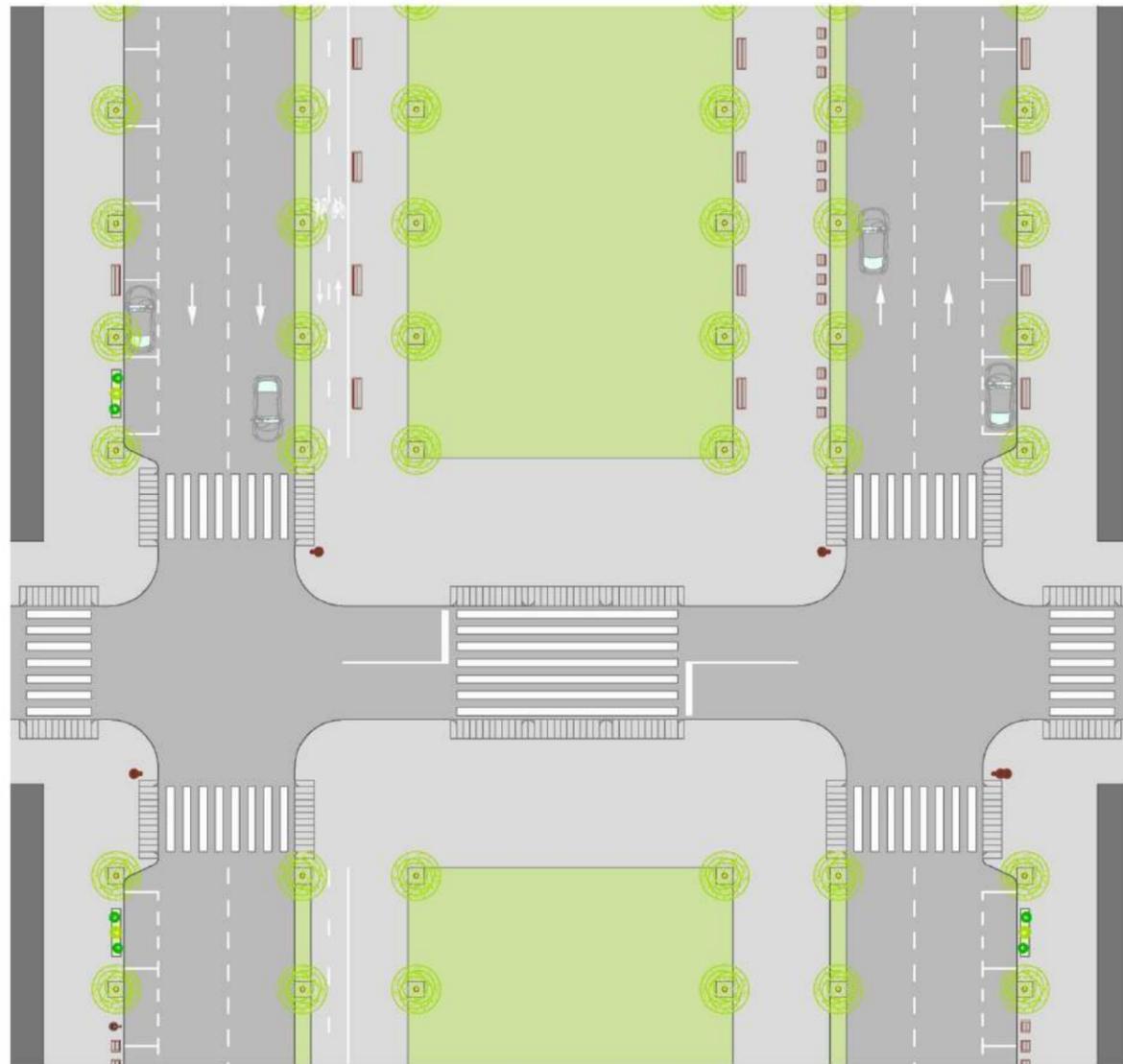
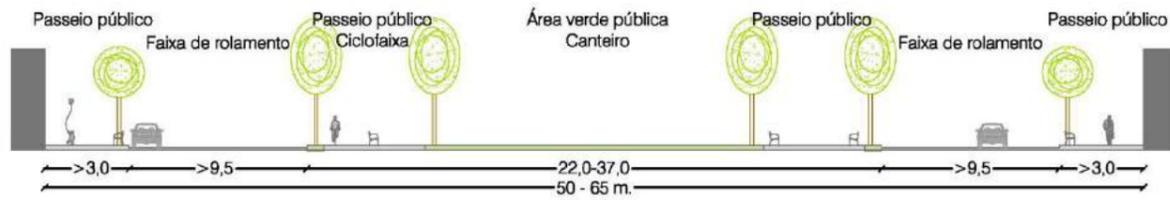
Legenda

ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	SISTEMA VIÁRIO:
PERÍMETRO URBANO	RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS
LIMITE SETOR-BAIRRO	EIXOS VIÁRIOS
RIOS E ARROIOS	VIAS PRINCIPAIS
	VIAS DE LIGAÇÃO
	PROJEÇÕES
	LINHAS FERROVIÁRIAS

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Eixo estruturador	A.11.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Eixo Av. Brasil	

Mapa de soluções de desenho urbano das propostas Escala: 1:400

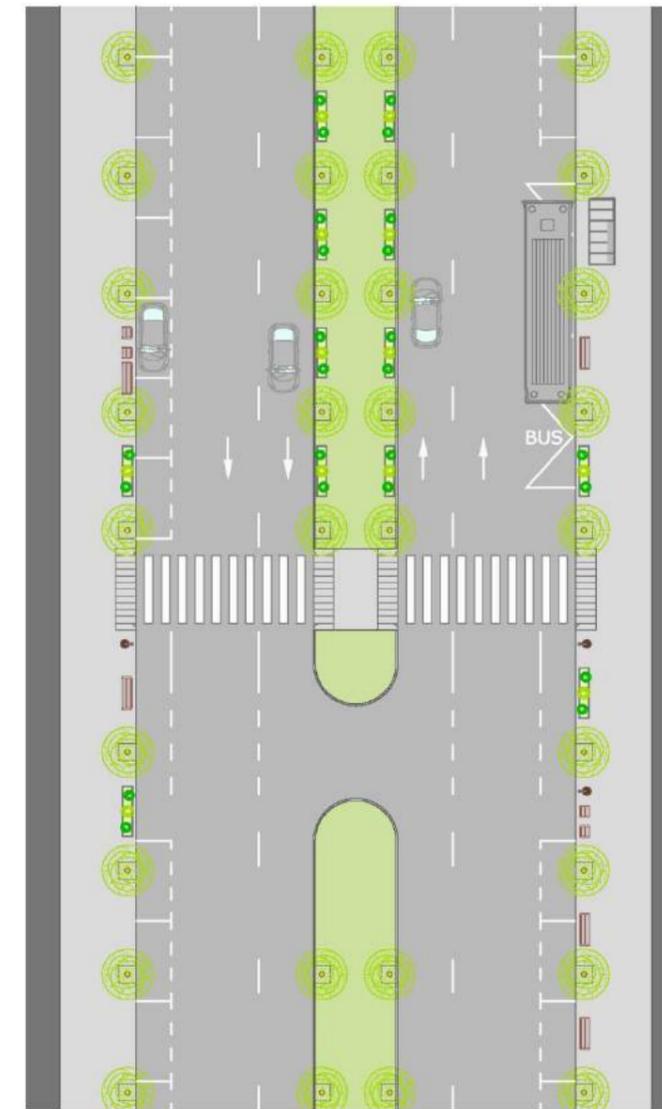
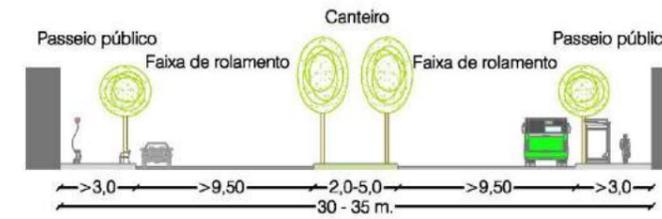


Perfil viário (50-65 m.)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Eixo estruturador	A.11.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Eixo Av. Brasil	

Mapa de soluções de desenho urbano das propostas Escala: 1:400



Perfil viário (25-35m.)

5.2.12 Área de Intervenção Urbana: Eixo Av. 7 de Setembro (A.12)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Via ligação	A.12
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Eixo Av. 7 de Setembro	

Localização	
Setor: 1-13	
Rua: Av. 7 de setembro	
Usos principais	
Sistema viário	
Propriedade	
Pública	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
A.3.	
Fase de Implantação	
MÉDIO	

Situação e diagnóstico da situação atual
Corresponde ao trecho que compõe o segundo eixo de expansão urbana de Passo Fundo, com largura variável entre 20m a 40m. É formado por diversos trechos onde se localizam canteiros centrais arborizados. Possui uma forma urbana particular, pela sua origem como antigo traçado da via ferroviária e pela localização de edificações de interesse histórico ao longo deste eixo, tais como o prédio da Antiga Estação Ferroviária e o Parque da Gare. Apresenta falta de iluminação adequada e passeios nos canteiros centrais ao longo do trecho do setor 03.

Objetivos da Intervenção

- Potencializar o eixo como corredor verde urbano.
- Facilitar o acesso da população aos espaços previstos no Plano.
- Priorização a mobilidade de pedestres, ciclofaixas e transporte coletivo e de massa.
- Melhora da acessibilidade e sistema viário do setor.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	97.128	-
Áreas de preservação	0	-
Espaços livres de uso público	0	-
Equipamentos de uso públicos	0	0
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	0	0
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	97.128	-
Outras áreas privadas	0	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Via de ligação	A.12
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Eixo Av. 7 de Setembro	

Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento
14.569.200 R\$	3.885.120R\$	207.965 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m²
488 R\$/usuário	130 R\$/usuário	150 R\$/m2

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Elaboração de Plano Diretor de Mobilidade			
- Concessão de adoção de áreas verdes			
- Obras de execução (Fase de implantação)			

Descrição das propostas:
A área de intervenção corresponde a aproximadamente a 4 km de longitude do eixo viário e tem como objetivo a melhoria dos passeios públicos e dos canteiros centrais para potencializar este espaço como corredor verde urbano, melhorando a acessibilidade do pedestre e o uso do transporte público. Deverá ser estudada a capacidade do espaço livre para implantar uma ciclovia e uma pista de caminhada para os pedestres, melhorar a eficiência do transporte público, e definir novos pontos de ônibus, de acordo com proposições e diretrizes do Plano Diretor de Mobilidade (atualmente em elaboração).

Diretrizes de intervenção

- Manter a arborização existente e realizar a substituição de espécies inadequadas.
- Criação de pontos de travessia segura para pedestres no cruzamento de vias principais e secundárias, especialmente em frente ao Parque da Gare, e no cruzamento entre Av. Brasil e a Rua Teixeira Soares.
- Recomenda-se alargar os passeios públicos laterais em locais que sejam possíveis de executar, e reestruturar o canteiro central existente no trecho ao norte do Quartel do Exército.
- Reforço de valor de patrimônio paisagístico urbano.
- Possibilidade de implantação de ciclovia conforme plano integral específico com o objetivo de fomentar a mobilidade sustentável.
- No longo prazo, recomenda-se substituir a rede elétrica aérea por uma rede subterrânea, com o objetivo de melhorar a qualidade da paisagem urbana.
- Elaboração de plano de paisagismo e mobiliário, para definição de critérios de ordenação e desenho do mobiliário urbano e equipamentos nos canteiros centrais e passeios públicos a utilizar em concessões para adoção por iniciativa privada.
- Implementação do Plano de Ação e Manutenção das Áreas Verdes no município.
- Oferecer benefícios fiscais a empresas privadas, comércio e serviços que participem em concessões para adoção de espaços públicos.

Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos:

- Reordenação do eixo viário para melhorar a qualidade ambiental, da paisagem e dos espaços urbanos. Propõe-se a ampliação das áreas verdes e arborizadas, o aumento das áreas permeáveis, e a melhoria de acessibilidade dos percursos de pedestres e qualificação da segurança através de melhorias na iluminação pública.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Via de ligação	A.12
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Eixo Av. 7 de Setembro	

Descrição das propostas:

Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade	Custo
Melhorias de vias	97.128 m ²	14.569.200 R\$
Total	-	14.569.200 R\$

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade	Custo
Manutenção anual de vias	97.128 m ²	3.885.120 R\$
Total	-	3.885.120 R\$

Observações:

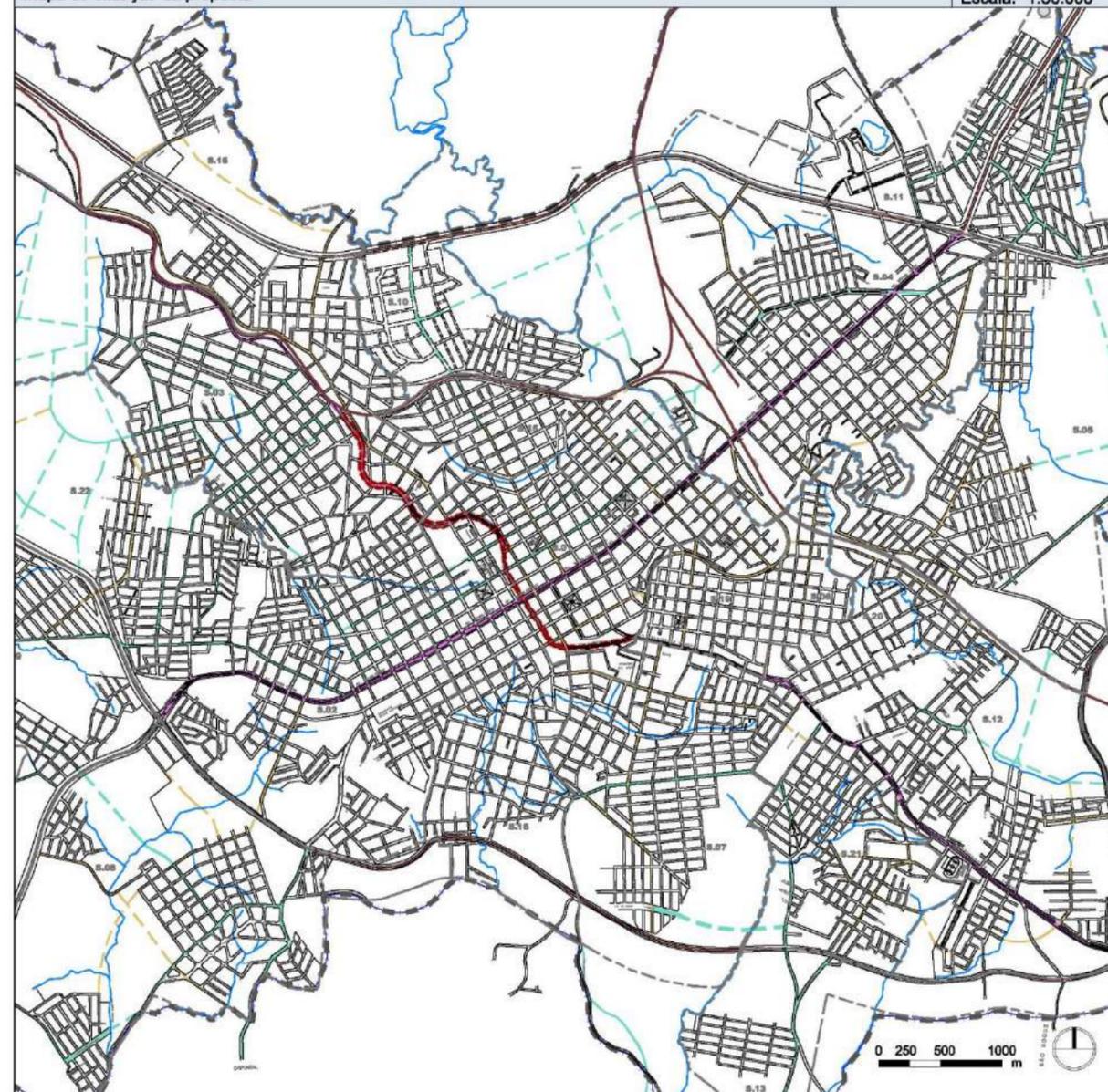
Espaços livres de uso público existentes:

- Plano diretor de mobilidade urbana, previsto pelo PRODIN, deverá realizar um estudo mais aprofundado e poderá alterar as proposições e diretrizes desta ficha.
- 4 km de longitude de vias para melhoria e adequação
- O orçamento referente à melhoria de vias contempla apenas a requalificação paisagística das vias existentes, sendo uma estimativa realizada com base em R\$ 23/m².

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Via de Ligação	A.12.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Eixo Av. 7 de setembro	

Mapa de situação da proposta Escala: 1:50.000



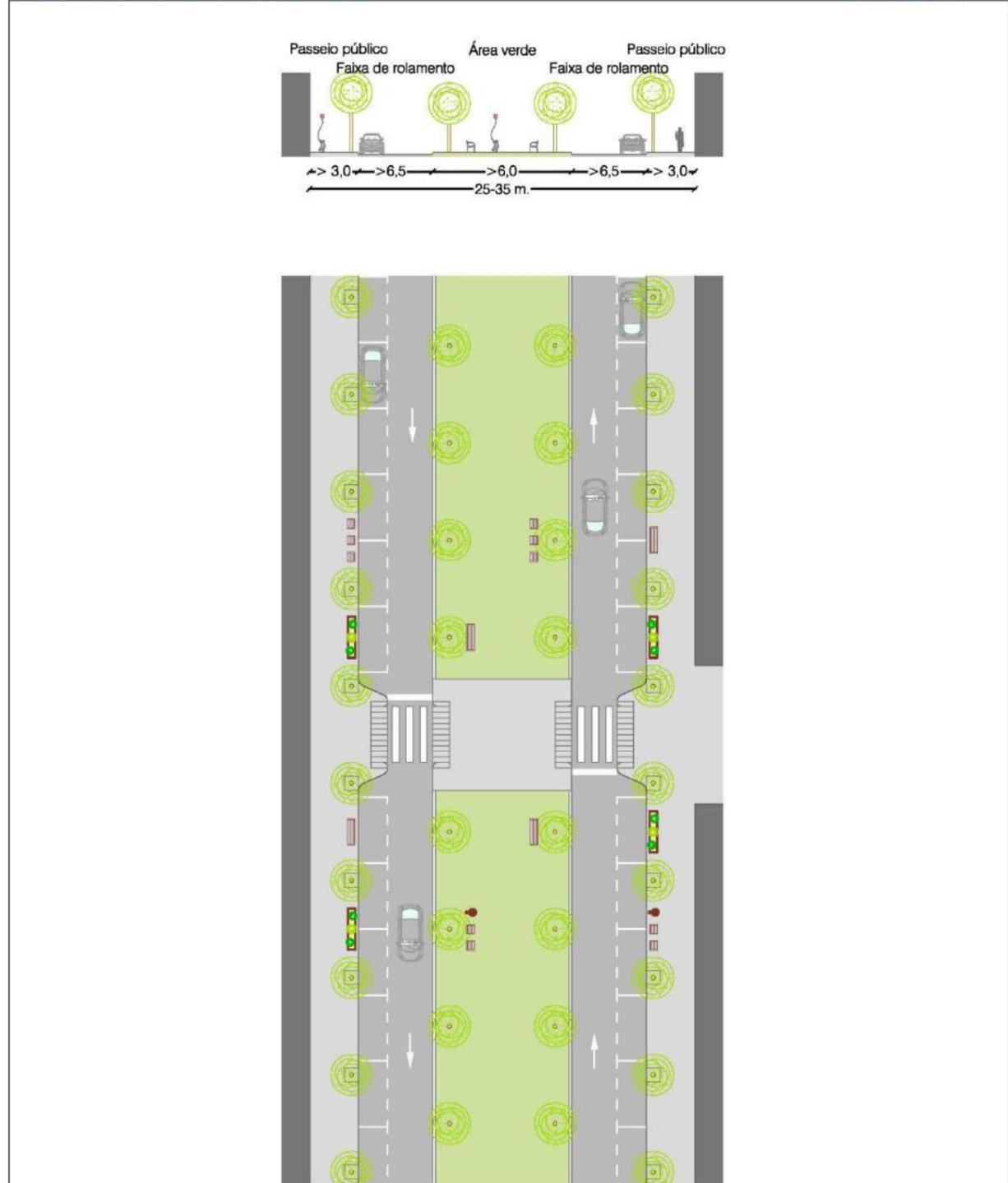
Legenda

ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	SISTEMA VIÁRIO:
PERÍMETRO URBANO	RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS
LIMITE SETOR-BAIRRO	EIXOS VIÁRIOS
RIOS E ARROIOS	VIAS PRINCIPAIS
	VIAS DE LIGAÇÃO
	PROJEÇÕES
	LINHAS FERROVIÁRIAS

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Via de Ligação	A.12.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Eixo Av. 7 de Setembro	

Mapa de soluções de desenho urbano das propostas Escala: 1:400

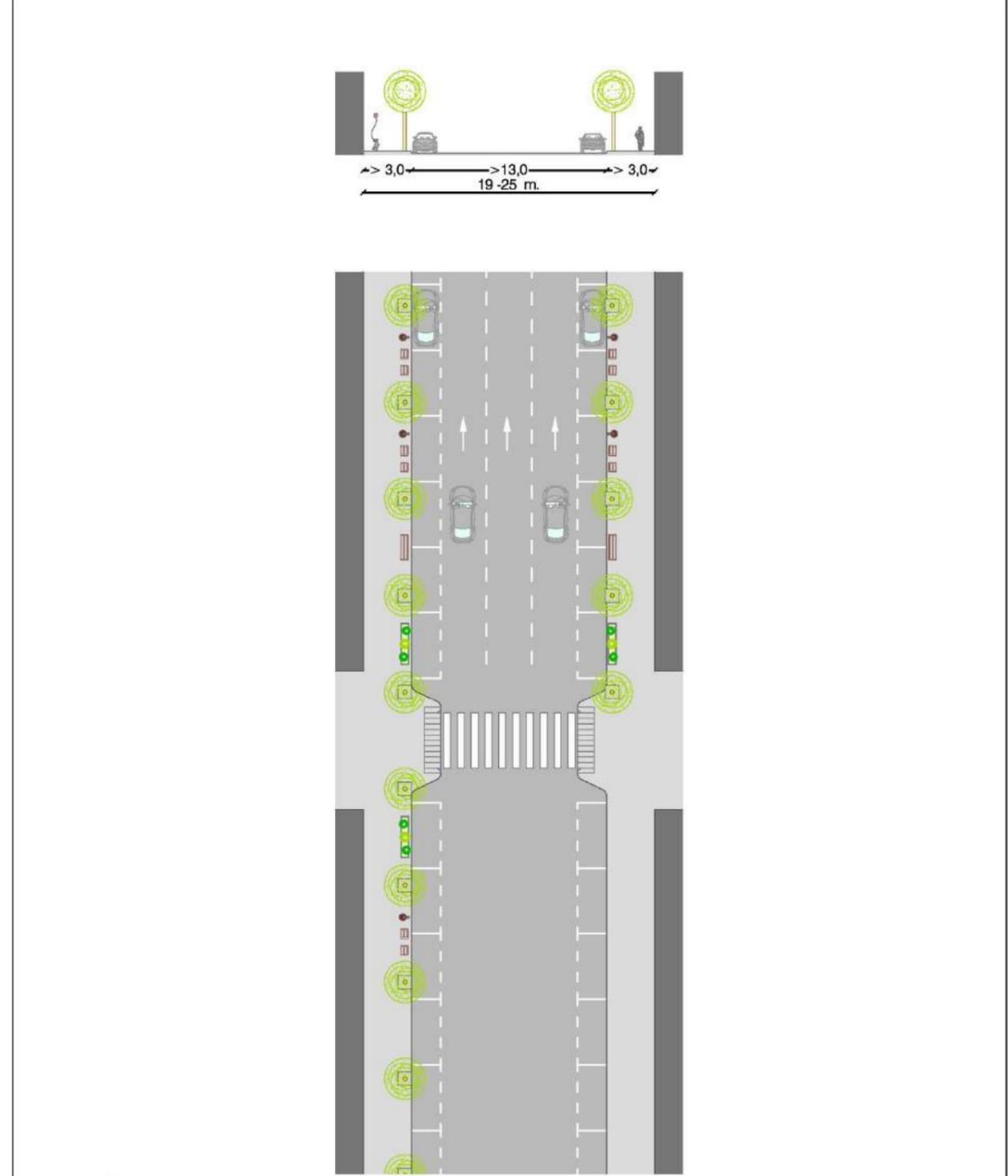


Perfil viário (25-35 m.). Trecho Rua Tobias Barreto - Rua Eduardo de Brito

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Via de Ligação	A.12.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Eixo Av. 7 de Setembro	

Mapa de soluções de desenho urbano das propostas Escala: 1:400



Perfil viário. Via Ligação (20-25 m.).

5.2.13 Área de Intervenção Urbana: Eixo Av. Rui Barbosa (A.13)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Via de ligação	A.13
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Eixo Av. Rui Barbosa	

Localização	
Setor: 4	
Rua: Av. Rui Barbosa	
Usos principais	
Sistema viário	
Propriedade	
Prefeitura	
Setores beneficiados	
S4	
Intervenções relacionadas	
-	
Prioridade	
BAIXA	

Situação e diagnóstico da situação atual
Corresponde ao trecho que compõe o principal eixo do Setor 4 (Bairro Petrópolis), com largura média de 40m. Os canteiros existentes não possuem elementos urbanos ou vegetação significativa. Apenas um trecho possui um playground e uma instalação esportiva em estado precário de conservação.

- Objetivos da Intervenção**
- Potencializar o eixo estruturador como corredor verde urbano.
 - Facilitar o acesso da população aos espaços previstos no Plano.
 - Priorização a mobilidade de pedestres, ciclofaixas e transporte coletivo e de massa.
 - Melhora da acessibilidade e do sistema viário do setor.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	62.241	-
Áreas de preservação	0	-
Espaços livres de uso público	0	-
Equipamentos de uso público	0	0
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	0	0
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	62.241	-
Outras áreas privadas	0	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Via de ligação	A.13
Nome da Intervenção	
Eixo Av. Rui Barbosa	

Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento
9.336.150 R\$	2.489.640R\$	15.181 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m²
615 R\$/usuário	164 R\$/usuário	150 R\$/m2

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Elaboração de Plano Diretor de Mobilidade			
- Concessão de adoção de áreas verdes			
- Obras de execução (Fase de implantação)			

Descrição das propostas:

A área de intervenção corresponde a aproximadamente a 1,5 km de extensão do eixo viário e tem como objetivo a reurbanização da via pública pavimentada, melhoria do passeio público e dos canteiros centrais e iluminação para potencializar este espaço como um corredor verde urbano, melhorando a acessibilidade do pedestre e o uso do transporte público.

Propõe-se aproveitar os canteiros centrais para a implantação de novas instalações de uso público (playground, quadras esportivas, áreas de jogos, bicicletários, áreas de convivência, entre outros). Deverá ser estudada a capacidade do espaço livre para implantar uma nova ciclovia e pista de caminhada para os pedestres, melhorar a eficiência do transporte público, e definir novos pontos de ônibus, de acordo com as diretrizes do plano diretor de mobilidade urbana (atualmente em elaboração).

Diretrizes de intervenção

- Implantação de maior arborização nas áreas verdes.
- Criação de pontos de travessia segura para pedestres no cruzamento de vias principais e secundárias.
- Criação de percursos para pedestres e implantação de mobiliário urbano, de acordo com estudo preliminar específico no desenvolvimento do projeto das áreas verdes dos canteiros centrais.
- Reforço de valor de patrimônio paisagístico urbano.
- Possibilidade de implantação de ciclovia a ser estudada por um plano específico com objetivo de fomentar a mobilidade sustentável.
- No longo prazo, recomenda-se substituir a rede elétrica aérea por uma rede subterrânea, com o objetivo de melhorar a qualidade da paisagem urbana.
- Elaboração de plano de paisagismo e mobiliário, para definição de critérios de ordenação e desenho do mobiliário urbano e equipamentos nos canteiros centrais e passeios públicos a utilizar em concessões de adoção por iniciativa privada.
- Implantação de Plano de Manutenção das Áreas Verdes no município.
- Oferecer benefícios fiscais a empresas privadas, comércio e serviços que participem em concessões para adoção de espaços públicos.

Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos:

- Reordenação do eixo viário para melhorar a qualidade ambiental da paisagem e dos espaços urbanos. Propõe-se a ampliação das áreas verdes e arborizadas, aumento das áreas permeáveis, e melhoria de acessibilidade dos percursos pedestres.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Via de ligação	A.13
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Eixo Av. Rui Barbosa	

Descrição das propostas:
Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade	Custo
Melhorias de vias	62.241 m ²	9.336.150 R\$
Total	-	9.336.150 R\$

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade	Custo
Manutenção anual de vias	62.241 m ²	2.489.640 R\$
Total	-	2.489.640 R\$

Observações:

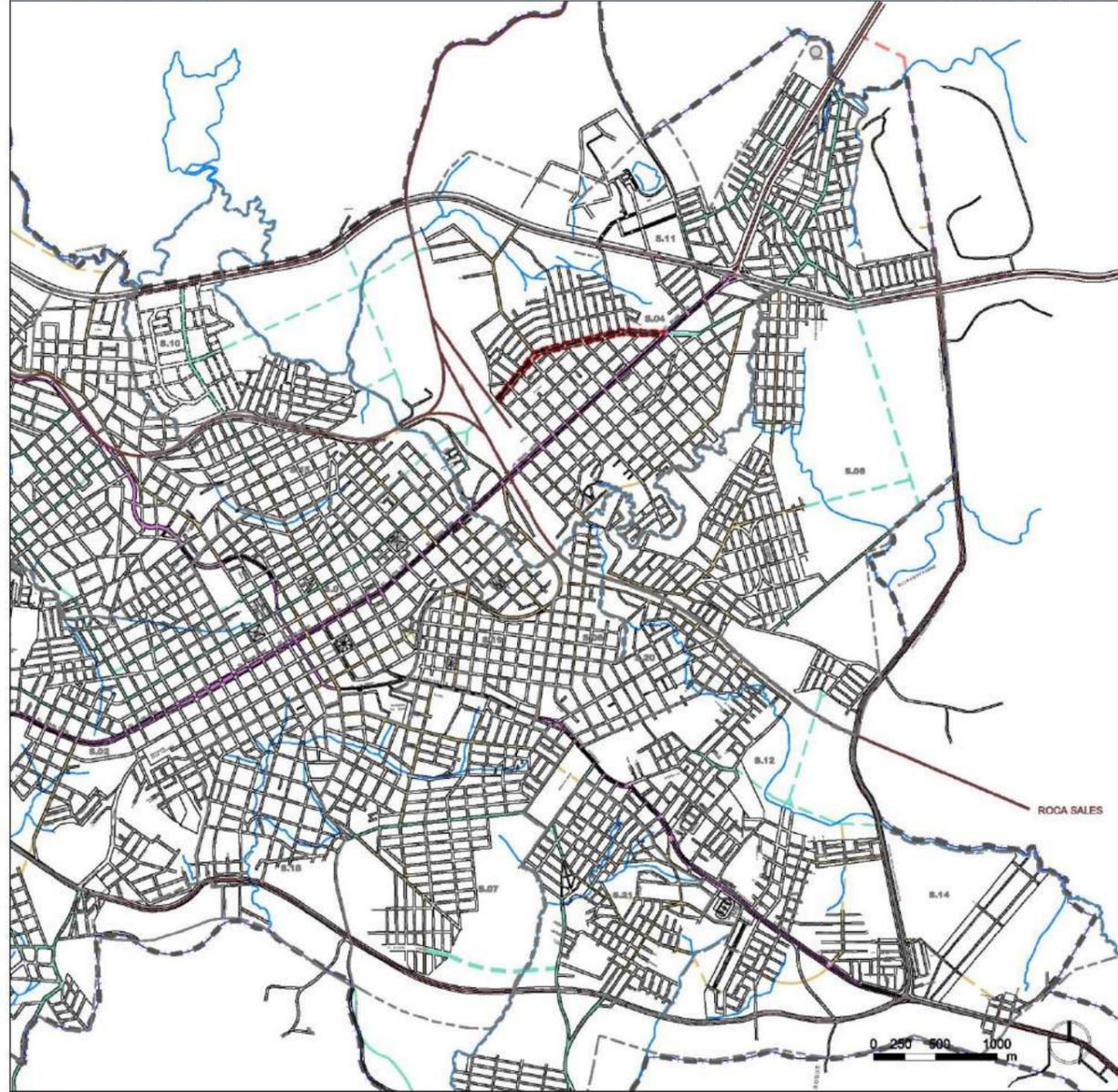
Espaços livres de uso público existentes:

- O Plano diretor de mobilidade urbana, previsto pelo PRODIN, deverá realizar um estudo mais aprofundado e poderá alterar as proposições e diretrizes desta ficha.
- 1,5 Km de vias para melhoria e adequação.
- O orçamento referente à melhoria de vias contempla apenas a requalificação paisagística das vias existentes, sendo uma estimativa realizada com base em R\$ 23/m².

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Via de Ligação	A.13.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Eixo Av. Rui Barbosa	

Mapa de situação da proposta Escala: 1:50.000



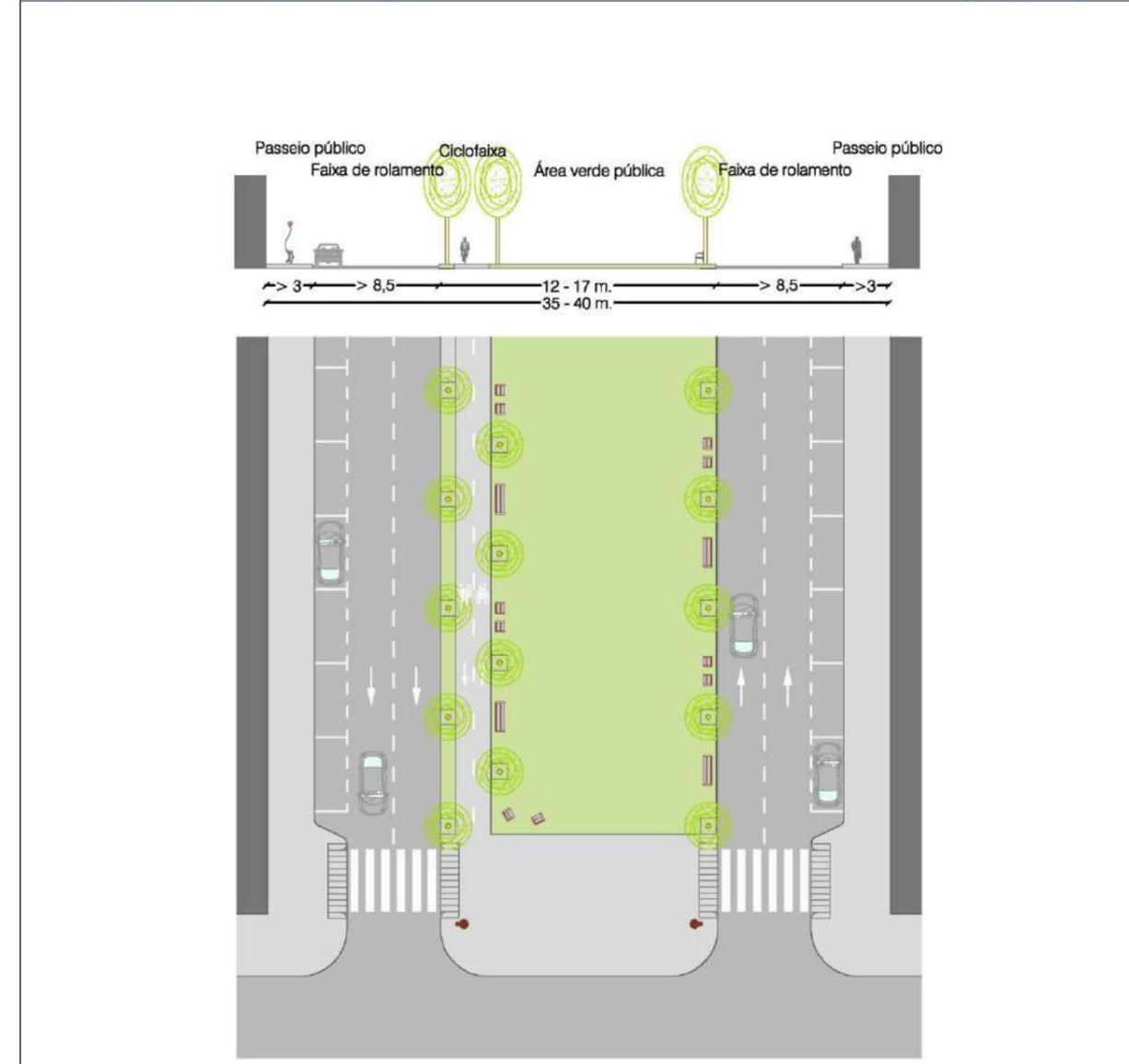
Legenda

ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	SISTEMA VIÁRIO:
PERÍMETRO URBANO	RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS
LIMITE SETOR-BAIRRO	EIXOS VIÁRIOS
RIOS E ARROIOS	VIAS PRINCIPAIS
	VIAS DE LIGAÇÃO
	PROJEÇÕES
	LINHAS FERROVIÁRIAS

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Via de Ligação	A.13.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Eixo Rui Barbosa	

Mapa de soluções de desenho urbano das propostas Escala: 1:400



Perfil viário. (35-40 m.).

5.2.14 Área de Intervenção Urbana: Parque Menino Deus (A.14)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística	A.14
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Parque Menino Deus	

Localização	
Setor: 2	
Rua: Angelica Otto	
Usos principais	
Interesse ambiental e paisagístico	
Propriedade	
Privada	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
-	
Fase de Implantação	
MÉDIO	

Situação e diagnóstico da situação atual
 A área de intervenção inclui a Reserva Natural RPPN Menino Deus com gestão compartilhada entre a Escola Instituto Menino Deus e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Passo Fundo. A área protegida é de domínio privado e tem como objetivo a preservação da biodiversidade da Mata Atlântica da região. O entorno é delimitado por uma área residencial de baixa densidade e diversas ocupações de forma regular e irregular.

- Objetivos da Intervenção**
- Recuperação e adequação de áreas degradadas e de preservação permanente.
 - Preservação e recuperação dos espaços de interesse ambiental e paisagístico.
 - Proteção e requalificação dos recursos hídricos.
 - Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	143.748	-
Áreas de preservação	138.648	-
Espaços livres de uso público	5.100	-
Equipamentos de uso públicos	0	0
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	0	0
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	0	-
Outras áreas passíveis de ocupação	0	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística	A.14
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Parque Menino Deus	

Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento
561.000 R\$	232.800 R\$	1.275 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m ²
440 R\$/usuário	183 R\$/usuário	4 R\$/m ²

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Criação de Lei municipal específica			
- Obras de execução (Fase de implantação)			

Descrição das propostas:

Propõe-se a criação de um Parque de preservação ambiental que contribua para a continuidade dos corredores naturais, e ampliação das áreas de conservação da biodiversidade (RPPN Menino Deus) sobre as áreas livres de ocupação, para garantir o uso adequado do perímetro de proteção ambiental. A delimitação coincide com o perímetro atual da RPPN, áreas de preservação permanente e áreas de mata nativa, ampliando o atual zoneamento de Zona de Proteção da Mata Nativa (ZPMN) do Plano Diretor.

De maneira indicativa, o parque ambiental estabelece eixos de conexão de pedestre potenciais entre os bairros adjacentes.

Recomenda-se realizar estudo específico para definir e viabilizar a criação de Parceria Pública-Privada (PPP) com o objetivo de vincular cooperação entre a Prefeitura e a Escola Instituto Menino Deus, para o desenvolvimento de um programa integral de conservação, manutenção e uso do novo espaço de uso público.

Diretrizes de intervenção

- Proposição de alteração de zoneamento atual, para manutenção e conservação de espaços livres privados e o remanescente florestal de forma integrada, nos terrenos com cobertura vegetal arbórea significativa. O projeto de desenvolvimento urbano deverá respeitar a vegetação existente e deverão ser executados projetos de recomposição da mata ciliar e de paisagismo, devolvendo-lhes qualidade ambiental.
- Criação de trilhas e implantação de espaços livres de uso público, de acordo com estudo específico de vegetação existente do projeto executivo do Parque.
- Criação de Lei municipal para definição de consórcio imobiliário ou operação urbana consorciada com o objetivo de alcançar transformações da área de intervenção.

Equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público propostos:

- **Implantação de parques de vizinhança.** O parque disponibilizará áreas (5.100 m2) para a implantação de academias ao ar livre, playgrounds, áreas de convivência, áreas destinadas ao estacionamento de veículos e bicicletas, de acordo com estudo preliminar específico e projeto executivo do Parque.
- **Implantação de caminhos verdes.** Melhoria e adequação de vias públicas a ser implantados mediante requalificação paisagística de logradouros por maior arborização, acessibilidade e permeabilidade dos percursos.

Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:

De acordo ao Plano Diretor, propõe-se a alteração de zoneamento urbano da área sem ocupação entre escola Menino Deus e outras áreas de prefeitura, por **Zona de Proteção de Mata Nativa (ZPMN)**, com o objetivo de garantir a preservação dos espaços de relevante potencial paisagístico e natural, tendo em vista sua importância para a qualidade de vida e para as atividades voltadas ao lazer.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística	A.14
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Parque Menino Deus	

Descrição das propostas:
Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)
Implantação de parques e trilhas	5.100	561.000
Total	-	561.000

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade	Custo
Manutenção anual de parques e trilhas	5.100	204.000
Custo operacional anual de parques ou praças	-	28.800
Total	-	232.800

Observações:

 - Índice de m². per capita dos espaços livres de uso público do município : 0,02 m²/hab.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística	A.14.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Parque Menino Deus	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:10.000



Legenda	ZONEAMENTO:
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO — RIOS E ARROIOS 	<ul style="list-style-type: none"> ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO ZPL. PARQUE LINEAR ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque de Preservação Ambiental e Paisagística	A.14.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Parque Menino Deus	

Mapa de uso e ocupação da proposta Escala: 1:5.000



Legenda	SISTEMA VIÁRIO E CONEXÕES PROPOSTAS:	ÁREAS VERDES:
<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO — RIOS E ARROIOS ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO SUGERIDA ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RPPN 	<ul style="list-style-type: none"> RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EIXOS VIÁRIOS VIAS PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO PROJEÇÕES PERCORSOS DE CICLOVIAS TRILHAS ECOLÓGICAS CAMINHOS VERDES 	<ul style="list-style-type: none"> ÁREA VERDE A PRESERVAR PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS EQUIPAMENTO EXISTENTE EQUIPAMENTO PROPOSTO INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 2) XX.XX CÓDIGO DA INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 2)

5.2.15 Área de Intervenção Urbana: Rio Passo Fundo (A.15)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Parque Linear	A.15
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Rio Passo Fundo	

Localização	
Setor: 1-4-5-6-12-15-19-20	
Usos principais	
Interesse ambiental e paisagístico	
Propriedade	
Privada	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
4.14, 4.16, 5.27, 12.14, 15.4, 15.6, 19.1, 19.4, 19.5, 19.6	
Fase de Implantação	
LONGO	

Situação e diagnóstico da situação atual
 A área de intervenção está centrada na Bacia do Rio Passo Fundo, constituída pela parte central da cidade, tendo como eixo central a rede hídrica coletora do Rio Passo Fundo e arroio Santo Antônio. A área está conformada pelo corredor fluvial, delimitado por zonas residenciais de Ocupação Controlada (ZOC1) de acordo com o mapa de zoneamento do Plano Diretor, pela via ferroviária, pela zona logística e pela área de equipamentos municipais entre a Av. Brasil e a Av. 7 de Setembro.

- Objetivos da Intervenção**
- Recuperação ambiental e reconstituição da vegetação existente.
 - Recuperação e manutenção dos cursos d'água, estabelecendo os limites de intervenção e preservação permanente.
 - Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante.
 - Reassentamento e regularização urbana em alguns trechos.
 - Melhoria da acessibilidade e sistema viário do setor.
 - Implantação de equipamentos para garantir o funcionamento de caráter educacional, ambiental e social dos parques.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	1.924.652	-
Áreas de preservação	765.619	-
Espaços livres de uso público	786.960	-
Equipamentos de uso público	178.610	-
-Educação	2.900	960
- Saúde	450	350
- Atenção Social	0	0
- Culturais	1.000	500
- Esportivos	105.000	de acordo com projeto
- Outros	69.260	0
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	131.448	-
Outras áreas passíveis de ocupação	62.015	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO		
Tipo de Intervenção	Código	
Parque Linear	A.15	
Nome da Área de Intervenção Urbana		
Rio Passo Fundo		

Investimento inicial	Custo manutenção /operacional anual	Capacidade de atendimento
74.209.700 R\$	20.429.640 R\$	231.088 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m²
321 R\$/usuario	88 R\$/usuário	39 R\$/m2

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Declaração de utilidade pública			
- Criação de Lei municipal específica			
- Desapropriações			
- Obras de execução (Parque Piloto)			
- Obras de execução (Parque Linear)			

Descrição das propostas:

Propõe-se a criação de um Parque Linear ao longo do corredor fluvial do rio Passo Fundo e arroio Santo Antônio, para definir novas áreas verdes, respeitando as restrições de ocupação das faixas de córregos e encostas íngremes, para oferecer à população um espaço de contemplação, recreação e recuperação de uma área degradada, além de garantir a manutenção das áreas de preservação permanente.

O Parque está configurado com uma visão em longo prazo, prevendo alteração do zoneamento atual, definição de novos instrumentos urbanísticos, regularização fundiária e edilícia, e desapropriações em áreas consideradas de risco. Sugere-se implantação em médio prazo de um Parque Linear Piloto do Rio Passo Fundo em terrenos próximos a Prefeitura Municipal e em áreas atualmente vazias de propriedade privada, entre a rua Humberto de Campos e Graciosa Preto. Identifica-se a possibilidade de realizar estudo específico para definir a criação de Parceria Pública-Privada (PPP) com o objetivo de vincular e acompanhar o processo, incluindo proprietários e particulares. A Prefeitura pode aplicar o instrumento da transferência do direito de construir, como forma de viabilização da área, minimizando despesas com a desapropriação. A definição de uma lei específica pode possibilitar aos proprietários dos imóveis atingidos o poder de transferir o potencial construtivo para outra área, podendo inclusive, negociar esse potencial no mercado da construção civil.

Diretrizes de intervenção

- Proposição de alteração de zoneamento atual, para manutenção e conservação de espaços livres privados e o remanescente florestal de forma integrada, preservando e recuperando espaços de interesse ambiental e paisagístico. O projeto de desenvolvimento urbano deverá estabelecer um sistema de drenagem do rio, delimitar áreas de preservação, áreas com risco de inundação, áreas de recuperação ambiental e reconstituição de massa vegetal.
- Implantação de novo parque linear para ampliação das áreas verdes ao longo dos cursos d'água e a possível aplicação de outorga onerosa de potencial construtivo adicional e da transferência do direito de construir oriundo das áreas contínuas na faixa de planície aluvial.
- Criação de trilhas, caminhos verdes e pontes para pedestres e implantação de equipamentos de lazer e recreação nas áreas verdes.
- Reserva de áreas destinadas a equipamentos de educação, saúde, cultura, e esporte ao ar livre.
- Criação de Lei municipal para definição de área passível de receber o potencial construtivo oriundo da transferência do direito de construir.
- Desenvolvimento de soluções de regularização urbana e processo de regeneração de assentamentos precários localizados nas margens dos córregos, em áreas de risco sujeitas a inundação.
- Oferecer benefícios fiscais a empreendedores que cederem áreas para novas propostas e remoção de construções localizadas à margem de rios, em áreas inundáveis, e áreas de preservação de mata.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Parque Linear	A.15
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Rio Passo Fundo	

Descrição das propostas:

Equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público propostos:

- **Implantação de um Parque Linear.** O parque disponibilizará áreas para a implantação de academias ao ar livre, playgrounds, áreas de convivência, áreas destinadas ao estacionamento de veículos e bicicletas, de acordo com a elaboração de estudo preliminar específico e projeto executivo do Parque.
- **Implantação de equipamentos de educação.** Reserva de 2.900 m² de superfícies destinada Implantação de 1 EMEI, de acordo com estudo de capacidade e demanda do setor (Intervenção 19.1).
- **Nova UBS:** Implantação de 450 m² de construção de acordo com estudo de capacidade e demanda do setor (Intervenção 15.4).
- **Implantação de equipamento cultural.** Reserva de 1.000 m² de superfície para implantação de um novo centro cultural de bairro de acordo com estudo de capacidade e demanda do setor (Intervenção 19.4).
- **Equipamentos esportivos.** Prevê-se a implantação de 105.000 m² de superfícies de usos esportivos (quadras, campo de futebol ou complexo esportivo) para aumento de índice de superfície por população do setor de acordo com estudo de capacidade e demanda (Intervenção 4.14, 4.16, 5.27, 12.14, 15.6, 19.5, 19.6).

Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:

Propõe-se a alteração de zoneamento urbano da área de preservação de recurso hídricos no entorno do rio, através da criação da **Zona de Parque Linear (ZPL)**, com o objetivo de preservar e recompor a mata ciliar ao longo dos corpos d'água e instalar equipamentos de lazer, esporte, cultura e convivência, em conjunto com o trabalho de educação ambiental e preservação do meio ambiente, propiciando a sua utilização pelos moradores locais e visitantes de outros bairros.

Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)
Implantação de parques ou praças	786.960	39.348.000
Implantação de equipamentos	106.710	15.144.500
Melhorias de vias	131.448	19.717.200
Total	-	74.209.700

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)
Manutenção anual de parques ou praças	786.960	9.443.520
Custo operacional anual de parques ou praças	-	39.600
Operação e Manutenção anual de equipamentos	106.710	5.688.600
Manutenção anual de vias	131.448	5.257.920
Total	-	20.429.640

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Parque Linear	A.15
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Rio Passo Fundo	

Descrição das propostas:

Observações:

- Áreas privadas passíveis de ocupação: 9,4 Ha.
- Índice de m². per capita dos espaços livres de uso público do município: 4,6 m²./hab.
- O orçamento de desenvolvimento urbano não inclui os custos de desapropriação, pois se sugere evitar o uso deste instrumento frente aos possíveis instrumentos de viabilização da área indicados no capítulo 4.

Legenda numérica da descrição gráfica:

ID	Código	Nome	Área de terreno (m ²)
-	4.14	Novo Equipamento Esportivo	32.700
-	4.16	Novo Equipamento Esportivo	13.800
-	5.25	Novo Equipamento Esportivo	6.000
-	5.27	Novo Equipamento Esportivo	22.000
-	12.14	Novo Equipamento Esportivo	20.000
-	15.4	Nova UBS	450
-	15.6	Novo Equipamento Esportivo	2.800
-	19.1	Nova EMEI	2.900
-	19.4	Novo Centro Cultural	1.000
-	19.5	Novo Equipamento Esportivo	3.000
-	19.6	Novo Equipamento Esportivo	10.700

Plano de Gestão do PRODIN:

O Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) constitui um instrumento norteador que consolida a avaliação ambiental do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (PRODIN). Tem por finalidade apresentar o sistema de gestão ambiental do PRODIN, estabelecer as ações e programas, de caráter socioambiental, propostos com o objetivo de mitigar ou compensar os seus impactos, bem como contribuir para a sustentabilidade ambiental e socioeconômica dos empreendimentos a serem implementados. Está previsto 3 programas no Plano de Gestão do PRODIN incluindo intervenções no Rio Passo Fundo e arroio Santo Antônio:

1. **Programa de Recuperação de Passivos Ambientais (PRPA).** O PRPA consiste em um conjunto de medidas destinadas a recuperação e revitalização das margens do Rio Passo Fundo interceptado pelo Anel Viário Central, na Macrozona Urbana de Passo Fundo, através de diagnóstico da situação, limpeza e coleta de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) em trechos críticos; revegetação das margens do rio Passo Fundo em estreita interação com o Programa de Monitoramento Ambiental (PMA).
2. **Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental (PCSEA).** O PRODIN prevê a intervenção em amplas áreas do município, como é o caso do Rio Passo Fundo, que ocasionarão impactos socioambientais significativos. O PCSEA se justifica pela necessidade do estabelecimento de canais de diálogo aberto com a população diretamente afetada no plano local, bem como com a população municipal e regional.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Parque Linear	A.15
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Rio Passo Fundo	

Descrição das propostas:

3. Programa de Monitoramento Ambiental (PMA). O programa de monitoramento aqui proposto visa verificar se haverá impactos ambientais decorrentes das obras do PRODIN, junto aos principais recursos hídricos da área urbana de Passo Fundo, através da coleta de análise da água em diferentes pontos. O monitoramento ambiental de cada obra específica será realizado através da supervisão das obras que verificará o adequado cumprimento dos PCAO específicos. Os resultados destas análises, observadas em séries históricas, possibilitará a definição de ações a serem desenvolvidas, tanto no âmbito do PRODIN como em projetos futuros, com o intento de melhorar a qualidade ambiental destes recursos hídricos com consequências positivas aos ecossistemas associados e a população do município.

O cronograma e estimativa de custos para implantação destes Programas acompanhará o cronograma do PRODIN, sendo que estas ações deverão estar coordenadas com as obras relacionadas à Área de Intervenção Urbana do Rio Passo Fundo.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Linear	A.15.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Rio Passo Fundo	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:25.000



ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	SISTEMA VIÁRIO:	ZONEAMENTO
PERÍMETRO URBANO	AVENIDAS PRINCIPAIS	ZPRH ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
LIMITE SETOR-BAIRRO	AVENIDAS SECUNDARIAS	ZPMN ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA
RIOS E ARROIOS	VIAS DE LIGAÇÃO	ZRA ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL
	PROJEÇÕES	ZOC ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA
	RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS	ZRT ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO
	LINHAS FERROVIÁRIAS	ZPL PARQUE LINEAR
		ZUE ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Linear	A.15.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Rio Passo Fundo	

Mapa de uso e ocupação do solo das propostas Escala: 1:25.000

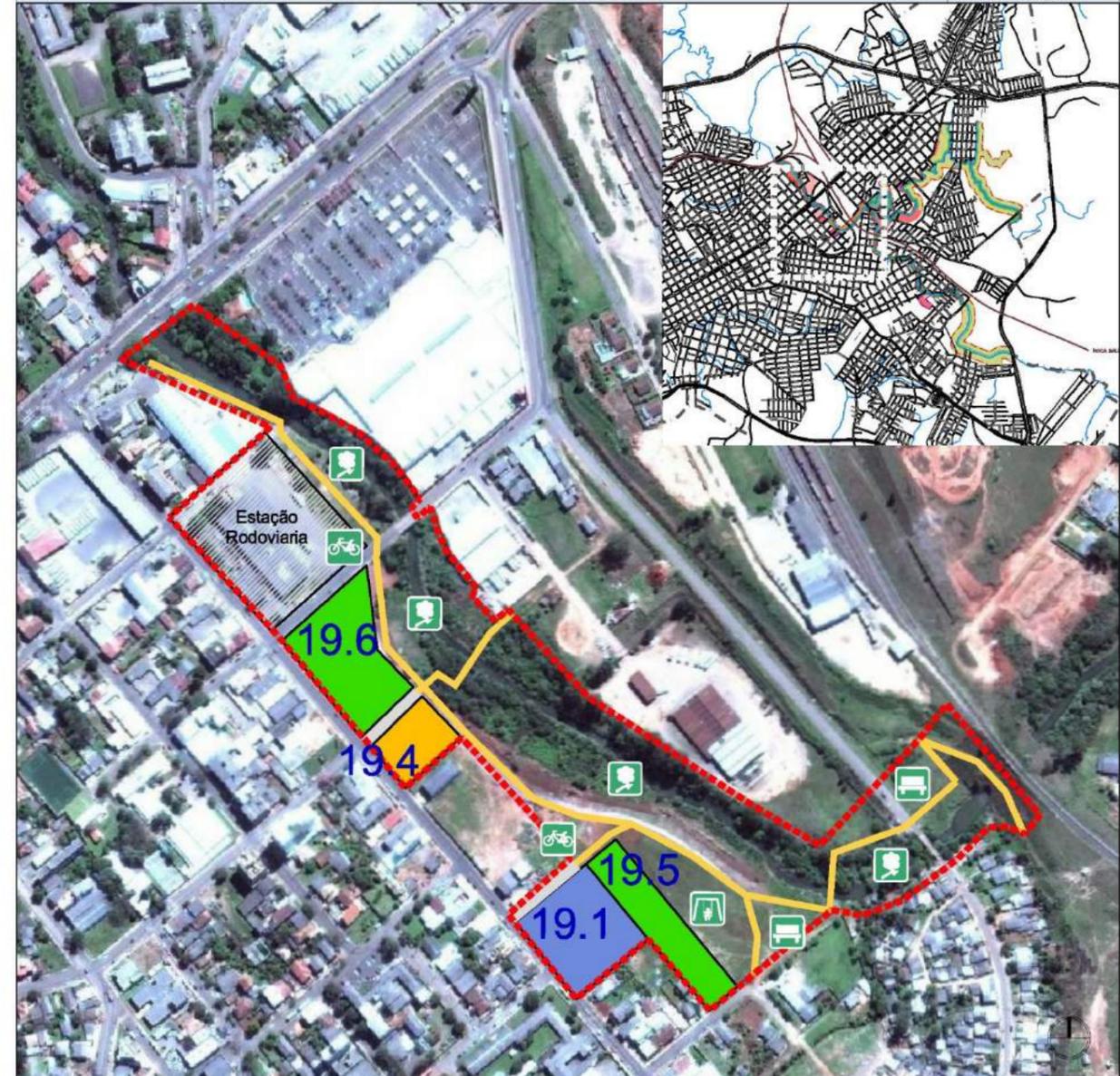


Legenda	SISTEMA VIÁRIO E CONEXÕES PROPOSTAS:	ÁREAS VERDES:
<ul style="list-style-type: none"> PARQUE LINEAR PILOTO ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO RIOS E ARROIOS ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO SUGERIDA ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RPPN 	<ul style="list-style-type: none"> RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EIXOS VIÁRIOS VIAS PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO PROJEÇÕES PERCURSOS DE CICLOVIAS TRILHAS ECOLÓGICAS CAMINHOS VERDES 	<ul style="list-style-type: none"> ÁREA VERDE A PRESERVAR PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA
	EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS	EQUIPAMENTOS DE USO PÚBLICO
	<ul style="list-style-type: none"> EQUIPAMENTO EXISTENTE EQUIPAMENTO PROPOSTO INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 1) CÓDIGO DA INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 1) 	<ul style="list-style-type: none"> EDUCAÇÃO CULTURAIS ESPORTIVOS OUTROS (EXISTENTES) TRILHAS ECOLÓGICAS

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Linear	A.15.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Rio Passo Fundo	

Mapa da área de intervenção: Parque Linear Piloto Escala: 1:5.000



Legenda	EQUIPAMENTOS DE USO PÚBLICO	ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA
	<ul style="list-style-type: none"> EDUCAÇÃO CULTURAIS ESPORTIVOS OUTROS (EXISTENTES) TRILHAS ECOLÓGICAS 	<ul style="list-style-type: none"> PARQUE LINEAR PILOTO
	<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE BANCOS / ANFITEATRO BICICLETÁRIO ÁREA DE PRESERVAÇÃO / INTERVENÇÃO PAISAGÍSTICA PLAYGROUND 	

19.1 Nova Emei 19.4 Novo Centro Cultural 19.5 Novo Equipamento Esportivo 19.6 Novo Equipamento Esportivo

5.2.16 Área de Intervenção Urbana: Arroio Chafariz (A.16)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Parque Linear	A.16
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Arroio Chafariz	

Localização	
Setor: 2-3-17-22	
Usos principais	
Interesse ambiental e paisagístico	
Propriedade	
Parcialmente pública	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
3.17, 3.22, 3.23, 3.24, 3.25, 3.26, 17.5, 22.6, 22.7	
Fase de Implantação	
LONGO	

Situação e diagnóstico da situação atual
A área de intervenção está centrada na Bacia do Arroio Pinheiro Torto e Arroio Chafariz. Parte da área constitui uma das últimas grandes glebas vazias dentro do perímetro urbano e gravada como Área de Uso e Ocupação Prioritária pelo Plano Diretor - PDDI.

- Objetivos da Intervenção**
- Recuperação ambiental e reconstituição da vegetação existente.
 - Recuperação e manutenção dos cursos d'água, estabelecendo os limites de intervenção e preservação permanente.
 - Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante.
 - Reassentamento e regularização urbana.
 - Melhoria da acessibilidade e sistema viário do setor.
 - Implantação de equipamentos para garantir o funcionamento de caráter educacional, ambiental e social dos parques.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	549.800	-
Áreas de preservação	262.055	-
Espaços livres de uso público	169.617	-
Equipamentos de uso público	63.220	-
-Educação	8.700	2.880
- Saúde	600	350
- Atenção Social	220	180
- Culturais	1.000	500
- Esportivos	52.700	de acordo com projeto
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	54.908	-
Outras áreas passíveis de ocupação	0	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO		
Tipo de Intervenção	Código	
Parque Linear	A.16	
Nome da Área de Intervenção Urbana		
Arroio Chafariz		

Investimento inicial	Custo manutenção / operacional anual	Capacidade de atendimento
42.361.928 R\$	10.224.724 R\$	125.134 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m²
339 R\$/usuário	82 R\$/usuário	77 R\$/m²

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Declaração de utilidade pública			
- Criação de Lei municipal específica			
- Desapropriações			
- Obras de execução (Parque Linear)			

Descrição das propostas

Propõe-se a criação de um Parque Linear ao longo do corredor fluvial do arroio Chafariz e arroio Pinheiro Torto, para definir novas áreas verdes, respeitando as restrições de ocupação das faixas de córregos e encostas íngremes, para oferecer à população um espaço de contemplação, recreação e recuperação de uma área degradada, além de garantir a manutenção das áreas de preservação permanente. O Parque está configurado com uma visão de longo prazo, prevendo alteração do zoneamento atual, definição de novos instrumentos urbanísticos, regularização fundiária e edilícia, e desapropriações em áreas consideradas de risco. Identifica-se a possibilidade de realizar estudo específico para definir a criação de Parceria Pública-Privada (PPP) com o objetivo de vincular e acompanhar o processo, incluindo proprietários e particulares, e garantir a viabilidade da proposta aplicando o instrumento da transferência do direito de construir.

Diretrizes de intervenção

- Proposição de alteração de zoneamento atual, para manutenção e conservação de espaços livres privados e o remanescente florestal de forma integrada, preservando e recuperando espaços de interesse ambiental e paisagístico. O projeto de desenvolvimento urbano deverá estabelecer um sistema de drenagem do rio, delimitar áreas de preservação, áreas com risco de inundação, áreas de recuperação ambiental e reconstituição de massa vegetal.
- Implantação de novo Parque linear para ampliação das áreas verdes ao longo dos cursos d'água e a possível aplicação da transferência do potencial construtivo oriundo das áreas contínuas na faixa de APP da planície aluvial.
- Criação de trilhas, caminhos verdes e pontes para pedestres e implantação de equipamentos de lazer e recreação nas áreas verdes.
- Reserva de um área destinada a equipamentos de educação, saúde, atenção social, cultura, esporte e lazer ao ar livre.
- Criação de Lei municipal para definição de área passível de receber o potencial construtivo oriundo da transferência do direito de construir.
- Desenvolvimento de soluções de regularização urbana e processo de regeneração de assentamentos precários localizados nas margens dos córregos, em áreas de risco sujeitas a inundação.
- Oferecer benefícios fiscais a empreendedores que cederem áreas para novas propostas e remoção de construções localizadas à margem de rios, em áreas inundáveis, e áreas de preservação de mata nativa.

Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos:

- **Implantação de um Parque Linear.** O parque disponibilizará áreas para a implantação de academias ao ar livre, playgrounds, áreas de convivência, áreas destinadas ao estacionamento de veículos e bicicletas, de acordo com estudo preliminar específico e projeto executivo do Parque.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Parque Linear	A.16
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Arroio Chafariz	

Descrição das propostas:

- **Implantação de equipamentos de educação.** Reserva de 8.700 m2 de superfícies destinada Implantação de 3 EMEI de grande porte, de acordo com estudo de capacidade e demanda do setores (Intervenções 3.17, 17.5, 22.6).
- **Nova UBS:** Implantação de uma nova UBS no setor com área construída de 350 m2 e 600m2 de terreno, de acordo com o indicado no estudo de capacidade e demanda (Intervenção 3.22).
- **Novo CRAS:** Implantação de um novo CRAS no setor 3 com área construída de 180 m2 e 220m2 de terreno, de acordo com o indicado no estudo de capacidade e demanda (Intervenção 3.23).
- **Novo Centro Cultural de Bairro:** Implantação de novo centro cultural no setor 3 com área construída de 500 m2 e 1000m2 de terreno, de acordo com o indicado no estudo de capacidade e demanda (Intervenção 3.24).
- **Equipamentos esportivos:** Se prevê implantação de 52.700 m2 de superfícies de usos esportivos (quadras poliesportivas, campos de futebol ou complexo esportivo) para aumento de índice de m2/hab. do setor (Intervenção 3.25, 3.26, 22.7).

Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:

Propõe-se a alteração de zoneamento urbano da área de preservação de recurso hídricos no entorno do rio, através da criação da Zona de Parque Linear (ZPL), com o objetivo de preservar e recompor a mata ciliar ao longo dos rios e arroios e instalar equipamentos de lazer, esporte, cultura e convivência, em conjunto com o trabalho de educação ambiental e preservação do meio ambiente, propiciando a sua utilização pelos moradores locais e visitantes de outros bairros.

Orçamentos:

- **Orçamento de desenvolvimento urbano:**

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Implantação de parques ou praças	169.617	8.480.850
Implantação de equipamentos	56.610	12.124.880
Melhorias de vias	54.908	8.236.200
Total	-	

- **Orçamento de manutenção / operacional anual:**

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Manutenção anual de parques ou praças	169.617	2.035.404
Custo operacional anual de parques ou praças	-	39.600
Manutenção e operação anual de equipamentos	56.610	5.953.400
Manutenção anual de vias	54.908	2.196.320
Total	-	10.224.724

Observações:

- Índice de m2. per capita dos espaços livres de uso público do município: 0,75 m2/hab

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Parque Linear	A.16
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Arroio Chafariz	

Descrição das propostas:

Legenda numérica da descrição gráfica:

ID	Código	Nome	Área de terreno (m2)
-	3.17	Nova EMEI	2.900
-	3.22	Nova UBS	600
-	3.23	Novo CRAS	220
-	3.24	Novo Centro Cultural	1.000
-	3.25	Novo Equipamento Esportivo	17.000
-	3.26	Novo Equipamento Esportivo	11.700
-	17.5	Nova EMEI	2.900
-	22.6	Nova EMEI	2.900
-	22.7	Novo Equipamento Esportivo	24.000

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Linear	A.16.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Arroio Chafariz	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:20.000



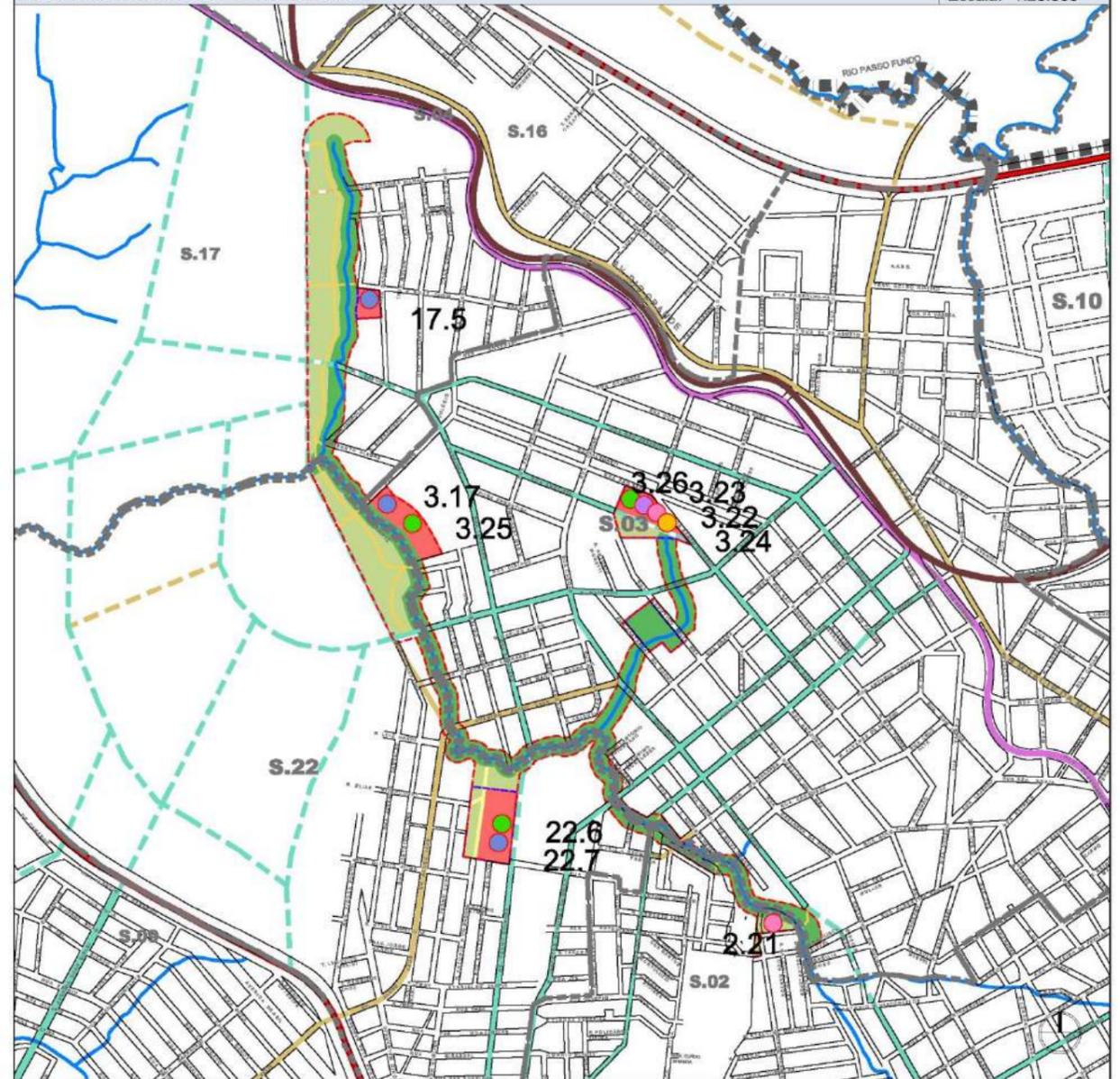
Legenda

<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO RIOS E ARROIOS 	<p>SISTEMA VIÁRIO:</p> <ul style="list-style-type: none"> RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EIXOS VIÁRIOS VIAS PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO PROJEÇÕES LINHAS FERROVIÁRIAS 	<p>ZONEAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO ZPL. PARQUE LINEAR ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL
--	---	--

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Linear	A.16.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Arroio Chafariz	

Mapa de uso e ocupação do solo da proposta Escala: 1:20.000



Legenda

<ul style="list-style-type: none"> ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA PERÍMETRO URBANO LIMITE SETOR-BAIRRO RIOS E ARROIOS ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO SUGERIDA ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RPPN 	<p>SISTEMA VIÁRIO E CONEXÕES PROPOSTAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS EIXOS VIÁRIOS VIAS PRINCIPAIS VIAS DE LIGAÇÃO PROJEÇÕES PERCORSOS DE CICLOVIAS TRILHAS ECOLÓGICAS CAMINHOS VERDES 	<p>ÁREAS VERDES:</p> <ul style="list-style-type: none"> ÁREA VERDE A PRESERVAR PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA <p>EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> EQUIPAMENTO EXISTENTE EQUIPAMENTO PROPOSTO INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 1) xx.xx CÓDIGO DA INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 1)
---	---	--

5.2.17 Área de Intervenção Urbana: Lajeado Alexandre (A.17)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Parque Linear	A.17
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Lajeado Alexandre	

Localização	
Setor: 2-8	
Usos principais	
Interesse ambiental e paisagístico	
Propriedade	
Privada	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
2.24, 2.25, 8.19, 8.20, 8.21, 8.22	
Fase de Implantação	
LONGO	

Situação e diagnóstico da situação atual
 A área de intervenção se concentra na Bacia do Lajeado Alexandre, conformada por um corredor fluvial que recorre o centro do Setor 8 (Bairro Santa Marta). A área é conformada pelo corredor fluvial e delimitada pela Av. Perimetral, pelos equipamentos esportivos do SEST-SENAT e pelo complexo esportivo Teixerinha até a Av. Miguelzinho Lima. Esta intervenção está na área de estudo do Plano Urbanístico Local da região sudeste perimetral sul da cidade – Setores 08 e 09, ação prevista pelo componente II do PRODIN. As propostas desta ficha poderão ser revisadas em função dos resultados do referido plano.

Objetivos da Intervenção

- Recuperação ambiental e reconstituição da vegetação existente.
- Recuperação e manutenção dos cursos d'água, estabelecendo os limites de intervenção e preservação permanente.
- Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante.
- Reassentamento e regularização urbana.
- Melhoria da acessibilidade e sistema viário do setor.
- Implantação de equipamentos para garantir o funcionamento de caráter educacional, ambiental e social dos parques.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	931.126	-
Áreas de preservação	334.334	-
Espaços livres de uso público	350.385	-
Equipamentos de uso público	89.600	-
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	58.420	de acordo com projeto
- Outros	23.060	0
Proposta de implantação de vias	81.083	-
Proposta de melhorias de vias	0	-
Outras áreas privadas	86.334	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO		
Tipo de Intervenção	Código	
Parque Linear	A.17	
Nome da Área de Intervenção Urbana		
Lajeado Alexandre		

Investimento inicial	Custo manutenção/operacional anual	Capacidade de atendimento
48.788.990 R\$	9.685.740 R\$	110.736 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m ²
441 R\$/usuário	89 R\$/usuário	52 R\$/m ²

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Declaração de utilidade pública			
- Criação de Lei municipal específica			
- Desapropriações			
- Obras de execução (Parque Linear)			

Descrição das propostas:

Propõe-se a criação de um Parque Linear ao longo do corredor fluvial do arroio existente, para definir novas áreas verdes, respeitando as restrições de ocupação das faixas de córregos e encostas íngremes, para oferecer à população um espaço de contemplação, recreação e recuperação de uma área degradada, além de garantir a manutenção das áreas de preservação permanente. O Parque está configurado com uma visão em longo prazo, prevendo alteração do zoneamento atual, definição de novos instrumentos urbanísticos, regularização fundiária e edilícia, e desapropriações em áreas consideradas de risco.

Propõe-se a ordenação do setor em zona de uso turístico e recreativo, potencializando a implantação de atividades de recreação, lazer e esporte, em uma área atualmente já consolidada pelos equipamentos esportivos do SEST-SENAT e pelo complexo esportivo Teixerinha. De forma indicativa sugere-se a implantação de vias de conexão entre os diversos setores e a disponibilização de áreas privadas destinadas a usos recreativos e de lazer.

Identifica-se a possibilidade de realizar estudo específico para definir a criação de Parceria Público-Privada (PPP) com o objetivo de vincular e acompanhar o processo, incluindo proprietários e particulares. A Prefeitura pode aplicar o instrumento da transferência do direito de construir, como forma de financiamento da área, diminuindo despesas com desapropriações. Para isso, será necessária a definição de uma lei específica para determinar aos proprietários dos imóveis atingidos, que seja permitida a transferência do potencial construtivo. Tal potencial construtivo poderá ser aplicado dentro ou fora da Área de Intervenção, podendo inclusive, ser negociado no mercado da construção civil.

Diretrizes de intervenção:

- Proposição de alteração de zoneamento atual, para manutenção e conservação de espaços livres privados e o remanescente florestal de forma integrada, nos terrenos sem quarteirão configurado, preservando e recuperando espaços de interesse ambiental e paisagístico. O estudo específico deverá respeitar a vegetação existente e deverão ser executados projetos de recomposição da mata ciliar e de paisagismo, devolvendo-lhes qualidade ambiental.
- Implantação de novo Parque linear para ampliação das áreas verdes ao longo dos cursos d'água e a possível aplicação de outorga onerosa de potencial construtivo adicional e de recepção da transferência do direito de construir oriundo das áreas contínuas na faixa de planície aluvial.
- Criação de trilhas e implantação de equipamentos de lazer e recreação nas áreas verdes.
- Criação de Lei municipal para definição de área que poderá receber o potencial construtivo proveniente da transferência do direito de construir.
- Reserva de uma área destinada a equipamentos esportivos e de lazer ao ar livre.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Parque Linear	A.17
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Lajeado Alexandre	

Descrição das propostas:

- Desenvolvimento de um processo de reassentamento e regularização urbana das moradias em situação irregular.
- Oferecer benefícios fiscais a empreendedores que cederem áreas para novas propostas e remoção de construções localizadas à margem de rios, em áreas inundáveis, e áreas de preservação de mata nativa.

Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos:

- **Implantação de um Parque Linear.** O parque disponibilizará áreas para a implantação de academias ao ar livre, playgrounds, áreas de convivência, áreas destinadas ao estacionamento de veículos e bicicletas, de acordo com o estudo preliminar específico e projeto executivo do Parque.
- **Equipamentos esportivos.** Prevê-se implantação de 55.930 m² de superfícies de usos esportivos (quadras, campo de futebol ou ampliação do complexo esportivo) para aumento de índice de superfície por população do setor (Intervenções 2.24, 2.25, 8.19, 8.20, 8.21, 8.22). Além de estudos para reabilitação do Ginásio Teixeira e integração à área de intervenção.

Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:

Propõe-se a alteração de zoneamento urbano da área de preservação de recurso hídricos no entorno de rio, através da criação da **Zona de Parque Linear (ZPL)**, com o objetivo de preservar e recompor a mata ciliar ao longo dos rios e arroios e instalar equipamentos de lazer, esporte, cultura e convivência, em conjunto com o trabalho de educação ambiental e preservação do meio ambiente, propiciando a sua utilização pelos moradores locais e visitantes de outros bairros.

Além disso, propõe-se a alteração de parâmetros urbanísticos da Zona de Recreação e Turismo (ZRT), destinadas prioritariamente aos usos relativos à recreação, ao turismo e seus complementares. Propõem-se os seguintes parâmetros urbanísticos para a definição da ZRT2 - "Lajeado Alexandre":

- Taxa de Ocupação (TO): 40%
- Coeficiente de Aproveitamento (CA): 0,8
- Usos e atividades conformes: serviços de educação, serviços esportivos, serviços de cultura, serviços de diversões e lazer Tipo I e II.
- Usos e atividades permissíveis: serviços médicos, serviços profissionais, serviços bancários e institucionais, comércio varejista e serviços Tipo I, comércio varejista Especial Tipo II, serviços de diversões e lazer Tipo III e IV.
- Usos e atividades proibidas: atividades de significativa repercussão ambiental, de acordo ao art. 122 do Plano Diretor (Lei Complementar nº 299/2012).

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Parque Linear	A.17
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Lajeado Alexandre	

Descrição das propostas:
Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)
Implantação de parques ou praças	350.385	17.519.250
Implantação de equipamentos	55.930	6.711.600
Implantação de vias	81.083	22.703.240
Total	-	

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade (m ²)	Custo (R\$)
Manutenção anual de parques ou praças	350.385	4.204.620
Custo operacional anual de parques ou praças	-	39.600
Manutenção anual de equipamentos	55.930	2.237.200
Custo operacional de equipamentos	-	108.000
Manutenção anual de vias	81.083	3.243.320
Custo operacional de vias	-	18.000
Total	-	9.685.140

Observações:

- Índice de m². per capita dos espaços livres de uso público do município: 2,0 m²./hab.
- O orçamento de desenvolvimento urbano não inclui os custos de desapropriação, pois se sugere evitar o uso deste instrumento frente aos possíveis instrumentos de viabilização da área indicados no capítulo 4.

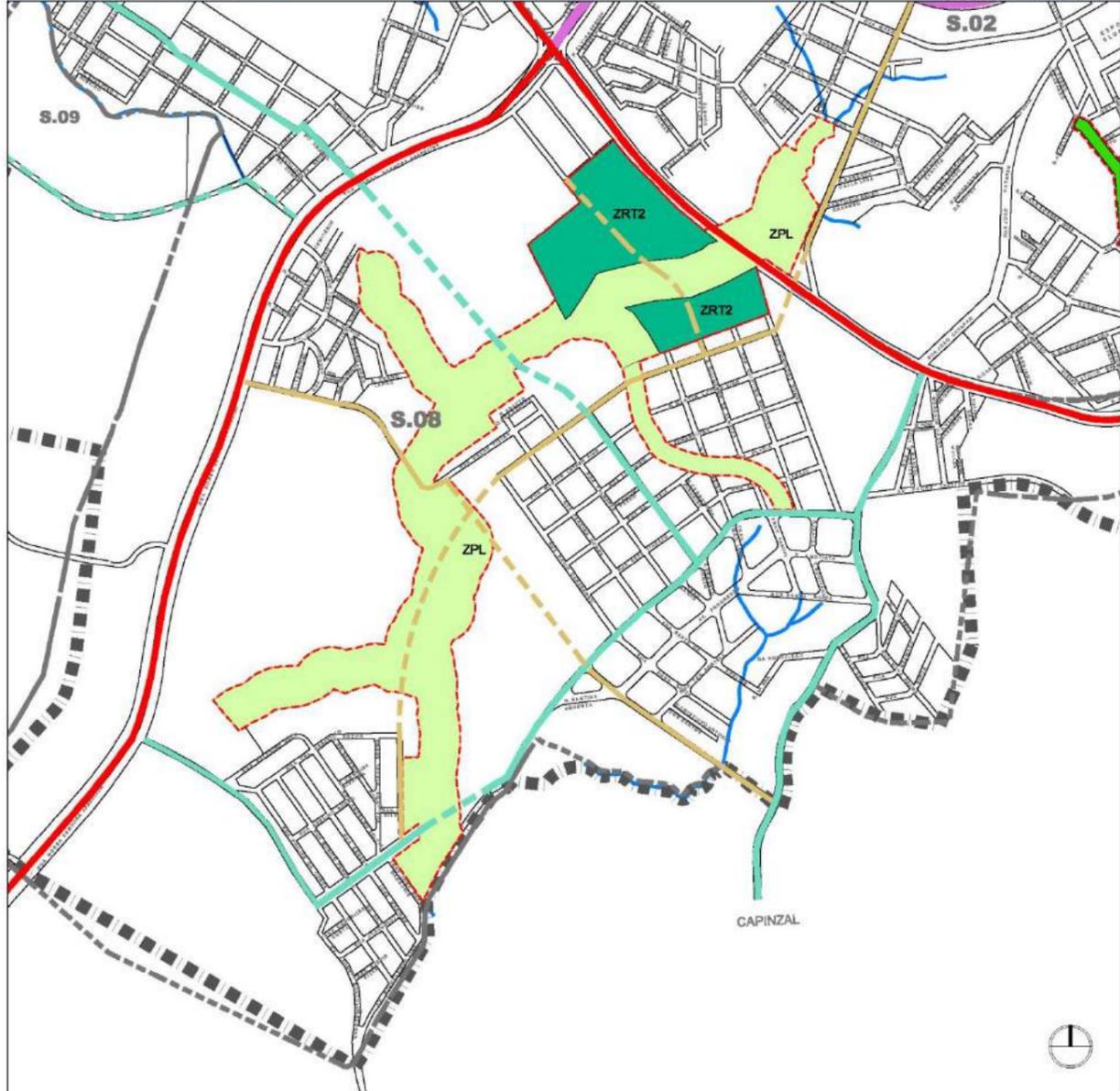
Legenda numérica da descrição gráfica:

ID	Código	Nome	Área de terreno (m ²)
-	2.24	Novo Equipamento Esportivo	13.500
-	2.25	Novo Equipamento Esportivo	14.500
-	8.19	Novo Equipamento Esportivo	8.000
-	8.20	Novo Equipamento Esportivo	2.630
-	8.21	Novo Equipamento Esportivo	15.000
-	8.22	Novo Equipamento Esportivo	2.300
-	8.9	Ginásio Teixeira	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Linear	A.17.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Lajeado Alexandre	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:20.000



Legenda		
ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	SISTEMA VIÁRIO:	ZONEAMENTO:
PERÍMETRO URBANO	RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS	ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
LIMITE SETOR-BAIRRO	EIXOS VIÁRIOS	ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA
RIOS E ARROIOS	VIAS PRINCIPAIS	ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL
	VIAS DE LIGAÇÃO	ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA
	PROJEÇÕES	ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO
	LINHAS FERROVIÁRIAS	ZPL. PARQUE LINEAR
		ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Linear	A.17.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Lajeado Alexandre	

Mapa de uso e ocupação do solo das propostas Escala: 1:20.000



Legenda		
ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	SISTEMA VIÁRIO E CONEXÕES PROPOSTAS:	ÁREAS VERDES:
PERÍMETRO URBANO	RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS	ÁREA VERDE A PRESERVAR
LIMITE SETOR-BAIRRO	EIXOS VIÁRIOS	PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE
RIOS E ARROIOS	VIAS PRINCIPAIS	PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA
ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO	VIAS DE LIGAÇÃO	EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS
ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO SUGERIDA	PROJEÇÕES	EQUIPAMENTO EXISTENTE
ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PERCursos DE CICLOVIAS	EQUIPAMENTO PROPOSTO
RPPN	TRILHAS ECOLÓGICAS	INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 1)
	CAMINHOS VERDES	CÓDIGO DA INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 1)

5.2.18 Área de Intervenção Urbana: Antigo Patronato (A.18)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Urbana	A.18
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Antigo Patronato	

Localização	
Setor: 5 Rodovia BR -285, Km 171	
Usos principais	
Educação e Lazer	
Propriedade	
Privada	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
A.8, A.15	
Fase de Implantação	
MÉDIO	

Situação e diagnóstico da situação atual
 Área propriedade da Fundação Educacional da Criança e do Adolescente (Antigo Patronato), localizada na BR-285, cujas instalações fazem parte do patrimônio da Prefeitura e do Governo do Estado. Atualmente, no local, funciona uma escola aberta municipal e um CRAS (a relocar), além de possuir uma área verde com vegetação significativa.

- Objetivos da Intervenção**
- Melhora das instalações existentes para adequar ao novo quadro funcional
 - Recuperação ambiental e reconstituição da vegetação existente.
 - Aumento do índice de espaços livres de uso público por habitante.
 - Implantação de novos equipamentos de uso municipal e regional, em gestão compartilhada com o Governo do Estado.

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	38.364	-
Áreas de preservação	0	-
Espaços livres de uso público	18.470	-
Equipamentos de uso públicos	19.900	2.354
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	0	0
- Outros	19.900	2.354
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	0	-
Outras áreas passíveis de ocupação	0	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO		
Tipo de Intervenção	Código	
Requalificação Urbana	A.18	
Nome da Área de Intervenção Urbana		
Antigo Patronato		

Investimento inicial	Custo manutenção/operacional anual	Capacidade de atendimento
3.042.100 R\$	684.960 R\$	12.923 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m ²
235 R\$/usuário	53 R\$/usuário	79 R\$/m ²

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Alteração do zoneamento urbano			
- Obras de execução (Fase de implantação)			

Descrição das propostas:
 Propõe-se a reabilitação, ampliação e construção de novos equipamentos situados no entorno das edificações existentes (Antigo Patronato) a fim de melhorar o funcionamento dos usos atuais (Escola Municipal Aberta). Propõe-se relocação do CRAS existente e complementar com novos usos educativos de caráter regional a definir, como uma possível sede da Universidade Popular ou Universidade Federal.

A área de intervenção compreende o entorno de áreas livres do lote. Propõe-se que estas áreas livres se transformem em áreas verdes de uso público, para garantir a preservação de vegetação existente.

Identifica-se a possibilidade de realizar estudo específico para definir a criação de Parceria Público-Privada (PPP) com o objetivo de vincular cooperação entre a Prefeitura, Governo do Estado e particulares, para o desenvolvimento de um programa integral de conservação, manutenção e uso do novo espaço de uso público.

- Diretrizes de intervenção:**
- Proposição de alteração de zoneamento atual e definição de estudo de desenvolvimento urbano específico para determinação de edificações e funções necessárias.
 - Criação de trilhas e implantação de espaços livres de uso público, de acordo com estudo específico de vegetação existente.

Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos:
 Sugere-se a implantação de equipamentos comunitários de caráter regional ou municipal. Além disso, sugere-se a melhoria paisagística da área livre frente à via pública e áreas de preservação para garantir a preservação das características naturais do entorno.

Proposta de zoneamento urbano e proposição dos parâmetros urbanísticos:
 De acordo ao Plano Diretor, propõe-se a alteração de zoneamento urbano da área de intervenção, transformando em **Zona de Uso Especial (ZUE)**, com o objetivo de definir, de acordo com estudo específico, quais devem ser as atividades de interesse público e essenciais ao funcionamento da cidade e região. Propõe-se os seguintes parâmetros urbanísticos para a definição da ZUE:

- Taxa de Ocupação (TO): 20%
- Coeficiente de Aproveitamento (CA): 0,2
- Usos e atividades conformes: Serviços esportivos, Serviços bancários e institucionais, Serviços de Alojamento Tipo I, Serviços de educação, Serviços de cultura, Serviços religiosos.
- Usos e atividades permissíveis: Postos de Serviço Tipo I, Comércio Varejista Especial Tipo I e II, Serviços de Diversões e Lazer Tipo I, II, III e IV, serviços de transmissão.
- Usos e atividades proibidas: atividades de significativa repercussão ambiental, de acordo a art. 122 do Plano Diretor (Lei Complementar nº 299/2012).

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Requalificação Urbana	A.18
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Antigo Patronato	

Descrição das propostas:
Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Implantação de parques ou praças	18470	923.500
Reforma / ampliações de equipamentos	2354	2.118.600
Total	-	3.042.100

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Manutenção anual de parques ou praças	18.470	221.640
Custo operacional anual de parques ou praças	-	39.600
Manutenção anual de equipamentos	19.900	423.720
Total	-	684.960

Observações:

- Equipamentos comunitários existentes - Área Total a reformar ou restaurar: 2.354m²
- Índice de m². per capita das espaços livres de uso público do município: 0,1 m²/hab.
- De acordo com a informação disponível, foi considerada a capacidade de atendimento da intervenção referente aos usos e atividades atuais.
- O custo de investimento não inclui possíveis intervenções de ampliação ou nova construção de equipamentos.

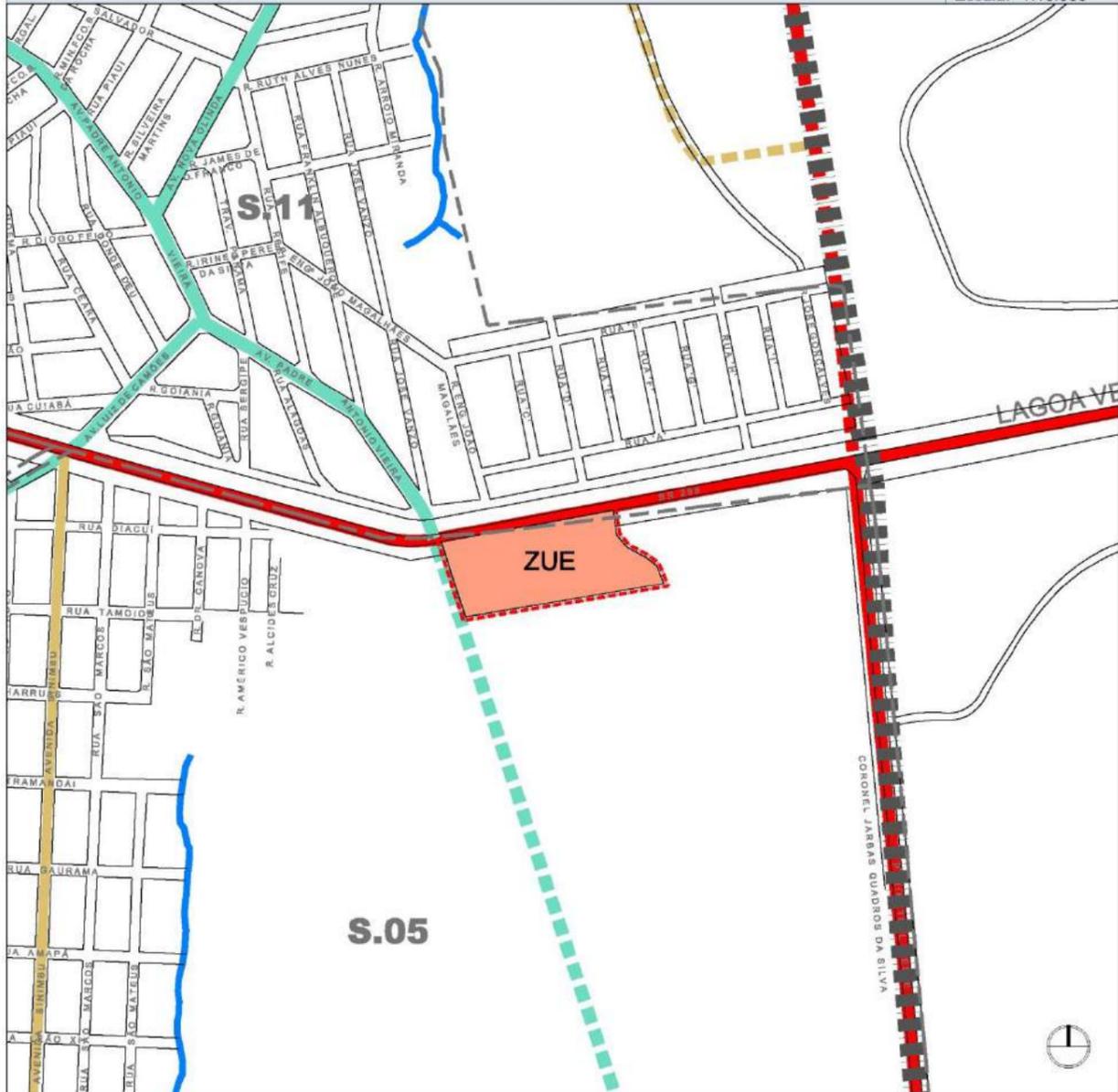
Legenda numérica da descrição gráfica:

ID	Código	Nome	Área de terreno (m2)
01	5.8	Reabilitação EMEF (Hoje) / Novos usos educativos	19.900
02	5.10	Relocação CRAS 01 /	

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque urbano	A.18.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Antigo Patronato	

Mapa de zoneamento da proposta Escala: 1:10.000

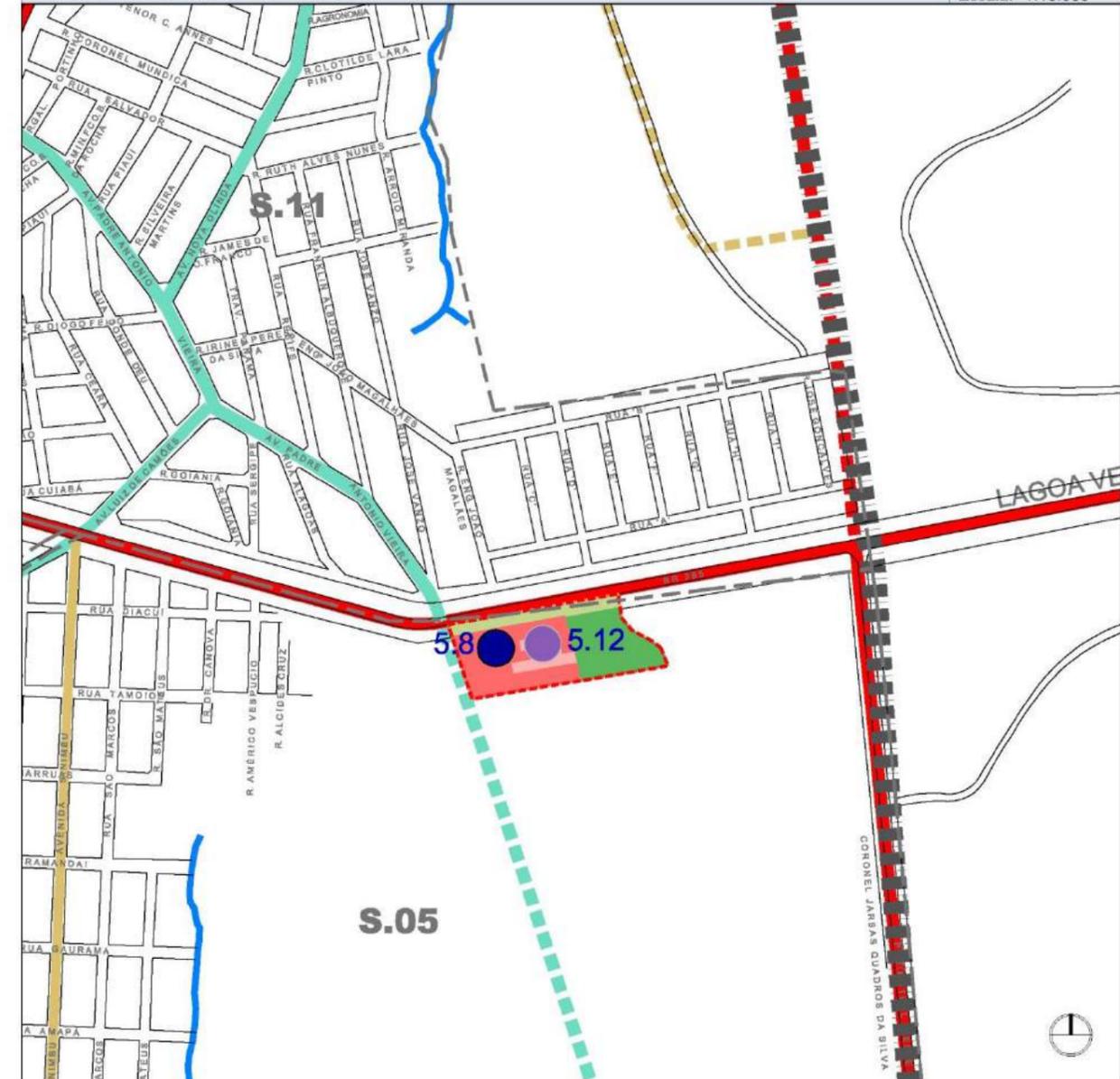


Legenda		
	ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	
	PERÍMETRO URBANO	
	LIMITE SETOR-BAIRRO	
	RIOS E ARROIOS	
	RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS	
	EIXOS VIÁRIOS	
	VIAS PRINCIPAIS	
	VIAS DE LIGAÇÃO	
	PROJEÇÕES	
	LINHAS FERROVIÁRIAS	
	ZPRH. ZONA DE PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	
	ZPMN. ZONA DE PROTEÇÃO DA MATA NATIVA	
	ZRA. ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	
	ZOC. ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA	
	ZRT. ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO	
	ZPL. PARQUE LINEAR	
	ZUE. ZONA DE USO ESPECIAL	

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Parque Urbano	A.18.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Antigo Patronato	

Mapa de uso e ocupação do solo das propostas Escala: 1:10.000



Legenda		
	ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	
	PERÍMETRO URBANO	
	LIMITE SETOR-BAIRRO	
	RIOS E ARROIOS	
	ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO	
	ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO SUGERIDA	
	ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
	RPPN	
	RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS	
	EIXOS VIÁRIOS	
	VIAS PRINCIPAIS	
	VIAS DE LIGAÇÃO	
	PROJEÇÕES	
	LINHAS FERROVIÁRIAS	
	ÁREA VERDE A PRESERVAR	
	PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE	
	PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA	
	EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS	
	EQUIPAMENTO EXISTENTE	
	EQUIPAMENTO PROPOSTO	
	INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 1)	
	CÓDIGO DA INTERVENÇÃO EM EQUIPAMENTO (VER ANEXO 1)	

5.2.19 Área de Intervenção Urbana: Eixo de Conexão à Roselândia (A.19)

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Via de ligação	A.19
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Eixo de conexão a Roselândia	

Localização	
Setor: 12-21	
Rua: São Roque / Rua da Brigada Militar	
Usos principais	
Sistema viário	
Propriedade	
Pública	
Setores beneficiados	
Alcance municipal	
Intervenções relacionadas	
A.09 / A.02	
Fase de Implantação	
MÉDIO	

Situação e diagnóstico da situação atual
 Eixo de acesso a Roselândia, que se inicia na Av. Presidente Vargas com a Rua da Brigada Militar até a sua conexão em forma de bifurcação com a Estrada Faixa Eduardo Laimer. O eixo possui distintos trechos que variam de largura (entre 8 a 12 m) e com diversos graus de urbanização. O trecho mais ao sul não está pavimentado e possui grande quantidade de terrenos vazios. Também apresenta deficiências em relação aos elementos de mobiliário urbano e iluminação.

- Objetivos da Intervenção**
- Potencializar via de ligação como eixo estruturador das áreas públicas do município.
 - Melhorar a acessibilidade e sistema viário do setor.
 - Habilitar o eixo como itinerário turístico de conexão entre o Parque Linear do Bosque Lucas de Araújo e o complexo da Roselândia, com a implementação de uma ciclovia e arborização

Proposta de usos e ocupação do solo	Área terreno (m2)	Área construída (m2)
Área de intervenção urbana	69.960	-
Áreas de preservação	0	-
Espaços livres de uso público	0	-
Equipamentos de uso público	0	0
-Educação	0	0
- Saúde	0	0
- Atenção Social	0	0
- Culturais	0	0
- Esportivos	0	0
- Outros	0	0
Proposta de implantação de vias	0	-
Proposta de melhorias de vias	69.960	-
Outras áreas privadas	0	-

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO	
Tipo de Intervenção	Código
Via de ligação	A.19
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Eixo de conexão a Roselândia	

Investimento inicial	Custo manutenção / operacional anual	Capacidade de atendimento
10.494.000 R\$	2.798.400 R\$	20.172 usuários
Custo de investimento	Custo operacional / usuário	Custo por m ²
520 R\$/usuário	139 R\$/usuário	150 R\$/m ²

Ações previstas	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
- Elaboração de Plano Diretor de Mobilidade			
- Concessão de adoção de áreas verdes			
- Obras de execução (Fase de implantação)			

Descrição das propostas:

A área de intervenção corresponde aproximadamente a 1,8km de comprimento do eixo viário e tem como objetivo transformar a atual via em caminho verde, potencializando seu uso como conexão de pedestres de e de bicicletas, entre o Complexo da Roselândia e o potencial Parque linear do Bosque Lucas Araújo. A proposta compreende implementar áreas ajardinadas e arborização priorizando o uso do pedestre e ciclistas, propondo elementos de sinalização e tráfego restrito aos habitantes que acessam por esta via.

Deverá ser estudada a capacidade do espaço livre para implantar uma nova ciclovia e elementos de sinalização e tráfego restrito aos habitantes que acessam por esta via, melhorar a eficiência do transporte público, e definir novos pontos de ônibus, de acordo com proposições e diretrizes do Plano Diretor de Mobilidade (atualmente em elaboração).

Diretrizes de intervenção:

- Criação de pontos de travessia segura para pedestres no cruzamento de vias principais e secundárias.
- Promover a acessibilidade, reurbanizando as calçadas para oferecer espaços livres adequados e de acesso a toda a população naqueles trechos pavimentados e consolidados
- Possibilidade de implantação de ciclovia com objetivo de fomentar a mobilidade sustentável.
- Possibilidade de substituir a rede elétrica aérea por uma rede subterrânea, com o objetivo de melhorar a qualidade da paisagem urbana.
- Elaboração de Plano de paisagismo e mobiliário, para definição de critérios de ordenação e desenho do mobiliário urbano e equipamentos nos passeios públicos.
- Elaboração de Plano de Manutenção das Áreas Verdes no município.

Equipamentos urbanos comunitários e Espaços Livres de uso público propostos:

- Reordenação do eixo viário para melhorar a qualidade ambiental, da paisagem e dos espaços urbanos. Propõe-se um tratamento de arborização, iluminação pública e implantação de mobiliário urbano diferenciado, a fim de criar uma identidade e favorecer a acessibilidade e a permeabilidade de percursos de pedestres e ciclistas.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Tipo de Intervenção	Código
Via de ligação	A.19
Nome da Área de Intervenção Urbana	
Eixo de conexão a Roselândia	

Descrição das propostas:
Orçamentos:

- Orçamento de desenvolvimento urbano:

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Melhorias de vias	69.960	10.494.000
Total	-	10.494.000

- Orçamento de manutenção / operacional anual:

Conceito	Quantidade (m2)	Custo (R\$)
Manutenção anual de vias	69.960	2.798.400
Total	-	2.798.400

Observações:

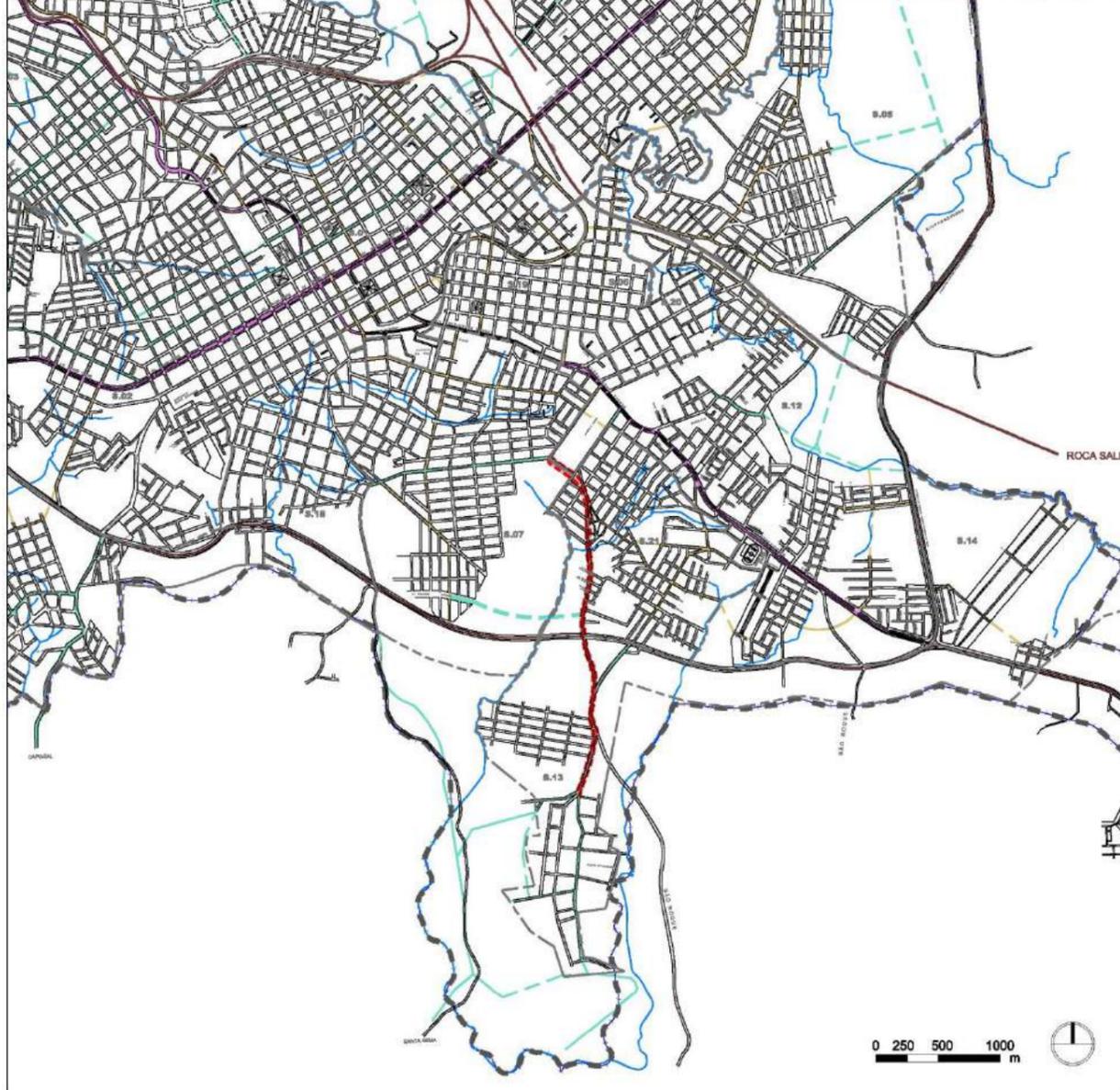
Espaços livres de uso público existentes:

- Plano Diretor de Mobilidade, previsto pelo PRODIN, deverá realizar um estudo mais aprofundado e poderá alterar as proposições e diretrizes desta ficha.
- 1,8 Km de vias para melhoria e adequação.
- O orçamento referente à melhoria de vias contempla apenas a requalificação paisagística das vias existentes, sendo uma estimativa realizada com base em R\$ 23/m2.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Via de Ligação	A.19.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Eixo de conexão a Roselândia	

Mapa de situação da proposta Escala: 1:50.000



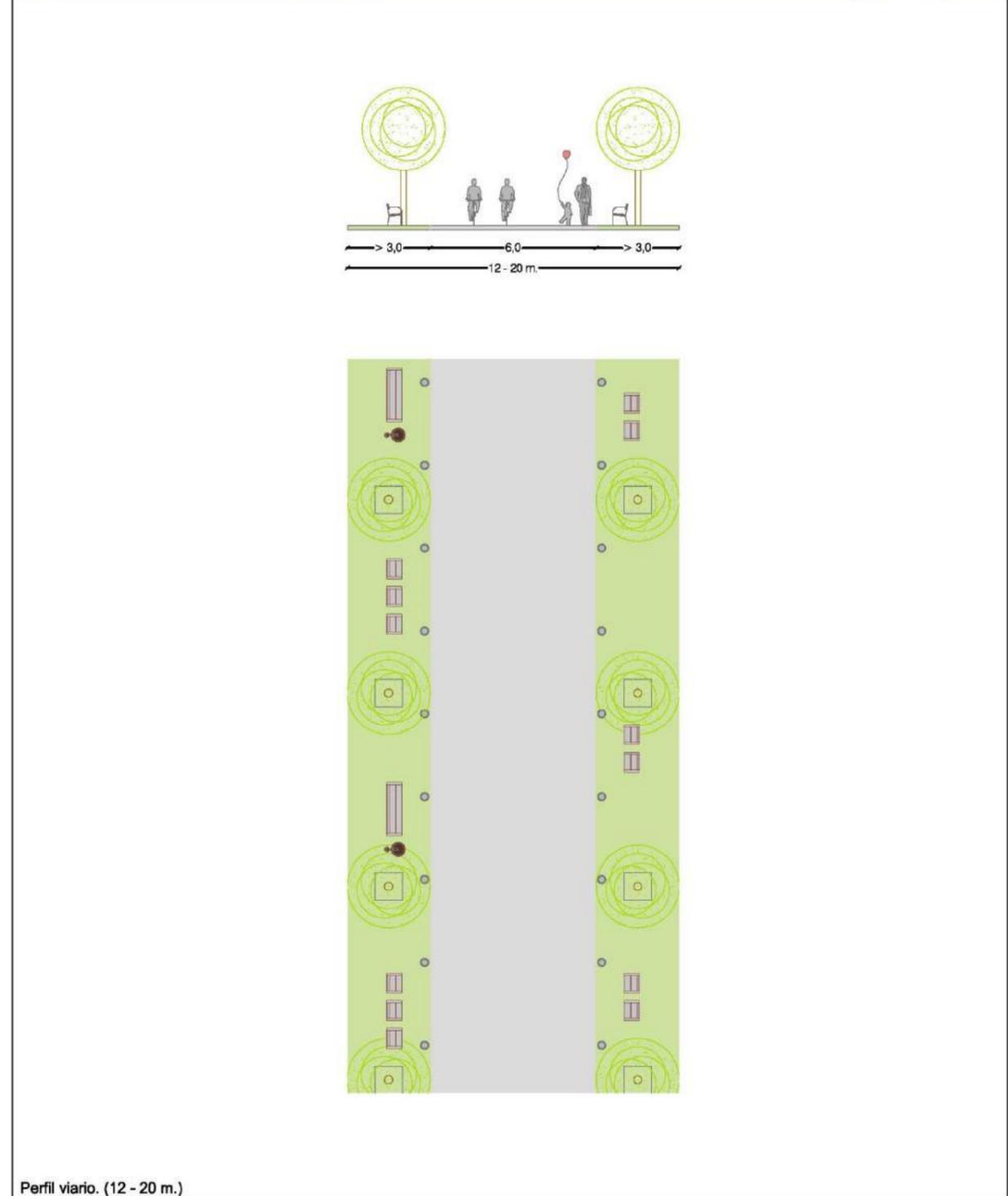
Legenda

 ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA	SISTEMA VIÁRIO:
 PERÍMETRO URBANO	 RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS
 LIMITE SETOR-BAIRRO	 EIXOS VIÁRIOS
 RIOS E ARROIOS	 VIAS PRINCIPAIS
	 VIAS DE LIGAÇÃO
	 PROJEÇÕES
	 LINHAS FERROVIÁRIAS

PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES DE ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS: TRAÇADOS, ALTERNATIVAS E SOLUÇÕES DE DESENHO URBANO

Elemento de Intervenção	Código
Via de Ligação	A.19.
Nome da Área de Intervenção Urbana (AIU)	
Eixo de conexão a Roselândia	

Mapa de soluções de desenho urbano das propostas Escala: 1:200



5.2.20 Cronograma previsto para as áreas de intervenção urbana

A seguir apresentamos o cronograma propositivo com a estimativa das fases de implantação para as Áreas de Intervenção Urbana (AIU) propostas. A determinação destas fases foram baseadas nos seguintes critérios:

- Localização Estratégica;
- Áreas com grande capacidade irradiadora;
- Disponibilidade de terrenos de propriedade pública;
- Dimensão da área de intervenção e complexidade de implantação das ações;
- Disponibilidade de áreas ociosas com possibilidade de receber novos usos.

A partir destes critérios foi realizada a tabela abaixo com as propostas de faseamento de implantação das AIU:

Área de Intervenção	Nome	Fase de implantação	CURTO (2022)	MÉDIO (2032)	LONGO (2042)
A.01	Quartel do Exército	MÉDIO			
A.02	Bosque Lucas de Araújo	LONGO			
A.03	Parque da Gare – Antiga Estação	CURTO			
A.04	Banhado da Vergueiro	CURTO			
A.05	Parque Pinheiro Torto	MÉDIO			
A.06	Parque Arlindo Haas	CURTO			
A.07	Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto	MÉDIO			
A.08	Pedreira da Ergo	MÉDIO			
A.09	Roselândia	MÉDIO			
A.10	Fábrica de tubos	MÉDIO			
A.11	Eixo Av. Brasil	MÉDIO			
A.12	Eixo Av. 7 de Setembro	MÉDIO			
A.13	Eixo Av. Rui Barbosa	MÉDIO			
A.14	Parque Menino Deus	MÉDIO			
A.15	Rio Passo Fundo	LONGO			
A.16	Arroio Chafariz	LONGO			
A.17	Lajeado Alexandre	LONGO			
A.18	Antigo Patronato	MÉDIO			
A.19	Eixo Conexão Roselândia	MÉDIO			

Fase de Implantação
Fase das Ações Previstas

Tabela 20. Fases de implantação previstas para as áreas de intervenção de desenho urbano.

Fonte: Idom (2013)

No decorrer da realização dos trabalhos foram realizadas reuniões entre a equipe da UGP, o BID e a empresa consultora, no sentido de orientar e gerenciar o encaminhamento das intervenções identificadas, considerando conjuntamente a perspectiva técnica, social, ambiental e econômica. Entre as alternativas mais viáveis apresentadas no presente documento, o Parque da Gare e seu entorno foi selecionado de forma unânime

como a intervenção que deve continuar sendo detalhada em etapa posterior e compor o Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo para receber os investimentos prioritários destinados à realização de obras e serviços relacionados.

Desta forma, o PEEUEL indica a “Requalificação Urbana, Histórica e Cultural do Parque da Gare” como o projeto prioritário selecionado, por se tratar do único parque urbano do município, localizado na região central da cidade, por constituir um espaço de lazer, um espaço esportivo, um espaço livre de uso público e um patrimônio histórico e cultural a ser preservado. Reúne diversos componentes e contribui de forma integral e abrangente para a estruturação do plano, sendo apto para receber equipamentos atrativos para a região. Consiste em uma área pública municipal de importância estratégica para a escala da cidade, coincidindo com os objetivos estabelecidos para o presente trabalho, que conclui sua etapa de planejamento e deve iniciar uma nova etapa de execução e gestão.

5.3 VIABILIZAÇÃO DAS ÁREAS NECESSÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Um dos principais desafios para o poder público viabilizar a implantação das propostas, especialmente as áreas de intervenção urbana, é a aquisição de áreas estratégicas atualmente pertencentes aos proprietários privados. Para isto se prevê a aplicação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade previstos no PDDI, além do instrumento da desapropriação por utilidade pública.

De forma geral, propõe-se que os equipamentos a serem implantados fora das áreas de intervenção urbana, em terrenos de titularidade pública, seja utilizado o instrumento da desapropriação para viabilização das áreas. Sendo assim, nestes casos o custo da desapropriação está incluído nas previsões orçamentárias.

Já para a viabilização das áreas de intervenção urbana e dos equipamentos nelas inseridos, devido ao alto custo inerente das desapropriações, sugere-se evitar a utilização deste instrumento, e priorizar a utilização dos demais instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade previstos no PDDI. Sendo assim, nas previsões orçamentárias das intervenções em questão, o custo da viabilização dos terrenos não foi computado.

Para a definição da utilização do instrumento urbanístico a ser aplicado, se faz necessária à realização de estudo de viabilidade acompanhado de projeto urbanístico específico para cada área de intervenção, de modo a definir com maior detalhamento os instrumentos de possível aplicação. Em alguns casos poderão ser utilizados mais de um instrumento, de forma combinada.

A seguir são explicados os instrumentos passíveis de utilização, que podem viabilizar tanto a implantação das áreas de intervenção urbana e os equipamentos inseridos em seu perímetro, como a implantação de equipamentos em áreas a serem adquiridas.

a) Desapropriação por Utilidade Pública

De acordo com o decreto de lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, a desapropriação é regulamentada mediante declaração de utilidade pública. A desapropriação poderá abranger a área

contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

Consideram-se casos de utilidade pública:

- a segurança nacional;
- a defesa do Estado;
- o socorro público em caso de calamidade;
- a salubridade pública;
- a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência;
- o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica;
- a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;
- a exploração ou a conservação dos serviços públicos;
- a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais; (Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999)
- o funcionamento dos meios de transporte coletivo;
- a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e regalar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;
- a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens moveis de valor histórico ou artístico;
- a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios;
- a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves;
- a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária;

- os demais casos previstos por leis especiais.

b) Transferência do Direito de Construir

O PDDI em seus artigos 147 e 148 faz referência à possibilidade da utilização da transferência do potencial construtivo como forma de conferir um imóvel privado ao poder público. Este instrumento é particularmente importante na implantação das intervenções dos Parques Lineares e proteção das Áreas de especial interesse paisagístico e ambiental.

A aplicação deste instrumento depende de uma clara definição das zonas geradoras do potencial construtivo transferível onde se pretende intervir o poder público, e as áreas receptoras, onde se pretende aplicar o potencial adicional até o limite do máximo estabelecido. Além disto, se podem definir mudanças nas condições de parcelamento, uso e ocupação do solo, assim como benefícios fiscais e de usos.

Para a sua aplicação, o poder público deve realizar o cadastramento dos imóveis passíveis de aplicação deste instrumento.

Como caso de estudo, em Curitiba a transferência de potencial construtivo – Lei no 6.337/1982 e Lei no 9.803/ 2000 – é um instrumento presente na Lei Orgânica do Município, sendo usada desde 1982 para preservação de patrimônio histórico. Seu uso foi ampliado em 2000, com a inserção de áreas verdes e de fundos de vale a serem preservados. A legislação determinou as zonas que podem receber transferências, com limites de área máxima a ser incorporada aos empreendimentos e os usos permitidos. No caso de imóveis particulares a serem preservados, o proprietário deve restaurar o imóvel como condição para receber o potencial de transferência. Muitas vezes a operação de restauro é feita em parceria, na qual o proprietário se associa a um empreendedor interessado em receber o potencial .

No caso da implantação dos Parques lineares, a principal dificuldade da aplicação deste instrumento são as condições de fiscalização e gestão pública destes espaços. Deve se estabelecer um mecanismo de gestão onde a recuperação das áreas de implantação do Parque Linear não seja totalmente a cargo dos proprietários, de forma que o poder público disponha de controle sobre o processo. Também se devem adotar medidas de controle e manutenção das características ambientais do fundo de vale e a preservação da Mata Ciliar.

Outra desvantagem deste instrumento é que as concessões dos terrenos dependem do interesse ou da predisposição dos proprietários. Por isto é importante que o Poder Público proponha formas combinadas de gestão e aplicação de outros instrumentos urbanísticos, como por exemplo, a desapropriação, nos casos onde se reconheça prioritariamente sua intervenção para a implantação de equipamentos ou a garantia de espaços de uso público, ou o direito de superfície para garantir a fiscalização e gestão pública deste espaços.

c) Direito de Preempção

A legislação, em seus artigos 140 a 142, do PDDI, estabelece que o Poder Público Municipal possa exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

O proprietário de imóvel urbano situado em área urbana onde incide o direito de preempção tem a obrigação de notificar ao Município a intenção de alienar o seu imóvel. Para o Executivo Municipal poder manifestar a concordância ou não sobre o valor de venda, deve ser adotado o procedimento da avaliação do valor do imóvel, que é um requisito necessário para o Poder Público poder adquirir um imóvel, seja por licitação ou pela desapropriação.

d) Direito de Superfície

A legislação, no artigo 149 do PDDI, estabelece que o Município poderá receber em concessão, diretamente ou por meio de seus órgãos e entidades, o direito de superfície, nos termos da legislação em vigor, para viabilizar a implementação de diretrizes constantes desta lei, inclusive mediante a utilização do espaço aéreo e subterrâneo.

Isto significa que o proprietário pode conceder o direito de superfície do seu terreno (ou seja, o direito de construir sobre ou sob ele) por tempo determinado ou indeterminado, de forma gratuita ou onerosa. Desta forma, reconhece-se que o direito de construir tem um valor em si mesmo, independente do valor da propriedade, podendo agregar ou subtrair valor a esta. O Direito de Superfície possibilita o aproveitamento dos imóveis urbanos evitando a sua ociosidade ou subutilização com base em um planejamento urbanístico. Este instituto favorece a construção de equipamentos, edifícios e conjuntos habitacionais sobre terrenos urbanos vazios que estejam sem nenhuma destinação social, nos quais os proprietários não possuam os recursos financeiros necessários para promover essa destinação.

A utilização deste instrumento combinado como instrumento da transferência do direito de construir pode viabilizar a implantação dos Parques Lineares propostos.

e) Operações Urbanas Consorciadas

A legislação, em seu artigo 149, estabelece a possibilidade de implantar as Operações Urbanas Consorciadas como um conjunto de medidas coordenadas pelo Município com a participação de proprietários, moradores e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas, melhorias sociais e valorização ambiental em uma determinada área urbana.

Para a aplicação das operações urbanas no Município, o Plano Diretor deve definir quais são as áreas urbanas na cidade que poderão estar sujeitas a estas operações, que posteriormente deverão ser delimitadas por lei municipal específica.

A principal dificuldade para a aplicação do instrumento da Operação Urbana, é que o PDDI não estabelece um perímetro para sua aplicação. Tal fato pode se gerador de possíveis conflitos legais com os moradores da área à intervir e ou criar grandes expectativas com o mercado imobiliário que podem ser contrarias a obtenção dos recursos para a valorização ambiental ou social da área.

As principais experiências de aplicação deste instrumento se encontram na cidade de São Paulo, onde o município dispõe de um mecanismo de emissão de certificados de potencial adicional de construção para obter recursos necessários para executar as obras previstas na lei municipal da operação urbana.

f) Consórcio Imobiliário

De acordo com o artigo 138 do PDDI, entende-se consórcio imobiliário como a forma de viabilizar a urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Município seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente a urbanizadas ou edificadas.

O Plano Diretor adota o instrumento da urbanização consorciada, para empreendimentos conjuntos da iniciativa privada e dos poderes públicos federal, estadual e municipal, sob a coordenação deste último, visando à integração e a divisão de competências e recursos para a execução de projetos comuns. A urbanização consorciada poderá ocorrer por iniciativa do Poder Público, ou através de propostas dos interessados, cabendo ao Conselho Municipal de Política Urbana avaliar o interesse público da operação. Os critérios e procedimentos para aplicação da urbanização consorciada serão regulamentados por lei. Com o estabelecimento do consórcio imobiliário, o Poder Público assume a responsabilidade de promover a obrigação de parcelar, edificar ou dar utilização para um imóvel urbano que não cumpre com a função social, o que resulta no cumprimento do prazo estabelecido na lei municipal específica. O não cumprimento deste prazo implica em improbidade administrativa para os agentes públicos.

Como se pode observar, a regulamentação das Áreas de Intervenção Urbana requerem mecanismos complexos que dependerão de uma série de regulações específicas e estudos prévios, que garantam a viabilidade dos projetos.

A utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade normatizados pelo PDDI, podem se converter em propostas inovadoras, alternativas ao alto custo das desapropriações, com o objetivo de influenciar e transformar o desenvolvimento urbano da cidade em favor do interesse público coletivo.

A seguir foi elaborado a título de sugestão os possíveis instrumentos urbanísticos que se consideram mais adequados para aplicação nas Áreas de Intervenção Urbana, de maneira isolada ou a combinada com mais de um instrumento:

INSTRUMENTO	OBJETIVOS	ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA
DESAPROPRIAÇÃO	I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários; II – abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos III – funcionamento dos meios de transporte coletivo; IV – preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos;	A.04 Banhado da Vergueiro A.08 Pedreira da Ergo A.09 Roselândia A.11 Eixo Av. Brasil A.12 Eixo Av. 7 de Setembro A.13 Eixo Av. Rui Barbosa A.15 Rio Passo Fundo A.16 Arroio Chafariz A.17 Antigo Patronato A.19 Eixo de Conexão à Roselândia
TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR	I - implantação de equipamentos urbanos e comunitários; II - preservação, quando o imóvel for tombado ao patrimônio histórico, cultural, natural, paisagístico ou social; III - implementação de programas de regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários ou promoção da habitação de interesse social;	A.02 Bosque Lucas Araújo A.05 Parque Pinheiro Torto A.14 Parque Menino Deus A.15 Rio Passo Fundo A.16 Arroio Chafariz A.17 Lajeado Alexandre
DIREITO DE PREEMPÇÃO	I - regularização fundiária; II - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social; III - constituição de reserva fundiária; IV - ordenamento e direcionamento da expansão urbana; V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários; VI - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes; VII - criação de unidades de conservação ou proteção de áreas de interesse ambiental e paisagístico; VIII - proteção de áreas de interesse histórico e cultural;	A.02 Bosque Lucas Araújo A.05 Parque Pinheiro Torto A.14 Parque Menino Deus
DIREITO DE SUPERFÍCIE	I - viabilizar a implantação de infraestrutura de saneamento básico; II - facilitar a implantação de projetos de habitação de interesse social; III - favorecer a proteção ou recuperação do patrimônio ambiental; IV - viabilizar a implementação de programas previstos nesta lei; V - viabilizar a efetivação do sistema municipal de mobilidade; VI - viabilizar ou facilitar a implantação de serviços e equipamentos públicos; VII - facilitar a regularização fundiária de interesse social;	A.02 Bosque Lucas Araújo, A.05 Parque Pinheiro Torto, A.14 Parque Menino Deus, A.15 Rio Passo Fundo A.16 Arroio Chafariz A.17 Antigo Patronato
OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	I - a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias; II - a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente;	A.08 Pedreira da Ergo A.09 Roselândia A.15 Rio Passo Fundo A.16 Arroio Chafariz A.17 Lajeado Alexandre
CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO	I - promover habitação de interesse social ou equipamentos urbanos e comunitários em terrenos vazios; II - melhorar a infraestrutura urbana local; III - promover a urbanização em áreas de expansão urbana; IV - promover o desenvolvimento local;	A.08 Pedreira da Ergo A.09 Roselândia

Tabela 21. Possibilidade de aplicação de instrumentos de financiamento urbano para as áreas de intervenção

Fonte: Idom (2013)

355000

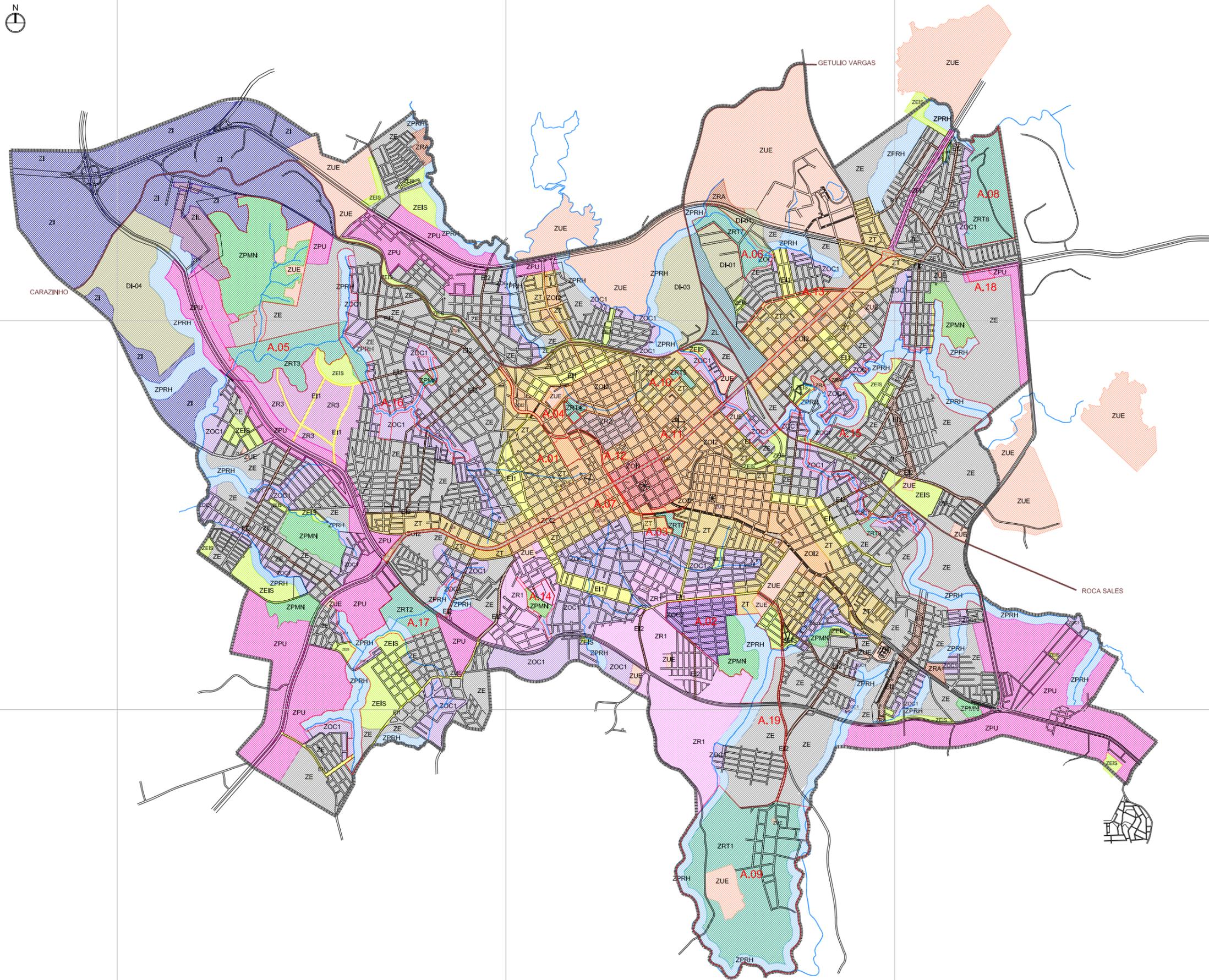
360000

365000



6875000

6870000



LEGENDA

PERIMETRO URBANO

SISTEMA VIÁRIO

LINHAS FERROVIÁRIAS

RIOS E ARROIOS

ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA

ZONA	TO	CA	CID	LM
ZD1 ZONA INTENSIVA 1	80% - 60%	4	10 m²	300 m²
ZD2 ZONA INTENSIVA 2	80% - 60%	3,6	10 m²	300 m²
ZT ZONA DE TRANSIÇÃO	60%	2,8	10 m²	300 m²
ZE ZONA OCUPAÇÃO EXTENSIVA	60%	1,2	25 m²	300 m²
EB1 EXCOS INDUTORES 1	60%	3,2	20 m²	300 m²
EB2 EXCOS INDUTORES 2	60%	2,0	20 m²	300 m²
ZPRH ZONA DE PROTEÇÃO REC. HD	20%	0,2	-	2.000 m²
ZPMN ZONA DE PROTEÇÃO MATA NATIVA	3%	0,03	-	20.000 m²
ZRA ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	-	-	-	-
ZOC 1 ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA 1	40%	1,2	25 m²	300 m²
ZOC 2 ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA 2	20%	0,4	-	396 m²
ZEIS ZONA ESP. DE INTERESSE SOCIAL	60%	1,5	15 m²	200 m²
ZUE ZONA DE USO ESPECIAL	-	-	-	-
DI-1,2,3,4 DISTRITO INDUSTRIAL	40%	0,6	-	1.200 m²
DI ZONA INDUSTRIAL	40%	0,6	-	1.200 m²
ZLI ZONA INDUSTRIAL E LOGÍSTICA	40%	0,6	-	-
ZPU ZONA DE PRODUÇÃO URBANA	60%	0,8	60 m²	300 m²
ZL ZONA LOGÍSTICA	40%	0,6	-	-
ZRT1 ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO 1	20%	0,2	-	3.000 m²
ZR1 ZONA RESIDENCIAL 1	60%	0,8	40 m²	300 m²
ZR2 ZONA RESIDENCIAL 2	40%	0,8	-	300 m²
ZR3 ZONA RESIDENCIAL 3	60%	2,8	15 m²	300 m²

ZONEAMENTO URBANO (PDDI LC Nº170/2006) E ÁREAS DE INTERVENÇÃO URBANA (AIU)

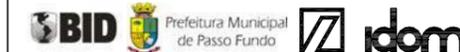
13

versão final



Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013



355000

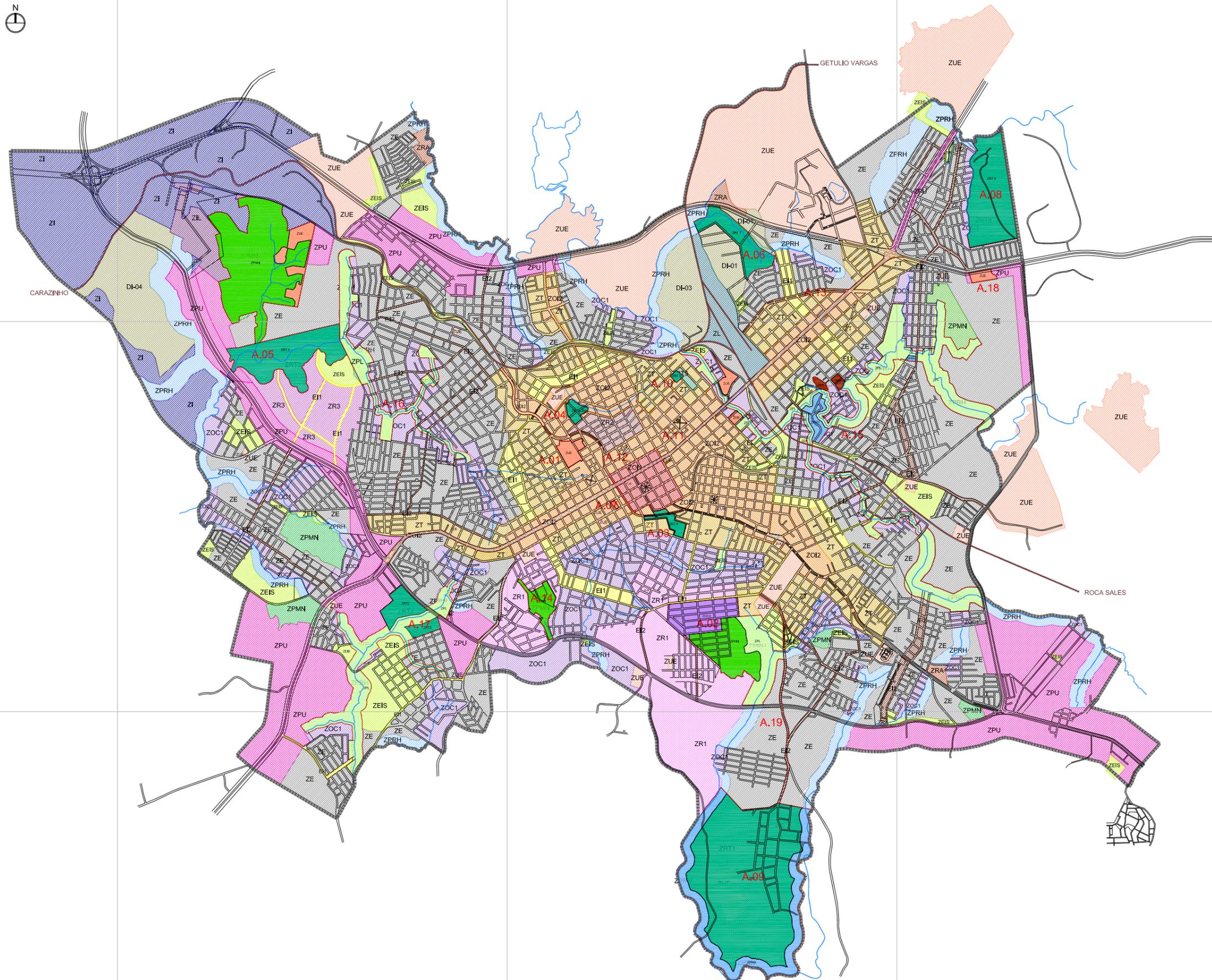
360000

365000



6875000

6870000



LEGENDA

PERIMETRO URBANO

SISTEMA VIÁRIO

LINHAS FERROVIÁRIAS

RIOS E ARROIOS

ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA

ZONA	TO	CA	CID	LM
ZD1 1) ZONA INTENSIVA 1	80% - 60%	4	10 m²	300 m²
ZD1 2) ZONA INTENSIVA 2	80% - 60%	3,6	10 m²	300 m²
ZT) ZONA DE TRANSIÇÃO	60%	2,8	10 m²	300 m²
ZE) ZONA OCUPAÇÃO EXTENSIVA	60%	1,2	25 m²	300 m²
EB1) EXCIS INDUTORES 1	60%	3,2	20 m²	300 m²
EB2) EXCIS INDUTORES 2	60%	2,0	20 m²	300 m²
ZPRH) ZONA DE PROTEÇÃO REC. HD	20%	0,2	-	2.000 m²
ZPMN) ZONA DE PROTEÇÃO MATA NATIVA	3%	0,03	-	20.000 m²
ZRA) ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	-	-	-	-
ZOC 1) ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA 1	40%	1,2	25 m²	300 m²
ZOC 2) ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA 2	20%	0,4	-	396 m²
ZEIS) ZONA ESP. DE INTERESSE SOCIAL	60%	1,5	15 m²	200 m²
ZOE) ZONA DE USO ESPECIAL	-	-	-	-
DI-1,2,3,4) DISTRITO INDUSTRIAL	40%	0,6	-	1.200 m²
DI) ZONA INDUSTRIAL	40%	0,6	-	1.200 m²
ZLI) ZONA INDUSTRIAL E LOGÍSTICA	40%	0,6	-	-
ZPU) ZONA DE PRODUÇÃO URBANA	60%	0,6	60 m²	300 m²
ZL) ZONA LOGÍSTICA	40%	0,6	-	-
ZRT1) ZONA DE RECREAÇÃO E TURISMO 1	20%	0,2	-	3.000 m²
ZR1) ZONA RESIDENCIAL 1	60%	0,8	40 m²	300 m²
ZR2) ZONA RESIDENCIAL 2	40%	0,8	-	300 m²
ZR3) ZONA RESIDENCIAL 3	60%	2,8	15 m²	300 m²

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO URBANO E ÁREAS DE INTERVENÇÃO URBANA (AIU)

14

versão final



Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013





GETULIO VARGAS

A.08

A.06

A.13

A.18

A.10

A.15

A.12

A.09

A.05

S.11

S.04

S.05

S.01

S.19

S.06

S.19

S.06

LEGENDA

- PERÍMETRO URBANO
- DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- SISTEMA VIÁRIO
- LINHAS FERROVIÁRIAS
- RIOS E ARROIOS

LOCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS PARA USO COMUM

- ÁREAS PÚBLICAS VAZIAS (SEM OCUPAÇÃO)
- ÁREAS PÚBLICAS COM OCUPAÇÃO IRREGULAR
- ÁREAS PÚBLICAS - EQUIPAMENTOS E ZONAS VERDES
- ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA
- ÁREAS PÚBLICAS-PRIVADAS SUJEITAS À INTERVENÇÃO
- ÁREAS PÚBLICAS SUJEITAS À INTERVENÇÃO

SISTEMA DE EQUIPAMNETOS COMUNITÁRIOS

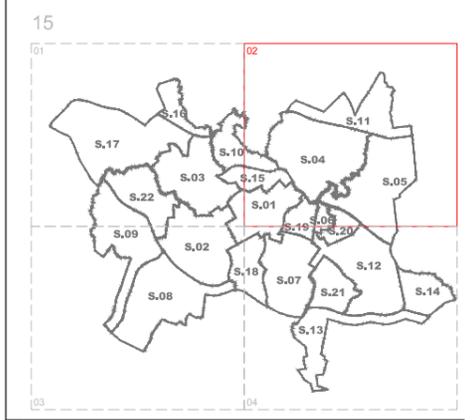
- EQUIPAMENTO EXISTENTE
- EQUIPAMENTO A RELOCAR
- EQUIPAMENTO A CONSTRUIR
- EMEI
- EMEF / EEEF
- UBS / UPA
- CULTURAL
- CRAS
- ESPORTIVO
- CAIS
- CREAS

A.07 ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA

2.13 INTERVENÇÃO PROPOSTA

1	11	Shoo Rocha Residência
2	12	Restauração do Galpão de Cimento
3	13	Novo EMEF
4	14	UPA
5	15	Edifício de Artes Visuais
6	16	Teatro Municipal de Caxaria
7	17	Área de Lazer
8	18	Estação de Tratamento de Água
9	19	Plaza Marechal Proença
10	20	Novo EMEF
11	21	Novo EMEF
12	22	Novo EMEF
13	23	Novo EMEF
14	24	Novo EMEF
15	25	Novo EMEF
16	26	Novo EMEF
17	27	Novo EMEF
18	28	Novo EMEF
19	29	Novo EMEF
20	30	Novo EMEF
21	31	Novo EMEF
22	32	Novo EMEF
23	33	Novo EMEF
24	34	Novo EMEF
25	35	Novo EMEF
26	36	Novo EMEF
27	37	Novo EMEF
28	38	Novo EMEF
29	39	Novo EMEF
30	40	Novo EMEF
31	41	Novo EMEF
32	42	Novo EMEF
33	43	Novo EMEF
34	44	Novo EMEF
35	45	Novo EMEF
36	46	Novo EMEF
37	47	Novo EMEF
38	48	Novo EMEF
39	49	Novo EMEF
40	50	Novo EMEF
41	51	Novo EMEF
42	52	Novo EMEF
43	53	Novo EMEF
44	54	Novo EMEF
45	55	Novo EMEF
46	56	Novo EMEF
47	57	Novo EMEF
48	58	Novo EMEF
49	59	Novo EMEF
50	60	Novo EMEF
51	61	Novo EMEF
52	62	Novo EMEF
53	63	Novo EMEF
54	64	Novo EMEF
55	65	Novo EMEF
56	66	Novo EMEF
57	67	Novo EMEF
58	68	Novo EMEF
59	69	Novo EMEF
60	70	Novo EMEF
61	71	Novo EMEF
62	72	Novo EMEF
63	73	Novo EMEF
64	74	Novo EMEF
65	75	Novo EMEF
66	76	Novo EMEF
67	77	Novo EMEF
68	78	Novo EMEF
69	79	Novo EMEF
70	80	Novo EMEF
71	81	Novo EMEF
72	82	Novo EMEF
73	83	Novo EMEF
74	84	Novo EMEF
75	85	Novo EMEF
76	86	Novo EMEF
77	87	Novo EMEF
78	88	Novo EMEF
79	89	Novo EMEF
80	90	Novo EMEF
81	91	Novo EMEF
82	92	Novo EMEF
83	93	Novo EMEF
84	94	Novo EMEF
85	95	Novo EMEF
86	96	Novo EMEF
87	97	Novo EMEF
88	98	Novo EMEF
89	99	Novo EMEF
90	100	Novo EMEF

1	1	Novo EMEF
2	2	Novo EMEF
3	3	Novo EMEF
4	4	Novo EMEF
5	5	Novo EMEF
6	6	Novo EMEF
7	7	Novo EMEF
8	8	Novo EMEF
9	9	Novo EMEF
10	10	Novo EMEF
11	11	Novo EMEF
12	12	Novo EMEF
13	13	Novo EMEF
14	14	Novo EMEF
15	15	Novo EMEF
16	16	Novo EMEF
17	17	Novo EMEF
18	18	Novo EMEF
19	19	Novo EMEF
20	20	Novo EMEF
21	21	Novo EMEF
22	22	Novo EMEF
23	23	Novo EMEF
24	24	Novo EMEF
25	25	Novo EMEF
26	26	Novo EMEF
27	27	Novo EMEF
28	28	Novo EMEF
29	29	Novo EMEF
30	30	Novo EMEF
31	31	Novo EMEF
32	32	Novo EMEF
33	33	Novo EMEF
34	34	Novo EMEF
35	35	Novo EMEF
36	36	Novo EMEF
37	37	Novo EMEF
38	38	Novo EMEF
39	39	Novo EMEF
40	40	Novo EMEF
41	41	Novo EMEF
42	42	Novo EMEF
43	43	Novo EMEF
44	44	Novo EMEF
45	45	Novo EMEF
46	46	Novo EMEF
47	47	Novo EMEF
48	48	Novo EMEF
49	49	Novo EMEF
50	50	Novo EMEF
51	51	Novo EMEF
52	52	Novo EMEF
53	53	Novo EMEF
54	54	Novo EMEF
55	55	Novo EMEF
56	56	Novo EMEF
57	57	Novo EMEF
58	58	Novo EMEF
59	59	Novo EMEF
60	60	Novo EMEF
61	61	Novo EMEF
62	62	Novo EMEF
63	63	Novo EMEF
64	64	Novo EMEF
65	65	Novo EMEF
66	66	Novo EMEF
67	67	Novo EMEF
68	68	Novo EMEF
69	69	Novo EMEF
70	70	Novo EMEF
71	71	Novo EMEF
72	72	Novo EMEF
73	73	Novo EMEF
74	74	Novo EMEF
75	75	Novo EMEF
76	76	Novo EMEF
77	77	Novo EMEF
78	78	Novo EMEF
79	79	Novo EMEF
80	80	Novo EMEF
81	81	Novo EMEF
82	82	Novo EMEF
83	83	Novo EMEF
84	84	Novo EMEF
85	85	Novo EMEF
86	86	Novo EMEF
87	87	Novo EMEF
88	88	Novo EMEF
89	89	Novo EMEF
90	90	Novo EMEF
91	91	Novo EMEF
92	92	Novo EMEF
93	93	Novo EMEF
94	94	Novo EMEF
95	95	Novo EMEF
96	96	Novo EMEF
97	97	Novo EMEF
98	98	Novo EMEF
99	99	Novo EMEF
100	100	Novo EMEF



ÁREAS SUJEITAS À INTERVENÇÕES: PÚBLICAS E PRIVADAS

15.02

versão final

0 125 250 500 m

Projeto: Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR)

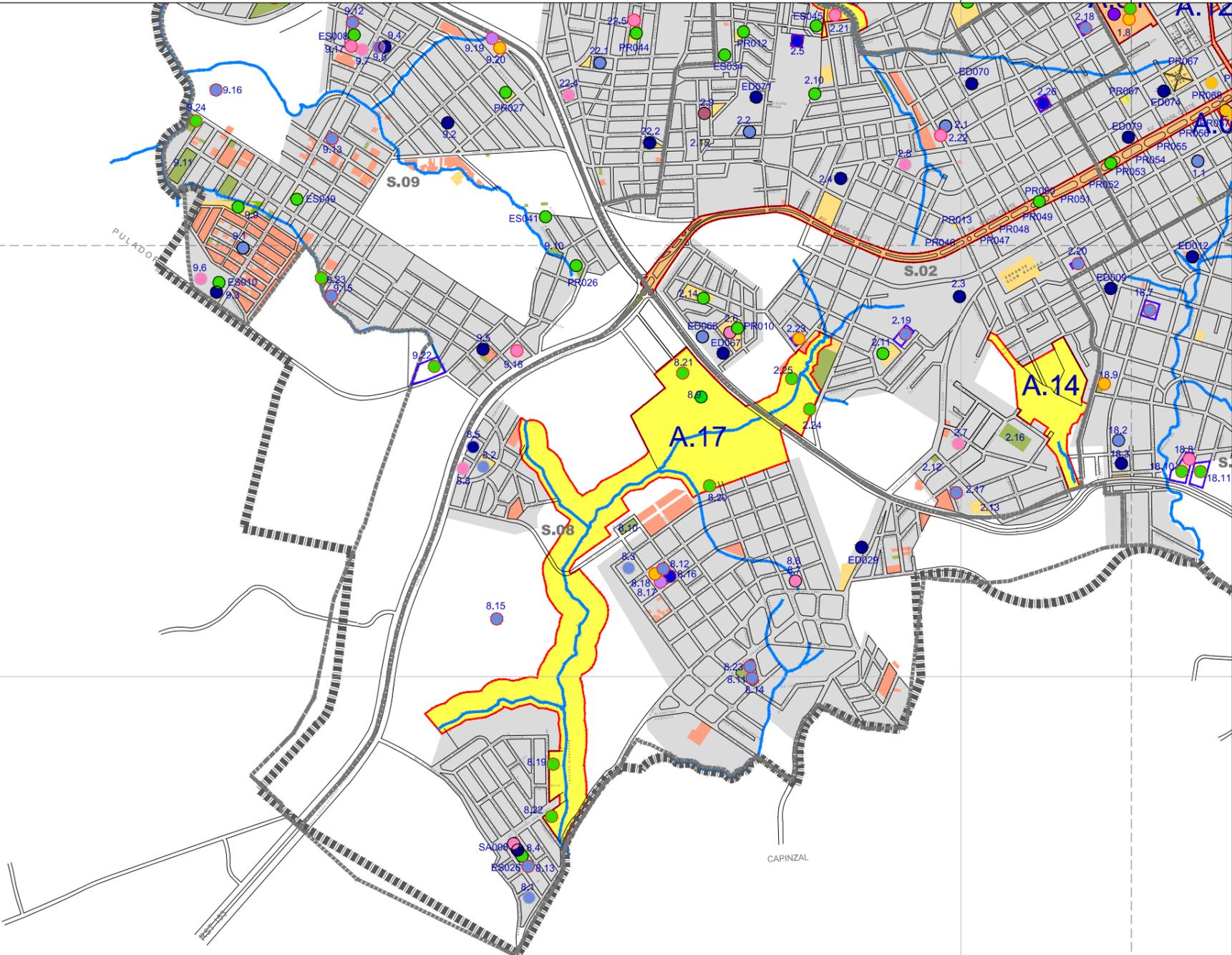
data: novembro 2013

contratante: Prefeitura Municipal de Passo Fundo

execução: idom

1	1.1	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
2	1.2	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
3	1.3	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
4	1.4	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
5	1.5	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
6	1.6	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
7	1.7	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
8	1.8	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
9	1.9	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
10	1.10	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
11	1.11	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
12	1.12	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
13	1.13	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
14	1.14	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
15	1.15	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
16	1.16	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
17	1.17	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
18	1.18	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
19	1.19	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
20	1.20	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
21	1.21	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
22	1.22	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
23	1.23	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
24	1.24	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
25	1.25	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
26	1.26	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
27	1.27	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
28	1.28	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
29	1.29	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
30	1.30	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
31	1.31	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
32	1.32	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
33	1.33	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
34	1.34	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
35	1.35	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
36	1.36	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
37	1.37	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
38	1.38	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
39	1.39	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
40	1.40	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
41	1.41	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
42	1.42	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
43	1.43	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
44	1.44	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
45	1.45	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
46	1.46	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
47	1.47	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
48	1.48	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
49	1.49	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC
50	1.50	3500	Reserva de Uso Especial para a Construção de Edifício de Interesse Social - RUC

5	8.7	Alameda
6	8.8	Fazenda
7	8.9	Parque
8	8.10	Parque
9	8.11	Parque
10	8.12	Parque
11	8.13	Parque
12	8.14	Parque
13	8.15	Parque
14	8.16	Parque
15	8.17	Parque
16	8.18	Parque
17	8.19	Parque
18	8.20	Parque
19	8.21	Parque
20	8.22	Parque
21	8.23	Parque
22	8.24	Parque
23	8.25	Parque
24	8.26	Parque
25	8.27	Parque
26	8.28	Parque
27	8.29	Parque
28	8.30	Parque
29	8.31	Parque
30	8.32	Parque
31	8.33	Parque
32	8.34	Parque
33	8.35	Parque
34	8.36	Parque
35	8.37	Parque
36	8.38	Parque
37	8.39	Parque
38	8.40	Parque
39	8.41	Parque
40	8.42	Parque
41	8.43	Parque
42	8.44	Parque
43	8.45	Parque
44	8.46	Parque
45	8.47	Parque
46	8.48	Parque
47	8.49	Parque
48	8.50	Parque
49	8.51	Parque
50	8.52	Parque



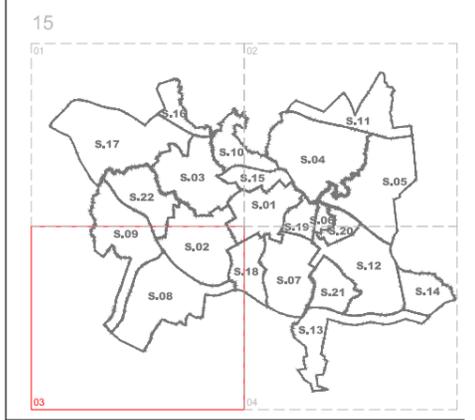
- LEGENDA**
- PERÍMETRO URBANO
 - DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
 - SISTEMA VIÁRIO
 - LINHAS FERROVIÁRIAS
 - RIOS E ARROIOS

- LOCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS PARA USO COMUM**
- ÁREAS PÚBLICAS VAZIAS (SEM OCUPAÇÃO)
 - ÁREAS PÚBLICAS COM OCUPAÇÃO IRREGULAR
 - ÁREAS PÚBLICAS - EQUIPAMENTOS E ZONAS VERDES
 - ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA
 - ÁREAS PÚBLICAS-PRIVADAS SUJEITAS À INTERVENÇÃO
 - ÁREAS PÚBLICAS SUJEITAS À INTERVENÇÃO

- SISTEMA DE EQUIPAMNETOS COMUNITÁRIOS**
- EQUIPAMENTO EXISTENTE
 - EQUIPAMENTO A RELOCAR
 - EQUIPAMENTO A CONSTRUIR
 - EMEI
 - EMEF / EEEF
 - UBS / UPA
 - CULTURAL
 - CRAS
 - ESPORTIVO
 - CAIS
 - CREAS

A.07 ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA

2.13 INTERVENÇÃO PROPOSTA



ÁREAS SUJEITAS À INTERVENÇÕES: PÚBLICAS E PRIVADAS

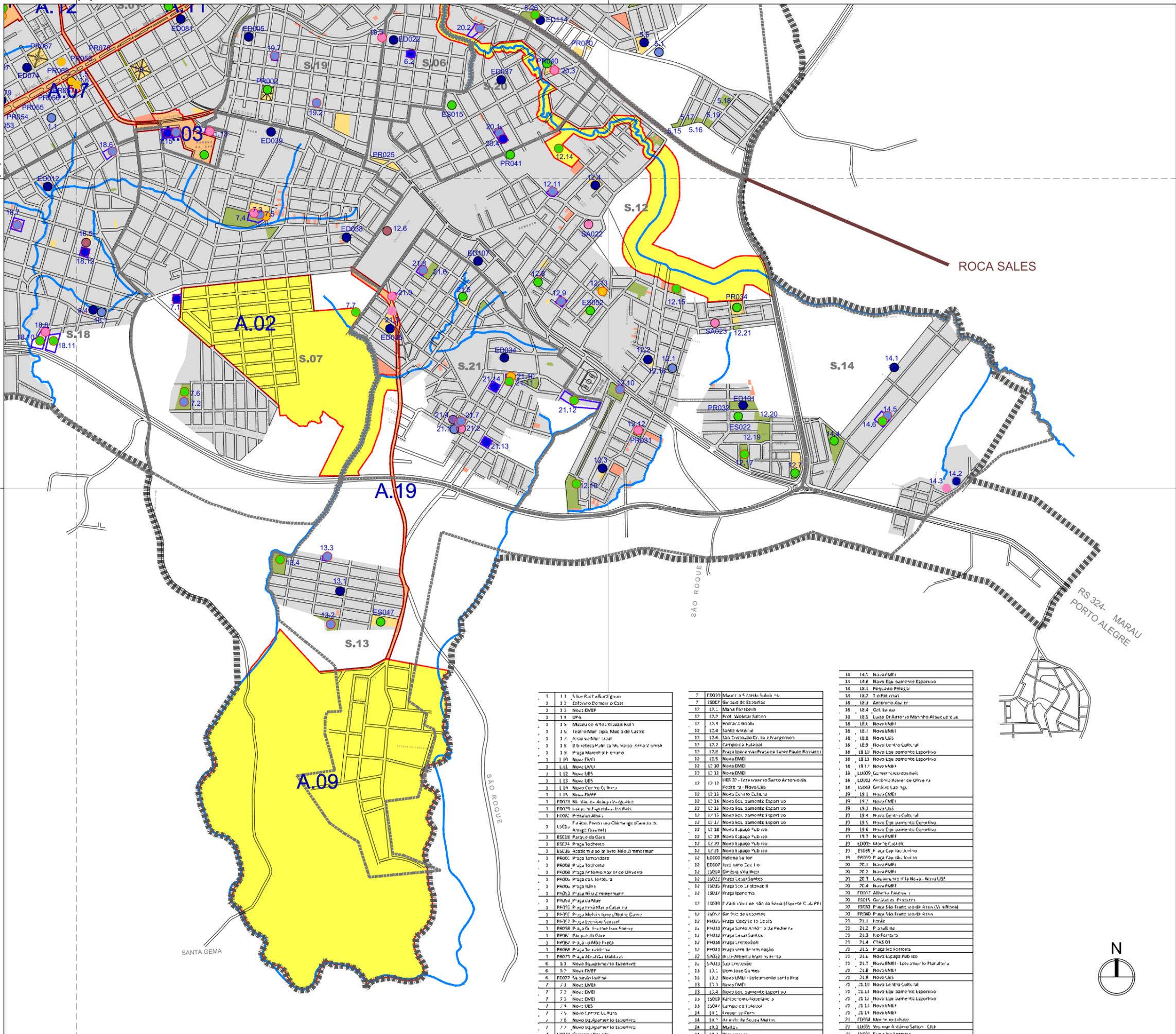
15.03

versão final

0 125 250 500 m

6870000



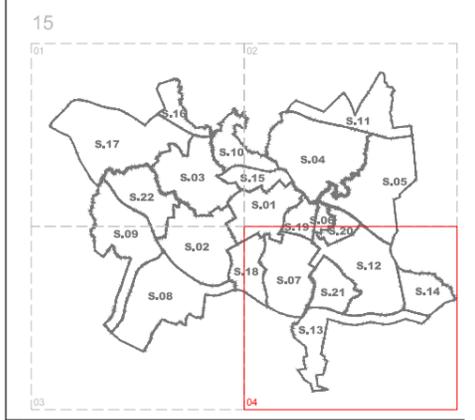


- LEGENDA**
- PERÍMETRO URBANO
 - DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
 - SISTEMA VIÁRIO
 - LINHAS FERROVIÁRIAS
 - RIOS E ARROIOS

- LOCALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS PARA USO COMUM**
- ÁREAS PÚBLICAS VAZIAS (SEM OCUPAÇÃO)
 - ÁREAS PÚBLICAS COM OCUPAÇÃO IRREGULAR
 - ÁREAS PÚBLICAS - EQUIPAMENTOS E ZONAS VERDES
 - ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA
 - ÁREAS PÚBLICAS-PRIVADAS SUJEITAS À INTERVENÇÃO
 - ÁREAS PÚBLICAS SUJEITAS À INTERVENÇÃO

- SISTEMA DE EQUIPAMNETOS COMUNITÁRIOS**
- EQUIPAMENTO EXISTENTE
 - EQUIPAMENTO A RELOCAR
 - EQUIPAMENTO A CONSTRUIR
 - EMEI
 - EMEF / EEEF
 - UBS / UPA
 - CULTURAL
 - CRAS
 - ESPORTIVO
 - CAIS
 - CREAS

- A.07** ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA
- 2.13** INTERVENÇÃO PROPOSTA



1	1.1	Associação Cultural
1	1.2	Associação Cultural
1	1.3	Associação Cultural
1	1.4	Associação Cultural
1	1.5	Associação Cultural
1	1.6	Associação Cultural
1	1.7	Associação Cultural
1	1.8	Associação Cultural
1	1.9	Associação Cultural
1	1.10	Associação Cultural
1	1.11	Associação Cultural
1	1.12	Associação Cultural
1	1.13	Associação Cultural
1	1.14	Associação Cultural
1	1.15	Associação Cultural
1	1.16	Associação Cultural
1	1.17	Associação Cultural
1	1.18	Associação Cultural
1	1.19	Associação Cultural
1	1.20	Associação Cultural
1	1.21	Associação Cultural
1	1.22	Associação Cultural
1	1.23	Associação Cultural
1	1.24	Associação Cultural
1	1.25	Associação Cultural
1	1.26	Associação Cultural
1	1.27	Associação Cultural
1	1.28	Associação Cultural
1	1.29	Associação Cultural
1	1.30	Associação Cultural
1	1.31	Associação Cultural
1	1.32	Associação Cultural
1	1.33	Associação Cultural
1	1.34	Associação Cultural
1	1.35	Associação Cultural
1	1.36	Associação Cultural
1	1.37	Associação Cultural
1	1.38	Associação Cultural
1	1.39	Associação Cultural
1	1.40	Associação Cultural
1	1.41	Associação Cultural
1	1.42	Associação Cultural
1	1.43	Associação Cultural
1	1.44	Associação Cultural
1	1.45	Associação Cultural
1	1.46	Associação Cultural
1	1.47	Associação Cultural
1	1.48	Associação Cultural
1	1.49	Associação Cultural
1	1.50	Associação Cultural
1	1.51	Associação Cultural
1	1.52	Associação Cultural
1	1.53	Associação Cultural
1	1.54	Associação Cultural
1	1.55	Associação Cultural
1	1.56	Associação Cultural
1	1.57	Associação Cultural
1	1.58	Associação Cultural
1	1.59	Associação Cultural
1	1.60	Associação Cultural
1	1.61	Associação Cultural
1	1.62	Associação Cultural
1	1.63	Associação Cultural
1	1.64	Associação Cultural
1	1.65	Associação Cultural
1	1.66	Associação Cultural
1	1.67	Associação Cultural
1	1.68	Associação Cultural
1	1.69	Associação Cultural
1	1.70	Associação Cultural
1	1.71	Associação Cultural
1	1.72	Associação Cultural
1	1.73	Associação Cultural
1	1.74	Associação Cultural
1	1.75	Associação Cultural
1	1.76	Associação Cultural
1	1.77	Associação Cultural
1	1.78	Associação Cultural
1	1.79	Associação Cultural
1	1.80	Associação Cultural
1	1.81	Associação Cultural
1	1.82	Associação Cultural
1	1.83	Associação Cultural
1	1.84	Associação Cultural
1	1.85	Associação Cultural
1	1.86	Associação Cultural
1	1.87	Associação Cultural
1	1.88	Associação Cultural
1	1.89	Associação Cultural
1	1.90	Associação Cultural
1	1.91	Associação Cultural
1	1.92	Associação Cultural
1	1.93	Associação Cultural
1	1.94	Associação Cultural
1	1.95	Associação Cultural
1	1.96	Associação Cultural
1	1.97	Associação Cultural
1	1.98	Associação Cultural
1	1.99	Associação Cultural
1	2.00	Associação Cultural
1	2.01	Associação Cultural
1	2.02	Associação Cultural
1	2.03	Associação Cultural
1	2.04	Associação Cultural
1	2.05	Associação Cultural
1	2.06	Associação Cultural
1	2.07	Associação Cultural
1	2.08	Associação Cultural
1	2.09	Associação Cultural
1	2.10	Associação Cultural
1	2.11	Associação Cultural
1	2.12	Associação Cultural
1	2.13	Associação Cultural
1	2.14	Associação Cultural
1	2.15	Associação Cultural
1	2.16	Associação Cultural
1	2.17	Associação Cultural
1	2.18	Associação Cultural
1	2.19	Associação Cultural
1	2.20	Associação Cultural
1	2.21	Associação Cultural
1	2.22	Associação Cultural
1	2.23	Associação Cultural
1	2.24	Associação Cultural
1	2.25	Associação Cultural
1	2.26	Associação Cultural
1	2.27	Associação Cultural
1	2.28	Associação Cultural
1	2.29	Associação Cultural
1	2.30	Associação Cultural
1	2.31	Associação Cultural
1	2.32	Associação Cultural
1	2.33	Associação Cultural
1	2.34	Associação Cultural
1	2.35	Associação Cultural
1	2.36	Associação Cultural
1	2.37	Associação Cultural
1	2.38	Associação Cultural
1	2.39	Associação Cultural
1	2.40	Associação Cultural
1	2.41	Associação Cultural
1	2.42	Associação Cultural
1	2.43	Associação Cultural
1	2.44	Associação Cultural
1	2.45	Associação Cultural
1	2.46	Associação Cultural
1	2.47	Associação Cultural
1	2.48	Associação Cultural
1	2.49	Associação Cultural
1	2.50	Associação Cultural

mapa: 15.04

projeto: versão final

escala: 0 125 250 500 m

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/CC-BR) data: novembro 2013

contratante: Prefeitura Municipal de Passo Fundo

execução: idom

CRONOGRAMA DAS INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS E ESTIMATIVA DE CUSTOS

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público - PEEUEL



6 CRONOGRAMA DAS INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS E ESTIMATIVA DE CUSTOS

6.1 CRONOGRAMA DAS INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS

De acordo com o cronograma previsto para as intervenções propostas pelo PEEUEL, a seguir apresenta-se o plano de implantação das intervenções elencadas como prioritárias a serem implantadas no curto prazo (até 2022), e as ações a serem tomadas para garantir a viabilidade de implantação das intervenções.

CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
1	A.03	Parque Urbano; Patrimônio Histórico e Cultural	Parque da Gare	Requalificação Urbana	1. Alteração do zoneamento urbano 2. Elaboração do Projeto de execução 3. Obras de execução (Fase de implantação) 4. Plano de operação e manutenção do parque
1	1.2	EMEF	Zeferino Demétrio Costi	Aquisição de imóvel/ Ampliação/ Reforma	1. Declaração de utilidade pública 2. Orçamento 3. Aquisição do imóvel 4. Elaboração e aprovação do projeto 5. Orçamento 6. Licitação da obra 7. Execução da obra
1	1.9	Parque de Vizinhança	Praça Marechal Floriano	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
2	2.1	EMEI	Amizade	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
2	2.2	EMEI	Santa Luzia	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
2	2.3	EMEF	Notre Dame	Aquisição de imóvel/ Reforma	1. Declaração de utilidade pública 2. Orçamento 3. Aquisição do imóvel 4. Elaboração e aprovação do projeto 5. Orçamento 6. Licitação da obra 7. Execução da obra
2	2.6	UBS	CAIC	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
2	2.7	UBS	Menino Deus	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.

CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
2	2.8	UBS	Lava Pés	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
2	2.9	CAIS	Boqueirão	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
2	2.10	Campo de futebol	Campo de Futebol	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
2	2.11	Parque de Bairro	Praça Pampa	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
2	2.13	Parque de Bairro	Praça Bairro Santo Afonso	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
2	2.14	Parque de Bairro	Praça Jerônimo Airton B. dos Santos	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
2	2.15	Parque de Vizinhança	Praça Paulo Zafari	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
2	2.17	EMEI	Nova EMEI - Loteamento Menino Deus	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
2	2.21	UBS	UBS 01 - Loteamento Independente - Nova UBS	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
2	2.22	UBS	Loteamento Operária - Nova UBS	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
3	3.1	EMEI	Osório Cardoso Teixeira	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
3	3.2	EMEI	Sonho Encantado	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra

CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
3	3.8	CAIS	Hípica Dr. Erwin Crussius	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
3	3.9	UBS	1º Centenário	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
3	3.10	UBS	Hípica	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
3	3.12	Campo de futebol	Campo de Futebol	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
3	3.13	Campo de futebol	Praça Operária Nonoai	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
3	3.14	Parque de Bairro	Praça Guaporé-Moacir Motta	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
3	3.15	Parque de Bairro	Praça Antônio de Quadros Martins	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
3	3.21	UBS	UBS 04 - Loteamento Nonoai - Nova UBS	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
4	A.06	Parque Linear; Parque de Preservação Ambiental e Paisagística; Área de Interesse Turístico	Parque Arlindo Haas	Requalificação Ambiental e Paisagística:	1. Alteração do zoneamento 2. Obras de execução
4	4.2	EMEI	Jardim do Sol	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
4	4.3	EMEI	Raio de Luz	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
4	4.6	CAIS	Petropolis (CAIS LESTE) Dr, Cvrrio Nácúl	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra

CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
4	4.7	Parque de Bairro	Praça Petrópolis II	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
4	4.8	EMEI	Nova EMEI - Loteamento Umbú	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
5	5.1	EMEI	José Antônio Falcão	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
5	5.2	EMEI	Padre Zezinho	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
5	5.4	EMEI	Geni Araújo Rebechi	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
5	5.7	EMEF	Lions Clube	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
5	5.8	EMEF	Hoje	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
5	5.11	UBS	Farroupilha	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
5	5.12	CRAS	CRAS 01	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
5	5.13	Parque de Bairro	Praça Parque Farroupilha	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
5	5.14	Praça ou Parque	Novo Espaço Público	Requalificação	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
5	5.15	Praça ou Parque	Novo Espaço Público	Requalificação	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra

CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
5	5.16	Praça ou Parque	Novo Espaço Público	Requalificação	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
5	5.17	Praça ou Parque	Novo Espaço Público	Requalificação	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
5	5.18	Praça ou Parque	Novo Espaço Público	Requalificação	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
5	5.19	Praça ou Parque	Novo Espaço Público	Requalificação	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
5	5.22	UBS	UBS 05 - Parque Farroupilha - Nova UBS	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
5	5.23	CRAS	Novo CRAS	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
5	5.24	Centro Cultural	Novo Centro Cultural	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
5	5.25	a ser definido em projeto específico	Novo Equipamento Esportivo	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
5	5.26	a ser definido em projeto específico	Novo Equipamento Esportivo	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
5	5.27	a ser definido em projeto específico	Novo Equipamento Esportivo	Construção	1. Alteração do zoneamento 2. Declaração de utilidade pública (se for e caso) 3. Elaboração e aprovação do projeto da AIU. 4. Elaboração e aprovação do projeto 5. Orçamento 6. Transferência ou Aquisição do imóvel (se for e caso) 7. Licitação da obra 8. Execução da obra

CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
5	5.28	a ser definido em projeto específico	Novo Equipamento Esportivo	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
8	8.1	EMEI	Chapeuzinho Vermelho	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
8	8.2	EMEI	Abelhinhas	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
8	8.3	EMEI	Fadinha	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
8	8.5	EMEF	Nossa Senhora Aparecida	Relocação	n/a
8	8.6	UBS	Santa Marta	Aquisição de Imóvel/ Reforma	1. Declaração de utilidade pública 2. Orçamento 3. Aquisição do imóvel 4. Elaboração e aprovação do projeto 5. Orçamento 6. Licitação da obra 7. Execução da obra
8	8.7	UBS	Donária	Aquisição de Imóvel/ Reforma	1. Declaração de utilidade pública 2. Orçamento 3. Aquisição do imóvel 4. Elaboração e aprovação do projeto 5. Orçamento 6. Licitação da obra 7. Execução da obra
8	8.8	UBS	N. Senhora Aparecida	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
8	8.9	Complexo esportivo	Ginásio Teixeira	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
8	8.10	Praça ou Parque	Novo Espaço Público	Requalificação	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
8	8.11	Praça ou Parque	Novo Espaço Público	Requalificação	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra

CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
8	8.12	EMEI	Nova EMEI - Loteamento Donária	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
8	8.14	EMEI	Nova EMEI Vila Santa Marta	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
8	8.16	EMEF	Nova EMEF na Vila Donária	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
8	8.18	Centro Cultural	Novo Centro Cultural	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
8	8.23	EMEF	Nova EMEF na Vila Santa Marta	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
9	9.1	EMEI	Francisco Bianchini	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
9	9.2	EMEF	Irmã Maria Catarina	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
9	9.3	EMEF	Fredolino Chimango	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
9	9.5	EMEF	Padre José Anchieta	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
9	9.6	UBS	Jaboticabal	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocalar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
9	9.7	UBS	Adolfo Groth	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocalar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.

CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
9	9.8	CRAS	CRAS 04	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocalar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
9	9.9	Parque de Bairro	Praça Alvorada	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
9	9.12	EMEI	Nova EMEI - Loteamento Prof. Schisler	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
9	9.13	EMEI	Nova EMEI - Loteamento Prof. Schisler B	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
9	9.14	EMEI	Nova EMEI no Parque do Sol	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
9	9.17	UBS	Nova UBS no Loteamento Prof. Schisler A	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
9	9.18	UBS	Nova UBS - Jeronimo Coelho	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
9	9.19	CRAS	Novo CRAS	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
9	9.20	Centro Cultural	Novo Centro Cultural	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
10	10.2	EMEI	Nova EMEI	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra

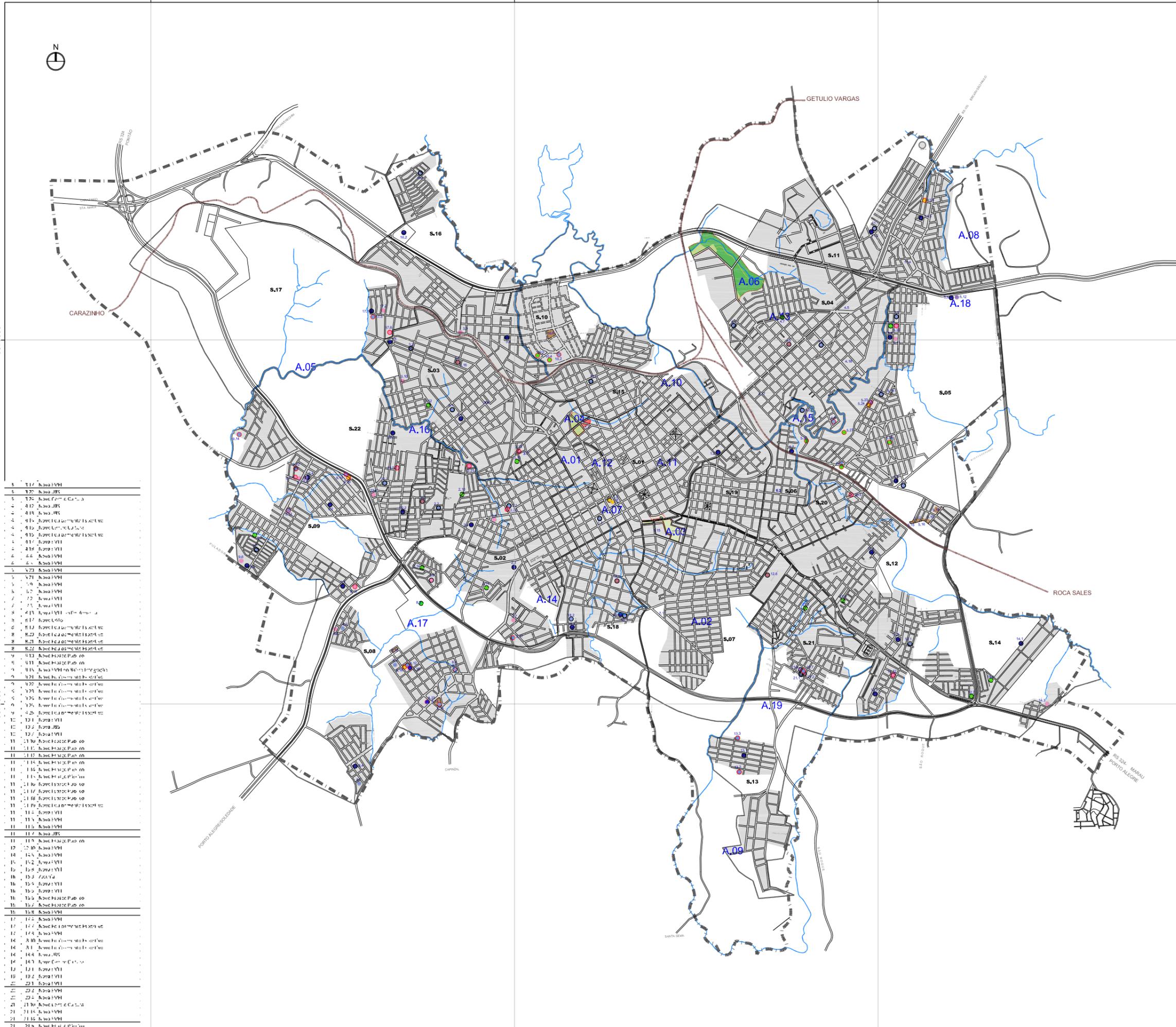
CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
10	10.4	a ser definido em projeto específico	Novo Equipamento Esportivo	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
10	10.5	a ser definido em projeto específico	Novo Equipamento Esportivo	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
10	10.6	Praça ou Parque	Novo Espaço Público	Requalificação	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
11	11.1	EMEI	Cantinho Feliz	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
11	11.2	EMEF	Eloy Pinheiro Machado	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
11	11.3	EMEF	Benoni Rosado	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
11	11.8	Centro Cultural	Novo Centro Cultural	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Declaração de utilidade pública 3. Aquisição do terreno 4. Elaboração e aprovação do projeto 5. Orçamento 6. Licitação da obra 7. Execução da obra
12	12.2	EMEF	Prof. Wolmar Salton	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
12	12.3	EMEF	Romana Gobbi	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
12	12.4	EMEF	Santo Antônio	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
12	12.6	CAIS	São Cristovão Dr. Luiz Frangomoni	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra

CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
12	12.7	Campo de futebol	Campo de Futebol	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
12	12.8	Parque de Bairro	Praça Ipanema (Praça de Lazer Paulo Rossato)	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
12	12.12	UBS	UBS 02 - Loteamento Santo Antônio da Pedreira - Nova UBS	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
13	13.1	EMEF	Dom José Gomes	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
13	13.2	EMEI	Nova EMEI - Loteamento Santa Rita	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
13	13.3	EMEI	Nova EMEI	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Declaração de utilidade pública 3. Aquisição do terreno 4. Elaboração e aprovação do projeto 5. Orçamento 6. Licitação da obra 7. Execução da obra
14	14.3	UBS	Mattos	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
14	14.4	Parque de Bairro	Praça Via Sul	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
15	15.1	EMEI	Estrela da Manhã	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
17	17.1	EMEF	Cel. Sebastião Rocha	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
17	17.2	UBS	Valinhos	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.

CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
17	17.3	Parque de Vizinhança	Praça Valinhos	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
17	17.5	EMEI	Nova EMEI	Construção	1. Alteração do zoneamento 2. Declaração de utilidade pública (se for e caso) 3. Elaboração e aprovação do projeto da AIU. 4. Elaboração e aprovação do projeto 5. Orçamento 6. Transferência ou Aquisição do imóvel (se for e caso) 7. Licitação da obra 8. Execução da obra
17	17.6	UBS	Loteamento Valinhos - Nova UBS	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
18	18.3	EMEF	Antonino Xavier	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
18	18.5	CAIS	Luiza-Dr Antonio Marinho Albuquerque	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
20	20.3	UBS	Loteamento Vila Nova - Nova UBS	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
21	21.1	EMEI	Fofão	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
21	21.2	UBS	Planaltina	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
21	21.4	CRAS	CRAS 03	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
21	21.5	Parque de Bairro	Praça Ivo Ferreira	Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra

CURTO PRAZO					
Setor	Código	Tipo de Equipamento	Nome	Categoria de Intervenção	Ações
21	21.7	EMEI	Nova EMEI - Loteamento Planaltina	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra
22	22.1	EMEI	Nossa Senhora das Graças	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
22	22.2	EMEF	Arlindo Luiz Osório	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
22	22.3	EMEF	Santo Agostinho	Ampliação/ Reforma	1. Elaboração e aprovação do projeto 2. Orçamento 3. Licitação da obra 4. Execução da obra
22	22.4	UBS	Dona Júlia Nenê Graeff	Relocação	1. Construção de novo equipamento para relocar sua capacidade de atendimento. 2. Transferência de sua capacidade de atendimento para novo equipamento.
22	22.5	UBS	UBS 03 - Loteamento Nenê Graeff - Nova UBS	Construção	1. Estudo de localização do equipamento 2. Elaboração e aprovação do projeto 3. Orçamento 4. Licitação da obra 5. Execução da obra

REVISÃO DO PLANO



LEGENDA

- PERÍMETRO URBANO
- DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
- SISTEMA VIÁRIO
- LINHAS FERROVIÁRIAS
- RIOS E ARROIOS

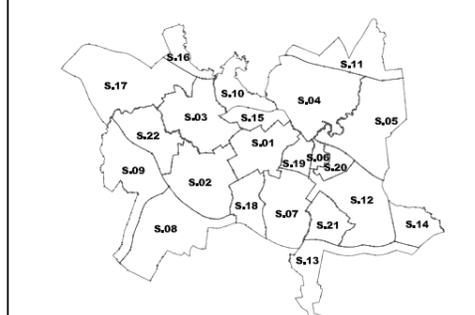
- ▭ ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA
- ▭ ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO
- ▭ ÁREAS DE DESAPROPRIAÇÃO SUGERIDA
- ▭ ÁREAS VERDES VAZIAS A REQUALIFICAR
- ▭ ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
- ▭ RPPN

- SISTEMA VIÁRIO E CONEXÕES PROPOSTAS
- RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS
- AVENIDAS PRINCIPAIS
- AVENIDAS SECUNDÁRIAS
- VIAS DE LIGAÇÃO
- ▭ PROJEÇÕES
- PERCursos DE CICLOVIAS
- TRILHAS ECOLÓGICAS
- CAMINHOS VERDES

- SISTEMA DE ÁREAS VERDES E EQUIPAMENTOS
- ▭ ÁREA DE PRESERVAÇÃO
- ▭ ESPAÇO LIVRE DE USO PÚBLICO
- ▭ PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE
- ▭ PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA
- ▭ ÁREAS VERDES VAZIAS A REQUALIFICAR
- ▭ ÁREA DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS
- ▭ ÁREA DE EQUIPAMENTO EXISTENTE
- ▭ ÁREA DE EQUIPAMENTO PROPOSTO

- EQUIPAMENTO EXISTENTE
- EQUIPAMENTO A RELOCAR
- EQUIPAMENTO A CONSTRUIR
- EMEI
- EMEF / EEEF
- UBS / UPA
- CULTURAL
- CRAS
- ESPORTIVO
- CAIS
- CREAS

A.07 ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA
 2.13 INTERVENÇÃO PROPOSTA



1	117	Área FVH
5	120	Área FVH
5	121	Área FVH - C. A. S.
4	110	Área FVH
4	118	Área FVH
4	119	Área FVH - C. A. S.
4	122	Área FVH - C. A. S.
4	123	Área FVH - C. A. S.
4	124	Área FVH - C. A. S.
4	125	Área FVH - C. A. S.
4	126	Área FVH - C. A. S.
4	127	Área FVH - C. A. S.
5	128	Área FVH
5	129	Área FVH
5	130	Área FVH
5	131	Área FVH
5	132	Área FVH
7	133	Área FVH
8	134	Área FVH - C. A. S.
8	135	Área FVH - C. A. S.
8	136	Área FVH - C. A. S.
8	137	Área FVH - C. A. S.
8	138	Área FVH - C. A. S.
8	139	Área FVH - C. A. S.
8	140	Área FVH - C. A. S.
9	141	Área FVH - C. A. S.
9	142	Área FVH - C. A. S.
9	143	Área FVH - C. A. S.
9	144	Área FVH - C. A. S.
9	145	Área FVH - C. A. S.
9	146	Área FVH - C. A. S.
9	147	Área FVH - C. A. S.
9	148	Área FVH - C. A. S.
9	149	Área FVH - C. A. S.
9	150	Área FVH - C. A. S.
9	151	Área FVH - C. A. S.
9	152	Área FVH - C. A. S.
9	153	Área FVH - C. A. S.
9	154	Área FVH - C. A. S.
9	155	Área FVH - C. A. S.
9	156	Área FVH - C. A. S.
9	157	Área FVH - C. A. S.
9	158	Área FVH - C. A. S.
9	159	Área FVH - C. A. S.
9	160	Área FVH - C. A. S.
12	161	Área FVH
12	162	Área FVH
12	163	Área FVH
12	164	Área FVH
12	165	Área FVH
12	166	Área FVH
12	167	Área FVH
12	168	Área FVH
12	169	Área FVH
12	170	Área FVH
12	171	Área FVH
12	172	Área FVH
12	173	Área FVH
12	174	Área FVH
12	175	Área FVH
12	176	Área FVH
12	177	Área FVH
12	178	Área FVH
12	179	Área FVH
12	180	Área FVH
14	181	Área FVH - C. A. S.
14	182	Área FVH - C. A. S.
14	183	Área FVH - C. A. S.
14	184	Área FVH - C. A. S.
14	185	Área FVH - C. A. S.
14	186	Área FVH - C. A. S.
14	187	Área FVH - C. A. S.
14	188	Área FVH - C. A. S.
14	189	Área FVH - C. A. S.
14	190	Área FVH - C. A. S.
14	191	Área FVH - C. A. S.
14	192	Área FVH - C. A. S.
14	193	Área FVH - C. A. S.
14	194	Área FVH - C. A. S.
14	195	Área FVH - C. A. S.
14	196	Área FVH - C. A. S.
14	197	Área FVH - C. A. S.
14	198	Área FVH - C. A. S.
14	199	Área FVH - C. A. S.
14	200	Área FVH - C. A. S.
14	201	Área FVH - C. A. S.
14	202	Área FVH - C. A. S.
14	203	Área FVH - C. A. S.
14	204	Área FVH - C. A. S.
14	205	Área FVH - C. A. S.
14	206	Área FVH - C. A. S.
14	207	Área FVH - C. A. S.
14	208	Área FVH - C. A. S.
14	209	Área FVH - C. A. S.
14	210	Área FVH - C. A. S.
14	211	Área FVH - C. A. S.
14	212	Área FVH - C. A. S.
14	213	Área FVH - C. A. S.
14	214	Área FVH - C. A. S.
14	215	Área FVH - C. A. S.
14	216	Área FVH - C. A. S.
14	217	Área FVH - C. A. S.
14	218	Área FVH - C. A. S.
14	219	Área FVH - C. A. S.
14	220	Área FVH - C. A. S.
14	221	Área FVH - C. A. S.
14	222	Área FVH - C. A. S.
14	223	Área FVH - C. A. S.
14	224	Área FVH - C. A. S.
14	225	Área FVH - C. A. S.
14	226	Área FVH - C. A. S.
14	227	Área FVH - C. A. S.
14	228	Área FVH - C. A. S.
14	229	Área FVH - C. A. S.
14	230	Área FVH - C. A. S.
14	231	Área FVH - C. A. S.
14	232	Área FVH - C. A. S.
14	233	Área FVH - C. A. S.
14	234	Área FVH - C. A. S.
14	235	Área FVH - C. A. S.
14	236	Área FVH - C. A. S.
14	237	Área FVH - C. A. S.
14	238	Área FVH - C. A. S.
14	239	Área FVH - C. A. S.
14	240	Área FVH - C. A. S.
14	241	Área FVH - C. A. S.
14	242	Área FVH - C. A. S.
14	243	Área FVH - C. A. S.
14	244	Área FVH - C. A. S.
14	245	Área FVH - C. A. S.
14	246	Área FVH - C. A. S.
14	247	Área FVH - C. A. S.
14	248	Área FVH - C. A. S.
14	249	Área FVH - C. A. S.
14	250	Área FVH - C. A. S.
14	251	Área FVH - C. A. S.
14	252	Área FVH - C. A. S.
14	253	Área FVH - C. A. S.
14	254	Área FVH - C. A. S.
14	255	Área FVH - C. A. S.
14	256	Área FVH - C. A. S.
14	257	Área FVH - C. A. S.
14	258	Área FVH - C. A. S.
14	259	Área FVH - C. A. S.
14	260	Área FVH - C. A. S.
14	261	Área FVH - C. A. S.
14	262	Área FVH - C. A. S.
14	263	Área FVH - C. A. S.
14	264	Área FVH - C. A. S.
14	265	Área FVH - C. A. S.
14	266	Área FVH - C. A. S.
14	267	Área FVH - C. A. S.
14	268	Área FVH - C. A. S.
14	269	Área FVH - C. A. S.
14	270	Área FVH - C. A. S.
14	271	Área FVH - C. A. S.
14	272	Área FVH - C. A. S.
14	273	Área FVH - C. A. S.
14	274	Área FVH - C. A. S.
14	275	Área FVH - C. A. S.
14	276	Área FVH - C. A. S.
14	277	Área FVH - C. A. S.
14	278	Área FVH - C. A. S.
14	279	Área FVH - C. A. S.
14	280	Área FVH - C. A. S.
14	281	Área FVH - C. A. S.
14	282	Área FVH - C. A. S.
14	283	Área FVH - C. A. S.
14	284	Área FVH - C. A. S.
14	285	Área FVH - C. A. S.
14	286	Área FVH - C. A. S.
14	287	Área FVH - C. A. S.
14	288	Área FVH - C. A. S.
14	289	Área FVH - C. A. S.
14	290	Área FVH - C. A. S.
14	291	Área FVH - C. A. S.
14	292	Área FVH - C. A. S.
14	293	Área FVH - C. A. S.
14	294	Área FVH - C. A. S.
14	295	Área FVH - C. A. S.
14	296	Área FVH - C. A. S.
14	297	Área FVH - C. A. S.
14	298	Área FVH - C. A. S.
14	299	Área FVH - C. A. S.
14	300	Área FVH - C. A. S.
14	301	Área FVH - C. A. S.
14	302	Área FVH - C. A. S.
14	303	Área FVH - C. A. S.
14	304	Área FVH - C. A. S.
14	305	Área FVH - C. A. S.
14	306	Área FVH - C. A. S.
14	307	Área FVH - C. A. S.
14	308	Área FVH - C. A. S.
14	309	Área FVH - C. A. S.
14	310	Área FVH - C. A. S.
14	311	Área FVH - C. A. S.
14	312	Área FVH - C. A. S.
14	313	Área FVH - C. A. S.
14	314	Área FVH - C. A. S.
14	315	Área FVH - C. A. S.
14	316	Área FVH - C. A. S.
14	317	Área FVH - C. A. S.
14	318	Área FVH - C. A. S.
14	319	Área FVH - C. A. S.
14	320	Área FVH - C. A. S.
14	321	Área FVH - C. A. S.
14	322	Área FVH - C. A. S.
14	323	Área FVH - C. A. S.
14	324	Área FVH - C. A. S.
14	325	Área FVH - C. A. S.
14	326	Área FVH - C. A. S.
14	327	Área FVH - C. A. S.
14	328	Área FVH - C. A. S.
14	329	Área FVH - C. A. S.
14	330	Área FVH - C. A. S.
14	331	Área FVH - C. A. S.
14	332	Área FVH - C. A. S.
14	333	Área FVH - C. A. S.
14	334	Área FVH - C. A. S.
14	335	Área FVH - C. A. S.
14	336	Área FVH - C. A. S.
14	337	Área FVH - C. A. S.
14	338	Área FVH - C. A. S.
14	339	Área FVH - C. A. S.
14	340	Área FVH - C. A. S.
14	341	Área FVH - C. A. S.
14	342	Área FVH - C. A. S.
14	343	Área FVH - C. A. S.
14	344	Área FVH - C. A. S.
14	345	Área FVH - C. A. S.
14	346	Área FVH - C. A. S.
14	347	Área FVH - C. A. S.
14	348	Área FVH - C. A. S.
14	349	Área FVH - C. A. S.
14	350	Área FVH - C. A. S.
14	351	Área FVH - C. A. S.
14	352	Área FVH - C. A. S.
14	353	Área FVH - C. A. S.
14	354	Área FVH - C. A. S.
14	355	Área FVH - C. A. S.
14	356	Área FVH - C. A. S.
14	357	Área FVH - C. A. S.
14	358	Área FVH - C. A. S.
14	359	Área FVH - C. A. S.
14	360	Área FVH - C. A. S.
14	361	Área FVH - C. A. S.
14	362	Área FVH - C. A. S.
14	363	Área FVH - C. A. S.
14	364	Área FVH - C. A. S.
14	365	Área FVH - C. A. S.
14	366	Área FVH - C. A. S.
14	367	Área FVH - C. A. S.
14	368	Área FVH - C. A. S.
14	369	Área FVH - C. A. S.
14	370	Área FVH - C. A. S.
14	371	Área FVH - C. A. S.
14	372	Área FVH - C. A. S.
14	373	Área FVH - C. A. S.
14	374	Área FVH - C. A. S.
14	375	Área FVH - C. A. S.
14	376	Área FVH - C. A. S.
14	377	Área FVH - C. A. S.
14	378	Área FVH - C. A. S.
14	379	Área FVH - C. A. S.
14	380	Área FVH - C. A. S.
14	381	Área FVH - C. A. S.
14	382	Área FVH - C. A. S.
14	383	Área FVH - C. A. S.
14	384	Área FVH - C. A. S.
14	385	Área FVH - C. A. S.
14	386	Área FVH - C. A. S.
14	387	Área FVH - C. A. S.
14	388	Área FVH - C. A. S.
14	389	Área FVH - C. A. S.
14	390	Área FVH - C. A. S.
14	391	Área FVH - C. A. S.
14	392	Área FVH - C. A. S.
14	393	Área FVH - C. A. S.
14	394	Área FVH - C. A. S.
14	395	Área FVH - C. A. S.
14	396	Área FVH - C. A. S.
14	397	Área FVH - C. A. S.
14	398	Área FVH - C. A. S.
14	399	Área FVH - C. A. S.
14	400	Área FVH - C. A. S.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DAS INTERVENÇÕES
 ALTA PRIORIDADE / CURTO PRAZO

16

versão final

0 125 250 500 750 1000 1250 m

Projeto: **Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público**

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320C-BR) data: **novembro 2013**

contratante: Prefeitura Municipal de Passo Fundo execução: **idom**

BID Prefeitura Municipal de Passo Fundo idom

6.2 RESULTADO INTEGRADO DAS PROPOSTAS

O PEEUEL apresenta 313 propostas de intervenções que, no seu conjunto, permitem alcançar os objetivos e metas adotados. Tais propostas incluem tanto a requalificação de 19 áreas de intervenção urbana, quanto a reforma e ampliação de equipamentos e espaços livres de uso público existentes, além da construção de novos equipamentos e requalificação de espaços livres de uso público.

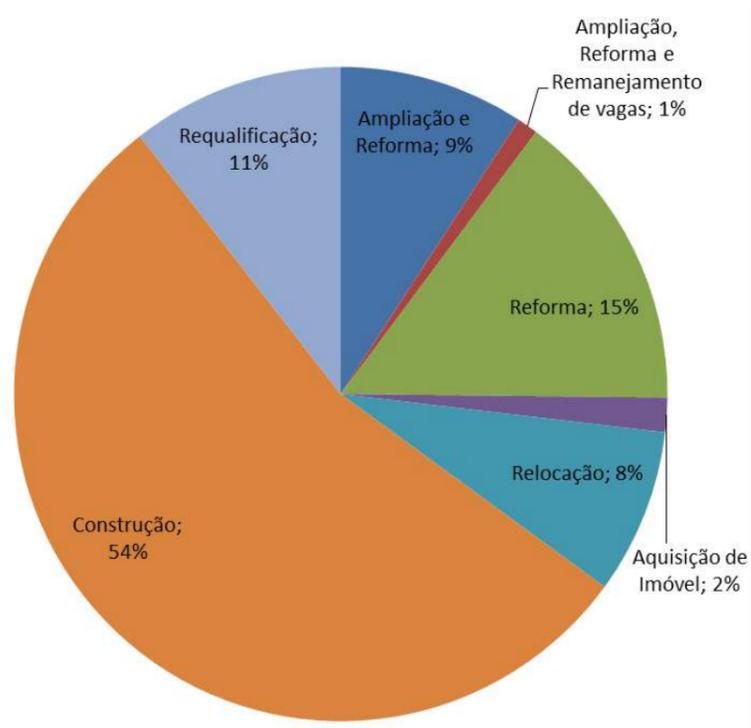


Figura 14. Porcentagem de intervenções propostas de acordo a categoria de intervenção
Fonte: Idom (2013)

Do total de intervenções propostas, 54% corresponde a construção de novos equipamentos, 11% corresponde a propostas de requalificação de espaços livres de uso público, 9% corresponde a ampliação e reforma de equipamentos existentes, 15% corresponde a propostas de reforma, 8% das intervenções são de relocação de equipamentos existentes, 2% representam intervenções conjuntas de ampliação e reforma, e 2% das intervenções são no sentido de aquisição de imóveis privados onde funcionam equipamentos municipais.

TIPO DE INTERVENÇÃO	EDUCAÇÃO		SAÚDE			ASSISTÊNCIA SOCIAL	CULTURAL		ESPORTE	ESPAÇOS LIVRES
	EMEI	EMEF	UBS	CAIS	UPA		Centro Cultural	Outros		
Ampliação e Reforma	12	13	2	0	0	0	0	0	0	0
Ampliação, Reforma e Remanejamento de vagas	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de Imóvel, Ampliação e Reforma	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de Imóvel e Reforma	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de Imóvel, Reforma e Remanejamento de vagas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforma e Remanejamento de vagas	3	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforma	2	2	0	5	0	1	0	2	5	14
Relocação	4	2	13	0	0	3	0	2	0	0
Construção	51	26	22	0	1	4	14	0	42	0
Requalificação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31
Total de Intervenções	75	56	39	5	1	8	14	4	47	45

Figura 15. Nº de intervenções propostas de acordo a categoria de intervenção
Fonte: Idom (2013)

Quanto a distribuição das intervenções por setor, através do gráfico abaixo, conclui-se que os setores que receberam o maior número de intervenções foram os setores 1, 5, 9, 2, 3, e 8, concentrando 51% das intervenções previstas no município.

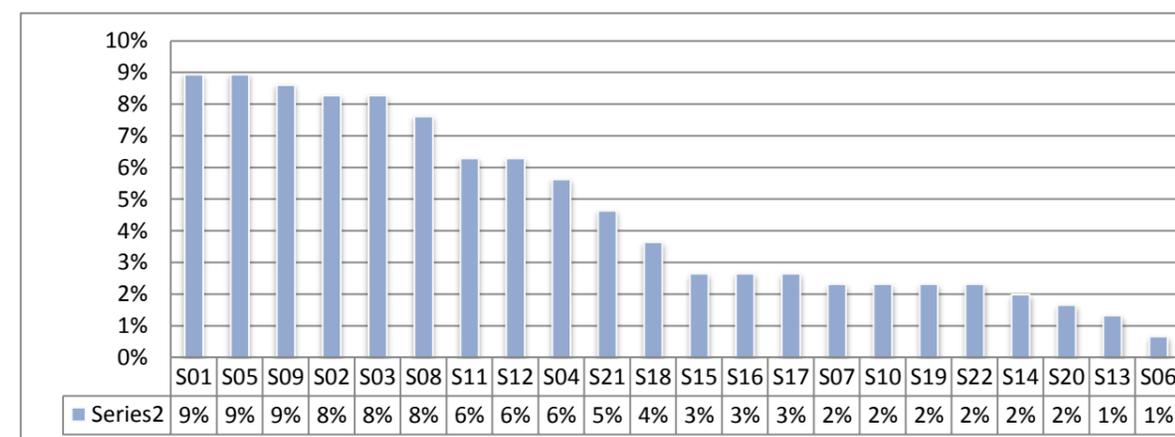
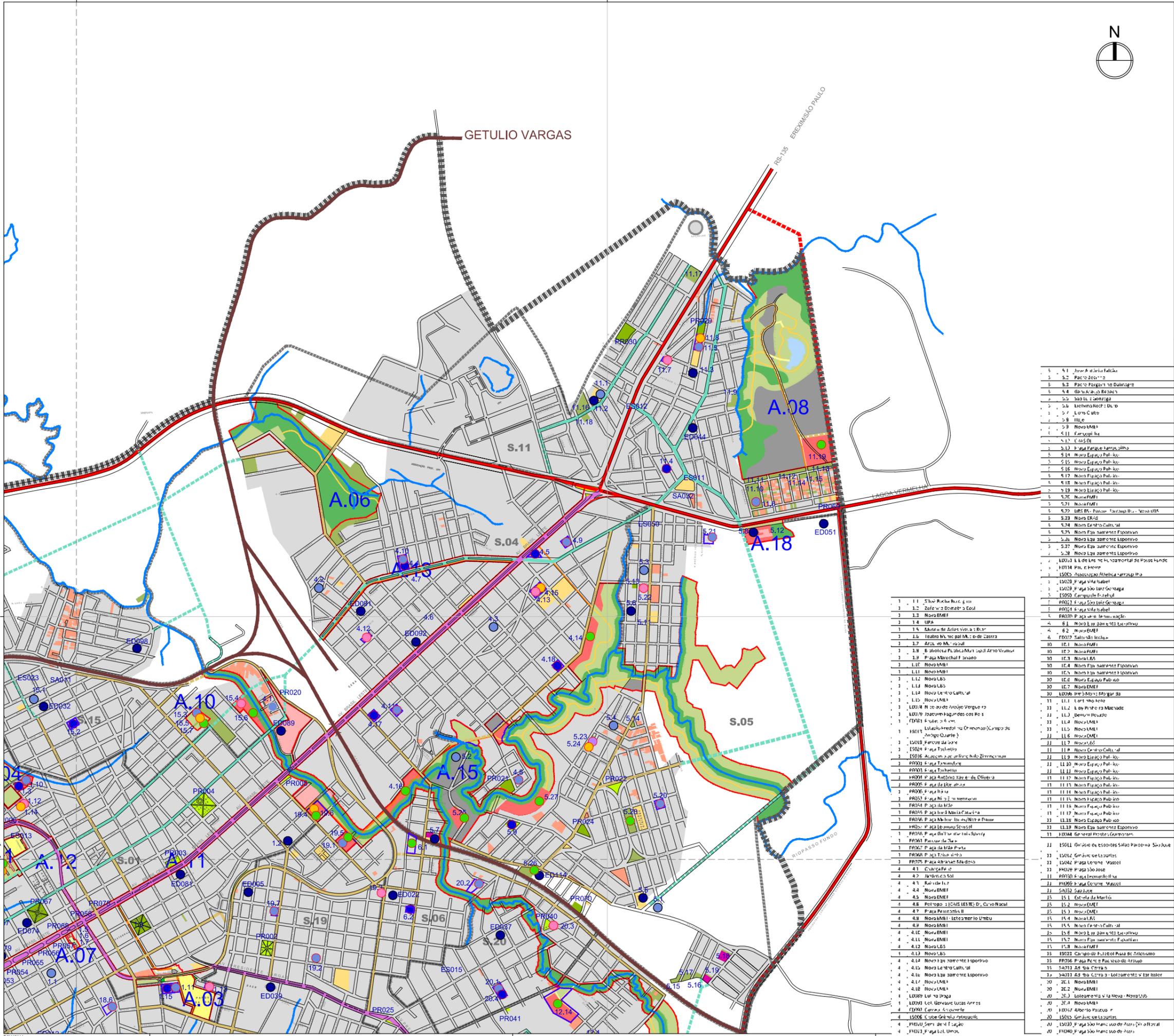


Figura 16. Distribuição das intervenções por setor
Fonte: Idom (2013)

O mapa a seguir apresenta a espacialização das intervenções propostas de acordo com os critérios de localização adotados, revelando o resultado para a rede de equipamentos urbanos e espaços livres de uso público proposto para o ano de 2042.



- LEGENDA**
- PERÍMETRO URBANO
 - DIVISÃO TERRITORIAL - 22 SETORES DEMOGRÁFICOS
 - SISTEMA VIÁRIO
 - LINHAS FERROVIÁRIAS
 - RIOS E ARROIOS

- ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA
- ÁREAS PASSÍVEIS DE OCUPAÇÃO
- ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO SUGERIDA
- ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
- RPPN

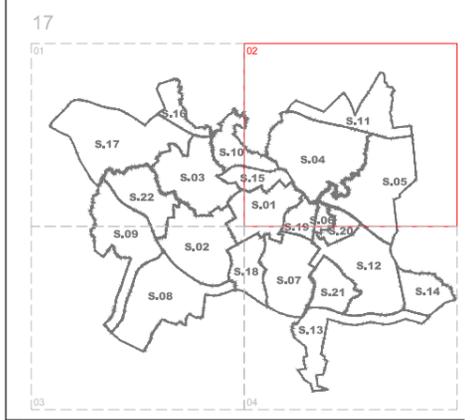
- SISTEMA VIÁRIO E CONEXÕES PROPOSTAS**
- RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS
 - EIXOS VIÁRIOS
 - VIAS PRINCIPAIS
 - VIAS DE LIGAÇÃO
 - PROJEÇÕES (PDDI)

- SISTEMA DE ÁREAS VERDES E EQUIPAMENTOS**
- ÁREA DE PRESERVAÇÃO
 - PARQUE OU PRAÇA EXISTENTE
 - PARQUE OU PRAÇA PROPOSTA

- ÁREA DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS**
- ÁREA DE EQUIPAMENTO EXISTENTE
 - ÁREA DE EQUIPAMENTO PROPOSTO
 - EQUIPAMENTO EXISTENTE
 - EQUIPAMENTO A RELOCAR
 - EQUIPAMENTO A CONSTRUIR
 - EMEI
 - EMEF / EEEF
 - UBS / UPA
 - CULTURAL
 - CRAS
 - ESPORTIVO
 - CAIS
 - CREAS

A.07 ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA

2.13 INTERVENÇÃO PROPOSTA



1	11	Shoo Rocha Residência
2	12	Zeladoria Doméstica
3	13	Novo EMEF
4	14	UPA
5	15	Associação de Artes Visuais
6	16	Teatro Municipal de Castro
7	17	Associação Cultural
8	18	Associação Cultural
9	19	Associação Cultural
10	20	Associação Cultural
11	21	Associação Cultural
12	22	Associação Cultural
13	23	Associação Cultural
14	24	Associação Cultural
15	25	Associação Cultural
16	26	Associação Cultural
17	27	Associação Cultural
18	28	Associação Cultural
19	29	Associação Cultural
20	30	Associação Cultural
21	31	Associação Cultural
22	32	Associação Cultural
23	33	Associação Cultural
24	34	Associação Cultural
25	35	Associação Cultural
26	36	Associação Cultural
27	37	Associação Cultural
28	38	Associação Cultural
29	39	Associação Cultural
30	40	Associação Cultural
31	41	Associação Cultural
32	42	Associação Cultural
33	43	Associação Cultural
34	44	Associação Cultural
35	45	Associação Cultural
36	46	Associação Cultural
37	47	Associação Cultural
38	48	Associação Cultural
39	49	Associação Cultural
40	50	Associação Cultural
41	51	Associação Cultural
42	52	Associação Cultural
43	53	Associação Cultural
44	54	Associação Cultural
45	55	Associação Cultural
46	56	Associação Cultural
47	57	Associação Cultural
48	58	Associação Cultural
49	59	Associação Cultural
50	60	Associação Cultural

1	1	Associação Cultural
2	2	Associação Cultural
3	3	Associação Cultural
4	4	Associação Cultural
5	5	Associação Cultural
6	6	Associação Cultural
7	7	Associação Cultural
8	8	Associação Cultural
9	9	Associação Cultural
10	10	Associação Cultural
11	11	Associação Cultural
12	12	Associação Cultural
13	13	Associação Cultural
14	14	Associação Cultural
15	15	Associação Cultural
16	16	Associação Cultural
17	17	Associação Cultural
18	18	Associação Cultural
19	19	Associação Cultural
20	20	Associação Cultural
21	21	Associação Cultural
22	22	Associação Cultural
23	23	Associação Cultural
24	24	Associação Cultural
25	25	Associação Cultural
26	26	Associação Cultural
27	27	Associação Cultural
28	28	Associação Cultural
29	29	Associação Cultural
30	30	Associação Cultural
31	31	Associação Cultural
32	32	Associação Cultural
33	33	Associação Cultural
34	34	Associação Cultural
35	35	Associação Cultural
36	36	Associação Cultural
37	37	Associação Cultural
38	38	Associação Cultural
39	39	Associação Cultural
40	40	Associação Cultural
41	41	Associação Cultural
42	42	Associação Cultural
43	43	Associação Cultural
44	44	Associação Cultural
45	45	Associação Cultural
46	46	Associação Cultural
47	47	Associação Cultural
48	48	Associação Cultural
49	49	Associação Cultural
50	50	Associação Cultural
51	51	Associação Cultural
52	52	Associação Cultural
53	53	Associação Cultural
54	54	Associação Cultural
55	55	Associação Cultural
56	56	Associação Cultural
57	57	Associação Cultural
58	58	Associação Cultural
59	59	Associação Cultural
60	60	Associação Cultural

6875000

junção folha 17.04

ESTRUTURAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS E ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO

17.02

versão final

0 1251250 2500 750 50000 12500

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público

Componente II do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (Contrato 2320/OC-BR) data: novembro 2013

contratante: Prefeitura Municipal de Passo Fundo

execução: idom

6.3 ESTIMATIVA DE CUSTOS

Desenvolveu-se um estudo visando o detalhamento dos critérios de avaliação econômica das propostas, onde foi apresentada a estimativa dos custos de construção inicial, manutenção anual e operação anual para as intervenções propostas pelo PEEUEL. A síntese deste estudo é apresentada na tabela a seguir:

Categoria	Equipamentos		Reforma (R\$/m ²)	Construção/Requalificação (R\$/m ²)	Manutenção (R\$/m ² /ano)	Operação (R\$/und/ano)	Operação e Manutenção (R\$/aluno/ano)
	Tipologia	Porte					
Educação	Ensino Infantil		900	1.600	-	-	4.000
	Ensino Fundamental		900	1.380	-	-	4.000
Saúde	UBS	1 ESF	900	1.452	180	346.800	-
		2 ESF	900	1.452	180	679.200	-
		3 ESF	900	1.452	180	1.022.400	-
Atenção Social	CRAS		900	1.291	180	246.000	-
	CREAS		1.000	-	180	195.600	-
Cultura	Centro Cultural Municipal		1.000	2.070	180	206.400	-
	Centro Cultural Bairro		-	1.291	180	46.800	-
	Espaço Cultural D. Pretto		1.000	1.291	180	206.400	-
Esporte	Quadras cobertas		240	500	40	57.600	-
	Quadras ao ar livre		60	120	40	18.000	-
Espaços Livres	Parque Linear e Ambiental		-	50	12	39.600	-
	Parque Urbano		30	60	40	57.600	-
	Pq. de Bairro, Vizinhança e Praça		30	110	40	28.800	-
Eixos viários			150	280	40	18.000	-

Tabela 22. Parâmetros de avaliação econômica

Fonte: Idom (2013) a partir de estudos realizados na versão final do plano

Para se estimar um valor médio de referencia para o custo de desapropriação de imóveis, foi desenvolvido um estudo com base em valores do ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) fornecidos pela PMPF. O resultado deste estudo foi um valor médio de referência único por setor, conforme tabela a seguir:

Setor	Valor de referencia (R\$/m ²)	Setor	Valor de referencia (R\$/m ²)
1	598	12	192
2	224	13	90
3	180	14	127
4	369	15	356
5	161	16	87
6	273	17	151
7	268	18	227
8	81	19	637
9	100	20	291
10	155	21	141
11	120	22	138

Tabela 23. Valor médio de referencia para custo de desapropriação por setor

Fonte: Idom (2013)

É importante ressaltar que o valor de desapropriação não foi aplicado para as AIU, uma vez que sugere-se evitar este instrumento devido ao seu alto custo, de forma que propõe-se a utilização de outros instrumentos do Estatuto da Cidade previstos no PDDI para viabilização das áreas. A única exceção é feita para a intervenção A.04 referente ao Banhado da Vergueiro, pois parte desta área esta sendo desapropriada atualmente. Os equipamentos propostos localizados dentro de AIU tampouco receberam estimativa de custo de desapropriação.

De acordo com o cronograma de implantação das alternativas propostas, apresenta-se na tabela 24 o orçamento necessário para a realização das intervenções sugeridas por fase de implantação e por grupo temático.

Para o computo orçamentário, considerou-se o investimento necessários para a construção de todos os novos equipamentos propostos, requalificação de praças e parques, e reformas, ampliações e aquisição de imóvel para os equipamentos existentes. Além disso, foi indicado o custo de operação e manutenção anual estimado para os equipamentos existentes e novos.

Equipamento		Custo	Curto Prazo (2013-2022) (R\$)	Médio Prazo (2023-2032) (R\$)	Longo Prazo (2033-2042) (R\$)	Sem Prazo Definido (R\$)	Total (R\$)
EMEI	Existente	Ampliação e Reforma e Aq. de Imovel	10.613.301	0	0	2.706.974	10.613.301
		Operação e manutenção anual	7.112.000	0	0	2.028.890	7.112.000
	Novo	Construção	11.019.600	27.597.400	41.701.000	0	80.318.000
		Operação e manutenção anual	5.240.000	14.040.000	18.080.000	0	37.360.000
EMEF	Existente	Ampliação e Reforma e Aq. de Imovel	33.884.154	0	0	15.538.590	33.884.154
		Operação e manutenção anual	20.760.000	0	0	14.881.917	20.760.000
	Novo	Construção	4.623.000	32.731.500	29.259.900	0	66.614.400
		Operação e manutenção anual	4.000.000	21.400.000	17.000.000	0	42.400.000
UBS	Existente	Ampliação e Reforma e Aquisição de Imovel	993.208	0	0	0	993.208
		Operação e manutenção anual	1.437.080	0	0	0	1.437.080
	Novo	Construção	3.032.559	1.620.000	1.710.000	0	6.362.559
		Operação e manutenção anual	7.098.512	4.088.400	4.438.800	0	15.625.712
CAIS	Existente	Reforma	2.487.600	0	0	0	2.487.600
CRAS	Existente	Reforma	279.000	0	0	0	279.000
		Operação e manutenção anual	301.800	0	0	0	301.800
	Novo	Construção	464.760	232.380	250.200	0	947.340
		Operação e manutenção anual	64.800	32.400	278.400	0	375.600
Centro Cultural de Bairro	Novo	Construção	2.702.000	3.092.000	4.963.000	0	10.757.000
		Operação e manutenção anual	547.200	547.200	820.800	0	1.915.200
Equipamentos Esportivos	Existente	Reforma	1.559.700	0	0	0	1.559.700
		Operação e manutenção anual	2.177.080	0	0	0	2.177.080
	Novo	Construção	9.768.000	29.806.600	27.015.800	0	66.590.400
		Operação e manutenção anual	3.364.000	9.059.200	7.894.000	0	20.317.200
Espaços Livres de Uso Público	Existente	Reforma	1.600.140	0	0	0	1.600.140
		Operação e manutenção anual	2.536.720	0	0	0	2.536.720
	Novo	Requalificação	3.886.137	9.560.400	3.249.277	0	16.695.814
		Operação e manutenção anual	1.672.341	3.908.509	1.383.155	0	6.964.005
Total			143.224.691	157.715.990	158.044.332	35.156.371	458.985.013

Tabela 24. Estimativa orçamentária prevista para intervenções em equipamentos urbanos e espaços livres de uso público
Fonte: Idom (2013)

Finalmente, a partir do custo de investimento inicial estimado para as intervenções propostas, pode-se identificar os setores do município que requerem maior atenção as demandas estudadas e a necessidade de investimento segundo o tipo de equipamento ou espaço livre de uso público.

Setor	EDUCAÇÃO	SAÚDE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	CULTURAL	ESPORTE	ESPAÇOS LIVRES	TOTAL
1	23.966.880	630.000	0	1.243.500	0	253.500	26.093.880
2	16.964.795	1.189.191	0	869.500	3.387.540	1.346.130	23.757.156
3	19.893.852	1.174.500	232.380	645.500	4.327.440	928.390	27.202.062
4	19.998.401	1.209.600	0	1.014.500	5.580.000	90.810	27.893.311
5	13.367.774	328.500	232.380	645.500	4.740.000	1.740.572	21.054.726
6	1.513.500	0	0	0	2.358.000	0	3.871.500
7	5.767.600	315.000	0	913.500	3.660.000	0	10.656.100
8	9.323.000	0	250.200	645.500	3.980.520	1.027.400	15.226.620
9	13.402.533	540.000	232.380	645.500	6.858.000	1.623.980	23.302.393
10	4.848.500	225.000	0	0	5.028.000	1.140.335	11.241.835
11	8.703.478	225.000	0	765.500	4.680.000	6.037.240	20.411.218
12	11.635.548	847.800	0	645.500	6.031.800	1.592.277	20.752.925
13	2.321.280	0	0	0	840.000	0	3.161.280
14	1.322.500	0	0	0	1.235.000	223.800	2.781.300
15	8.186.208	225.000	0	645.500	600.000	0	9.656.708
16	5.699.783	0	0	0	0	1.559.660	7.259.443
17	5.783.100	294.300	0	0	2.640.000	19.050	8.736.450
18	10.959.195	756.000	0	645.500	3.817.000	0	16.177.695
19	7.968.600	315.000	0	645.500	1.644.000	0	10.573.100
20	5.877.500	297.000	0	0	0	0	6.174.500
21	7.323.800	573.517	279.000	786.500	3.862.800	712.810	13.538.427
22	4.847.592	328.500	0	0	2.880.000	0	8.056.092
Total	209.675.419	9.473.908	1.226.340	10.757.000	68.150.100	18.295.954	317.578.721

Tabela 25. Custo de investimento total das intervenções em equipamentos e espaços livres de uso público
Fonte: Idom (2013)

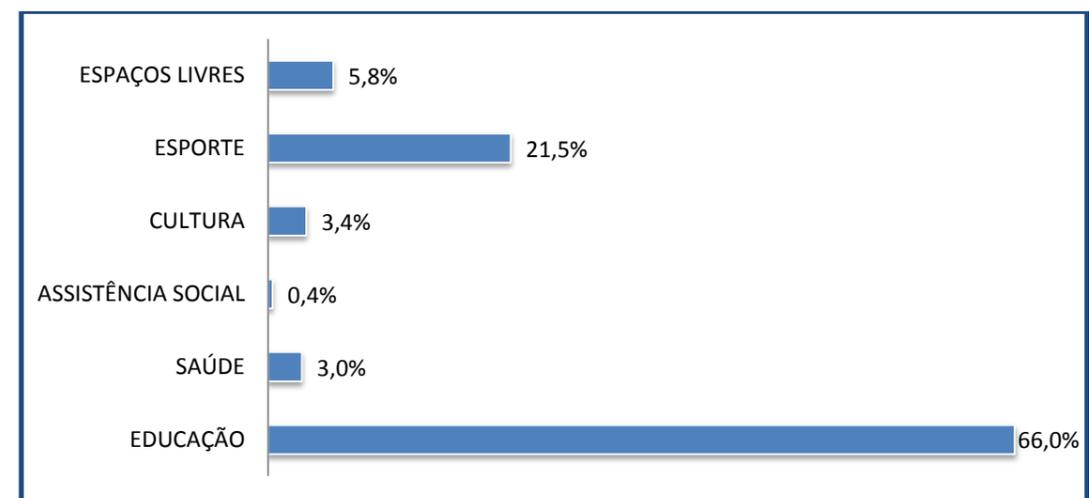


Figura 17. Custo de investimento inicial total das propostas por grupo temático
Fonte: Idom (2013)

O custo de implantação aproximado de todas as alternativas propostas é de 317 milhões, sobre o qual o maior peso de investimento está na categoria de novos equipamentos de educação, representando aproximadamente 66% dos investimentos, seguido da necessidade de implantação de novos equipamentos esportivos, que representa aproximadamente 21% dos investimentos.

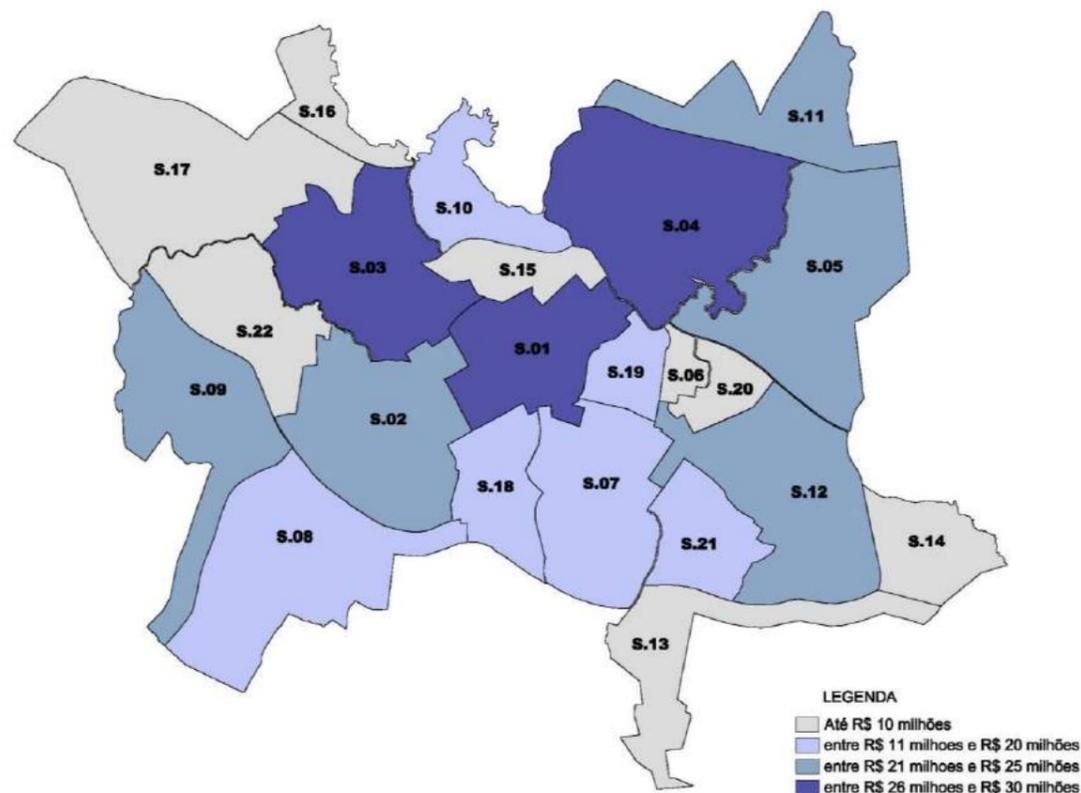


Figura 18. Custo de investimento total das propostas por setor
Fonte: Idom (2013)

Por setor, a maior parte do investimento necessário concentra-se nos setores 1, 3 e 4 representando aproximadamente de 26% do total do investimento. Os setores 6, 13, 14 e 20 são os que requerem menos investimento, sendo setores que têm parte de sua demanda de equipamentos e espaços livres de uso público suprida pelos setores adjacentes.

A seguir apresentamos os orçamentos estimados necessários para a implantação, operação e manutenção das **áreas de intervenção urbana** propostas. O computo orçamentário incluiu as propostas de intervenção em equipamentos urbanos comunitários e espaços livres de uso público localizadas dentro do perímetro das áreas de intervenção urbana, compreendendo as alternativas propostas de construção, reforma, ampliação e requalificação.

O detalhamento dos orçamentos das propostas foram desenvolvidos nas fichas das AIU, no capítulo 5.2 deste documento, a partir da estimativa dos custos por cada tipo de equipamento ou espaço livre de uso público proposto.

Cód.	Nome	Custo Investimento inicial (R\$)	Custo Manutenção (R\$/ano)	Custo Operação (R\$/ano)	Total de Operação e Manutenção (R\$/ano)
A.01	Quartel do Exército	24.676.050	5.953.860	845.600	6.799.460
A.02	Bosque Lucas de Araújo	19.572.500	5.106.040	39.600	5.145.640
A.03	Parque da Gare – Antiga Estação	6.275.500	2.956.800	75.600	3.032.400
A.04	Banhado da Vergueiro	11.144.340	543.526	1.386.600	3.498.600
A.05	Parque Pinheiro Torto	7.234.850	4.582.484	75.600	4.658.084
A.06	Parque Arlindo Haas	17.194.350	4.239.660	39.600	4.279.260
A.07	Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto	3.035.500	484.560	206.400	690.960
A.08	Pedreira da Ergo	14.421.250	3.897.900	57.600	3.955.500
A.09	Roselândia	46.104.836	20.444.816	46.800	20.491.616
A.10	Fábrica de tubos	2.877.500	1.426.000	122.400	1.548.400
A.11	Eixo Av. Brasil	55.015.650	14.670.840	-	14.670.840
A.12	Eixo Av. 7 de Setembro	14.062.500	3.750.000	-	3.750.000
A.13	Eixo Av. Rui Barbosa	9.336.150	2.489.640	-	2.489.640
A.14	Parque Menino Deus	561.000	204.000	28.800	232.800
A.15	Rio Passo Fundo	74.209.700	20.390.040	39.600	20.429.640
A.16	Arroio Chafariz	28.841.930	10.185.124	39.600	10.224.724
A.17	Lajeado Alexandre	46.934.090	9.685.140	165.600	9.850.740
A.18	Antigo Patronato	3.041.800	645.288	39.600	684.888
A.19	Eixo de Conexão Roselândia	10.502.400	2.800.640	-	2.800.640

Tabela 26. Estimativa orçamentária prevista para as AIU
Fonte: Idom (2013)

AÇÕES IMEDIATAS



7 AÇÕES IMEDIATAS

Neste capítulo são apresentadas as ações necessárias para a implementação do PEEUEL no curto prazo. Uma vez concluído o plano, estabelecida às metas, as ações prioritárias e quantificado o orçamento, é necessário garantir a execução do plano. Para isto o Governo Municipal deverá programar estratégias voltadas para o modelo de gestão que comungue ao mesmo tempo os aspectos institucionais e as estratégias de planejamento.

1. Institucional

Para que o PEEUEL venha a configurar como um plano, deve-se criar condições institucionais para seguir as ações determinadas no plano do município, além de avançar para salvaguardar as áreas essenciais para o seu desenvolvimento e a implantar as áreas de intervenção urbana. Suas propostas centrais estão explícitas no Produto 4 e devem ser objeto de um Modelo de Gestão, como este que aqui se propõe.

2. Planejamento

Para que o PEEUEL venha a ser implantado é necessário que seja feita a compatibilização com os diversos planos existentes no município, principalmente o PDDI que se encontra em revisão, além de garantir condições técnicas e recursos financeiros necessários a sua implementação.

A organização destas duas esferas, institucional e planejamento, deverá criar um ambiente propício à implementação do plano.

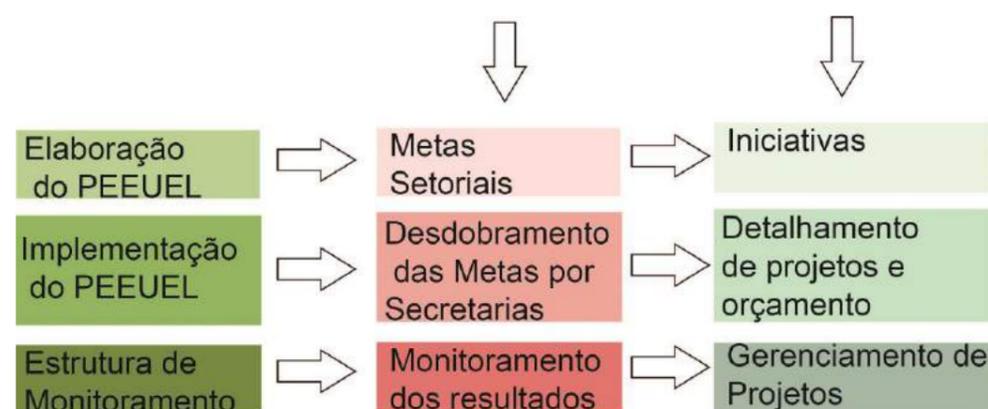


Figura 19. Modelo de Gestão

Fonte: Idom (2013)

A implantação deste modelo deverá ser capaz de garantir:

1. A realização dos projetos previstos nos prazos definidos;
2. A ampliação e melhorias dos equipamentos urbanos e espaços livres de uso público com o menor custo possível para a municipalidade;

3. O alcance das metas definidas para cada um dos grupos temáticos.

7.1 GESTÃO MUNICIPAL

7.1.1 Institucional

Para a execução e monitoramento do PEEUEL deverá ser preparado um modelo de gestão que assegure a eficiência e efetividade das ações. É imprescindível que as secretarias responsáveis pelas políticas públicas que tratam dos conteúdos do plano estejam envolvidas no processo. Para tanto, estas secretarias deverão incorporar nas suas agendas setoriais as ações prioritárias definidas pelo plano. Para isto deve ser criado um modelo capaz de implantar um processo sistemático de acompanhamento do desenvolvimento das ações e dos resultados de acordo com a realidade do município, aferindo com as metas definidas.

Com esse objetivo se propõe a criação de um escritório modelo de monitoramento e implementação do PEEUEL. Esse escritório deverá funcionar como unidade gestora ligada a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) que deverá garantir o planejamento de longo prazo no município. Deverá ainda ser capaz de gerenciar os projetos e deverá ser responsável por:

1. Acompanhar o processo de execução do PEEUEL;
2. Apoiar as várias secretarias envolvidas e necessárias à execução do PEEUEL;
3. Contribuir para a integração dos vários atores necessários à execução do PEEUEL, tais como, atores institucionais, setor privado e sociedade civil;
4. Sugerir estratégias de implementação e fontes de financiamento para a realização dos projetos necessários;
5. Implantar o programa de monitoramento e acompanhamento das diversas secretarias e órgãos responsáveis pelas ações;
6. Assegurar a revisão periódica do plano.

7.1.2 Participação Social

Um componente crucial de desenvolvimento do PEEUEL é garantir a participação frequente da população. O processo de planejamento urbano deverá prever o espaço para a participação, através de oficinas participativas. Será a oportunidade de incorporar as opiniões e os interesses dos cidadãos, adequando a demanda projetada à realidade do município.

Deverá ser realizado um plano de interação social e institucional para incorporar a participação de múltiplos agentes envolvidos nas decisões de planejamento, no sentido *Bottom Up*. O desafio é construir coletivamente os projetos, e em paralelo acompanhar o processo de implementação.

Deverão ser criadas mesas de diálogo com o objetivo de estabelecer uma plataforma de negociação necessária à etapa de elaboração do projeto envolvendo os principais agentes institucionais e a sociedade civil.

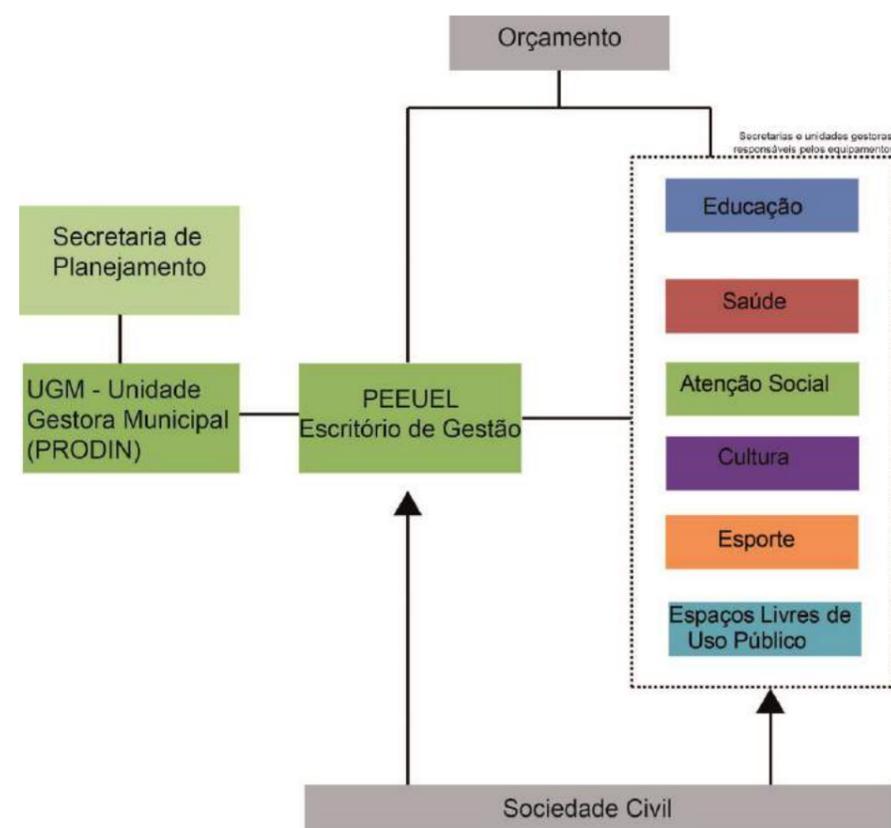


Figura 20. Organização Institucional proposta para a implementação do PEEUEL
Fonte: Idom (2013)

7.2 PLANEJAMENTO

São apresentadas aqui algumas ações e sugestões relacionadas ao processo de planejamento, que deverão ser tratadas no âmbito da Governo Municipal para a implantação do PEEUEL.

7.2.1 Compatibilização entre planos

Para a implementação do PEEUEL é necessário que seja realizada a compatibilização dos vários instrumentos de gestão municipal. A integração das metas e objetivos de cada um destes planos é imprescindível para a implantação do Plano. Existem dois tipos de planos municipais que deverão estar integrados: um deles é relativo aos planos responsáveis pela ações governamentais e o outro é relativo aos planos da sociedade e de cidade. O detalhamento dos planos se encontra na tabela a seguir:

INSTRUMENTO	ABRANGÊNCIA	RESPONSABILIDADE	PRAZO
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	Planejamento Territorial para a implantação de políticas de desenvolvimento urbano;	Plano da sociedade (não do governo)	Longo 10 Anos
PEEUEL	Plano setorial para planejamento dos investimentos em implantação de infra-estrutura;	Plano da sociedade (não do governo)	Longo 30 Anos
PLANO PLURIANUAL	Diretrizes, programas e projetos com despesas de capital e correlatas;	Plano de ação governamental (mesmo incluindo parcerias)	Médio (4 anos)
ORÇAMENTO	Projeto e atividade com explicitação dos gastos públicos em geral;	Despesas de Governo	Curto (1 ano)

A diferença entre esses dois tipos de planos está em seus aspectos temporais. Enquanto o Plano Diretor e o PEEUEL é previsto para um tempo mais longo, os planos ligados às finanças municipais possuem prazos mais curtos. A relação ideal entre planejamento e orçamento acontece quando as ações de planejamento e os orçamentos estão em sincronia com a mesma identidade, detalhe e informação. Desta forma é necessário garantir a integração das ações previstas no PEEUEL nos documentos orçamentários.

Para o alcance e a efetividade do PEEUEL, deverá ser prevista a inclusão das intervenções propostas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual.

Além destes planos e projetos expostos na tabela acima, ainda existem os seguintes planos cujas revisões e realizações são essenciais e podem interferir no alcance dos objetivos proposto no PEEUEL:

- A Revisão do Plano Diretor vigente, valorizando o atual embasamento, e realizando uma readequação, para propor a criação de novas zonas e a incorporação de áreas de intervenção urbana (AIU), conforme detalhado no item 5.2.
- Plano Diretor de Mobilidade Urbana: em fase de realização.
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Local e Projetos Estratégicos Setoriais: em fase de realização.
- Plano Municipal de Saneamento Básico: em fase de realização.
- Plano e Programas Ambientais: em fase de realização.

7.2.2 Vigência e revisão do PEEUEL

O horizonte de planejamento deste plano é 2012-2042. Como documento de planejamento, o PEEUEL é um documento vivo e necessita ser revisado periodicamente.

Um plano é elaborado com base em dados de partida que geram umas hipóteses de futuro. Sugere-se que a revisão do plano aconteça a cada 10 (dez) anos, coincidindo com o intervalo entre as fases propostas no plano: curto, médio e longo prazo.

A revisão deste documento se faz necessária pois surgem mudanças que alteram as hipóteses preestabelecidas, tais como:

- confirmação da projeção de população e cenário escolhido;
- disponibilidade de recursos provenientes de potenciais fontes externas de financiamento;
- realização de novos projetos que não fazem parte do escopo deste plano e possam interferir;
- mudanças de conjuntura, tanto econômicas como políticas, revisando os aspectos do plano que possam ser mais afetados por fatores externos;
- outros a considerar.

7.2.3 Construção da Base Cartográfica e Atualização do Cadastro Técnico Multifinalitário

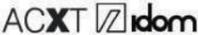
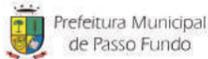
Uma base cartográfica digital contendo o mapeamento atualizado do território é uma condição necessária e imprescindível para o planejamento e a gestão municipal, com fins de desenvolvimento de projetos e fiscalização do município. Um dos desafios encontrados na construção do PEEUEL foi a fragilidade da base cartográfica existente no município, desde a etapa do diagnóstico até a espacialização das propostas. A informação disponível foi utilizada e eventuais ajustes foram realizados ao longo do desenvolvimento do Plano.

Desta forma o Município deverá atualizar seu Sistema de Informações Geográficas e o Cadastro Técnico Multifinalitário, unificando o sistema entre todas as secretarias municipais e órgãos gestores, para que possam servir de bases mais precisas e confiáveis e auxiliem o processo de planejamento.

Da mesma forma, o corpo técnico deverá ser capacitado com o objetivo de estarem aptos a trabalhar com um banco de dados georreferenciados, que deverá ser constantemente ampliado.

REFERÊNCIAS

Plano de Estruturação de Equipamentos Urbanos e Espaços Livres de Uso Público - PEEUEL



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 50 de 21 de fevereiro de 2002:** Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 306:** dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de saúde. Normas para projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. **Portaria Nº 321 de 26 de maio de 1988:** aprova as normas e os padrões mínimos, destinados a disciplinar a construção, instalação e o funcionamento de creches, em todo o território nacional.

ANDRADE, R. **O processo de produção dos parques e bosques públicos de Curitiba.** Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/12844744/Dissertacao-Rivail-Vanin-de-Andrade-O-processo-de-producao-dos-parques-e-bosques-publicos-de-curitiba>. Curitiba, 2001.

ARANTES, C. O. **Planejamento da rede escolar: questões teóricas e metodológicas.** Ministério da Educação. Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico a Educação. Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento. Brasília: CDATE, 1986. 166p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Bairro-Escola. Passo a passo.** São Paulo.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Ciudades Latinoamericanas. Espacio verde público mínimo.** Disponível em: <http://blogs.iadb.org/ciudadessostenibles/2012/06/28/la-ciudades-latinoamericanas-poseen-suficiente-espacio-verde-publico-que-es-suficiente-existe-un-minimo/>

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Guía Metodológica. Iniciativa Ciudades Emergentes y Sostenibles.** Primeira edição. 2012. 184p.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Plano de Gestão Ambiental. Programas Ambientais.** Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado – PRODIN. Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2011.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Solicitação de Propostas SDP Nº: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2010 SBQC-BID.** Passo Fundo, 2011.

BELLET, C.; LLOP, J.M. **Ciudades intermedias, Urbanización y sostenibilidad.** Ed. Milenio, Lleida, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 12 set.2012.

BRASIL. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional. Ministério da Educação – MEC. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 12 set.2012.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** e dá outras providências. Brasília.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS- Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências

BRASIL. Ministério das Cidades. **Estatuto da Cidade:** Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre o planejamento e gestão urbana. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** – 1. ed. – Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais.** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Sistema e-MEC.** Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em 12 set.2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 822/GM de 17 de abril de 2006. Altera critérios para definição de modalidades das ESF dispostos na Política Nacional de Atenção Básica. Brasília. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1101: parâmetros de cobertura assistencial no âmbito do SUS. Estabelece os parâmetros de cobertura assistencial no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 1.170, de 5 de junho de 2012. Habilita Municípios a receber recursos referentes ao Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), componente Ampliação. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 2.226 de 18 de setembro de 2009. Institui o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 2.206 de 14 de setembro de 2011. Institui o Componente Reforma no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde. Brasília. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual de estrutura física de Unidades Básicas de Saúde: Saúde da Família -2ª Ed.** Brasília: Ministério da Saúde. 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual Instrutivo do Programa de Requalificação de Unidade Básica de Saúde (UBS) – Ampliação.**

BRASIL. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/ 2005- Resolução CNAS nº 130, Brasília, julho de 2005 - Disciplina a gestão da Política de Assistência Social no território brasileiro.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Resolução CNAS nº 145, Brasília, Novembro de 2004.

BRASIL. Portaria interministerial nº 1.809, de 28 dezembro de 2011.

BRASIL. Projeto de Lei PNE. Plano Nacional de Educação 2011-2020. Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/pne_15_12_2010.doc. Acesso em: 16 set.2012.

CASTELNOU, A. **Parques Urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo.** Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006.

CEBRACE. **Planejamento de rede escolar: proposta metodológica – rede escolar urbana, 1º grau.** MEC/CEBRACE, Rede escolar 1, Rio de Janeiro, 1978. 186p.

CNRPPN - Confederação Nacional de RPPN. Disponível em <<http://www.rppnbrasil.org.br/>> Acesso em: 30 set. 2012.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DE PASSO FUNDO (CDHPF). **Direito humano à moradia adequada. Desvelando o beira trilha: situação e perspectivas. Relatório de estudo de caso.** EdIFIBE. Passo Fundo, 2005. 64p.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Passo Fundo-RS. RESOLUÇÃO Nº 1 CME, de 01 de outubro de 2003. **Normas para oferta de educação infantil no sistema municipal de ensino.** Passo Fundo.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Passo Fundo-RS. RESOLUÇÃO Nº 5 CME, de 29 de junho de 2006. **Normas para oferta de educação infantil no sistema municipal de ensino.** Passo Fundo.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Passo Fundo-RS. RESOLUÇÃO Nº 12 CME, de 15 de junho de 2009. **Normas para o credenciamento das instituições de Ensino da Educação Básica, autorização e reconhecimento para oferta de níveis, cursos ou modalidade das Escolas de Educação Básica, do Sistema Municipal de Ensino de Passo Fundo.** Passo Fundo.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Passo Fundo-RS. RESOLUÇÃO Nº 13 CME, de 8 de julho de 2009. **Normas para oferta de educação infantil no sistema municipal de ensino.** Passo Fundo.

CRUZ, N., BARBOSA, C.; CARVALHO, P., **Metodologia para avaliação e planejamento de espaços de lazer em cidades médias: o caso de Rio Claro-SP.** Grupo de Pesquisa Análise e Planejamento Territorial – GPAPT

DIPUTACIÓ BARCELONA. Àrea de Territori i Sostenibilitat. **Guia per a la redacció de plans directors d'equipaments.** Barcelona, 2012.

DUDZINSKA, E. **Subsídios para a localização dos equipamentos de ensino público na cidade de Palmas – TO.** Brasília, 2009, 120p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenho Urbano). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação, Universidade de Brasília, 2009.

FACULDADE MERIDIONAL – IMED. **Relatório Final da Fase II Descritiva. Pesquisa de Opinião e Avaliação do Ambiente de Negócios em Passo Fundo.** Complexo de Ensino Superior Meridional – CESME, Passo Fundo, 2010.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. **Informações municipais.** Disponível em <<http://famurs.com.br/>>. Acesso em 12 jul. 2012.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. CENPEC. Fundo das Nações Unidas para a Infância. UNICEF. **Tendências para a educação integral.** São Paulo, 2011.

GENERALITAT DE CATALUNYA. Institut d'Estadística de Catalunya. Estadística Instrumental. **Obtenció de projeccions de població comarcals (base 2008).** Barcelona, 2010. 49p.

GOBIERNO DE ESPAÑA. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Diputación de Barcelona. Federación Española de municipios y provincias. **Guía de estándares de los equipamientos culturales en España.** Madrid, 2002.

GRUPO AMBIENTE-EDUCAÇÃO. **Padrões de infra-estrutura para o espaço físico destinado à educação infantil.** Seminários sobre Política Nacional de Educação Infantil. Secretaria de Educação Infantil do Ministério da Educação. Brasília, 2004.

GUIMARÃES, P. P. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização.** São Paulo: ProLivros, 2004. 260p.

HOLANDA, D. C. **Metodologia para avaliação da acessibilidade na localização de escolas públicas do Ensino Fundamental.** Estudo de caso: Fortaleza. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário.** Rio de Janeiro, 2011. 201p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010. Aglomerados Subnormais. Primeiros Resultados.** Rio de Janeiro, 2011. 259p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Perfil dos Municípios Brasileiros. Esporte 2003.** Rio de Janeiro, 2006.

MAVRS – Museu de Artes Visuais Ruth Schneider. Home Page. Disponível em: <<http://www.upf.br/mavrs/>>.

MEYER, R.; DORA GROSTEIN, M., BIDERMAN, C. **São Paulo metrópole.** São Paulo: Edusp, 2004.

MHR – Museu Histórico Regional. Home Page. Disponível em: <<http://www.upf.br/mhr/>>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. Home Page. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>

MIRANDA, F.; MACHADO, I. Passo Fundo: presentes da memória. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2003.

OLIVEIRA, E. L.; GIVISIEZ, G.H., RIOS-NETO, E. G. **Demanda futura por moradias no Brasil 2003-2023: uma abordagem demográfica.** Brasília: Ministério das Cidades, 2009

OLIVEIRA, L.; MASCARÓ, J. **Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer.** Ambiente Construído, Porto Alegre, abr./jun. 2007.

PARO, V.; FERRETTI, C.; VIANNA, C.; SOUZA, D. **A escola pública de tempo integral: universalização do ensino e problemas sociais.** Caderno Pesquisa, São Paulo n.65, maio 1988, p.11-20.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Orientações para implementação da educação em tempo integral em turno único.** Curitiba, 2012. 42p.

PASSO FUNDO. Decreto nº 43/2011 cria o Parque Natural Municipal do Pinheiro Torto e dá outras providências.

PASSO FUNDO GIGANTE DO NORTE. **Anuário 2009 – 2010.** O Nacional – Grupo Editorial.

PASSO FUNDO. Lei Complementar nº 143 de 21 de junho de 2005. Altera a redação da lei complementar nº 131, de 24 de agosto de 2004, que estabelece normas e diretrizes para denominação de bairros, vilas, loteamentos e define os limites territoriais dos setores demográficos do município de passo fundo para fins de ordenação e planejamento urbano. Passo Fundo, 2005.

PASSO FUNDO. Lei Complementar nº 170 de 09 de outubro de 2006. (vide leis complementares Nº 268/2010, Nº 269/2010, Nº 270/2010, 271/2010, 277/2011, Nº 280/2011, Nº 291/2011, Nº 299/2012); Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI do Município de Passo Fundo. Passo Fundo, 2006.

PASSO FUNDO. Lei Complementar nº 230 de 07 de outubro de 2009 dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no município de Passo Fundo. Passo Fundo, 2009.

PASSO FUNDO. Lei nº 744 de 12 de junho de 1957. PDDU do Município de Passo Fundo. Passo Fundo, 1957.

PASSO FUNDO. Lei nº 2133 de 13 de dezembro de 1984. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do município de Passo Fundo. Passo Fundo, 1984.

PASSO FUNDO. Lei nº 2608 de 25 de setembro 1990: determina o tombamento de prédios para integrarem o patrimônio histórico de Passo Fundo, e dá outras providências. Passo Fundo, 1990.

PASSO FUNDO. Lei nº 4097/03 de 24 de Dezembro de 2003: cria Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto, conjunto que compreende o Teatro Múcio de Castro, Biblioteca Pública Municipal Arno Viuniski, Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, Museu Histórico Regional e Academia Passo-Fundense de Letras. Passo Fundo, 2003.

PASSO FUNDO. Lei nº 4561 de 16 de janeiro de 2009: reconhece as RPPN municipais. Passo Fundo, 2009.

PASSO FUNDO. Lei Orgânica Municipal, de 26 de junho de 2006. Passo Fundo, 2006.

PASSO FUNDO. **Plano de Manejo Reserva Particular do Patrimônio Natural Maragato.** Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica. Passo Fundo, 2010.

PASSO FUNDO. Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social – SEMCAS. **Tecendo a rede cidadã.** Passo Fundo, 2010.

PASSO FUNDO. Secretaria Municipal de Planejamento. **Plano Ambiental Municipal.** Passo Fundo, 2003.

PEDROSO, C.; et. al. **Planejamento de equipamentos esportivos na cidade: os parques urbanos do Recife-PE/Brasil.** Revista Intercontinental de Gestão Desportiva, Volume 1, Número 1, 2011. 18p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.** Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Secretaria Municipal de Habitação. **Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS. Diagnóstico.** Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda. Passo Fundo, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Secretaria Municipal de Habitação. **Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS. Estratégias de ação.** Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda. Passo Fundo, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Secretaria municipal de Cidadania e Assistência social. **Rede social cidadania.** Passo fundo, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Secretaria do Planejamento. **Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) do Programa de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo (PRODIN).** SD Consultoria e Engenharia e Magna Engenharia. Passo Fundo, 2009. 246p.

PROCIDADES. **Regulamento Operacional. Anexo I. Critérios Técnicos para preparação e avaliação de projetos com financiamento Procidade.** 12p.

ROMANINI, A. **Planejamento Urbano & Equipamentos Comunitários. O caso de Passo Fundo/RS.** Passo Fundo, 2007, 271p. Dissertação (Mestrado em Engenharia na Área de concentração Infraestrutura e Meio Ambiente). Faculdade de Engenharia e Arquitetura, Programa de Pós-Graduação, Universidade de Passo Fundo, 2007.

ROMANINI, A.; GELPI, A. **A gestão dos equipamentos comunitários na cidade de Passo Fundo/RS.** 2008. 7º Seminário Internacional Nutau/USP. Disponível em: <<http://www.usp.br/nutau/CD/91.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2012.

SÃO PAULO. Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura do Município de São Paulo. **Relatório 2. Instrumentos legais necessários à implantação de parques lineares.** Fundação para Pesquisa Ambiental –

FUPAM. Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.